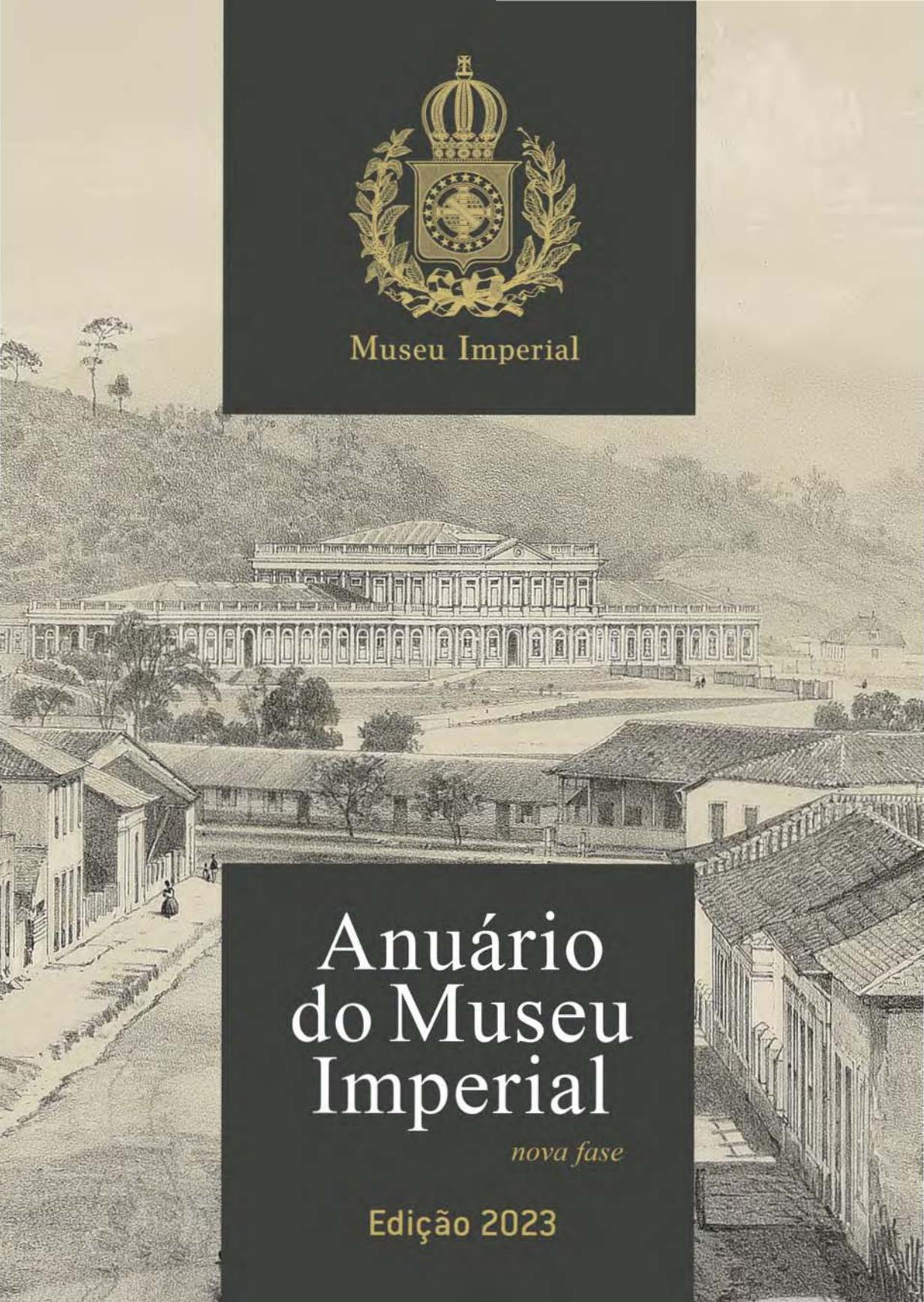




Museu Imperial



Anuário  
do Museu  
Imperial

*nova fase*

Edição 2023



Museu Imperial

# Anuário do Museu Imperial

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Museu Imperial

Anuário do Museu Imperial / Museu Imperial. - Vol. 1 (1940)- . Petrópolis: Museu Imperial, 1940- .

Anual

Primeira fase: 1940-1984

Edição comemorativa: 1995

Nova fase: 2020-

ISSN: 0103-2593

1. Brasil - História - Periódicos. I. Museu Imperial (Brasil). Título.

Bibliotecário Marcio Miquelino  
CRB/7-6271

IMAGEM DA CAPA: FROND, Jean-Victor, (phot.); CICÉRI, Eugène, (lith.); Lemercier et Cie. (imp.). *Palais Impérial de Pétrópolis*. [Visto da rua do Mordomo]. Petrópolis, c. 1860. Gravura [litografia]. 41,0 x 58,8 cm. Coleção Museu Histórico de Petrópolis. Museu Imperial/Ibram/MinC.

# Anuário do Museu Imperial

*Nova fase*

Volume 4, 2023



**Presidente da República**  
Luiz Inácio Lula da Silva

**Vice-Presidente**  
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

**Ministra da Cultura**  
Margareth Menezes da Purificação Costa

**Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**  
Fernanda Santana Rabello de Castro

**Diretor do Museu Imperial**  
Maurício Vicente Ferreira Júnior

**Coordenadora Administrativa**  
Carolina Moreira da Silva Knibel

**Coordenadora Técnica**  
Claudia Maria Souza Costa

**Ficha Técnica**

**Editora:** Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

**Jornalista responsável:** Natalia Tavares Calzavara

**Projeto gráfico:** George Milek

**Fotografia e edição de imagens:** George Milek; Luis Azevedo

**Revisão de texto:** Dayane Araujo da Silva

**Impressão:** AS Indústria Gráfica Ltda.

## **Apoio**

Fabiano Cataldo de Azevedo  
Jéssica Maria Costa de Araújo

## **Noticiário**

Natalia Tavares Calzavara  
Bruno dos Santos Resende

## **Conselho Editorial**

Alessandra Bettencourt F. Fraguas (UERJ/MIMP)  
André Pereira Botelho (UFRJ)  
Cícero Antônio Fonseca de Almeida (UNIRIO)  
Eliane Marchesini Zanatta (IHP)  
Fabiano Cataldo de Azevedo (UFBA/MIMP)  
Frederico Ferreira Oliveira (CEFET-Petrópolis)  
Ivan Coelho de Sá (UNIRIO)  
Leandro Garcia Rodrigues (UFMG)  
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)  
Marcelo Moraes Rego Fagerlande (UFRJ)  
Márcia Azevedo de Abreu (UNICAMP)  
Marcus Granato (MAST)  
Maria de Fátima Moraes Argon (IHP/IHGRJ)  
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)  
Maria Inez Turazzi (UFF)  
Mário de Souza Chagas (UNIRIO/MR)  
Marize Malta (UFRJ)  
Maurício Vicente Ferreira Júnior (UCP/MIMP)  
Paulo Knauss de Mendonça (UFF)  
Sérgio Romanelli (UFSC)  
Solange Ferraz de Lima (USP)

## Sumário

Palavra do Diretor..... 11

Apresentação ..... 13

### I – Artigos

Os livros da Coleção Geyer: um olhar preliminar sob a ótica das  
marcas de propriedade e proveniência

*Fabiano Cataldo de Azevedo* ..... 17

“O Primeiro Papel feito no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de  
1809”: história e caracterização não invasiva

*Francis Melvin Lee; Wanda Gabriel Engel;  
Márcia de Almeida Rizzutto* ..... 35

Presença de Henry Wadsworth Longfellow no Brasil Imperial: análise  
descritiva de três traduções do poema *The Sicilian Tale: King Robert of  
Sicily*, por Miguel Maria Lisboa e Pedro d’Alcântara

*Adriano Mafra* ..... 63

O Brasil do Oitocentos através das narrativas do príncipe cidadão

*Luís Henrique Junqueira de Almeida Rechdan* ..... 93

Do turismo à indústria: a contribuição da região do Itamarati para  
o desenvolvimento de Petrópolis

*Natalia da Paz Lage* ..... 113

O legado <i>Art Déco</i> em Petrópolis	
<i>Freddy Van Camp</i> .....	135
Quitandinha: muito além de um cartão-postal	
<i>Flavio Menna Barreto Neves</i> .....	153
Meios de transportes e ideais políticos: João Varanda e a Modernização Conservadora na Petrópolis do século XX (1934-1945)	
<i>João Vitor Ribeiro Borde de Castro</i> .....	163
Fascismo, nazismo e integralismo em Petrópolis nos anos de 1930 e 1940: articulações e conflitos	
<i>Priscila Musquim Alcântara de Oliveira</i> .....	187
Entre a política e a memória: a Ação Integralista Brasileira no contexto dos anos de 1930 em Petrópolis	
<i>Alexandre Luis de Oliveira</i> .....	209
<b>II – Diálogos entre acervos e instituições</b>	
Arte e técnica a serviço do imperador: Theodor Marx no Brasil (1857-1867)	
<i>Ana Pessoa; Ana Lucia Vieira dos Santos</i> .....	231
Projeto de expansão da residência imperial petropolitana: a construção da Casa dos Semanários	
<i>Clara Albani</i> .....	249
<b>III – Minha pesquisa no Museu Imperial</b>	
Dom Pedro II na Terra Santa (Os bastidores da conferência...)	
<i>Leandro Garcia Rodrigues</i> .....	269

#### **IV – Memória institucional**

Exposição *Retratos de Dona Leopoldina*

*Maurício Vicente Ferreira Jr.* .....283

#### **V – Tecnologias e acessibilidade**

Fortalecimento da Política de Acessibilidade Cultural do DF –  
relato e análise de um processo de trabalho participativo

*Viviane Panelli Sarraf; Laís Alves Valente* ..... 309

#### **VI – Espaço discente**

Revisitando a Petrópolis oitocentista: as casas como documentos  
históricos

*Beatriz Ferreira Ponte* ..... 335

#### **VII – Resenha bibliográfica**

A liberdade e a festa: celebrações em torno da abolição entre o epílogo  
do Império e o prólogo da República

*Lucas Ventura da Silva* .....353

**VIII – Noticiário** ..... 365



## Palavra do Diretor

Com a veiculação do quarto volume, o *Anuário do Museu Imperial* – nova fase consolida seu formato no âmbito das publicações seriadas, organizadas por instituições de memória no país. Seu projeto gráfico, desenvolvido pelo artista George Milek, da equipe do Programa de Digitalização do Acervo do Museu Imperial (Dami), prevê uma pesquisa iconográfica para a seleção da imagem que ilustra cada uma das capas. Até o presente volume, Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas, historiadora da Área de Pesquisa e coordenadora editorial do periódico, elegeu Nicolao Facchinetti, Friedrich Hagedorn, Otto Reimarus, Jean-Victor Frond, Eugène Cicéri e Alfred Lemercier como os autores de uma verdadeira galeria de ícones imagéticos das coleções do Museu Imperial tendo o Palácio Imperial de Petrópolis como protagonista em diferentes combinações de materiais, técnicas e suportes.

Essa identidade também se manifesta pela manutenção da planejada estrutura interna da publicação. A seção “Artigos”, para a qual um crescente número de pesquisadores brasileiros e estrangeiros têm enviado contribuições, expressa a multiplicidade de temas e a diversidade de abordagens que caracterizam os estudos humanísticos neste quartel de século. “Diálogo entre acervos e instituições” promove a articulação com outros equipamentos culturais e instituições de memória em favor do alcance de uma verdadeira interlocução de ideias e fazeres. “Minha pesquisa no Museu Imperial” documenta relatos sobre o processo de investigação científica no âmbito da instituição e da salutar convivência do(a) pesquisador(a) externo(a) com o(a)s profissionais da casa. “Tecnologias e acessibilidade” conjuga temas atualíssimos, como a aplicação de inovações tecnológicas no campo museal com as necessárias ações de inclusão social. “Espaço discente” convida jovens profissionais em formação para o exercício da pesquisa e sua consequente divulgação. “Resenha bibliográfica” divulga a análise de obras publicadas recentemente e, assim, sugere leituras para os profissionais do campo e para o público em geral interessado em temáticas afins.

E, para finalizar, destacamos duas seções que acolhem a dimensão institucional desta casa de memória e história. “Memória institucional” oferece um olhar para dentro do próprio Museu Imperial, resgatando momentos, práticas e os produtos gerados pelas ações de suas equipes. E o “noticiário” apresenta um resumo das atividades desenvolvidas na organização durante o ano referenciado por cada volume.

Com o *Anuário do Museu Imperial* – nova fase, nossa instituição assegura sua posição como lugar de produção e de divulgação de conhecimento em benefício da sociedade brasileira.

Maurício Vicente Ferreira Júnior



## Apresentação

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie alerta sobre “o perigo de uma história única”. Dentre os males advindos da perspectiva da historiografia tradicional, que privilegiou as “grandes personagens” a partir de um viés eurocêntrico, talvez, os principais sejam a incompletude e a impossibilidade de abertura para outras formas de agenciamento e de existência, que se traduzem no apagamento de potencialidades e dos múltiplos sujeitos e temporalidades que compõem o mundo social.

No intuito de ser um espaço, no mínimo, aberto a outras narrativas, não apenas àquelas tradicionalmente abarcadas por este periódico – um dos mais longevos no campo museal brasileiro, cuja primeira edição remonta a 1940 –, o *Anuário do Museu Imperial-nova fase* buscou dialogar com recortes espaço-temporais diferenciados, destacando problemáticas e temas relegados ao silenciamento.

Sem deixar de tratar dos objetos de pesquisa convencionais que utilizam fontes pertencentes a fundos mais conhecidos, como o *Arquivo da Casa Imperial do Brasil*, composto pela documentação de caráter privado das famílias real de Portugal e imperial do Brasil, a edição 2023 traz a lume documentos relativos ao período republicano, em especial os produzidos nas décadas de 1930 e 1940, que compõem o acervo da instituição e são imprescindíveis para a história de Petrópolis e do país. O intento se efetiva, por exemplo, com a reunião de cinco artigos escritos a partir das comunicações proferidas no congresso “A Petrópolis do Museu Imperial”, ocorrido em setembro de 2023, durante a vigência da exposição homônima, comemorativa dos 180 anos da criação da Povoação-Palácio de Petrópolis e dos 80 anos da inauguração do Museu Imperial.

Além disso, o quarto volume publica artigos e uma conferência redigidos por pesquisadores externos, consultantes que realizaram a sua pesquisa a partir do acervo sob a guarda do Museu Imperial, e com os quais sempre há trocas muito frutíferas, quando conhecimentos e experiências são compartilhados e se retroalimentam.

Outra marca do periódico é a difusão da produção técnica da equipe do Museu Imperial. Se o selo *Qualis-Capes*, concedido no quadriênio 2017-2020, baseado apenas na edição de 2020, a primeira da nova etapa, chancela o caráter acadêmico dos textos veiculados, há que se ressaltar a outra face desta publicação, que também apresenta estudos, memoriais de exposições e de projetos, produzidos no âmbito das ações rotineiras de um museu e que, justamente por isso, possuem o aspecto técnico.

É importante ainda sublinhar a interdisciplinaridade que os textos aqui reunidos reforçam, no diálogo possível entre as áreas que distinguem o universo museal – por exemplo, a Museologia, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a História, o Patrimônio e a Educação – e outras como a Arquitetura, o Jornalismo, a Linguística, a Física e a Química.

Deixo o convite para uma leitura que possa atestar essas proposições num encontro com a *Coleção Geyer*, o primeiro papel fabricado no Rio de Janeiro, os diários e as traduções de D. Pedro II, os diários do príncipe de Joinville, os projetos arquitetônicos de Theodor Marx e os retratos da imperatriz D. Leopoldina; para uma reflexão que possa abrir novos olhares sobre a história de Petrópolis e outros aspectos da ocupação de seu território, como as localidades do Itamarati e do Quitandinha; para que se conheça os fascismos, o rodoviarismo e os projetos urbanísticos e turísticos do período republicano; para que se note as edificações da cidade em sua riqueza arquitetônica, o legado *Art Déco* e as suas casas como documentos históricos; para que se considere temas tão prementes, como os (pós)abolicionismos, a acessibilidade cultural e a inclusão de pessoas com deficiência. Sobretudo, retomando a fala de Chimamanda Ngozi Adichie, para que se veja que “as histórias importam. Muitas histórias importam”<sup>1</sup>.

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

---

<sup>1</sup> ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 32.

## **I - Artigos**



## Os livros da Coleção Geyer: um olhar preliminar sob a ótica das marcas de propriedade e proveniência<sup>1</sup>

### *The volumes of the Geyer Collection: an introductory analysis from the standpoint of Ownership Marks and Provenance*

Fabiano Cataldo de Azevedo<sup>2</sup>

#### Resumo

Este artigo apresenta reflexões iniciais sobre os livros da Coleção Geyer, uma biblioteca pessoal doada ao Museu Imperial. A abordagem considera os livros como objetos multifacetados que operam em múltiplos níveis de informação. Para tal, entende-se que as marcas de propriedade e de proveniência bibliográfica podem funcionar como artefatos culturais e informacionais, além do conteúdo autoral, sendo também fonte de pesquisa *per se*, funcionando como cápsulas do tempo, representando a memória coletiva de um grupo ou período específico. Como documentos, esses registros evidenciam a complexidade e a riqueza das várias camadas que um livro pode adquirir ao longo de sua trajetória, atuando como conteúdos informacionais e fontes de pesquisa significativas. Com isso, mesmo que de forma preliminar, busca-se chamar atenção para o papel das bibliotecas em museus, pois, como no caso do Museu Imperial, elas existem para corroborar a missão institucional.

Palavras-chave: Coleção Geyer; biblioteca pessoal; marcas de propriedade e proveniência; Museu Imperial.

---

<sup>1</sup> Agradeço imensamente à bibliotecária Marli Gaspar Bibas (FIOCRUZ), que de aluna virou amiga, pela leitura crítica e por ajudar na direção que levou à finalização do texto. Agradeço ao colega Marcio Miquelino, bibliotecário do Museu Imperial, pela parceria, partilhas e sugestões. Agradeço também ao professor Maurício Vicente Ferreira Júnior e à Claudia Maria Souza Costa, respectivamente, diretor e coordenadora técnica do Museu Imperial, pela oportunidade de trabalhar com esta coleção, pela compreensão e pelo apoio.

<sup>2</sup> Doutor em História Política (UERJ). Professor do Instituto de Ciência da Informação (UFBA), atualmente cedido para a Área de Pesquisa do Museu Imperial/Ibram/MinC.

## Abstract

This article offers initial reflections on the books of the Geyer Collection, a personal library donated to the Imperial Museum. The approach considers books as multifaceted objects that operate on multiple levels of information. Specifically, it is argued that ownership and provenances can function as cultural and informational artefacts, beyond the texts, and are a source of research. They also serve as time capsules, representing the collective memory of a specific group or period. As documents, they demonstrate the complexity and richness of the multiple layers that a book can acquire throughout its trajectory, acting as informational content and significant research sources. Thus, even at this initial stage, the aim is to draw attention to the role of libraries in museums, as they exist to support the institutional mission, as is the case at the Imperial Museum.

Keywords: Geyer Collection; personal library; ownership; provenances; Imperial Museum.

## 1. Introdução

Muitos livros testemunharam e suportaram fatos extraordinários como parte de suas vidas em coleções particulares, mas, em geral, com o tempo, essas histórias se perdem [...]. Os livros parecem sítios arqueológicos: as alterações realizadas por várias mãos são como camadas de depósitos [...] eles constituem e incorporam o próprio registro histórico vivo [...]. Todo 'livro velho' é um *memento mori*, que sobrevive a seus antigos donos, lembrando-nos de que somos apenas curadores temporários da história que seguramos nas mãos (Heritage, 2019, p. 24 e 26).

A prática de doar bibliotecas pessoais está intimamente ligada aos conceitos de legado e aquisição de capital cultural (Bourdieu, 1986). Ao perpetuar o seu nome por meio de uma biblioteca pessoal, o indivíduo não apenas inscreve sua identidade na trama cultural da sociedade, também entrelaça seus valores no tecido da memória coletiva. Essa transferência de capital enriquece a esfera pública com recursos valiosos de conhecimento e eleva o *status* do doador dentro do campo social, atribuindo-lhe capital simbólico.

Nesse contexto, a biblioteca pessoal de um indivíduo pode espelhar suas jornadas intelectuais e sua intenção de deixar uma marca duradoura. A doação de uma biblioteca pessoal pode ser vista como um ato de immortalização, no qual o indivíduo deixa não apenas um conjunto de objetos, mas uma parte de si mesmo: suas paixões, seus conhecimentos e sua visão de mundo.

A citação de Heritage (2019) como epígrafe norteadora deriva de um capítulo chamado “Arqueologia do Livro”, no qual a autora aborda a história do exemplar da quarta edição de *The Remains of Henry Kirke White*, que pertenceu à família da escritora britânica Charlotte Brontë. Para isso, ela analisa as marcas de propriedade e de proveniência<sup>3</sup>, como dedicatórias, anotações, *ex-libris*, etc., que representam as tais camadas a que se refere. Sim, é uma ironia que os livros sejam mais longevos e sobrevivam aos donos (Azevedo, 2010) ou, como sugere Heritage (2019), que seus proprietários sejam curadores temporários.

Partindo dessas considerações, este artigo tem como objetivo apresentar reflexões iniciais acerca dos livros que compõem a Coleção Geyer, tendo-os como “personagens” principais. Para fundamentar este trabalho, duas premissas baseadas em análises produzidas por diversos pesquisadores serão consideradas: 1) as marcas de propriedade e de proveniência podem funcionar como artefatos culturais e informacionais (Kurmo; Reimo, 2014), além do conteúdo (Pearson, 2019; 2022), sendo também fonte de pesquisa *per se*; 2) como cápsulas do tempo, representam a memória coletiva de um grupo ou período específico (Halbwachs, 1968; Namer, 1987). Essas premissas evidenciam a complexidade e a riqueza das múltiplas camadas que um livro pode adquirir ao logo de sua trajetória, e como esses sedimentos são capazes de atuar como conteúdos informacionais e fontes de pesquisa significativas.

---

<sup>3</sup> Sobre a distinção entre marcas de propriedade, posse e proveniência, bem como seu uso no contexto dos livros, recomendamos a proposta apresentada em: MAZONNI, Vanilda de Souza; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; LOSE, Alícia Duhá. “Um detalhe, uma história: a etiqueta de dois livreiros na província da Bahia, Pogetti e Dois Mundos”. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 532–565, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52325>. Acesso em: 20 mar. 2024. Dentro do possível, vamos indicar referências de mais fácil acesso sobre o assunto. Quando isso ocorrer, recomendamos fortemente consultar bibliografia usada pelos autores. “[...] procedencia también tiene a ver con aquellas evidencias de posesión, circulación, prácticas de lectura o usos del próprio documento (impreso o manuscrito) que se infieren a partir de elementos históricos agregados presente en éste y, eventualmente, a partir de fuentes documentales externas”. SALAZAR, Mercedes Isabel Salomón; RODRIGUEZ, Maria del Refugio Paisano. *Propriedad y uso: exlibris, marcas de fuego, sellos y anotaciones manuscritas*. Puebla: Universidad de las Américas Puebla, 2019, p. 10. Disponível em: <https://issuu.com/webudlap/docs/propiedad-y-uso-marcas-de-fuego-udlap>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Ao explorar a Coleção Geyer sob a ótica das marcas de propriedade e de proveniência, pretende-se contribuir para o debate sobre o papel dos museus na preservação e na difusão do conhecimento, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar que considere não apenas o conteúdo dos livros, mas também sua materialidade e as histórias que carregam consigo.

## 2. Um breve contexto

O Museu Imperial foi criado por Getúlio Vargas em 29 de março de 1940, através do Decreto-Lei n.º 2.096, e teve sua coleção formada de diversas maneiras. No que concerne à biblioteca, esta passou a funcionar dentro do próprio palácio, franqueada ao público desde a inauguração do prédio, em 16 de março de 1943. A pesquisa preliminar no *Anuário do Museu Imperial* – cuja atividade se iniciou no ano do decreto que criou a instituição – revela inúmeros detalhes da formação da coleção. Entretanto, por não ser o foco do trabalho atual, apontaremos dois exemplos.

O primeiro indica os preparativos para sua abertura e a importância que lhe foi atribuída. De acordo com o *Anuário do Museu Imperial* (1942, v. 3, p. 261), a verba destinada ao setor “foi utilizada para a aquisição de obras, com o objetivo de enriquecer a ‘Brasiliana’, especialização da biblioteca do Museu. Além disso, diversos donativos foram recebidos, totalizando 3.274 volumes existentes na época”. Esse registro aponta para o que podem ser os primeiros livros recebidos em doação, ainda que não indique os nomes dos doadores<sup>4</sup> – o que passaria a acontecer em casos posteriores. No ano seguinte, em seção específica para notícias da biblioteca, há outros detalhes que informam sobre mais doações e o aumento da coleção, além do início de atividades de gestão, tais como a organização de um catálogo geral “pelo sistema dicionário, e o fichário onomástico, biográfico e genealógico, de personagens que interessam à história pátria” (*Anuário*, 1943, v. 4, p. 287).

Alguns anos depois, ocorreu a primeira doação de uma biblioteca e da residência que a abrigava. De acordo com o Decreto n.º 39.446, de 21 de junho de 1956, o Governo Federal da época estabeleceu a transferência do legado – que incluía uma biblioteca – de Luiza Leite de Souza, viúva do escritor Cláudio de Souza, ao Museu Imperial (Turazzi, 2006).

---

<sup>4</sup> Cabe frisar que, além do Arquivo Histórico, o Museu Imperial possui um Arquivo Institucional onde constam inúmeros processos referentes à história da instituição, incluindo, a formação da biblioteca, desde seu funcionamento no palácio, como citado acima, até a construção e transferência para o prédio que hoje ainda ocupa.

Segundo Inez Turazzi (2006; 2013)<sup>5</sup>, a doação realizada pelo casal Paulo e Maria Cecília Geyer, ainda em vida, ao Museu Imperial, em 1999, incluiu não apenas sua coleção, mas também a residência do Rio de Janeiro, onde ela estava abrigada. A Coleção Geyer é uma brasileira<sup>6</sup> composta por acervo iconográfico e bibliográfico, este com recorte cronológico principal do século XVI ao XX – sendo o XIX o mais expressivo – formado por mais de dois mil títulos, incluindo livros, folhetos, periódicos, manuscritos e álbuns. Além disso, a biblioteca possui a maioria das obras publicadas por renomados pesquisadores em brasileira, como Vieira Fazenda, Borba de Moraes, Gilberto Ferrez e Paulo Berger.

A pesquisadora Inez Turazzi, principal referência sobre a Coleção Geyer, deslinda que a genética da formação do acervo se deu por meio da

compra ou permuta com outros colecionadores, bem como em leilões e antiquários do Brasil e do exterior, muitas obras que hoje integram a coleção formada pelo casal Geyer pertenceram a brasileiras de grandes colecionadores do passado, como o historiador Francisco Marques do Santos (ex-diretor do Museu Imperial), os empresários Cândido de Paula Machado e Alberto Soares de Sampaio (este último, pai da senhora Maria Cecília Geyer), entre outros. Em 1969, Paulo e Maria Cecília adquiriram, de uma só vez, toda a famosa brasileira do empresário e colecionador Alberto Lee, fato que representou um grande incremento no acervo até então reunido pelo casal. (Turazzi, 2006, p. 53).

---

<sup>5</sup> Ambos os artigos de Maria Inez Turazzi são verdadeiros documentos sobre a história dessa coleção. Há todo um histórico não apenas de como o acervo nasceu, mas um detalhamento dos motivos que levaram o casal fazer a doação para o Museu Imperial. A pesquisadora abre bases para uma importante discussão sobre essa tipologia de doação. E, ainda, sem querer reduzir a dimensão do trabalho, articula algumas metáforas que unem a história da própria casa à coleção. Dados complementares só poderão ser somados no futuro, a partir da conclusão do catálogo, mas, sobretudo, com pesquisa documental e em outras fontes, como periódicos.

<sup>6</sup> Sobre o conceito de 'brasileira', recomenda-se: MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 2.ed. rev. e aum. São Paulo: Ed. Nacional, 1975. E, num esforço de revisão, AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. "Perspectivas e apontamentos sobre patrimônio bibliográfico e documental". In: LOSE, Alicia *et al.* (org.). *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/45073119/Perspectivas\\_e\\_apontamentos\\_sobre\\_Patrim%C3%B4nio\\_Bibliogr%C3%A1fico\\_e\\_Documental](https://www.academia.edu/45073119/Perspectivas_e_apontamentos_sobre_Patrim%C3%B4nio_Bibliogr%C3%A1fico_e_Documental). Acesso em: 31 jan. 2024.

Ainda sobre os livros, informa que “nas décadas de 1940, 1950 e 1960, Alberto Lee<sup>7</sup> comprou no Brasil e no exterior as raridades bibliográficas e iconográficas” (Turazzi, 2006, p. 54). Também menciona a existência de um arquivo que documenta a constituição da coleção, enfatizando a presença de recibos de aquisição de livros e catálogos de leilões, como os oriundos da livraria britânica *Maggs Bros*<sup>8</sup>.

Em 2018, Maurício Vicente Ferreira Júnior, no texto “A institucionalização da brasileira de Maria Cecília e Paulo Geyer”, complementa as análises anteriores ao explicar que a adoção de um *ex-libris* foi ideia de Paulo Geyer para obter um “registro simbólico da posse de cada item do conjunto”, como estratégia para “estabelecer uma identidade, uma referência para a dimensão de pertencimento desses itens” (2018, p. 219). O autor enfatiza ainda que a doação da coleção representou um desafio considerável para o Museu Imperial, tendo em vista que o processo de institucionalização teve início enquanto os doadores ainda eram vivos.

### 3. Os livros da Coleção Geyer: elementos introdutórios além do conteúdo

A análise dos três artigos mencionados anteriormente, aliada ao contato inicial com os livros, propiciou a formulação de duas observações preliminares, que se aproximam do caráter empírico:

1. Conforme previamente articulado por Turazzi (2006; 2013), a coleção constitui uma brasileira especializada no Rio de Janeiro. Levando em consideração esta característica e o volume expressivo da coleção, para a primeira etapa do trabalho de análise e descrição, optou-se por um recorte cronológico que abrange do século XVI ao XIX. A escolha baseou-se apenas no próprio processo metodológico adotado e não pretende reforçar a percepção equivocada de que não existem brasileiras de relevância para o patrimônio bibliográfico brasileiro que tenham sido publicadas, especialmente, na primeira metade do século XX.

---

<sup>7</sup> Até o momento não foi localizado nenhum livro com marca de propriedade de Alberto Lee, com exceção de um comentário manuscrito feito por um encadernador.

<sup>8</sup> Fundada por Uriah Maggs (1828-1913), em 1853, a Maggs Bros. Ltd. é uma das principais livrarias do mundo anglófono. Ver: <https://www.maggs.com/about/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

2. A coleção é categorizada como uma Coleção Especial, ou seja, dentre outros aspectos, esse perfil se refere à monumentalidade que uma biblioteca privada pode alcançar, além da capacidade de reunir, em um único espaço, um conjunto bibliográfico especializado. No caso em análise, Turazzi (2006; 2013) relata que Paulo Geyer contou com a consultoria de um especialista no Rio de Janeiro, Paulo Berger<sup>9</sup>. Para além de pensar em Livros Raros, trata-se de um acervo documental de significativa importância para o patrimônio bibliográfico nacional, no qual, por exemplo, encontra-se uma representativa quantidade de impressos produzidos por tipografias de diferentes estados do país.

Antes de prosseguir, é essencial esclarecer que o objetivo do trabalho com esses livros é a elaboração de um catálogo com a descrição detalhada de cada obra, abrangendo o período do século XVI ao XIX<sup>10</sup>, nesse primeiro momento. Portanto, nosso foco é destacar as características materiais com o intuito de promover a preservação intelectual do documento, contribuir para sua proteção física e expandir sua utilidade.

Retomando o objetivo deste artigo, destacamos que ele é resultado de reflexões que integram aspectos teóricos da experiência de pesquisa e ensino à prática cotidiana de processamento técnico dos livros da Coleção Geyer e, por isso, é fundamental reconhecer que tal integração só foi possível graças à metodologia adotada. Assim, optou-se por uma abordagem teórica que reforça a proposta do Museu Imperial de empreender um estudo da coleção bibliográfica que revele aspectos, até então, não explorados<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> “Paulo Berger [...] nasceu no Rio de Janeiro a 17 de março de 1922. Médico pediatra, aposentado, formado pela Faculdade Nacional de Medicina (1947). [...] Museólogo [...]. Pesquisador e historiador, principalmente, com relação à história do Rio de Janeiro. Foi [...] membro da Comissão de Estudos Históricos da Cidade do Rio de Janeiro e da Comissão Especial para as Denominações dos Logradouros da Cidade do Rio de Janeiro [...]”. BRASIL. MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. Arquivo Nacional. Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/paulo-berger>. Acesso em: 28 mar. 2024.

<sup>10</sup> Para maximizar o aproveitamento do período que a coleção está acessível na sede do Museu Imperial, em Petrópolis, estabeleceu-se uma série de critérios para a descrição, que serão detalhados em outro artigo futuramente. Para a construção de um padrão, realizou-se estudo preliminar de diversos catálogos, agrupados em duas categorias principais: catálogos específicos de uma coleção dentro de uma biblioteca e catálogos temáticos.

<sup>11</sup> Algo que em absoluto é novo para o Museu Imperial. Como exemplo, recomenda-se consultar o nível de detalhamento de descrição dos livros na coleção “Família Imperial” no portal do Programa de Digitalização do Acervo do Museu Imperial (Dami): <https://museuimperial.museus.gov.br/dami-2>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Destarte, com a base metodológica na ciência da Bibliografia Material<sup>12</sup>, o catálogo dos livros da Coleção Geyer busca não apenas informar a existência dos livros, não é um repertório, mas enfatizar as características únicas de cada exemplar, diferenciando-se da descrição bibliográfica convencional, dando atenção minuciosa aos detalhes e tratamento individualizado. Tais procedimentos se justificam sob perspectiva do *Advocacy* (IFLA/RBSCS, 2020), ou seja, evidenciar as múltiplas possibilidades de pesquisa na coleção – inclusive, por exemplo, um olhar decolonial de uma brasileira – e atua como uma medida de segurança<sup>13</sup> para os itens, conforme discutido por Domingues *et al.* (2022).

A marca de propriedade mais representativa de Paulo Geyer encontrada até o momento é um *ex-libris* impresso de natureza gravada em papel<sup>14</sup>. Nessa mesma tipologia de marca colada na folha de guarda<sup>15</sup>, foi localizado um exemplar com o que franceses chamam de *ex-libris sur cuir*<sup>16</sup> (Fig. 1), que consiste na marca do indivíduo gravada em dourado sobre couro.

O que pode ser apreciado na Figura 1 é algo recorrente em bibliotecas particulares, ou seja, o uso de dois tipos de marcas de propriedade que registram a posse do mesmo indivíduo e, por vezes, também de pessoas físicas, como no exemplo dos vários carimbos usados pela Fundação Biblioteca Nacional (Flaeschen; Almeida; Amorim, 2020). As razões para essa prática são múltiplas,

---

<sup>12</sup> Há uma discussão conceitual em: AZEVEDO, Fabiano Cataldo; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/951/707>. Acesso em: 31 jan. 2024.

<sup>13</sup> Quando se trata de uma Coleção Especial com Livros Raros, esse assunto é tão necessário como pauta quanto complexo. E, por tal razão, neste trabalho, além do artigo citado, indicamos: ALVES, Mônica Carneiro; RAMOS, Diana; FERNANDES, Maria José da Silva. “A importância do carimbo e outras marcas de propriedade no acervo da Biblioteca Nacional”. *PontodeAcesso*, Salvador v. 16, n. 3, p. 730–761, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52333>. Acesso em: 13 maio 2024.

<sup>14</sup> Para uma explicação detalhada sobre esse conceito, ver: MAZONNI; AZEVEDO; *op. cit.*, 2022.

<sup>15</sup> PINHEIRO, Andréa de Souza; VON HELDE, Rosângela; PEREIRA, Sílvia Fernandes (org.). *Glossário ilustrado de livros raros e acervos de memória*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2023. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/Livros\\_eletronicos/bndigital2607/bndigital2607.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/Livros_eletronicos/bndigital2607/bndigital2607.pdf). Acesso em: 29 abr. 2024.

<sup>16</sup> “Marque de propriété apposée sur une pièce de cuir, collée à l’intérieur du livre”. Institute de France. Bibliothèque. Typologie des marques de provenance. Disponível em: [https://www.bibliotheque-institutdefrance.fr/ftp/provenances/description\\_typologie.php](https://www.bibliotheque-institutdefrance.fr/ftp/provenances/description_typologie.php). Acesso em: 20 jan. 2024. “Marca de propriedade aplicada em um pedaço de couro, colada na parte interna do livro” (tradução nossa).

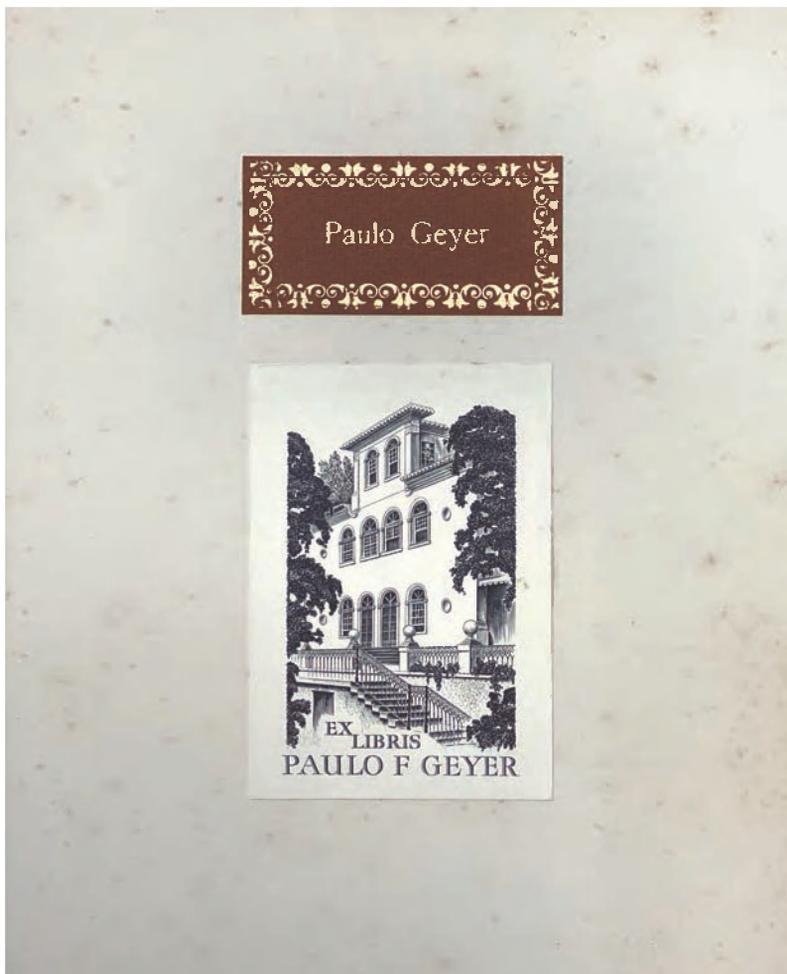


Figura 1: Na parte superior, *ex-libris sur cuir*.  
Seguido do exemplo mais recorrente: o *ex-libris* impresso/gravado.  
Coleção Geyer/Museu Imperial/Ibram/MinC.

no caso de Paulo Geyer, não há elementos para traçar inferências. Fato que ele variou também em outra tipologia de marca de posse, pois há o uso *super libros*<sup>17</sup>, ambos gravados em dourado na parte inferior da lombada: um com as iniciais “P.G.”, referentes a Paulo Geyer, e outro com “P. F. G.”, abreviação de Paulo Fontainha Geyer.

---

<sup>17</sup> PINHEIRO; VON HELDE; PEREIRA, *op. cit.*, 2023, p. 228.



Figura 2: Na parte inferior da primeira folha de guarda: “Informações Bibliográficas”.  
Coleção Geyer/Museu Imperial/Ibram/MinC.

A Figura 2 é muito eloquente como exemplo de algumas tipologias dos livros da coleção, ou seja, um considerável volume de encadernações artísticas (ou de luxo, como consideram determinados autores), nota-se a guarda em tecido vermelho e, do lado esquerdo, as seixas douradas. A presença de dois *ex-libris* de indivíduos distintos indica a prática bibliofílica de cada proprietário que, ao longo da história da trajetória do exemplar, mantiveram esse registro (como Paulo Geyer fazia ao incluir sua marca) – mas isso não era regra, vale lembrar. No canto superior esquerdo<sup>18</sup>, há o resquício de um papel impresso colado.

Todavia, a motivação para a escolha dessa imagem está no elemento impresso colado na parte inferior da primeira folha de guarda, que passamos a padronizar como “informações bibliográficas”. Como forma de rastrear sua origem, há exemplares que possuem colados, normalmente em alguma folha de guarda, recortes impressos com informações bibliográficas – maneira que

<sup>18</sup> Essa precisão na indicação da localização não é aleatória, trata-se de uma medida que garante a preservação histórica do documento e, sobretudo, a segurança. DONDI, Cristina. *The use of provenance evidence to track the movement of books across space and time, and the corollary need to gather and search images of provenance*. London, 2015. Disponível em: [https://www.cerl.org/\\_media/services/seminars/cristina\\_dondi.pdf](https://www.cerl.org/_media/services/seminars/cristina_dondi.pdf). Acesso em: 03 abr. 2024.

padronizamos na descrição – da edição. Nos exemplos que encontramos até o momento, constam detalhes bem específicos sobre a edição e/ou o exemplar. A tipologia sugere o recorte de um catálogo. Tais dados, embora mais simples, comumente aparecem manuscritos. Esses elementos podem ser categorizados como *Provenances déduites*, isto é, “qualquer sinal ou indício presente no livro ou, por vezes, até mesmo externo ao documento, permitindo rastrear sua proveniência”<sup>19</sup> (Bibliopat, 2015, tradução nossa). Nessa categoria, a Figura 3 é o recibo de um encadernador que poderia ser até mesmo de outro livro, mas a análise indicou que pode se tratar do exemplar analisado.

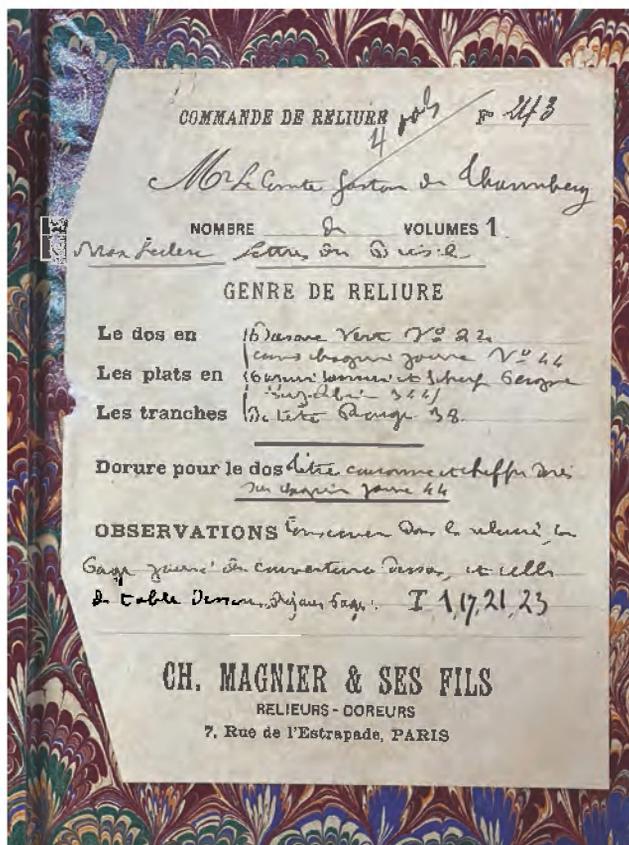


Figura 3: Recibo de encadernador.  
Coleção Geyer/Museu Imperial/Ibram/MinC.

<sup>19</sup> “Tout signe ou tout indice présent dans le livre ou parfois même extérieur au document, permettant de retracer sa provenance. Ils sont donc très précieux pour l’histoire du livre et de la lecture. Les noter permet de vérifier leur fréquence et de construire des hypothèses, qui pourront être vérifiées en croisant les sources d’informations”.

Sobre esse tipo de registro, ainda há um conjunto a ser estudado. Turazzi (2013, p. 765) aponta para existência de “notas e recibos de compras de bens”. Além destes, foram identificados e separados catálogos de leilões e bibliografias, como mencionado na seção anterior. Nos casos dos inúmeros álbuns de gravuras encadernadas ou não, encontramos laudos de especialistas e de livrarias especializadas. A maior presença até o momento pertence ao grupo dos *ex-libris* impressos, gravados de proprietários europeus<sup>20</sup>. Encontram-se igualmente as anotações marginais<sup>21</sup>, demais anotações e marcas de uso com funções variadas. Desse grupo, foi localizado um exemplar cujas anotações a lápis foram feitas em papel, com uma das pontas colada no festo<sup>22</sup> de diversas páginas (Fig. 4). Apesar da singularidade, também pode ser vista como um tipo de “anotações avulsas” ou “anotações em apenso”.

---

<sup>20</sup> O trabalho com essas marcas exige método rigoroso. Como em qualquer projeto, é necessário não apenas foco, mas objetivo e adequação com o número de equipe e tempo. Estabelecer prioridade é fundamental, por isso, acreditamos que uma das etapas é identificá-las e registrá-las na posição exata que estão as ocorrências para indicar todas as páginas onde aparecem pelas razões já mencionadas. Nesse sentido, recomenda-se, partir sempre da identificação mais geral para a específica. Ver exemplo em: MAZONNI; AZEVEDO; LOSE, *op. cit.*, 2022. Nessa primeira fase, não é prioridade a descrição e a pesquisa sobre as origens dos *ex-libris*, salvo casos muito específicos e nestes gostaríamos de agradecer a honra de ter colaboração do Prof. Dr. David Person (University of London).

<sup>21</sup> Anotações (à tinta ou a lápis) feitas às margens do texto impresso ou manuscrito (considerando que há inúmeros códices medievais com esses elementos).

<sup>22</sup> “Parte do caderno onde as folhas do livro estão dobradas e onde são costuradas”. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 339.

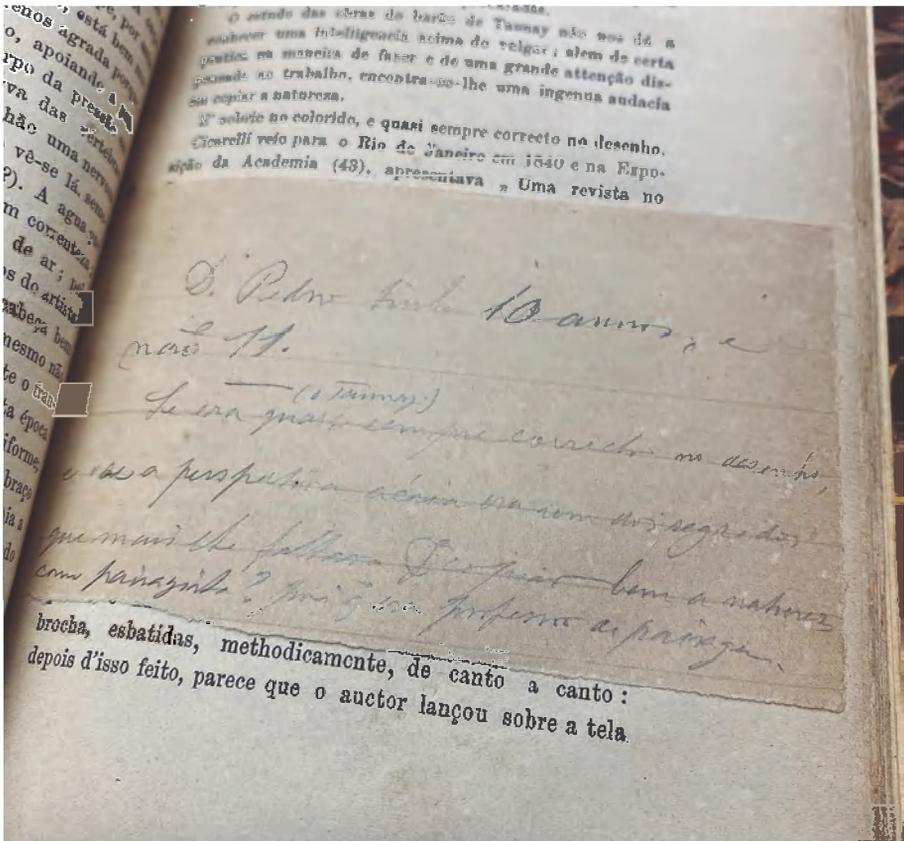


Figura 4: Anotações em apenso.  
Coleção Geyer/Museu Imperial/Ibram/MinC.

Afora as marcas de posse, há também aquelas que registram indivíduos envolvidos no circuito da produção do livro (Darnton, 1990; Adams & Barker, 2001), como livreiros e encadernadores; no caso destes, há exemplares em que aparecem seus nomes gravados em dourado na seixa da prancha anterior do livro<sup>23</sup>. A Figura 5 representa um tipo de marca de proveniência mais específica,

<sup>23</sup> Como exemplos das possibilidades de investigação utilizando etiquetas de livrarias e sua configuração no contexto do patrimônio bibliográfico, ver: COSTA, Elisângela Silva da; SARGES, Maria de Nazaré. “Rememorando as antigas livrarias de Belém do Pará: um estudo com base nas etiquetas e carimbos dos livros da coleção Annunciada Chaves”. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 505–531, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uflba.br/index.php/revistaici/article/view/52322>. Acesso em: 10 jan. 2024. Já sobre os encadernadores: TARTAGLIA, Ana Roberta de Souza. “Marcas do ofício: as etiquetas de encadernadores do século XIX na cidade do Rio de Janeiro”. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 883–

ou seja, “marca de circulação”<sup>24</sup> que auxilia a compreender o comércio dos livros (Pettegree & Weduwen, 2019; Hulvey, 2022), no caso uma etiqueta impressa de um livreiro, colada na primeira folha de guarda do exemplar de um livro.



Figura 5: Etiqueta de livreiro.  
Coleção Geyer/Museu Imperial/Ibram/MinC.

A análise exploratória dos livros da Coleção Geyer, ainda que preliminar, suscitou um volume tão grande de questionamentos quanto de respostas. Revelou

---

911, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52339>. Acesso em: 10 jan. 2024.

<sup>24</sup> FRANCE. Institut de Recherche et d’Histoire des Textes. Bibale. *Marque de circulation*. Disponível em: <https://bibale.irht.cnrs.fr/67800>. Acesso em: 20 jan. 2024. FRANCE. Institut de Recherche et d’Histoire des Textes. *Le Thésaurus Bibale*. Disponível em: <https://opentheso.irht.cnrs.fr/?idc=d8997ed7812bcd8deeb871183ff14d21&idt=th125>. Acesso em: 20 jan. 2024. Sobre Pallandre L’Ainé: ERNEST, Labadie. *Notices biographiques sur les imprimeurs et libraires bordelais des XVIIe, XVIIIe et XIXe siècles [...]*. Bordeaux: M. Mounastre-Picamillh, 1900.

que se trata de uma valiosa brasileira, não apenas no âmbito monetário e/ou pelos títulos, autores e assuntos relacionados ao país em diferentes períodos, mas também, no contexto da cultura material, pela quantidade de livros impressos no Brasil. E não somente no Rio de Janeiro, mas em outras cidades do nosso território no século XIX – embora essa análise não tenha sido o foco deste artigo.

Devido aos temas abordados majoritariamente nos livros, ou seja, viagens ao Brasil, a outros países da América Latina e de circunavegação, a coleção representa um patrimônio bibliográfico que ultrapassa nossas fronteiras. Essa observação aplica-se também às marcas de propriedade e de proveniência, que futuramente poderão ser quantificadas pela localização. A amostra estudada indica também a presença europeia, o que não representa um qualificativo patrimonial *per se*, mas uma característica que precisa ser estudada considerando outros dados.

#### 4. Considerações Finais

Conforme mencionado por Alcindo Sodré, a biblioteca do Museu Imperial é uma unidade que corrobora o cumprimento da missão institucional, atuando em conjunto com outros setores, como o arquivo (Anuário, 1940). Essa sinergia entre as diferentes áreas do museu evidencia a importância da biblioteca não apenas como um repositório de obras, mas também como um espaço de pesquisa e de produção de conhecimento, contribuindo para a preservação e a difusão da história e da memória nacional.

A prática cotidiana com os livros da Coleção Geyer tem proporcionado algumas reflexões que, conjugadas a pesquisas e leituras prévias sobre o tema, são expressas, a seguir, como forma de contribuir nas discussões que têm sido feitas sobre esse processo. A partir de uma abordagem holística, reconhecendo os livros como objetos multifacetados que operam em múltiplos níveis de informação, emergem duas premissas centrais: as marcas de propriedade e de proveniência, para além do documento e fonte de informação, indicam lastros de memória coletiva por também representarem práticas culturais e sociais de uma época e/ou de um grupo. Tais elementos ampliam a percepção e a valoração do objeto como um bem patrimonial.

Os objetos materiais não apenas espelham, mas também moldam as práticas culturais e sociais, atuando como pontes entre as esferas individual e coletiva. Nesse contexto, uma biblioteca pessoal, como a brasileira constituída por Paulo Geyer, representa um microcosmo da interação entre o material e o

social. Como memória coletiva, esses registros são testemunhas materiais de seu tempo, oferecendo um vislumbre único dos contextos históricos e culturais nos quais estavam inseridos. Tal é o motivo também pelo qual as marcas de propriedade e de proveniência são consideradas fontes, documentos cujos conteúdos informacionais serão desvelados mediante a maneira como são indagados.

Olhar para uma coleção bibliográfica e pensar que se trata de uma massa única, composta apenas por autores e títulos, é compreender o acervo num nível muito superficial. Portanto, estudar as marcas que acompanham alguns exemplares numa biblioteca pessoal é uma forma de mergulhar nas camadas de memória e de identidade associadas a esses livros. Assim, uma biblioteca pessoal, com suas marcas de propriedade e de proveniência, pode ser vista como um patrimônio bibliográfico, representando não apenas um legado cultural, mas uma memória coletiva que tem o poder de fortalecer a identidade local ou nacional. Ao investigar a formação dessas bibliotecas, os pesquisadores mapeiam a jornada física dos livros através do tempo e do espaço enquanto exploram as intrincadas redes sociais, culturais e econômicas que sustentam sua distribuição e preservação. Embora não seja o foco deste artigo, o mesmo acontece nas bibliotecas institucionais.

É fundamental ressaltar que as bibliotecas são instituições muito mais complexas do que aparentam ser, principalmente quando se estuda de maneira mais aprofundada sobre as coleções fundadoras, adquiridas item a item, e as coleções recebidas em doação. Diante disso, a preservação consciente de uma biblioteca é fundamental para o entendimento e a manutenção da memória institucional e coletiva. Assim, o valor patrimonial de uma biblioteca reside não apenas em coleções prestigiosas e valiosas, mas nos itens aparentemente comuns que carregam consigo histórias e memórias em detalhes nem sempre explícitos.

Nesse contexto, é crucial que as políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas aos museus, levem em consideração que essas unidades possuem bibliotecas que, como no caso do Museu Imperial, podem ter sido criadas não apenas para subsidiar pesquisas de outras áreas da instituição ou externas, mas também como responsável pela coleta e pela preservação de livros e de documentos entendidos como artefatos históricos e culturais que corroboram a própria missão de uma instituição museológica.

## Referências

ADAMS, Thomas R.; BARKER, Nicolas. “A new model for the study of the book”. In: BARKER, Nicolas (ed.). *A potencie of life: books in society*. London: The British Library; Oak Knoll Press, 2001, p. 5-43.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. “A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n. 3, p. 233-249, set./dez. 2010.

BIBLIOPAT. Projet Provenances de bibliothèques. *Liste hiérarchisée de termes relatifs aux marques de provenance portées sur les livres*. Provenances déduites. 2015. Disponível em: [https://www.bibliopat.fr/sites/default/files/provenances/referentiel\\_2.html#31](https://www.bibliopat.fr/sites/default/files/provenances/referentiel_2.html#31). Acesso em: 20 jan. 2024.

BOURDIEU, Pierre. “The Forms of Capital”. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA E EDUCAÇÃO. MUSEU IMPERIAL. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Museu Imperial, 1942, v. 3. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1942-Vol.-03.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA E EDUCAÇÃO. MUSEU IMPERIAL. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Museu Imperial, 1943, v. 4. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1943-Vol.-04.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DOMINGUES, Paulo Teles de Castro; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; SANTIAGO, Maria Claudia. “Tráfico ilícito de livros e as marcas de propriedade e proveniência: entrevista com Delegado Paulo Teles de Castro Domingues”. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 912-925, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52308>. Acesso em: 8 abr. 2024.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). SEÇÃO DE LIVROS RAROS E COLEÇÕES ESPECIAIS. (RBCS). *Diretrizes sobre as Competências do Profissional Responsável por Livros Raros e Coleções Especiais*. Holanda: IFLA, 2020. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2534/1/competency-guidelines-for-rbcs-professionals-pt.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FERREIRA JÚNIOR, Maurício Vicente. “A institucionalização da Brasiliana de Maria Cecília e Paulo Geyer”. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). *Da minha casa*

*para todos*: a institucionalização de acervos bibliográficos privados. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018, p. 128-135. Disponível em: [https://daminhacasaparatodos.icict.fiocruz.br/sites/daminhacasaparatodos.icict.fiocruz.br/files/LIVRO\\_Da%20minha%20casa%20para%20todos.pdf](https://daminhacasaparatodos.icict.fiocruz.br/sites/daminhacasaparatodos.icict.fiocruz.br/files/LIVRO_Da%20minha%20casa%20para%20todos.pdf). Acesso em: 8 abr. 2024.

FLAESCHEN, Jandira; ALMEIDA, Thaís Helena de; AMORIM, Nathália. “Marcas de Proveniência em coleções doadas à Biblioteca Nacional: Salvador de Mendonça e Teresa Christina Maria”. In: Ciclo de Palestras “As marcas de proveniência e a cultura material”, 13 out. 2020. 1 vídeo (29:26). [Live]. Mediadora: Luciana Maria Napoleone. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TcvZ7-IRJgg>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Press Universitaires de France, 1968.

HERITAGE, Barbara. “A arqueologia do livro”. In: *OS MANUSCRITOS perdidos de Charlotte Brontë*. São Paulo: Faro Editorial, 2019, p. 22-69.

HULVEY, Monique. “Les enjeux de l'étude des provenances pour l'histoire du commerce du livre en France à la Renaissance: quelques pistes de recherche”. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 169–185, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52305>. Acesso em: 10 jan. 2024.

KONSA, Kurmo; REIMO, Tiiu. “Books as informational artefacts”. *Ajalooline Ajakiri*, 2014, 1, n. 147, p. 3-20. Disponível em: <https://ojs.utlib.ee/index.php/EAA/article/view/AA.2014.1.01>. Acesso em: 8 abr. 2024.

NAMER, Gérard. *Memoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

PEARSON, David. *Provenance research in book history: a handbook*. Oxford: Bodleian Library, 2019.

PEARSON, David. *Speaking volumes: books with histories*. Oxford: Bodleian Library, 2022.

PETTEGREE, Andrew; WEDUWEN, Arthur der. *The bookshop of the world: making and trading books in the Dutch Golden Age*. Yale: University Press, 2019.

TURAZZI, Maria Inez. “A coleção Geyer doada ao Museu Imperial”. *Revista CPC*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 47-79, maio/out., 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15589>. Acesso em: 8 abr. 2024.

TURAZZI, Maria Inez. “Entre negociações e disputas: a doação da coleção Geyer ao patrimônio público”. *Arte e suas instituições*, 33., 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, p. 753-770. Disponível em: [http://www.cbha.art.br/coloquios/2013/anais/pdfs/s6\\_marianezturazzi.pdf](http://www.cbha.art.br/coloquios/2013/anais/pdfs/s6_marianezturazzi.pdf). Acesso em: 8 abr. 2024.

**“O Primeiro Papel feito no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1809”: história e caracterização não invasiva**

***“The First Paper made in Rio de Janeiro, on November.16th 1809”: history and non-invasive characterization<sup>1</sup>***

Francis Melvin Lee<sup>2</sup>

Wanda Gabriel Engel<sup>3</sup>

Márcia de Almeida Rizzutto<sup>4</sup>

**Resumo**

“O Primeiro Papel feito no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1809” (OPP) é o mais antigo sobrevivente dos primeiros papéis produzidos no Brasil – e com uma matéria-prima inédita: fibras de “embira” nativa. OPP encontra-se conservado no Museu Imperial (Petrópolis – RJ) com uma carta, datada de 22 de novembro de 1809, e outro fôlio da mesma época, de composição desconhecida. Diferentes técnicas analíticas foram aplicadas na caracterização dos três papéis, entre elas: microscopia e espectroscopias não invasivas de Infravermelho com Transformada de Fourier; modo Refletância Total Atenuada (FTIR-ATR);

---

<sup>1</sup> As autoras agradecem o apoio do Museu Imperial na pesquisa, e o convite para integrar a presente publicação – em especial, ao diretor, Maurício Vicente Ferreira Júnior, à coordenadora técnica, Claudia Maria Souza Costa, e às equipes do Arquivo Histórico, Maria Celina Soares de Mello e Silva, Vitor Hugo Torres Sternberg; do Laboratório de Conservação e Restauração, Beatriz Penna, Aline Esteves, Janaína Braga dos Santos Reis; e da Área de Pesquisa, Alessandra Fraguas.

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela FFLCH-USP A pesquisa “*O Primeiro papel, que se fez no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1809: história, caracterização e conservação*” é orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia de Almeida Rizzutto, no Laboratório de Arqueometria e Ciências Aplicadas ao Patrimônio Cultural, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (LACAPC/IF-USP), como parte do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (PPGMus-USP).

<sup>3</sup> Bacharela em Química e mestre em Engenharia de Matérias pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP). Especialista em filmes finos de materiais isotópicos para pesquisa em Física Nuclear; atualmente trabalha na área de patrimônio cultural com técnicas de espectroscopia de Infravermelho e Raman no Laboratório de Arqueometria e Ciências Aplicadas ao Patrimônio Cultural do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (LACAPC/IF-USP).

<sup>4</sup> Doutora em Física e professora da Universidade de São Paulo, no Departamento de Física Nuclear, atua principalmente na área de Física Aplicada com metodologias físicas e químicas para estudos sistemáticos, não invasivos, de itens do patrimônio cultural. É coordenadora do Laboratório de Arqueometria e Ciências Aplicadas ao Patrimônio Cultural do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (LACAPC/IF-USP).

Fluorescência de Raios X por Dispersão de Energia (EDXRF). Os resultados evidenciaram características da produção que contribuirão para a preservação desses documentos históricos.

Palavras-chave: História do papel no Brasil; fibras vegetais nativas; embira.

### Abstract

“The First Paper made in Rio de Janeiro on November 16, 1809” (OPP) is the oldest survivor of the first papers produced in Brazil – and with an unprecedented raw material: native “embira” fibers. OPP is currently kept at the Imperial Museum (Petrópolis – RJ) together with a letter dated November 22<sup>nd</sup>, 1809 and another paper folio from the same period and unknown composition. Different analytical techniques were applied to characterize the three folios, including microscopy and non-invasive spectroscopic techniques such as Infrared Fourier Transform with Attenuated Total Reflectance mode (FTIR-ATR) and Energy Dispersive X-Ray Fluorescence (EDXRF). The results revealed papermaking characteristics that may contribute to the long-term conservation of these historical documents.

Keywords: Papermaking in Brazil, Native fibers, Embira

## 1. Introdução

Entre tantos itens raros, o Museu Imperial (Petrópolis – RJ) conserva um testemunho pioneiro da história da produção de papel no Brasil: “O Primeiro Papel feito no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1809”, que, neste artigo, denominaremos OPP.

Documentos históricos registram que OPP foi feito de *embira*, fibra extraída de planta nativa brasileira, ao invés das matérias-primas tradicionalmente utilizadas nas fábricas europeias do século XIX, como algodão, linho, cânhamo e trapos de tecidos. O feito está ligado ao frei Jozé Marianno da Conceição Vellozo, nascido Jozé Vellozo Xavier (São José – MG, 1742-Rio de Janeiro – RJ, 1811), e a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (Chaves, Portugal, 1755-Rio de Janeiro – RJ, 1812). E é resultado direto das viagens filosóficas portuguesas, organizadas pela coroa, coordenadas pelo naturalista Domenico Vandelli (Pádua, Itália, 1735-Lisboa, Portugal, 1816) e realizadas entre 1777 e 1808 por naturalistas lusos, brasileiros e luso-brasileiros.

As expedições de reconhecimento dos limites territoriais entre Portugal e Espanha recém-definidos pelo Tratado de Santo Ildefonso (1778) estabeleceram

bases para a exploração comercial de recursos naturais dos três reinos (animal, vegetal e mineral) existentes nos domínios portugueses ultramarinos. Dentre eles, estavam minerais e plantas que poderiam gerar comércio ou indústria lucrativa para a coroa, seja pela extração, cultivo ou beneficiamento, voltados à exportação, seja pelas alternativas para atender ao consumo interno. A exemplo, as produções de cordoaria para a marinha interna brasileira foram a partir de fibras de linho guaxima (Pataca, no prelo; Reis, 2021).

O grande impulso para a produção de papel foi dado pela chegada da família real e da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 8 de março de 1808. Até então, não havia fabricação local<sup>5</sup>; eram outras as prioridades econômicas e a importação supria as necessidades coloniais<sup>6</sup>. A transferência de toda a estrutura administrativa de governo, porém, trouxera uma demanda que os importados tinham dificuldade em atender, ainda mais com as restrições ao comércio marítimo, causadas pelas guerras napoleônicas.

Montou-se com urgência um arcabouço que permitiria administrar todo o reino, inclusive a metrópole e as demais colônias ultramarinas, a partir da nova capital na América. Foram abertos os portos, liberado o comércio e revogada a proibição sobre as manufaturas; criaram a Imprensa Régia (13 de maio de 1808), instituições militares e de ensino, uma fábrica de pólvora e uma fundição de artilharia (Barbosa, 1986, p. 20); foi concedida licença para uma fábrica de vidro, e autorizadas a cultura e a moagem do trigo.

Foi nesse cenário que frei Vellozo retornou ao Brasil natal após dezoito anos em Lisboa (Portugal), onde, a partir de 1790, trabalhara no Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda e na Academia Real de Ciências. Dirigiu também a Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego (Lisboa, 1799-1801) coordenando, escrevendo, compilando e traduzindo obras de cunho científico e artístico – entendidas como veículo para o desenvolvimento da sociedade –, e exercitando em textos e imagens o Iluminismo pragmático português.

Antes, no Brasil, havia chefiado a expedição botânica, que percorreu, de 1782 a 1790, a serra do Mar em direção a Santos, coletando e supervisionando os registros textuais e iconográficos de espécies que, após setenta anos e muitas dificuldades, seriam reunidas na sonhada – porém póstuma – *Flora Fluminensis* (Vellozo, 1825).

---

<sup>5</sup> Referência essencial sobre o início da produção papelreira no Brasil no século XIX é Almeida; Hannesch (2021).

<sup>6</sup> “[...] maços de papel de cartas, resmas de papel, mãos de papel pardo” são citados em inventários de agentes mercantis paulistas entre 1711 e 1765 (Borrego, 2010). A importação prosseguiu no século XIX paralelamente aos esforços para a produção brasileira (Lee, 2014).

De volta, em 1808, retornou ao mesmo Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, onde fora ordenado, vindo a falecer em 1811. Não há muitas informações sobre suas atividades durante esse período, mas esteve envolvido em experiências para a produção de papel. É possível que frei Vellozo não tenha sido o responsável direto pela execução de OPP, mas, talvez, o “mentor” da rede de naturalistas distribuídos pelo território brasileiro desde a década de 1790 (Safier, 2019, p. 377-381), aglutinando os esforços engendrados por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para o desenvolvimento econômico<sup>7</sup>.

## 2. Embira ou embiras?

Fibras de inúmeras espécies vegetais eram utilizadas pelos povos originários para a produção de artefatos. Foi a partir da combinação desses saberes e fazeres locais com as técnicas europeias que os portugueses implantaram, no Brasil, suas primeiras manufaturas – inclusive as cordoarias para navegação fluvial e costeira, e as produções experimentais de papel (Almeida, 2019, p. 255-278; Camara, 1810; Pereira, 2018, p. 218-219) a partir de algodão<sup>8</sup>, bromélias<sup>9</sup> e muitas outras plantas. Essa diversidade traz desafios para a identificação da *embira*, mencionada por frei Vellozo.

Hans Staden (c.1525 - c.1576), arcabuzeiro alemão capturado por indígenas tupinambás e resgatado por franceses, publicou seu relato em 1557, difundindo o Brasil antropóforo e deixando registrado o uso do algodão em redes, tecidos, cordas e flechas (Staden, 1942, p. 47, 112, 152, 158, 170, 178, 179). Gabriel Soares de Sousa (década de 1540 - 1591), chegado ao Brasil entre 1565 e 1569, foi

---

<sup>7</sup> Além de frei Vellozo, a rede brasileira de filósofos naturalistas incluía Manuel Arruda da Camara (1752-1810), Joaquim Velloso de Miranda (1736-1817), Francisco Vieira Goulart (1765-1839), Joaquim José Pereira, Vicente Jorge Dias Cabral, Antônio Pires da Silva Pontes Leme, João Manso Pereira (1750?-1820) e José Vieira Couto (1752-1827).

<sup>8</sup> O algodão, com uma espécie nativa no país (*Gossypium mustelinum*) e outra oriunda da América Central (*Gossypium barbadense* L.) mais amplamente disseminada pelo continente (Sousa, 2010, p. 20, 22), era utilizado como fibra têxtil pelos povos originários desde antes de 1500. A primeira menção a algodões e papéis, provavelmente, está na *Relação do Piloto Anônimo*, um dos três testemunhos diretos da chegada dos portugueses ao Brasil: “No meio das ditas casas e das ditas colunas para a parede põem uma rede de algodão dependurada [...]”. O autor não identificado prossegue: “E [os homens da terra] começaram a tratar com os da armada, e davam dos arcos e flechas em troca de guisos, e folhas de papel e peças de pano”. (Piloto, 1500; grifos nossos). As variedades de algodão, domesticadas pelos portugueses para cultivo extensivo, destinavam-se à exportação (Camara, 1799, p. 14-16), com uma pequena parte autorizada para uso local (Portugal, 1785). Sua importância econômica aparece em várias publicações da época; um dos dez tomos de *O Fazendeiro do Brasil*, de frei Vellozo, era dedicado exclusivamente a esta filatura (Velloso, 1806).

<sup>9</sup> Sobre a utilização da bromélia gravatá na fabricação papelreira do Brasil, ver Almeida e Hannesch (2019; 2021); Almeida *et al.* (2020).

abastado senhor de engenho e vereador da Câmara de Salvador – BA. Entre 1584 e 1587, redigiu um “Longo Memorial”, como ele próprio o denominou, que descrevia o Brasil da época<sup>10</sup>. Três capítulos são dedicados exclusivamente ao uso de *embiras* para calafetação de cascos de embarcações e amarras (Sousa, s.d., p. 216-217, 345-347). Mas fazia a ressalva que o termo não se referia a uma planta específica, e sim às fibras obtidas de entrecascas: “Acham-se pelos matos muitas árvores de que se tira a embira” (Sousa, s.d., p. 216).

No século XIX, alguns europeus associaram a *embira* a determinadas espécies botânicas – tal foi o caso de Willem Piso (1611-1678), que veio ao Brasil no século XVII com Maurício de Nassau (1604-1679) e a descreveu como “a árvore silvestre Embira ou Pindaíba, como lhe chamam os índios” (Marcgrave; Piso, 1648, p. 80); ou Hercule Florence (1804-1879), desenhista da Expedição Langsdorff (1825-1829), que registrou o embiruçu como do gênero *Pseudobombax*<sup>11</sup>.

Permanecia a dúvida, uma vez que *embira*, *mbira* ou *imbira*, em tupi, é a designação genérica para “o descascado, o tirado da casca. É a entrecasca resistente de certas árvores, servindo para corda” (Sampaio, 1987, p. 248). A *ibiraba* (*mbir-yba*) designa “a árvore de embira; aquela de cuja casca se tiram fios que servem como cânhamo e de que se fazem amarras e toda a sorte de cordoalha, e se faz estopa” (Sampaio, 1987, p. 245).

O significado de *embira* continuou fluido, acompanhando a falta de familiaridade europeia com a botânica brasileira, a dificuldade na coleta de exemplares e a alteração da nomenclatura ao longo dos séculos. De qualquer modo, em meados do século XIX, a *embira* já havia se consolidado como fibra têxtil:

“Planta, cuja casca tem uma fibra branda, e rija, da qual já se teceu bom veu[?], e póde suprir o cânhamo. Dá-se no Brasil, e serve lá de atar: há varias espécies, a uma das quaes lhe chamão *guachima*, e desta se teceu em Hollanda para amostra, por diligencias de um nosso Official da Marinha, tão bom Official, como Fidalgo, e patriota. H. Naut. 1, 376.” (Silva, 1858, p. 658)

---

<sup>10</sup> Inédito até o século XIX, foi então publicado sob diferentes títulos, como *Notícia do Brasil* ou *Tratado descritivo do Brasil* (Sousa, s.d.).

<sup>11</sup> Ver Expedição Langsdorff ao Brasil, 1988, p. 18 e 115

### 3. Os três fólhos do Museu Imperial

Frei Vellozo assina não somente “O Primeiro Papel, que se fez no Rio de Janeiro a 16 de Novembro de 1809” (OPP, Figura 1a), mas a correspondência, aqui denominada CARTA (Figura 1c), que, seis dias depois (22 de novembro), foi anunciada a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal, com o sucesso nos testes feitos no Rio de Janeiro: “lhe remeto huma amostra do papel bem que não alvejado, feito em primeira experiência da nossa embira – Proseguir-se Ea procurar nos outros generos de plantas filamentososa [sic] as mesmas tentativas. A segunda que ja esta em obra se dará alvo, e em conclusão pode V Ex<sup>a</sup>. contar com esta fabrica [...]” (Carta, 1809). A correspondência trazia em anexo OPP, o qual, além da anotação autógrafa de frei Vellozo, trazia o nome “Romão Eloy de Almeida”<sup>12</sup>.

Sousa Coutinho, nomeado conde de Linhares em 1808, seria responsável por mostrar a D. João o sucesso dos esforços empreendidos pela coroa portuguesa desde o último quartel do século XVIII para identificação e cultivo de espécies botânicas que pudessem ser utilizadas na produção de papel. O príncipe regente deve ter apreciado de sobremaneira a notícia, mandando incorporar OPP e CARTA ao Arquivo da Casa Imperial do Brasil, que contém documentos de caráter privado, pertencentes às famílias Real de Portugal e Imperial do Brasil, reunindo cerca de 40 mil documentos com datas-limite entre 1249 e 1932, colecionados, recebidos ou produzidos por D. João VI, D. Pedro I e pelo próprio D. Pedro II<sup>13</sup>.

Com a proclamação da República e o banimento da família imperial em 1889, (Brasil, 1889), bens e arquivos da Casa de Bragança foram transportados para a Europa. Como apontou Lima Junior (2022), em artigo publicado na edição anterior do *Anuário do Museu imperial*, a escolha foi criteriosa: o objetivo era construir no Castelo D’Eu, situado no condado de mesmo nome, na Alta Normandia (França), um “teatro da memória” (Meneses, 1994) onde

---

<sup>12</sup> Romão Eloy de Almeida (?-1822?) foi gravador, figurista e “diretor de gravura” da Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego (1799-1801). Perdeu a posição quando a oficina foi integrada à Imprensa Régia de Lisboa; talvez por isso tenha pedido o cargo de abridor supranumerário da Casa da Moeda no Rio de Janeiro (Campos, 1999, p. 268). Chegou ao Rio de Janeiro em 1808 com frei Vellozo e entrou para a Imprensa Régia como gravador (Teixeira, 1976, p. 14). É plausível que Romão Eloy de Almeida tenha acompanhado as experiências para a produção de papel a partir de “embira” ou outras fibras, seja como responsável, colaborador ou observador.

<sup>13</sup> Ver Fraguas, 2023, p. 19.

reminiscências familiares se imbricavam com a história da nação brasileira (Lima Junior, 2022, p. 104).

O Arquivo da Casa Imperial do Brasil sobreviveu a I Guerra Mundial (1914-1918) e, na década de 1920, seu inventário foi encomendado ao historiógrafo Alberto Rangel (1871-1945). O catálogo foi finalizado em 1930 e publicado em dois tomos pela Biblioteca Nacional brasileira em 1939, sendo, até hoje, o principal instrumento de pesquisa para este fundo (Rangel, 1939)<sup>14</sup>.

A lei de revogação do banimento permitiu que os itens retornassem ao Brasil (Brasil, 1920). Por doação de D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (1913-2007), bisneto do imperador D. Pedro II, o Arquivo da Casa Imperial do Brasil foi transferido para o Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis – RJ, em 1948, incluindo o “Arquivo P.O.B.” – iniciais que se referem a Pedro d’Orleans e Bragança –, parte do arquivo pessoal de D. Pedro II.

O item tombado como “III-POB/22.11.809/Vel c” inclui OPP, CARTA e um terceiro fólio, que contém a reprodução manuscrita de um trecho da *Eneida*, de Virgílio (70-19 a.C.): “Hae tibi erunt Artes: Romane memento / Parcere subjets et debellare superbos”.<sup>15</sup> O terceiro fólio, que, neste artigo, será designado como LATIM (Figura 1b), foi assinado duas vezes por frei Vellozo, indicando ter sido produzido e utilizado antes de 13 de junho de 1811 (data de seu falecimento). A hipótese inicial considerava que LATIM, talvez, correspondesse ao papel alvejado mencionado na CARTA: “A segunda que já esta em obra se dará alvo [...]” (Carta, 1809)<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Os fólhos deste artigo são descritos no primeiro tomo: “Maço 19 – Doc. 409 / 22 Nov.º 1809 - Padre José Marianno da Conceição Velloso. - Conde de Linhares. - Ofício remetendo “uma amostra de papel bem que não alvejado, feito em primeira experiência da nossa embira. Prosseguir-se ha em procurar em outros gêneros de plantas filamentosas as mesmas tentativas. A segunda que já está em obra o dará alvo, e em conclusão pode V. Ex. contar com esta fábrica”. - Acompanha uma amostra do dito papel onde se lê: “O primeiro papel que se fez no Rio de Janeiro a 16 de Novembro de 1809”. Em poscripto ao officio de Veloso lê-se: “já tenho quem queira cuidar da fabrica de vidros” (Rangel, 1939, p. 44).

<sup>15</sup> Em tradução livre: “Estas serão as suas artes: Roma, lembre-se / Poupe os súditos e subjogue os orgulhosos”, reproduzindo trecho do Livro VI (847-853) de *Eneida*, quando a clemência é sugerida como virtude para alcançar a paz política e a concórdia entre os cidadãos do grande Império romano. A anotação foi, possivelmente, escrita por frei Vellozo, o qual utilizava correntemente o latim.

<sup>16</sup> Além dos três fólhos históricos, o conjunto inclui duas folhas de papel sulfite, datilografadas no século XX: uma contendo a transcrição da CARTA e a outra de LATIM; essas duas folhas não constituíram objetos deste estudo.



Figura 1: Registro fotográfico dos três fólhos (*recto e verso*): (a) OPP, (b) LATIM e (c) CARTA. Na coluna à direita, detalhes dos papéis sob luz transmitida. Museu Imperial/Ibram/MinC.

#### 4. Caracterizar para preservar

O papel é constituído basicamente por fibras de celulose unidas por ligações de carbono e hidrogênio. A celulose é um polímero linear naturalmente hidrofílico (Philipp; Almeida, 1988, p. 46-50) e sua estabilidade, a longo prazo, depende de reações hidrolíticas e oxidativas, que ocorrem durante o envelhecimento e a degradação, alterando suas propriedades químicas e físico-mecânicas (Hajji *et al.*, 2016, p. 646; Proniewicz, 2001, p. 163-164).

A preservação física é inerente à musealização, garantindo o acesso às populações futuras. Para isso, é importante compreender a “história de vida” do objeto (Appadurai, 2021) desde sua origem, recuperando também, tanto quanto possível, informações sobre circulação, uso, acondicionamento, armazenamento, exposição, contaminação, intervenções, etc. Além disso, fatores ambientais, como temperatura, umidade, luz, oxigênio, poluição, contaminantes e microorganismos podem afetar sua conservação (Jablonsky *et al.*, 2012, p. 331).

A *Ciência do Patrimônio*, resultado da parceria entre as Ciências Exatas e as Ciências Humanas, trouxe novos recursos para a caracterização da materialidade dos objetos, de forma a distinguir elementos e ligações químicas

existentes, processos de degradação, ação de fungos e de insetos, e auxiliar na pesquisa da historicidade e datação. Identificar a composição e o estado de conservação de papéis, produzidos em condições experimentais a partir de fibras vegetais não usuais, é essencial não somente para fornecer detalhes sobre a história da produção brasileira, mas também para definir parâmetros individualizados para a preservação física a longo prazo. Torna-se possível, assim, antever reações e recomendar possíveis protocolos de tratamento. Ações de curto, de médio e de longo prazo podem retardar processos inevitáveis de degradação por fatores intrínsecos, extrínsecos e envelhecimento (Havlínová *et al.*, 2009; Jablonsky *et al.*, 2012, p. 331; Kolar, 1997; Sansiviero *et al.*, 2021, p. 1109; Strlič, 2005, p. 3-8).

Para examinar os três fólios (OPP, LATIM e CARTA), as abordagens escolhidas foram o exame organoléptico, imageamento com luz visível e luz transmitida, microscopia e análises espectroscópicas não invasivas aplicadas *in situ* com equipamentos portáteis.

O Exame Organoléptico traz as características perceptíveis aos sentidos, como dimensões, peso, espessura, cor, rugosidade, homogeneidade, estado de conservação, etc. Além de registros fotográficos com radiação visível, os papéis também foram examinados sob a luz transmitida, com a fonte posicionada abaixo deles, possibilitando a visualização de marcas d'água, vergaturas<sup>17</sup>, defeitos próprios, derivados do processo de fabricação, acréscimos, delaminações e outras características (Figura 1).

Nas análises espectroscópicas, foram utilizadas as de Fluorescência de Raios X por Dispersão de Energia (EDXRF) e de Infravermelho com Transformada de Fourier (FTIR) com módulo de Reflectância Total Atenuada (ATR), possibilitando o exame de áreas diminutas sem coleta de amostra, sem interferência e sem alteração das características do objeto, obtendo, de forma não invasiva e *in situ*, dados elementares e composicionais dos materiais existentes. Procedimentos museológicos foram adotados na manipulação dos fólios, realizada sob a supervisão da equipe do Museu Imperial e reduzida à mínima necessária para evitar riscos de dano<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> A vergatura é o conjunto de linhas paralelas ou perpendiculares que são deixadas pelos fios metálicos que formam a peneira da forma papelera. Inclui os pontuais (mais próximos entre si) e os corondéis (mais distantes entre si). Sobre o assunto ver, entre outros, Rodés (1995).

<sup>18</sup> Devido às características de folha solta, flexível e frágil, para as análises EDXRF, a equipe do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial preparou uma “moldura-sanduíche” em papel de pH neutro de grande gramatura e dimensões bem maiores que os documentos, permitindo que diferentes áreas fossem analisadas sem comprometer a estabilidade dos fólios e sem submetê-los à pressão, ao esforço, à tensão ou ao risco de deslizamento. A abertura

A Espectroscopia de Fluorescência de Raios X por Dispersão de Energia (EDXRF) é baseada na medição das intensidades de raios X característicos, que são emitidos pelo objeto em resposta à incidência de radiação, possibilitando a identificação dos elementos químicos presentes, principalmente no que diz respeito a seu conteúdo inorgânico<sup>19</sup>. É uma excelente técnica para identificação de processos de produção, manuseio, contaminações, guarda e conservação<sup>20</sup>. Os espectros brutos ou as contagens de raios X por energia, resultantes das medições, permitiram identificar os elementos químicos presentes. Os dados EDXRF dos três papéis foram classificados em quatro categorias: (1) papel sem escrita, sem carimbos e sem manchas visíveis a olho nu; (2) ponto de escrita; (3) ponto em carimbo (“P.O.B.” ou “Museu Imperial”); (d) mancha visível a olho nu. No presente artigo, são apresentados os resultados referentes ao papel sem escrita, sem carimbo e sem mancha visível a olho nu.

Na Espectroscopia de Infravermelho com Transformada de Fourier com módulo de Reflectância Total Atenuada (FTIR-ATR), a radiação infravermelha é utilizada para excitar as moléculas do material. Cada composto químico presente no papel, seja qual for sua origem, responde com frequências de vibrações características que dependem da estrutura, da composição e do modo de vibração da amostra. O sinal captado é transformado em um espectro que traz a contagem de radiação absorvida em cada tipo de ligação molecular presente (em número de onda)<sup>21</sup>. Cada ligação química se manifesta no espectro através de uma banda característica. A região de “impressão digital” (*fingerprint*) é um intervalo característico e único que possibilita a diferenciação entre os materiais. Para materiais celulósicos, os números de onda entre 1200 e 600  $\text{cm}^{-1}$  são os mais favoráveis à diferenciação de fibras e estados de degradação.

---

central (cerca de 20 x 20 cm) permitiu que os exames fossem realizados sem interferência de qualquer outro composto além do ar (Figura 3).

<sup>19</sup> Elementos químicos de número atômico menor que 11 (presentes em compostos orgânicos) não fornecem resposta clara no sistema EDXRF utilizado.

<sup>20</sup> Foi utilizado um equipamento portátil de fluorescência de raios X por dispersão de energia com emissor de raios X de prata, operando com uma tensão de 30 kV, corrente de 5  $\mu\text{A}$  e diâmetro de feixe de  $\varnothing = 2$  mm; e detector SDD (“Silicon Drift Detector” – Detector Silício) de silício possui resolução de 125 eV, ambos da Amptek®. Para possibilitar a comparação das medidas realizadas, fez-se a normalização dos valores de argônio (Ar), corrigindo as variações na coluna de ar (distância) existente entre o objeto e o sistema EDXRF.

<sup>21</sup> Foi utilizado um espectrômetro FTIR-ATR da marca Alpha Bruker®. O tempo de medição foi da ordem 64 scans (aproximadamente 1 minuto). Os dados foram coletados no intervalo de número de onda de 4.000 a 600  $\text{cm}^{-1}$ , com resolução de 4  $\text{cm}^{-1}$ , pelo *software* Opus-Bruker®. Os pontos medidos com FTIR-ATR não foram os mesmos que aqueles analisados por espectroscopia EDXRF. Para minimizar riscos durante a manipulação e o posicionamento dos fôlios no equipamento de FTIR-ATR, foram escolhidos pontos localizados próximos das bordas, em ambas as faces (*recto* e verso). Nas medições EDXRF, foi possível analisar áreas mais centrais em ambas as faces.

A identificação de fibras vegetais é um desafio pelo FTIR-ATR, sendo que, geralmente, o diagnóstico característico é dado pela microscopia de microamostras. Microfragmentos, encontrados soltos dentro do acondicionamento dos fólhos, foram cedidos pelo Museu Imperial para análise no Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (IGc/USP) com técnicas de microscopia óptica<sup>22</sup>. Quando não é possível obter microamostras, a alternativa tem sido submeter os resultados das técnicas analíticas a processamentos estatísticos como a Análise de Componentes Principais (ACP ou PCA – *Principal Component Analysis*). O PCA é um procedimento matemático que condensa dados, identifica relações, elimina sobreposições e seleciona as informações mais representativas a partir de combinações lineares das variáveis originais, gerando uma representação gráfica de compreensão visual direta.

## 5. Resultados

O Exame Organoléptico mostrou que, apesar de dimensões semelhantes à CARTA, OPP e LATIM apresentam maior peso, maior espessura e maior irregularidade, inclusive com fibras visíveis a olho nu. A CARTA possui superfície e densidade homogêneas (Figura 1). Estes dados estão apresentados na Tabela 1.

---

<sup>22</sup> Na microscopia óptica, as imagens são formadas através da incidência de luz visível sobre o objeto, e aumentadas por lentes objetivas e oculares. As autoras agradecem ao IGc/USP, ao especialista Isaac Jamil Sayeg e ao Dr. Gabriel Osés pelas análises realizadas no esteromicroscópio Stemi SV11 da ©Zciss.

**Tabela 1: Descrição dos fólhos**

	<b>OPP</b>	<b>LATIM</b>	<b>CARTA</b>
<b>Descrição</b>	Tinta metaloácida sobre papel filigranado	Tinta metaloácida sobre papel filigranado	Tinta metaloácida sobre papel filigranado
<b>Marca d'água</b>	Sem marca d'água	Sem marca d'água	Classe T Flor-de-Lis; Heráldica; Emblemas e escudos Texto "G M"
<b>Produção</b>	Rio de Janeiro, Brasil, 16 de novembro de 1809	Local e data não identificados (anterior a 13 de junho de 1811)	Atribuída a Giorgio Magnani (Pescia, Itália), em data anterior a 22 de novembro de 1809
<b>Uso</b>	Rio de Janeiro, Brasil, 16 de novembro de 1809	Rio de Janeiro, Brasil, antes de 13 de junho de 1811	Rio de Janeiro, Brasil, 22 de novembro de 1809
<b>Dimensões do fólho aberto (cm)</b>	31,0 x 44,0 cm	31,5 x 44,0 cm	31,0 x 42,7 cm
<b>Peso (gramas)</b>	11,90 g	12,16 g	10,43 g
<b>Varição da espessura (mm)*</b>	136 – 322 mm	142 – 194 mm	110 – 171 mm
<b>Distância entre corondéis (mm)</b>	29,0 – 30,0 mm	31,0 mm (em média)	27,5 – 29,0 mm
<b>Distância entre pontusais (mm)</b>	aprox. 15,0 mm	variável	12,0 – 14,0 mm
<b>Carimbos</b>	"P.O.B." (duas vezes); Museu Imperial retangular; (anotado "281/51");	"P.O.B."; Museu Imperial retangular; (anotado "282/52");	"P.O.B."; Museu Imperial retangular; (anotado "280/51"); Museu Imperial circular;
* Variação entre ponto próximo ao vinco central e ponto localizado no canto ou margem do fólho			
Fonte: as autoras.			

Três carimbos foram identificados nos fólhos: o escudo circular com coroa e listel (2,0 x 1,5 cm) foi aplicado por Alberto Rangel durante o processo de inventário, na década de 1920, e indica pertencimento ao “Arquivo P.O.B.” (Pedro d’Orleans e Bragança); os demais, um de diâmetro 2 cm, e o outro retangular com 4,0 x 3,0 cm, foram acrescentados após a doação ao Museu Imperial, sendo, portanto, posteriores a 1948 (Figura 2)<sup>23</sup>.

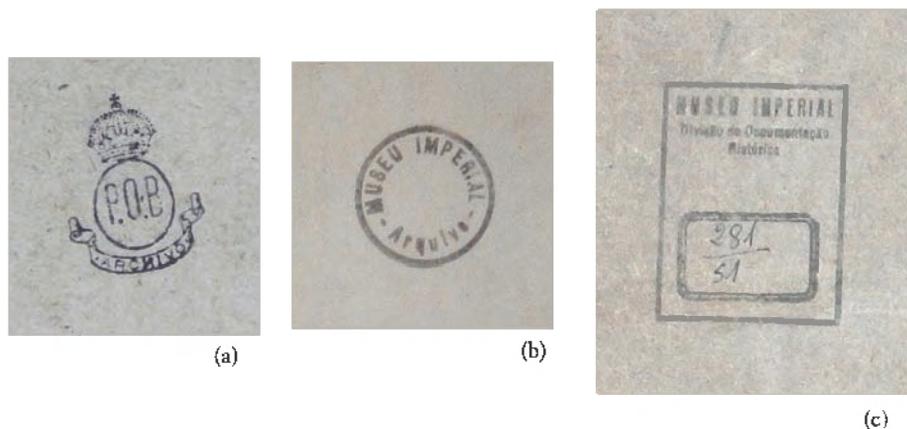


Figura 2: Registros fotográficos dos três carimbos existentes nos fólhos. (a) - identificação de pertencimento ao “Arquivo P.O.B.”; (b) - Arquivo do Museu Imperial. (c) - carimbo da Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial. Museu Imperial/Ibram/MinC.

A luz transmitida (Figura 1) mostrou que em OPP e LATIM existe uma grande heterogeneidade (regiões com alta opacidade, ou seja, maior densidade).

Na CARTA, foi observada a marca d’água “G M”, a qual pode ser atribuída à fábrica de Giorgio Magnani (Pescia, Itália) (Borrego *et al.*, 2022, p. 55-56). Papéis Magnani foram distribuídos na Europa, Brasil e América do Norte ao longo de todo o século XIX (Borrego *et al.*, 2022, p. 59). A mesma marca

---

<sup>23</sup> No carimbo retangular, a anotação manuscrita à tinta indica o período de processamento técnico pela instituição. O carimbo aplicado ao fólio OPP traz a anotação “281/51”, indicando tratar-se do documento n.º 281, catalogado em 1951. Conforme relato verbal do professor Maurício Vicente Ferreira Júnior, diretor do Museu Imperial, às autoras em 2022, a caligrafia é de Lourenço Luiz Lacombe (1914-1994), que trabalhou no Museu Imperial de 1940 a 1990, integrando a equipe do fundador Alcindo Sodré, antes mesmo da abertura da institui o ao público. Lacombe foi diretor da institui o de 1967 a 1990.

d'água foi encontrada em outro papel feito de trapos de tecidos, utilizado em 1875 em um inventário conservado, atualmente, no Museu Republicano Convenção de Itu (Itu – SP)<sup>24</sup>.

A pesquisa também incluiu estudos paleográficos dos três documentos. A CARTA traz a assinatura de frei Vellozo e foi datada em 22 de novembro de 1809. O fólio LATIM não traz data, mas foi assinado duas vezes, indicando utilização anterior a 13 de junho de 1811, quando faleceu o frei. OPP apresenta data de 16 de novembro de 1809 e não foi assinado, mas a caligrafia permite atribuir a autoria das inscrições também ao frei Vellozo<sup>25</sup>.

Quanto às análises de EDXRF, foram identificados os elementos químicos inorgânicos: silício (Si), enxofre (S), cloro (Cl), potássio (K), cálcio (Ca), titânio (Ti), manganês (Mn), ferro (Fe), cobre (Cu), zinco (Zn) e chumbo (Pb), que podem estar associados às matérias-primas utilizadas e aos ingredientes incorporados intencional ou acidentalmente durante o processo de produção do papel. Cargas<sup>26</sup> e aglutinantes são ingredientes intencionais, enquanto minerais e outras impurezas trazidas pela água, pelo desgaste ou pela contaminação por equipamentos e utensílios do processo de preparação são acréscimos inadvertidos, exemplos destes podem ser o ferro e o cobre. Já o cloro e o enxofre podem estar relacionados a subprodutos de degradação (Borrego, 2022, p. 66).

A Figura 3 traz a comparação entre espectros de EDXRF de cada fólio para regiões medidas no papel sem escrita, sem carimbos e sem manchas visíveis a olho nu. Em OPP, há maiores contagens de cálcio (Ca), ferro (Fe), cobre (Cu) e zinco (Zn). Em LATIM, há alta quantidade de enxofre (S) e potássio (K).

Titânio (Ti), zinco (Zn), cobre (Cu) ou chumbo (Pb) aparecem em OPP e LATIM (com maior contagem em OPP), mas não na CARTA. Estes elementos são, de fato, incomuns na produção papelreira europeia do início do século XIX. OPP e LATIM são muito ricos em cálcio (Ca) – com contagens, respectivamente, 25 e 5 vezes mais do que CARTA. Cinzas de madeira, usadas para clarear as fibras, podem explicar não somente maiores teores de cálcio (Ca), derivados do

---

<sup>24</sup> Ver Inventário, 1875. Este inventário foi estudado pelo grupo de pesquisa interdisciplinar *Estudo e caracterização de documentos em suporte de papel* (Universidade de São Paulo). Ver Borrego (2022).

<sup>25</sup> Em OPP, no alto da página 1, há a anotação “Romão Eloÿ de Almeida” manuscrita à tinta (ver nota 12). Na página 4, no quadrante superior direito, foi escrito de lado, também à tinta: “O Primeiro papel, que se fez no / Rio de Janeiro a 16 de Novembro / de 1809 / [carimbo PO.B] / Snr [~ (til) acima da letra “r”]”. A transcrição seguiu a ortografia original.

<sup>26</sup> Cargas são substâncias adicionadas à polpa de papel para conferir volume, opacidade ou brilho, brancura, homogeneidade e maciez, propriedades físico-químicas desejáveis na fabricação de papel (Abazi, 2016, p. 48).

carbonato de cálcio ( $\text{CaCO}_3$ ) acrescentado como carga mineral, mas também de potássio (K) e ferro (Fe).

A conversão dos dados em gráficos de barra, separados por elementos químicos, torna mais legível a diferença na composição elementar dos papéis; um exemplo pode ser visto com o potássio (K), que existe em maior contagem em LATIM do que em OPP e CARTA. Esse é um dado interessante, já que, no Brasil do final do século XVIII e no início do século XIX, os naturalistas estavam envolvidos na extração de potassa (carbonato de potássio  $\text{K}_2\text{CO}_3$ ) e na construção de nitreiras artificiais para a obtenção de salitre (nitrate de potássio  $\text{KNO}_3$ ), ingredientes usados na fabricação de pólvora. É possível que um composto de potássio tenha sido utilizado na produção de LATIM.

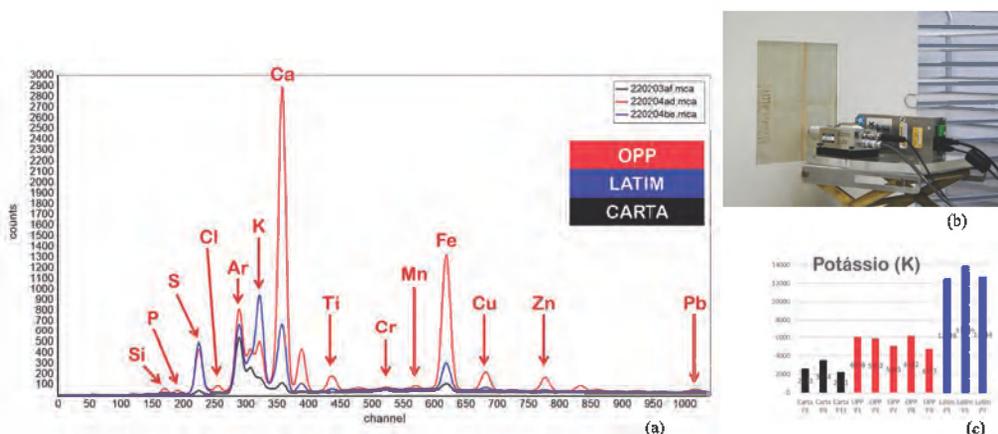


Figura 3: (a) - Espectro típico de EDXRF com identificação dos elementos químicos. (b) - Arranjo experimental das análises ED-XRF (c) - Gráfico de barras das contagens de raios X de potássio dos diferentes espectros medidos para os diferentes papéis.

Fotografia: as autoras.

À esquerda, a Figura 3(a) apresenta os espectros de OPP, LATIM e CARTA que indicam os elementos químicos encontrados. À direita, a Figura 3(c) apresenta o gráfico de barras que compara as contagens de potássio (K) em cada fôlho após a equalização dos níveis de argônio (Ar): CARTA (em preto), OPP (em vermelho) e LATIM (em azul)<sup>27</sup>. Além de potássio (K), há maior quantidade de enxofre (S) em LATIM, sugerindo a existência de processos de degradação ou a adição de novos ingredientes após as experiências para a manufatura de OPP.

<sup>27</sup> O eixo y representa a contagem do elemento químico encontrado no ponto indicado no eixo x.

OPP apresenta maiores contagens de cloro (Cl) do que LATIM e CARTA. Este dado parece indicar que a água do mar – composta por cerca de 80% de cloreto de sódio NaCl – da baía da Guanabara possa ter sido utilizada para o branqueamento de OPP, onde também há um conteúdo maior de ferro (Fe), titânio (Ti), cobre (Cu) e zinco (Zn). Tais elementos estão em menor quantidade em LATIM e não aparecem em CARTA, logo, podem ser oriundos do solo, de ingredientes, de equipamentos utilizados no processo de produção do papel, ou da contaminação ambiental. Outra fonte pode ser a água, usada em grande quantidade na produção papeleira, a qual carrega partículas e elementos dos solos e ambientes que percorre, e que podem servir como marcadores da região geográfica de origem (GO *et al.*, 2021). A presença desses elementos em OPP e LATIM pode indicar que foram manufaturados no mesmo local.

Em 1809, o abastecimento de água para a população carioca vinha das nascentes do rio Carioca, localizadas no morro do Corcovado, floresta da Tijuca. Conhecidas pelos benefícios medicinais desde o início da ocupação da região, suas águas foram canalizadas pelos portugueses e disponibilizadas em bicas públicas ao longo dos seus 4.300 km de extensão; uma delas era conhecida como “fonte de águas férreas” (Bertichem, 1856; grifo nosso). A água chegava ao centro da cidade através dos “Arcos da Carioca”, aqueduto inaugurado em 1750 que abastecia também o Convento de Santo Antônio, onde frei Vellozo viveu de 1808 até sua morte em 1811. Essas águas “férreas”, correndo em solos ricos em metais, poderiam explicar vestígios de elementos inorgânicos na composição de OPP e LATIM. Os resultados podem corroborar a anotação de frei Vellozo na CARTA sobre a produção de papéis no Rio de Janeiro por volta de 1809, certamente de OPP e provavelmente também LATIM. De fato, de acordo com um estudo de 2020, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Ministério de Minas e Energia, no entorno da cidade do Rio de Janeiro existem vários minérios de titânio: rutilo (TiO<sub>2</sub>), ilmenita (Fe.TiO<sub>3</sub>) e titanita (CaTiO(SiO<sub>4</sub>)) (Shintaku *et al.*, 2000, p. 2).

Os resultados da espectroscopia FTIR-ATR estão relacionados à composição, à idade, ao grau de degradação da celulose (Proniewicz, 2001), ao tipo de fibra vegetal e ao seu processamento (Sansiviero *et al.*, 2021, p. 1109), além de outras substâncias incorporadas na produção ou ao longo de sua trajetória. Os dados obtidos se alinham à pesquisa histórica e ressaltam as diferenças entre os três fôlios, especialmente quando comparadas entre si nas regiões de *fingerprint* de itens celulósicos (Figura 4). Há diferenças entre as bandas vibracionais dos papéis, sugerindo que a composição de OPP e LATIM é diversa daqueles papéis que eram produzidos a partir de algodão, cânhamo, linho ou trapos, matérias-

primas tradicionais amplamente utilizadas na Europa e que estão presentes na CARTA – já identificada pela marca d'água como sendo de produção do italiano Giorgio Magnani<sup>28</sup>. Portanto, OPP e, potencialmente, LATIM podem ter sido produzidos a partir de fibras vegetais alternativas.

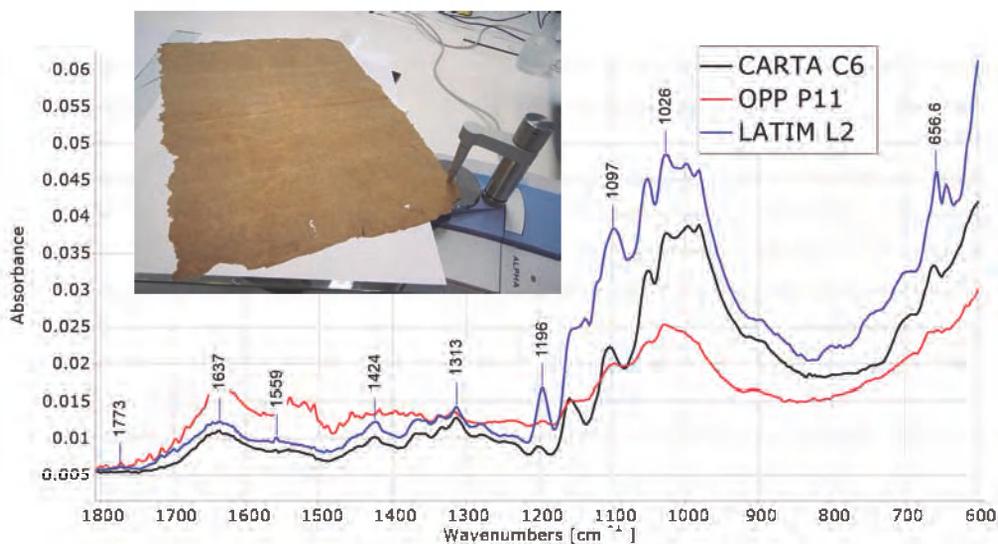


Figura 4: Superior - Equipamento FTIR usado no arranjo experimental. Inferior - Espectros FTIR-ATR das regiões de *fingerpint* de OPP (em vermelho), LATIM (em azul) e CARTA (em preto). Fotografia: as autoras.

Nos três papéis, conservados juntos há, pelo menos, sete décadas, há sinais de oxidação, hidrólise – reações que podem acontecer simultaneamente (Castro *et al.*, 2011, p. 1402; Havlínová, 2009, p. 223) – e redução da cristalinidade da celulose coerentes com envelhecimento e degradação. Nenhum dos três fólhos apresenta bandas atribuídas a materiais resinosos ou proteínas comumente utilizadas como aglutinantes. Por outro lado, em todos os espectros, há bandas ligadas ao carbonato de cálcio ( $\text{CaCO}_3$ ), ingrediente comum na produção de papel para melhorar a opacidade e o brilho. Verifica-se também a presença de sulfatos, utilizados como homogeneizadores na produção dos papéis ou como contaminantes posteriores, por exemplo, como componentes de inseticidas. Os resultados de EDXRF já haviam indicado a presença de cálcio (Ca) e enxofre (S) nos três fólhos, com contagens significativamente maiores em OPP e LATIM.

Todos os resultados EDXRF e FTIR-ATR foram processados estatisticamente por PCA, ressaltando as diferenças entre OPP, LATIM e

<sup>28</sup> Ver Borrego *et al.*, 2022, p. 55-56.

CARTA. Deve ser considerado, contudo, que papéis experimentais podem ser produzidos a partir de combinações de plantas, nativas ou cultivadas. LATIM pode ter se aproveitado das lições trazidas por OPP e ser resultado de uma combinação de diferentes *embiras* nativas, ou de *embira* com outras fibras vegetais, incluindo o algodão cultivado nos arredores do Rio de Janeiro, e outros ingredientes.

Na análise de microscopia dos microfragmentos encontrados soltos nos acondicionamentos de CARTA e OPP foi possível visualizar a trama imbricada e o entrelaçamento das fibras resultantes da maceração. Na CARTA, a trama é mais uniforme, enquanto em OPP há variações, com algumas fibras mais grossas e escuras (Figura 5).

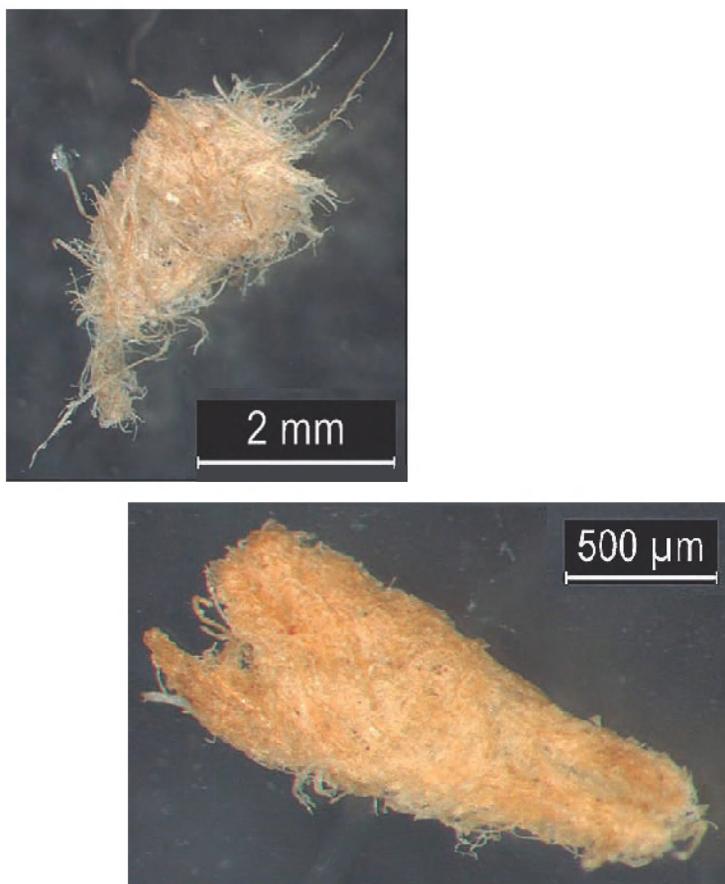


Figura 5: Microscopia óptica de fragmentos soltos encontrados junto à CARTA (à esquerda) e OPP (à direita). Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 6. Considerações finais

Estudos históricos e paleográficos mostraram que os três papéis (OPP, LATIM e CARTA) foram produzidos e/ou utilizados antes do falecimento de frei Vellozo, em 13 de junho de 1811.

A produção de OPP não foi um sucesso acidental ou isolado, mas o resultado de três décadas de estudos e experimentações realizados pelos naturalistas ligados às viagens filosóficas portuguesas que percorreram diversas regiões brasileiras.

A análise de EDXRF mostrou que OPP e LATIM apresentam os mesmos elementos químicos em maior ou menor quantidade, sendo que alguns deles são incomuns na produção europeia de papel nos séculos XVII e XVIII; titânio (Ti), cobre (Cu) e zinco (Zn) não aparecem na CARTA. Sua presença leva a supor o mesmo local e processo de produção de OPP e LATIM.

A espectroscopia FTIR-ATR sugere que houve variação na escolha das fibras e ingredientes na produção dos três papéis. Os resultados de OPP e LATIM parecem corroborar o que está escrito na CARTA sobre a utilização de plantas nativas brasileiras. Todavia, LATIM parece não corresponder ao “papel branqueado de embira”, mencionado em CARTA, e também não é um papel europeu. Os espectros FTIR-ATR sugerem que LATIM pode ter sido produzido a partir de outras fibras vegetais nativas e ingredientes como compostos de enxofre (S) e potássio (K), tirando partido de experiências anteriores.

CARTA tem uma composição semelhante aos papéis europeus, feitos de trapos de tecidos de algodão, linho e/ou cânhamo (isolados ou combinados), isso corresponde aos dados históricos, reforçados pela caracterização de um fólio (Inventário, 1875) que possui a mesma marca d’água do papeleiro italiano Giorgio Magnani (Borrego *et al.*, 2022, p. 55-56).

Documentos do final do século XVII atestam a atenção dada pela coroa portuguesa à investigação de plantas que pudessem ser utilizadas na fabricação de papel. Sabe-se de testes feitos por outro naturalista de sobrenome Velloso – Joaquim Velloso de Miranda (1736-1817) –, talvez em sua fazenda, em Ouro Branco – MG, onde também testava nitreiras artificiais para a produção de pólvora. Em notas sobre suas experiências, registra que havia feito sucessivos testes de branqueamento de fibras vegetais com o que tinha disponível: água fervida com salitre (KNO<sub>3</sub>). Infelizmente, os resultados não haviam sido satisfatórios, “não obstante fazer ferver por vezes a dita lasca [...] ou ajuntando-lhe cinza” (Lista, 1800 *apud* Pereira, 2018, p. 219). Alguns elementos e compostos

químicos encontrados em OPP e LATIM, como o cloro, podem derivar de semelhantes experimentações.

A busca por novas matérias-primas também se dava simultaneamente em Olinda – PE, por Manuel Arruda da Camara (1752-1810). Em 1810, um ano após a produção de “O Primeiro Papel” no Rio de Janeiro, publicou sua *Dissertação sobre as plantas do Brazil... Indagadas de ordem do Principe Regente Nosso Senhor*, na qual constatava que “he muito possivel fabricar-se papel de boa qualidade de alguns linhos Brasileiros, como são quasi todos das plantas do genero do ananás, e das malvaceas; os quaes são susceptiveis de embranquimento”, mas que não o havia feito “por falta de huma fabrica” onde pudesse fazer suas experiências (Camara, 1810, p. 5).

Provavelmente, Velloso de Miranda e Arruda da Camara desenvolviam experiências paralelas às de frei Vellozo, no Rio de Janeiro, todos sob a coordenação de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, com vistas à aplicação de suas descobertas em produção que suprisse, pelo menos em parte, as necessidades de papel da colônia. Dada a estrutura necessária, pode-se pensar que frei Vellozo tenha utilizado as dependências e o equipamento da Fábrica de Estamparia e Papel instalada pelos portugueses Henrique Nunes Cardoso e Joaquim José da Silva em Andaraí Pequeno, subúrbio do Rio de Janeiro<sup>29</sup>. Há notícias sobre essa fábrica desde 1808 (Almeida; Hannesch, 2021, p. 21), e a microscopia testemunha o trabalho de maceramento das fibras para a produção de OPP.

OPP e LATIM podem não ser os primeiros papéis feitos no Brasil, mas até o momento são os mais antigos sobreviventes das primeiras experiências nacionais para alcançar a autossuficiência – e a partir de fibras vegetais locais para driblar a carência de matérias-primas tradicionais. São testemunhos históricos, tanto como suporte de informação como em sua materialidade, de inovações resultantes da combinação do saber científico europeu com os fazeres e saberes dos povos originários. Esse fato, por si só, reforça o empenho em sua preservação como objeto museológico e a caracterização busca contribuir para isso.

Pesquisas têm sido feitas globalmente para avaliar o potencial de matérias-primas alternativas para a produção sustentável de papéis; quiçá, o presente estudo possa contribuir. Retomaríamos, assim, o que escreveu Manoel Arruda da Camara: “A natureza concedeo a cada paiz, ou a cada clima seus privilegios exclusivos” (Camara, 1810). Que saibamos deles usufruir.

---

<sup>29</sup> Almeida e Hannesch (2019; 2021) reuniram os poucos documentos e notícias relacionadas a esta produção, publicados entre 1808 e 1844. Também realizaram um profundo levantamento sobre as primeiras fábricas de papel do Rio de Janeiro, incluindo a de Orianda (Petrópolis – RJ); ver Almeida e Hannesch (2021).

## 7. Referências

### Documentos manuscritos e iconográficos

ARQUIVO Histórico Ultramarino, Documentos do Fundo Minas Gerais (AHU-MG), Cx. 154, Doc. 44, Cód. 11735. *Lista* (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando amostras de plantas e de árvores próprias para o fabrico de papel, acompanhadas da nota de Joaquim Veloso de Miranda. Vila Rica, 15 de outubro de 1800 *apud* PEREIRA, 2018, p. 219.

BERTICHEM, Pieter Godfried. *Agoas Ferreas (Larangeiras), 1856*. Litografia sobre papel, 31 x 45 cm. Coleção Brasileira Itaú. Disponível em: <<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18099/agoas-ferreas-larangeiras>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

INVENTÁRIO de Pedro Silveira Leite e Gertrudes Brandina de Arruda, 1875. Coleção Museu Republicano Convenção de Itu (Itu – SP), caixa 108, p. 47.

O PRIMEIRO papel que se fez no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1809. Arquivo Histórico/Museu Imperial/Ibram/MinC, (Petrópolis – RJ). III-POB/22.11.809/Vel c.

### Bibliografia

ABAZI, Drita. *Analytical evaluation of paper degradation*. 2016. 96 f. Tese (Mestrado em Arqueologia e Ambiente, Erasmus Mundus – ARCHMAT) – Universidade de Évora, Évora, 2016. Disponível em: <[https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/20584/1/Thesis-Drita%20Abazi\\_final.pdf](https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/20584/1/Thesis-Drita%20Abazi_final.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; MAGALHÃES, Francisco de Oliveira; CÂMARA, Cláudio Augusto Gomes da. “Campos de aplicação dos conhecimentos botânicos e químicos em Olinda no início do século XIX: os casos da *Dissertação Chimica* do naturalista Frei José da Costa Azevedo e do Jardim Botânico de Olinda”. In: PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, Fernando (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. [São Paulo]: Editora da Universidade de São Paulo EDUSP, [2019]. p. 255-278.

ALMEIDA, Thais Helena de; HANNESCH, Ozana. “As primeiras fábricas de papel na cidade do Rio de Janeiro no século XIX”. *PóS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 11, nº 22, p. 15 - 44, maio-ago, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.25766>>. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/25766>>. Acesso em: 19 out. 2022.

ALMEIDA, Thais Helena de Almeida; *et al.* “Gravatá fiber (bromélia balansae): a Brazilian alternative for the paper of the XIX century”. *Paper History. Journal of the International Association of Paper Historians*, v. 24, nº 1, 2020, p. 7-11.

ALMEIDA, Thais Helena de Almeida; HANNESCH, Ozana. “Orianda, a fábrica de papel do Barão de Capanema: de 1852 a 1859”. In: *Congreso Internacional de Historia del Papel en la Península Ibérica*, 13, 2019, Málaga. Actas, tomo II. Málaga: Asociación Hispánica de Historiadores del Papel (AHHP), 2019. p. 95-109. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/351664727\\_Orianda\\_a\\_fabrica\\_de\\_papel\\_d\\_o\\_Barao\\_de\\_Capanema\\_de\\_1852\\_a\\_1859](https://www.researchgate.net/publication/351664727_Orianda_a_fabrica_de_papel_d_o_Barao_de_Capanema_de_1852_a_1859)>. Acesso em: 16 fev. 2021.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Eduff, 2021.

BARBOSA, Francisco de Assis. *O Brasil de D. João VI: com a ‘inversão da metrópole’*, de Lisboa para o Rio de Janeiro (1807-1821), erguem-se os alicerces de uma nação moderna. Comunicação às 1.<sup>as</sup> Jornadas de História Moderna, nos dias 16, 17, 18 e 19 de outubro de 1986, Centro de História da Universidade de Lisboa. Lisboa: ed. autor, 1986.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. [São Paulo]: Alameda, [2010].

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; *et al.* “Italian and Portuguese papers in the Brazilian countryside (1850-1900)”. In: LAROQUE, Claude; PIERRARD, Maryse (dir.). *2020 Histoire du papier et de la papeterie: actualités de la recherche II* (Actes de la journée d’étude du 13 octobre 2020) – 2021. Les papiers filigranés de la période 1830-1950 (Actes de la journée d’étude du 8 octobre 2021). Paris: HiCSA et ENS, 2022. No prelo.

BRASIL. *Decreto nº 78-A, de 21 de dezembro de 1889*. “Bane do territorio o Sr. D. Pedro de Alcantara e sua família” e determina que “Fica-lhe vedado possuir immoveis no Brazil, devendo liquidar no prazo de dous annos os bens dessa especie, que aqui possuem.” Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-78-a-21-dezembro-1889-543750-publicacaooriginal-54312-pe.html>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 4.120, de 3 de setembro de 1920*. “Revoga os arts. 1º e 2º do decreto n. 78 A, de 21 de dezembro de 1889 e autoriza a trasladar para o Brasil os despojos mortaes do ex-Imperador D. Pedro II e de sua esposa, D. Thereza Christina, abrindo para tal fim os necessários créditos.” Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dpl/dpl4120-1920.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.120%2C%20DE%203,e%20de%20sua%20esposa%2C%20D](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl4120-1920.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.120%2C%20DE%203,e%20de%20sua%20esposa%2C%20D)>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CAMARA, Manoel Arruda da. *Dissertação sobre as plantas do Brazil, Que podem dar linhos proprios para muitos usos da Sociedade, e suprir a falta do Canhamo, Indagadas de ordem do Principe Regente Nosso Senhor, por... Por Ordem de Sua Alteza Real*. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1810. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22579>>. Acesso em: 19 out. 2022.

CAMARA, Manuel Arruda da. *Memoria sobre a Cultura dos Algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propoem alguns planos novos, Para o seu melhoramento, offerrecida A S. A. Real, o Principe Regente Nosso Senhor. Por Manuel Arruda da Camara, Formado em Medicina, e Filosofia, e Socio de varias Academias, etc. Impressa De Ordem do*

*mesmo Senhor Por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso*. Lisboa: Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5292>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário*. [Lisboa]: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1999].

CASTRO, Kupa; *et al.* “Assessment of the weathering effects on cellulose based materials through a multianalytical approach”. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research, Section B: Beam Interactions with Materials and Atoms*, volume 269, issue 12, 15 June 2011, p. 1401-1410. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.nimb.2011.03.027>>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0168583X11003302?via%3Dihub>>. Acesso em: 12 out. 2023.

EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil: 1821-1829: volume 3: aquarelas e desenhos de Florence. Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Sociética: Reprodução fotográfica por Claus C. Meyer: Texto por Boris Komissarov: Classificação científica e comentários por Luiz Emygdio de Mello Filho e outros. Rio de Janeiro: Edições Alumbamento/[Livroarte Editora], 1988. v. 3.

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo. “D. Pedro II e Portugal: sociabilidades politico-culturais”. In: FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo; FERREIRA JÚNIOR, Maurício Vicente (orgs.). *D. Pedro II e Portugal: memória, representações e sociabilidades*. [Petrópolis]: Museu Imperial, 2023.

GO, In Hee; *et al.* “Predictive model of geographical origin discrimination of paper mulberry and handmade paper using ICP-AES/MS and multivariate statistical analysis”. *Journal of Cultural Heritage*, volume 49, maio/jun., p. 222-228, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.culher.2020.12.004>>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1296207420305173>>. Acesso em: 1 jan. 2022.

HAJJI, Latifa; *et al.* “Artificial aging paper to assess long-term effects of conservative treatment. Monitoring by infrared spectroscopy (ATR-FTIR), X-ray diffraction (XRD), and energy dispersive X-ray fluorescence (ED-XRF)”. *Microchemical Journal*, volume 124, p. 646-656, jan., 2016. Part of special issue “Analytical techniques in Art, Archaeology and Conservation Science. Selected contributions from the TECHNART 2015 Conference, Catania (Italy), abr., p. 27-30, 2015”. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.microc.2015.10.015>>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0026265X15002453>>. Acesso em: 1 jan. 2022.

HAVLÍNOVÁ, Bohuslava; *et al.* “A study of mechanical properties of papers exposed to various methods of accelerated ageing. Part I. The effect of heat and humidity on original wood-pulp papers”. *Journal of Cultural Heritage*, vol. 10, issue 2, abr./jun., p. 222-231. 2009, Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1296207409000247>>. Acesso em: 13 out. 2023.

HUNTER, Dard. *Papermaking: the history and technique of an ancient craft*. New York: Dover Publications, 1978.

JABLONSKY, Michal; *et al.* “Formation of acetic and formic acid in unmodified and modified papers during accelerated ageing”. *Cellulose Chemistry and Technology*, Bucareste, vol. 46, nº 5-6, p. 331-340, jun., 2012. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/230648982\\_Formation\\_of\\_acetic\\_and\\_for\\_mic\\_acid\\_in\\_unmodified\\_and\\_modified\\_papers\\_during\\_accelarated\\_ageing#fullTextFileContent](https://www.researchgate.net/publication/230648982_Formation_of_acetic_and_for_mic_acid_in_unmodified_and_modified_papers_during_accelarated_ageing#fullTextFileContent)>. Acesso em: 13 out. 2023.

KOLAR, Jana. “Mechanism of Autoxidative Degradation of Cellulose”. *Restaurator. International Journal for the Preservation of Library and Archival Material* Copenhagen, vol. 18, nº 4, p. 163-176, 1997. DOI: <<https://doi.org/10.1515/rest.1997.18.4.163>>. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/rest.1997.18.4.163/html>>. Acesso em: 13 out. 2023.

LEE, Francis Melvin. *Instruir de maneira intensa e imediata: a circulação e uso de estampas no Brasil joanino*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12052015-125408/pt-br.php>>. Acesso em: 29 out. 2023.

LIMA JUNIOR, Carlos. “Evocações do Império na morada do exílio: percalços de uma coleção brasileira no Castelo d’Eu”. *Anuário do Museu Imperial*, nova fase, vol. 3 Petrópolis, p. 85-116, 2022. Disponível em: <[https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/Anuario-2022-com\\_OCR.pdf](https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/Anuario-2022-com_OCR.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MARCGRAVE, George; PISO, Willem. *Historia Naturalis Brasiliae*, Auspicio et Beneficio Illustriss. I. Mauritii Com. Nassau... Amstelodami apud Lud. Elzevirium, 1648. Disponível em: <<https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=35>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 2, nº 1, p. 9-42, 1994. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47141994000100002>>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5289>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *As drogas e os sertões: investigações sobre as mercadorias na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. 2023. No prelo.

PEREIRA, Márcio Mota. *Saber e honra: a trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e as pesquisas em História Natural na capitania de Minas Gerais (1746-1816)*. 2018. 413 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B2ZPTD/1/tese\\_final\\_imprensa.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B2ZPTD/1/tese_final_imprensa.pdf)>. Acesso em: 19 out. 22.

PHILIPP, Paul (revisão técnica); ALMEIDA, Maria Luiza Otero D' (coordenação técnica). *Celulose e papel*: volume I: tecnologia de fabricação da pasta celulósica. 2ª edição. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris” – Departamento Regional de São Paulo/Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) – Centro Técnico em Celulose e Papel, 1988.

PORTUGAL. *Alvará, por que Vossa Magestade he servida prohibir no Estado do Brazil todas as Fabricas...*, 5 jan. 1785. Proíbe o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil. Disponível em: <<http://historialuso.arquivonacional.gov.br/images/media/Junt%20da%20fazend%20COD439%20f27f27vf28.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

PRONIEWICZ, Leonard M.; *et al.* “FT-IR and FT- Raman study of hydrothermally degraded cellulose”. *Journal of Molecular Structure*, Amsterdam, n° 596, p. 163-169, 2001. Disponível em: <<https://www2.chemia.uj.edu.pl/~proniewi/pdf/publ67.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2022.

RANGEL, Alberto. *Inventário dos documentos do arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d’Eu...* [Rio de Janeiro]: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1939. 2 v. Disponível em: <<https://museuimperial.museus.gov.br/catalogos/>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

REIS, Alexander. “Uma fábrica de cordas no Rio de Janeiro dos vice-reis: o beneficiamento do linho guaxima por João Hopman (c.1777-c.1789)”. *Revista Agora*, Vitória, v. 32, n° 2, p. e-2021320206, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.47456/e-2021320206>>. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/35612>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

RELAÇÃO do piloto anônimo. S.l.: s.n., s.d. Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/dochist/Rela%C3%A7%C3%A3o%20do%20Piloto%20Annimo.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2023.

RODÉS, Leopold. “Marcas d’água: suas origens e características”. *O Papel*, p. 16-18, jul., 1995. Disponível em: <<https://www.celso-foelkel.com.br/artigos/outros/16%20-%20Marcas%20dagua%20-%20origens%20e%20caracteristicas.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

SAFIER, Neil. “Itinerários de conhecimento: Conceição Veloso entre pragmatismo e patriotismo”. In: PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, Fernando (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. [São Paulo]: Editora da Universidade de São Paulo EDUSP, [2019]. p. 375-388.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5ª edição comemorativa do cinquentenário de falecimento do autor. Introdução e notas do Professor Frederico G. Edelweiss. Assessoramento técnico da Professora Consuelo Ponde de Sena. Com o apoio técnico e financeiro do MinC/Pró-Memória / Instituto Nacional do Livro / Companhia Editora Nacional, [1987]. (Brasília, 380). Disponível em:

- <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/429/1/380%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- SAMPAIO-SILVA, Orlando. “Máscaras de dança Tükúna”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 10, p. 271-288, 2000. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109392/107876/0>>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- SANSIVIERO, Maria T. C.; *et al.* “Inventário do sapateiro Damião Simões: um estudo físico-químico do documento mais antigo do Estado de São Paulo”. *Química Nova*, v. 42, n.º 9, p. 1104-1111, set., 2019. Disponível em: <<http://quimicanova.s bq.org.br/detalhe.artigo.asp?id=6982>> e <<https://www.scielo.br/j/qn/a/5dqbrtD6MbX9HZg9SRxWk6t/?lang=pt>>. Acessos em: 4 abr. 2022.
- SHINTAKU, Isao; CORDEIRO, Pedro Aurélio Cerveira; ARANTES, José Luiz Gonçalves. *Os recursos minerais e a economia mineral do estado do Rio de Janeiro: estudo geoambiental do Estado do Rio de Janeiro*. Brasília: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM/Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Minas e Metalurgia, 2000. Disponível em: <[https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/17229/8/rel\\_proj\\_rj\\_rec\\_econ\\_mineral.pdf](https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/17229/8/rel_proj_rj_rec_econ_mineral.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Typ de Antonio Jose da Rocha, 1858. v. 1. Disponível em: <[http://200.144.255.59/catalogo\\_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete\\_Codigo=61339&Setor\\_Codigo=11](http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete_Codigo=61339&Setor_Codigo=11)>. Acesso em: 7 jan. 2023.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. s.l.: s.n., s.d. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- SOUSA, Larissa Barbosa de. “O algodoeiro: alguns aspectos importantes da cultura”. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA), Mossoró, v. 5, n.º 4, p. 19-26, out./dez., 2010. Disponível em: <<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/388>>. Acesso em: 29 set. 2023.
- STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil: arrojadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo*. Livro primeiro: As viagens. Livro segundo: A terra e seus habitantes. Transcrito em alemão moderno por Carlos Fouquet e traduzido desse original por Guiomar de Carvalho Franco com uma introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco. São Paulo: [Sociedade Hans Staden], 1942. (Publicações da Sociedade Hans Staden, 3).
- STRLIČ, Matija; KOLAR, Jana (eds.). *Ageing and stabilisation of paper*. Ljubljana: National and University Library, 2005. Disponível em: <<http://www.science4heritage.org/papyrus/Papyrus%20Book%20WEB.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2023.

TEIXEIRA, Floriano Bicudo. “Primeiras manifestações da gravura no Brasil”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 96, p. 11-19, 1976. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=demo&pagfis=1782>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

TSCHUDI, J. J. von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Introdução de Afonso de E. Taunay. Tradução de Eduardo de Lima Castro. [Belo Horizonte]: Editora Itatiaia Limitada. / [São Paulo]: Editora da Universidade de São Paulo, [1980]. (Coleção Reconquista do Brasil, Nova série, v. 14)

VELLOZO, Fr. Josephus Marianus A. Conceptione. *Florae Fluminensis, Seu Descriptionum Plantarum Praefectura Fluminensi Sponte Nascentium... Liber Primus. Flumine Januario: Ex Tpographia Nationali*, 1825. Disponível em: <[https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital0443/bndigital0443.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0443/bndigital0443.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2023.

VELLOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto*. Debaixo dos auspícios, e de ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente, Nosso Senhor. Collegido de Memorias Estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Menor Reformado da Provincia da Conceição do Rio de Janeiro, etc. Tomo V Filatura. Parte I. Lisboa: Na Impremssam Regia, 1806. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5168>>. Acesso em: 8 jan. 2023.



**Presença de Henry Wadsworth Longfellow no Brasil Imperial: análise descritiva de três traduções do poema *The Sicilian Tale: King Robert of Sicily*, por Miguel Maria Lisboa e Pedro d'Alcântara**

***Presence of Henry Wadsworth Longfellow in Imperial Brazil: descriptive analysis of three translations of the poem "The Sicilian Tale: King Robert of Sicily", by Miguel Maria Lisboa and Pedro d'Alcântara***

Adriano Mafra<sup>1</sup>

**Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar e comparar três traduções para o português do poema "*The Sicilian Tale: King Robert of Sicily*", do escritor americano Henry Wadsworth Longfellow, a fim de discutir os processos tradutórios operados pelos dois tradutores, a saber: Pedro d'Alcântara, último imperador do Brasil, e Miguel Maria Lisboa, membro da nobreza que atuou na carreira diplomática no Segundo Império. Duas das traduções analisadas são de autoria de Alcântara: uma é datada de 1864, mas ganhou sua versão editada somente em 1889; a outra é um trabalho inédito, realizado em 1887, e faz parte dos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro. A terceira tradução foi realizada por Lisboa, também produzida em 1864, e foi publicada na segunda edição de seu livro intitulado "Romances Históricos por um Brasileiro" (1866). O aporte teórico deste estudo encontra-se respaldado pelos Estudos Descritivos da Tradução e da Crítica Genética, e o método de análise descritiva segue os pressupostos de Lambert e Van Gorp (1985). As análises apontam para uma tendência majoritariamente *source-oriented* dos escritos e para o comportamento de seus tradutores, que se valiam da prática tradutória como um importante mecanismo de acesso, de acúmulo de capital cultural e de trocas culturais transamericanas.

Palavras-chave: Estudos Descritivos da Tradução; análise descritiva; literatura traduzida.

---

<sup>1</sup> Pós-doutorado no Department of Hispanic Languages and Literatures da University of Pittsburgh (EUA - 2022). Doutor em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), e em Translation Science pela University of Antwerp (Bélgica - 2015). Membro do NUPROC (Núcleo de Estudo de Processos Criativos - UFSC) e professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal Catarinense (IFC).

## Abstract

This article analyzes and compares three translations from English into Portuguese of American author Henry Wadsworth Longfellow's poem "The Sicilian Tale: King Robert of Sicily" to discuss the translation methods of two translators; namely, Pedro d'Alcântara, last emperor of Brazil, and Miguel Maria Lisboa, a member of the Brazilian nobility who worked in a diplomatic career in the Second Empire. Two of the translations were made by Alcântara. One is dated 1864 (but not published until 1889); the other is an unpublished 1887 work held at the archives of the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB) in Rio de Janeiro. The third text was translated by Lisboa in 1864 and published in the second edition of his 1886 book *Historical Novels by a Brazilian* [Romances Históricos por um Brasileiro]. This study's theoretical framework utilizes Descriptive Translation Studies (DTS) and Genetic Criticism, and its descriptive analysis methodology follows the assumptions of Lambert and Van Gorp (1985). The analyzes indicate that the translators have a source-oriented tendency, and they utilized translation as an important mechanism of access, accumulation of cultural capital, and trans-American cultural exchanges.

Keywords: Descriptive Translation Studies; descriptive analysis; translated literature.

## 1. Introdução

Henry Wadsworth Longfellow (1807-1882) pode ser considerado o poeta norte-americano mais proeminente de todos os tempos. O autor desfrutou em vida de um tipo de fama impossível de mensurar em padrões literários contemporâneos. Seus livros, de acordo com Gioia (1993), não apenas conquistaram um número de vendas expressivo o bastante para torná-lo rico, mas venderam tão consistentemente que ele se destacou como o autor mais apreciado dentre todos os gêneros literários da cena americana do século XIX: "seus leitores se espalhavam por todas as classes sociais, de trabalhadores à realeza, de catedráticos a políticos. Um público amplo e apreciador lia, relia e decorava seus poemas"<sup>2</sup> (Gioia, 1993, p. 64).

A fama de Longfellow, contudo, não ficou limitada ao seu país de origem. De fato, ele foi o primeiro escritor americano a alcançar boa reputação

---

<sup>2</sup> "His readers spanned every social class from laborers to royalty, from professors to politicians. A vast, appreciative audience read, reread, and memorized his poems." As traduções são de minha autoria.

internacional, tendo sido consagrado na Inglaterra como o primeiro grande *bardo* do Novo Mundo (Gioia, 1993). Seus trabalhos, aliás, passaram a ser reconhecidos fora dos domínios dos países de língua inglesa, tanto na Europa quanto na América Latina, por vias da tradução. Entre os leitores franceses da época, Longfellow despontava no “firmamento poético americano” e era o poeta mais abundantemente lido e traduzido na França (Athenot, 2016). Na América Latina, seus trabalhos eram recebidos com entusiasmo desde o início da carreira do escritor, pois forneciam os melhores veículos literários para a promoção de alguns projetos cívicos a serem implementados na região. Além disso, a obra de Longfellow era vista como uma abordagem aos desafios fundamentais enfrentados pelos países recém-independentes enquanto objetivavam a construção de nações modernas: “não é de surpreender, portanto, que os latino-americanos tenham lido, traduzido ou visitado Longfellow enquanto lutavam com suas próprias questões sobre a natureza e a direção da nacionalidade, por mais variada que fosse, na América Latina”<sup>3</sup> (Jaksić, 2007, p. 100).

No Brasil do Segundo Império, Longfellow também encontrou o seu momento de popularidade e despertou o entusiasmo da elite letrada da época. Segundo Afranio Peixoto (1935), além de ser amplamente lido, o autor foi traduzido por nomes como Garnier, Americo Lobo, Amelio Pires e Franklin Doria. Acrescento ao rol de tradutores citados por Peixoto, o diplomata brasileiro Miguel Maria Lisboa e o representante máximo do poder imperial, o monarca Pedro d’Alcântara. O trabalho desses dois últimos tradutores é de interesse deste artigo, que visa analisar as traduções do poema *The Sicilian Tale: King Robert of Sicily*, de autoria de Longfellow, por eles realizadas.

O poema em questão retoma a fictícia história do rei Roberto da Sicília, que teve seu trono usurpado por um impostor a sua semelhança e foi reduzido ao papel de bobo de sua própria corte. Com longa tradição medieval, a história do monarca castigado pelo poder divino por sua conduta cética e arrogante diante da autoridade do clero passou por um período de esquecimento durante a idade moderna, tendo sido reavivada a partir do século XIX por escritores ligados ao movimento romântico. A versão de Longfellow, conforme sugere Steggle (2015), foi responsável por inspirar outros autores a recriar o romance histórico em prosa, em texto dramático e em versões ilustradas. À medida que a história ia ganhando novas roupagens, a obra se tornava um dos textos mais importantes para se

---

<sup>3</sup> “It is not surprising, then, that Latin Americans read, translated, or visited Longfellow as they wrestled with their own questions about the nature and direction of nationhood—varied as it was—in Latin America.”

compreender alguns fundamentos da cultura europeia no período medieval (Powell, 1999).

Este artigo afilia-se teoricamente ao paradigma dos Estudos Descritivos da Tradução<sup>4</sup>, cuja abordagem do texto está orientada para o contexto de chegada. Enfatiza-se, com isso, o papel que a tradução desempenha na história cultural e o seu lugar no sistema literário que a concebeu. Além disso, utilizam-se aqui as ferramentas metodológicas da Crítica Genética, tendo em vista que uma das traduções é inédita e está em suporte de papel. As pesquisas genéticas entendem o estudo dos manuscritos não como textos, “mas como portadores de uma dinâmica, de uma produtividade: o processo de criação” (Pino, 2004, p. 73).

Seguindo o paradigma descritivo de análise, os dados apresentados neste artigo percorrerão alguns aspectos dos quatro níveis sugeridos pelo esquema de descrição elaborado por José Lambert e Hendrik van Gorp (1985) para comparar as traduções. O primeiro deles concentra-se no levantamento de informações preliminares ou paratextuais das edições, isto é, diagramação da capa, informações de contracapa, indicação ou não de gênero literário, nome do autor e do tradutor, títulos, metatextos e as estratégias gerais de tradução. O segundo nível, por sua vez, examina a macroestrutura da tradução. Enfoca a divisão do texto, títulos e apresentação de capítulos, estrutura narrativa interna, estruturas poéticas, comentários do autor, etc. Já o terceiro nível objetiva sublinhar os elementos de microestrutura da tradução, observa as alterações de diferentes níveis linguísticos – lexical, gramatical, padrões narrativos, pontos de vista e modalidades, etc. Por fim, o quarto nível discorre sobre o contexto sistêmico (identificação de normas tradutórias, relações intertextuais e relações intersistêmicas). A partir do cotejo das traduções nos quatro níveis de análise, busca-se identificar se as traduções são consideradas *aceitáveis*, isto é, orientadas pelo sistema-alvo; ou *adequadas*, elaboradas a partir do sistema-fonte.

---

<sup>4</sup> Essa abordagem voltada ao polo receptor (*target oriented*) foi empreendida, sobretudo, por Gideon Toury (1995), que aposta em uma perspectiva que enfatiza a prevalência do texto traduzido, um modelo capaz de descrever a tradução a partir da cultura de chegada e não mais a partir do texto original. Para o autor, as teorias de tradução deveriam enfocar o desenvolvimento de um modelo que fornecesse contribuições para a explicação dos mecanismos que culminam na versão final, afastando assim qualquer forma de juízo de valor com base tão somente no produto acabado. Tendo os princípios da Teoria dos Polissistemas (Even-Zohar, 1990) como elementos norteadores, os Estudos Descritivos surgiram como uma proposta de superação de uma visão limitada – prescritivista – de análise de tradução, segundo a qual o único fator determinante do produto da atividade do tradutor seria o texto original.

## 2. Os tradutores e as informações preliminares das traduções

O tradutor Miguel Maria Lisboa (1809-1881) teve uma carreira sólida e longeva na diplomacia, tendo se dedicado aos negócios estrangeiros do Império brasileiro durante 50 anos. Membro da nobreza, Lisboa recebeu o título nobiliárquico de barão de Japurá por decreto imperial em 1872. Pertenceu ao conselho do imperador e ocupou a posição de oficial-mor da Casa Imperial do Brasil. Suas incursões pelas letras renderam a publicação de “Romances Históricos por um Brasileiro” (1842) e de “Relação de uma viagem a Venezuela, Nova Granada e Equador” (1865). A segunda edição de “Romances Históricos”, publicada em 1866, incorporaria novas “poesias soltas” e três traduções, dentre elas, o “Conto do Siciliano: Roberto de Sicília”.

Pedro d’Alcântara (1825-1891) se dedicou com afinco à atividade tradutória. Traduziu textos integral e parcialmente de vários idiomas: árabe, sânscrito, italiano, francês, alemão, espanhol, inglês. Parte de seu trabalho como tradutor foi compilado em 1889 no livro “Poesias (originais e traduções) de S.M o senhor D. Pedro II”, edição publicada pela tipografia do Correio Imperial, órgão administrado pelos netos do monarca. A tradução do poema de Longfellow, datada de 1864, faz parte desse livro. Outra tradução do mesmo poema, também de autoria de Pedro d’Alcântara, permanece inédita nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e será acionada nas etapas macro e microestrutural de análise. O conjunto manuscrito apresenta a datação de 1887 e foi transcrito<sup>5</sup> seguindo a metodologia da Crítica Genética.

Passando para o levantamento de informações preliminares, este seguirá a ordem cronológica das edições. “Romances Históricos” apresenta capa dura, que reproduz uma espécie de papel marmorizado. Não apresenta dados de autoria ou título da obra, o que era relativamente comum em encadernação das publicações no século XIX. Na contracapa, também com efeito marmorizado, há duas etiquetas: uma ao centro, indicando a propriedade do livro (marca de identificação *Ex-libris*); outra, no canto superior esquerdo, com o endereço do suposto proprietário. Na folha de guarda, há outro selo de identificação ao centro, atribuindo a propriedade do livro a outra pessoa. O título da edição é exibido pela primeira vez no centro ótico da folha de anterosto em fonte caixa-alta. Há uma dedicatória do autor escrita em caneta-tinteiro no topo da mesma lauda. A

---

<sup>5</sup> Optei pela transcrição diplomática do conjunto de documentos autógrafos. Essa modalidade, segundo Biasi (2010), é pouco codificada, tenta se aproximar ao máximo das particularidades do documento e é de fácil leitura, além de se preocupar com a paginação autógrafa dos fólios.

próxima página, uma folha de guarda, traz no verso uma foto do imperador D. Pedro II. A folha de rosto apresenta as informações essenciais da obra, mas não menciona o nome do autor/tradutor do livro, conforme figura 1:

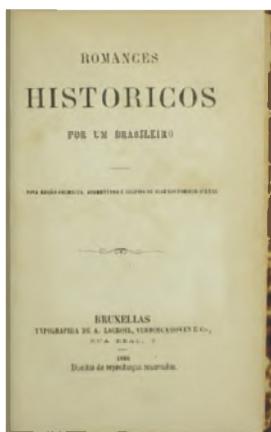


Figura 1: Folha de rosto da edição de “Romances Históricos por um Brasileiro” (1866).  
Fonte: Lisboa (1866).

O nome de Lisboa aparecerá apenas ao final do primeiro paratexto: uma dedicatória de duas páginas ao monarca D. Pedro II. Nessa dedicatória, o leitor tem a informação de que a obra teria sido financiada pelo segundo imperador do Brasil: “Quiz Vossa Magestade Imperial Juntar mais uma [honra], Permittindo que este meu livrinho seja apresentado ao público do Brasil sob os auspícios do Excelso Monarcha” (1866, p. V). As oito páginas subsequentes são dedicadas à advertência da primeira edição, em que o autor justifica o objetivo do texto: despertar em seus conterrâneos o gosto pelo romance narrativo e pela métrica assoante. Em sua defesa pela rima assoante, uma “fresca rosa que dá realce sem ofuscar ao toucado da donzela” (1866, p. IX), Lisboa apresenta excertos de Angel Saavedra, poeta espanhol que mantém em sua obra “Moro Esposito” a “completa uniformidade da assonância em toda a extensão de cada Romance” (1866, p. XI); e de Zorrilla, para exemplificar a repetição da última vogal da sílaba longa dos versos pares em esquema rimático assoante.

Em advertência da segunda edição, mais enxuta do que foi a primeira, o escritor retoma seu intento de apresentar novos elementos para uma literatura nascente. Comenta a “extrema frieza” com que o livro havia sido recebido anos antes e supunha a edição fadada ao esquecimento, apesar da tiragem de 200 exemplares ter sido esgotada. Em 1860, segundo ele, a menção honrosa ao livro no “Diccionario Bio-bibliographico”, de Innocencio Silva, somada à insistência

de pessoas próximas para que preparasse nova edição, fez com que Lisboa passasse a considerar tal empreitada: “Quem sabe si não me moveo ella a limar meu antigo trabalho e a procurar, por meio de novas adições, dar-lhe variedade?” (1866, p. XVI). Em tom modesto, o autor termina seu ensaio, afirmando não ter a esperança de “marchar triumphante pela brilhante arena da gloria”, mas tão somente indicar uma vereda não explorada pelos leitores brasileiros para que possam “fazer um verdadeiro serviço á literatura da nossa cara pátria” (1866, p. XVII).

A primeira parte da obra é dedicada aos seis romances históricos presentes na edição de 1842, sucedidos por notas explicativas do autor. Em seguida, o leitor é apresentado aos textos inéditos, que dariam “variedade” ao livro, conforme advertência da segunda edição. Além de algumas “poesias soltas”, as três traduções do livro são de autores de língua inglesa, como Byron (*On Being Asked What Was The ‘Origin Of Love’*), John Greenleaf Whittier (*The Red River Voyager*) e Henry Wadsworth Longfellow (*The Sicilian Tale: King Robert of Sicily*). Mesmo apostando nesses textos para dar nova roupagem ao livro, Lisboa não menciona critérios de seleção das traduções, tampouco reflete sobre suas escolhas durante o fazer tradutório. As notas explicativas, nesses casos, servem apenas para transcrever o texto original das traduções.

Em “Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil”, Lia Wyler (2003, p. 57) comenta a dupla exposição cultural (portuguesa e francesa) sobre o Brasil e que foi decisiva para “formar nossa visão de mundo e, conseqüentemente, nossa visão de tradução, como parte desse mundo”. A excessiva influência francesa vai encontrar terreno fértil na corte brasileira, com sucessivas missões artísticas, literárias, científicas e militares francesas que vão ajudar a fundar e a dirigir estabelecimentos de ensino e pesquisa no país durante o século XIX. Em termos de tradução, seria a partir do francês que muitos leitores teriam acesso a textos originalmente escritos em inglês, por exemplo, dado ao pouco conhecimento deste por parte dos tradutores frente ao profundo conhecimento daquele idioma. No caso de Lisboa, a carreira diplomática lhe possibilitou o domínio da língua inglesa, tendo ele realizado suas traduções diretamente do inglês. A seleção dos textos que compõem a coletânea pode estar relacionada, também, ao seu campo profissional. Entre 1859 e 1865, o barão de Japurá atuou como ministro brasileiro em Washington, onde certamente teve contato com as obras dos autores John Greenleaf Whittier e Henry Wadsworth Longfellow. Uma outra explicação para a escolha desses autores pode estar associada a um pedido do patrocinador da publicação. À época, o próprio imperador estava envolvido com suas traduções de textos de Whittier e de

Longfellow, e viria a se corresponder com ambos desde então. O imperador tinha grande fascínio pelos escritos de Longfellow, seu poeta norte-americano favorito.

A segunda tradução analisada neste artigo consta na compilação de poesias e traduções de Pedro d'Alcântara, publicada originalmente em 1889. Por ser uma obra rara, as informações preliminares foram coletadas da edição publicada em 1932, com organização e prefácio de Medeiros de Albuquerque. O livro em questão apresenta capa rígida em cor uniforme, sem nenhuma indicação de título da obra, autor, editora, etc. No centro da lombada, há o nome do organizador, seguido do título da edição: “Poesias completas de D. Pedro II”. No frontispício, no lado superior esquerdo, há um brasão do Império do Brasil. O nome do organizador da edição encontra-se centralizado no topo da página, em fonte ornamental azul, no espaço entre o brasão e o fim da folha, à direita. Com o mesmo estilo e cor de letra, está o título da obra em tamanho grande, ocupando grande parte da mancha gráfica da página. Na parte inferior, ao centro, aparece o nome da editora responsável pela publicação, a Guanabara. A folha de rosto traz o título do livro na parte central superior, em tamanho grande. Em seguida, encontra-se a informação de autoria do prefácio em parênteses, com o nome do responsável por essa seção em caixa-alta. Mais abaixo, com recuo à direita e em parênteses, a informação sobre o conteúdo do livro distribuída em três linhas, com recuo de parágrafo maior a cada nova entrada: “Originais e traduções. Sonetos do exílio. Autênticas e apócrifas”. Na parte de baixo da folha, o nome da editora, o endereço do estabelecimento e o ano de publicação, antecedidos por um traço um pouco mais acima, conforme a primeira imagem. O frontispício do livro de 1889, na segunda imagem, é reproduzido logo após o prefácio da reedição de 1932.



Figura 2: Reprodução da folha de rosto e do frontispício da edição de 1889.

Fonte: Albuquerque (1932).

Totalizando 17 páginas, o prefácio informa ao leitor que a obra compila todas as poesias de Pedro d'Alcântara, mencionando que a produção autêntica já havia integrado a “edição original, publicada em 1889”, nas palavras de Albuquerque (1932, p. 5). O organizador da edição retoma o texto, comentando que as poesias autênticas dividem espaço, na nova publicação, com os textos que considera apócrifos, poemas esses supostamente “recolhidos por um brasileiro” e publicados na França sob o título “Sonetos do Exílio” (1898). Nas páginas seguintes, Albuquerque se empenha em lançar críticas contundentes sobre a produção literária de Alcântara, para quem sempre produzira, “com louvável coerência e perseverança, versos ruins, versos abomináveis” (1932, p. 7). O prefaciador continua seu julgamento depreciativo, que, por vezes, assume um tom até mesmo difamatório, lançando teorias sobre a possível autoria dos textos publicados em “Sonetos do Exílio”, para ele, uma descaradíssima impostura literária: “bruscamente, esse sexagenário, que já era positivamente um inválido e que nunca anteriormente fizera um soneto certo, passou a fazer bons sonetos?” (1932, p. 8-9). Nem mesmo o apreço de personalidades literárias da época por D. Pedro, como o poeta Victor Hugo, passariam pelo crivo de Albuquerque: “todos sabem que Victor Hugo elogiava a torto e a direito [...] pode bem imaginar-se como o velho poeta, que até endeusava cocheiros, ficaria vaidoso com a amizade de um imperador autêntico, que ia até á sua casa e dizia que a verdadeira majestade ali era a dele” (1932, p. 9); tampouco os títulos e honrarias concedidas por instituições acadêmicas e científicas de prestígio internacional, como a Academia de Ciência de Paris e o Instituto de França: “esse titulo se dá frequentemente a chefes de estado, que protegem as ciencias [...]” (Albuquerque, 1932, p. 15). O que chama a atenção no preâmbulo de Medeiros de Albuquerque é o imenso empenho do autor em detratar a imagem e a memória do monarca deposto. A intencionalidade por detrás do texto, de acordo com Correia (2016), segue a lógica de “tornar a produção lírica circunstancialmente publicada no âmbito da família real para desqualificar o rei como poeta”. Assim, sendo “o poeta medíocre, suspeito e charlatão, seria também o seu autor, não só como pessoa, mas como uma atribuição inerente a todas as funções que aquele sujeito viesse exercer socialmente” (Correia, 2016, pp. 543-4). Após o prefácio, apresentam-se as poesias autênticas de Pedro d'Alcântara, contabilizando nove produções. Em seguida, o volume traz uma compilação das “versões” do imperador, o que corresponde a 98 das 153 páginas do livro. Algumas dessas traduções apresentam-se ao lado do texto original. Por fim, a publicação reúne os poemas ditos apócrifos, que compuseram anteriormente o volume “Sonetos do Exílio”, e o índice remissivo da edição.

De modo geral, as informações preliminares atestam o papel secundário atribuído às traduções nos projetos editoriais analisados. A publicação de Lisboa, conforme paratexto da segunda edição, assinala o intento do autor em atribuir variedade ao livro, agregando ao volume alguns textos inéditos de sua autoria e três traduções. Nenhum critério sobre a escolha de textos ou teorização sobre as traduções são mencionados em suas notas explicativas. Já Medeiros de Albuquerque preferiu focar na produção poética de Alcântara, a despeito do grande volume de traduções presente no livro. O desprezo por completo das traduções de Alcântara poderia indicar também a própria noção e importância do ato tradutório para o prefaciador da edição, não fosse o real objetivo de Albuquerque tecer críticas contundentes ao homem público atacando o seu labor poético. Medeiros de Albuquerque parece desconsiderar o fato de que a prática tradutória foi, durante o século XIX, uma atividade bastante próspera e que foi justamente a partir da tradução dos grandes clássicos da literatura universal, segundo Germana Henriques Pereira de Sousa (2015, p. 66), que foi se formando a língua literária nacional, o público leitor e o próprio sistema literário brasileiro. Com base no levantamento de informações preliminares de cada obra, pode-se afirmar que as traduções tendem a ser mais direcionadas ao polo cultural dos textos de origem, ou seja, há uma primazia ao literal em ambos os projetos tradutórios.

### 3. A camada macroestrutural dos textos traduzidos

Lambert e Van Gorp (1985) acreditam que os dados preliminares possibilitam ao pesquisador a construção de hipóteses que serão testadas na camada de macroestrutura dos textos analisados. Os autores direcionam análises macros para certos aspectos textuais do produto, tais como a tradução de metáforas, os tipos de narração apresentados, a divisão do texto, a organização de parágrafos, as omissões e os acréscimos, a tradução de nomes próprios, os componentes culturais específicos, as escolhas tipográficas, entre outros elementos que possam indicar alguma estratégia tradutória. Em termos de marcas tipográficas, ambos os textos publicados foram diagramados em fonte serifada, similar ao estilo *Times New Roman*, com tamanho de caracteres entre 10 e 12 pontos. A tradução de Lisboa (TI) faz uso de itálico em três momentos. No primeiro, logo após o título, para indicar que o texto é uma tradução de Longfellow; no segundo, no corpo do texto, para destacar uma passagem em latim extraída do Livro de Lucas (*Deposuit potentes de sede, et exaltavit humiles*)<sup>6</sup> presente no poema. O terceiro uso do recurso gráfico itálico, também no corpo do

texto, é utilizado para isolar as palavras de saudação do povo dirigidas ao rei impostor. A tradução de Alcântara (T2), por sua vez, enfatiza título e subtítulo do poema com o uso do recurso gráfico negrito, além de apresentar tamanho de fonte ligeiramente maior do que o restante do texto e usar iniciais maiúsculas. Em T1, título e subtítulo também recebem destaque, mas com letras caixa-alta e tamanho de fonte distinto do corpo do texto. Ainda referente aos títulos, ambas as edições propõem ligeiras modificações no nome do poema: T1 suprime o substantivo “rei” do subtítulo, talvez porque a informação sobre a posição hierárquica do protagonista é apresentada no primeiro verso dessa tradução. Em T2, o substantivo *Tale* é traduzido por “Canto” e esta escolha poderia indicar um equívoco na passagem do texto a limpo por parte de um copista. Acontece que o conjunto de manuscrito da tradução de 1887 (T3), aparentemente também passado a limpo por um escriba, traz o substantivo “Canto” no título, o que sugere uma escolha deliberada do tradutor. Note-se ainda que o arcaísmo “El”, utilizado para se referir ao rei, foi substituído, em T3, pelo artigo definido “O”:

**Quadro 1: Títulos dos textos traduzidos**

T1	T2	T3
O Conto do Siciliano Roberto de Sicilia	O Canto Siciliano El Rei Roberto da Sicilia	O Canto do Siciliano O rei Roberto da Sicilia

Fonte: Elaborado pelo autor.

T1 apresenta a divisão do poema em estrofes, seguindo a organização textual do escrito original (TO). No entanto, enquanto o poema de Longfellow dispõe de 16 estâncias (216 versos), T1 é composto por um total de 15 unidades, que juntas somam 382 versos. Em T2, os 212 versos<sup>7</sup> não estão agrupados em estrofes, sendo a composição poética apresentada em texto contínuo. Em T3, no entanto, percebe-se a intenção do tradutor em seguir a estruturação do texto conforme poema original. Na tentativa, Alcântara dividiu sua composição em 13

<sup>6</sup> Conhecido como o *Magnificat* de Maria (Lucas1:46-55), o cântico teria sido recitado pela mãe de Jesus ao ter sua fé elogiada pela prima Isabel.

<sup>7</sup> Um dos versos, parte da história em que Roberto é declarado bobó da corte pelo rei impostor, não aparece nesta tradução. Talvez, o verso tenha sido suprimido quando da passagem a limpo do poema.

estrofes e contabilizou 215 linhas, um verso a menos do que consta no original. Além disso, T2 e T3 fazem a manutenção do esquema rimático conforme proposto pelo autor do original, isto é, ambas as produções se valem de rimas consoantes, externas e emparelhadas. No original, os versos, em suma decassílabos, passam a agrupar variadas sílabas poéticas nas propostas do monarca, como o verso hendecassílabo, alexandrino e verso bárbaro. Em T1, a escolha do tradutor está na construção de versos assoantes, conforme ele apregoa na advertência do livro quando da primeira edição. Apesar de não ter indicado recorrer ao mesmo expediente em suas traduções na advertência da segunda edição, é perceptível a reincidência das mesmas vogais nas últimas sílabas dos versos pares em sua recriação da história do rei siciliano. Vê-se, com isso, dois projetos tradutórios distintos: ao passo que T2 e T3 se aproximam mais da estruturação formal do texto de origem, T1 aposta em uma tradução menos ortodoxa em termos formais, o que torna o poema traduzido mais extenso. O alongamento, segundo Berman (2007), é uma tendência inerente ao ato de traduzir e, neste caso, o aumento da massa bruta do texto está meramente a serviço da edificação do padrão rimático proposto pelo tradutor:

**Quadro 2: Esquema de rimas nos textos traduzidos**

T1	T2
<p>E trajando ricas galas,  A vespera assistia  De São João na noite sacra,  E ouvia o canto dos padres  Que o Magnificat cantavam;  E notando varias vezes  De certo estribilho a entoada,  Que diz: “ Potentes deponit</p>	<p>Vesp’ras de São João, ufano se assentava,  Emquanto o côro o magnificat psalmeava.  Ouvindo repetir, a modo de bordão,  Deposuit potentes de sêde – e o deão,</p>
T3	TO
<p>Vesp’ras de San João, ufano se assentava,  E ao mesmo tempo o côro o magnificat entoava.  E, como elle escutasse as vozes estridentes,  Qual um bordão, ouviu “Deposuit potentes</p>	<p><i>On St. John's eve, at vespers, proudly sat  And heard the priests chant the Magnificat.  And as he listened, o'er and o'er again  Repeated, like a burden or refrain,  He caught the words, "Deposuit potentes</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Se T1 conseguiu uma tradução *aceitável* ao renovar o padrão de rimas do poema, pode-se dizer que o mesmo não ocorre no tratamento dispensado ao enredo. Aliás, as três traduções fazem a manutenção da organização discursiva tal qual é apresentada por Longfellow. A narrativa, contada em terceira pessoa, constrói-se em torno de uma ação principal: rei Roberto, “a jovem flor da Sicília” (Baker, 1997, p. 96), em vésperas de São João, ouvia na igreja os monges entoarem o *Magnificat*. Intrigado com a passagem “*Deposuit potentes de sede, et exaltavit humiles*”, Roberto questiona o significado a um clérigo, que lhe dá a tradução: “Depôs dos tronos os poderosos, e elevou os humildes”. Entediado e no auge de seu orgulho, Roberto afirma que tal regra só se aplica à Igreja, já que ninguém poderá tirá-lo de seu trono. Adormece com a monotonia do canto dos monges e acorda em noite escura, sozinho dentro da igreja e privado de suas galas. Percorre as galerias em meio à escuridão, esbraveja até chegar à corte e deparar-se com um grande banquete. Para a sua surpresa, o trono está ocupado por outro rei, um impostor com suas feições, porém com traços angelicais. Vestido como Roberto e fisicamente igual ao rei deposto, o usurpador era aceito pelos súditos. Roberto mantém-se impassível, arrogante e desafiador durante três anos, período em que buscava, em vão, provar que era o verdadeiro rei. Suas tentativas frustradas lhe renderam a posição de bobo da corte. As comemorações da Semana Santa surgem como última esperança de Roberto em desmascarar o rei farsante. Em Roma, na presença do anjo e dos irmãos, o papa Urbano e o imperador Valmundo, Roberto se intitula rei. Para seu desespero, os irmãos não o reconhecem e ele é denunciado como louco. Passado o Domingo de Páscoa, e de volta à Sicília, o monarca é chamado pelo anjo e, a sós, reconhece seus erros. O anjo revela a Roberto a sua real identidade e missão: castigar o monarca por seu orgulho excessivo. Ouve-se novamente o cântico dos monges vindo da capela. Roberto agora se encontra sozinho, vestido com os trajes suntuosos de outrora, reformado e restituído ao trono como um rei justo e temente a Deus. A sala é invadida pelos súditos, que o encontram de joelhos fazendo uma oração.

No universo diegético instaurado no poema, o narrador relata uma história da qual é estranho, apesar de conhecer com certa propriedade os eventos e conflitos que apresenta ao leitor. Distancia-se da narração para dar voz aos personagens, os quais participam da ação com o uso do discurso direto. Nos textos traduzidos, a mudança de interlocução da voz do narrador para a voz dos personagens é anunciada pelo uso de verbos de elocução, de dois-pontos e isolada por aspas duplas. A transcrição exata dos diálogos faz com que a voz do narrador entre em suspenso para que os personagens possam se expressar livremente. Nos excertos abaixo, é possível conferir a construção dos diálogos nas três traduções.

Vê-se em T3, no mesmo trecho, o deslocamento do verbo *dicendi* para o meio do discurso direto, sendo utilizados dois travessões para indicar a alternância de voz entre o protagonista e o narrador da história:

**Quadro 3: Presença do discurso direto nas traduções**

T1	T2
<p>Com dignidade indolente A regia frente levanta, E pergunta a um erudito Clerigo que perto estava Qual era o significado Das palavras repisadas. À regia pergunta o clerigo Dando resposta adequada, Traduz: “ Humilha os soberbos, E aos humilhados exalta.” El rei então entre dentes E com desdém assim falla:</p>	<p>E diz a um douto padre junto do seu lado, Que palavras são estas? Bom significado Logo o padre lhes dá; responde: “Os poderosos Depõe Elle da Sede e exalta os humildosos. Então El Rei Roberto altivo resmonêa:</p>
T3	T0
<p>E a douto sacerdote, em pé, juncto ao seu lado, “D’estas palavras” – diz – “qual o significado?” Logo faz-he a versão o padre: “Os poderosos Elle depõe da séde e exalta os humildosos.” Então o rei Roberto altivo resmoneia:</p>	<p><i>He to a learned clerķ beside him said, "What mean these words?" The clerķ made answer meet, "He has put down the mighty from their seat, And has exalted them of low degree." Thereat King Robert muttered scornfully,</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um dos elementos imprescindíveis para a construção da história do rei Roberto está na articulação entre os recursos da linguagem e o poder da tradução como elementos transformadores do enredo. Segundo Leahy (2019), Longfellow foi capaz de se valer de sua experiência como mediador entre línguas, culturas e forma para projetar como esses conhecimentos poderiam ser empregados para influenciar o destino do rei desafortunado. O pequeno trecho do *Magnificat*, ecoado com a insistência de um refrão, culmina em uma intrincada série de traduções e substituições que, por sua vez, põem em xeque as dinâmicas de poder entre o clero e a realeza. Não se sabe se Roberto se opõe ao ritual e à linguagem especializada do clero, ao fato de os monges terem adoração por um soberano superior a ele, ou se o rei é contrário aos religiosos dominarem o significado daquelas palavras até então incompreensíveis.

À medida que os esforços de Roberto para provar ser o verdadeiro rei vão se esgotando, é possível perceber a íntima relação traçada por Longfellow entre o ritual e a linguagem que o monarca não domina desde o início do poema. A cena do *Magnificat*, ainda conforme Leahy (2019), introduz sutilmente um mediador para fazer a ponte entre a divisão eclesiástica e os escritórios reais. Assim, o clérigo erudito, apesar de ser um humilde servo da corte, assume crucial importância para o desenvolvimento do enredo: sem sua intervenção, a história não poderia ser contada. Instaure-se, com isso, o poder transformador da prática tradutória a partir da mediação linguística e cultural de um rito sacerdotal conduzido em um idioma desconhecido para uma língua compreensível para o rei.

Em T1, Roberto obtém a resposta sobre o cântico de um “erudito clérigo”, enquanto em T2 e T3 a mediação é feita por um “douto padre” e por um “douto sacerdote”, respectivamente. T1 utiliza o verbo “traduzir”, enfatizando a atividade de transposição linguística realizada pelo integrante da igreja, o que caracteriza uma espécie de metatradução. Em T2, o narrador informa que o padre simplesmente “responde” ao questionamento de Roberto, tornando a referência à tradução praticamente nula. Em T3, no entanto, o sacerdote apresenta uma “versão” para a passagem indagada por Roberto, reforçando assim o sentido de ato tradutório de maneira mais evidente. T1 e T3, portanto, conseguem apresentar uma tradução mais *aceitável* dessa passagem com os acréscimos pontuais, enquanto T2 está mais próxima do texto-fonte, em que o narrador apenas informa que o eclesiástico faz com que a resposta para o questionamento do rei seja encontrada, isto é, respondida [*The clerk made answer meet*]. A seguir, as escolhas tradutórias nos três trabalhos:

**Quadro 4: A prática da tradução como função transformadora no enredo do poema**

T1	T2
E pergunta a um erudito Clerigo que perto estava Qual era o significado Das palavras repisadas. À regia pergunta o clérigo Dando resposta adequada, Traduz: “Humilha os soberbos, E aos humilhados exalta.”	E diz a um douto padre junto do seu lado, Que palavras são estas? Bom significado Logo o padre lhes dá; responde: “Os poderosos Depõe Elle da Sede e exalta os humildosos.
<b>T3</b>	
E a douto sacerdote, em pé, juncto ao seu lado, “D’estas palavras” – diz – “qual o significado?” Logo faz-he a versão o padre: “Os poderosos Elle depõe da séde e exalta os humildosos.”	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os nomes próprios também passaram por ligeiras modificações para tornar a tradução mais próxima da cultura fonte. No caso do personagem citado no título do poema, cujo nome possui uma correspondência bastante popular na língua de chegada (*Robert/Roberto*), o procedimento tradutivo não confrontou um problema. A mesma estratégia ocorre com o nome de um dos irmãos do rei Roberto, o papa *Urbane*. O pontífice, nas traduções analisadas, torna-se “Urbano”, forma adaptada em português do substantivo próprio latino *Urbanus*, que já apresentava tradição no âmbito da igreja por ter nomeado oito líderes da instituição até o século XIX. Vale mencionar, no entanto, que a designação do pontífice (e sucessores), em inglês, é *Urban*. A grafia, portanto, difere do substantivo próprio que dá nome ao personagem fictício do poema. O outro irmão de Roberto, o imperador alemão *Valmond*, torna-se “Valmundo” nos textos traduzidos. A escolha domesticadora, neste caso, não encontra um referencial em língua portuguesa, mas é uma proposta de tornar a grafia e a fonética do nome estrangeiro mais próximas da língua de chegada.

Com relação aos topônimos descritos no poema, a preferência dos tradutores foi utilizar o exônimo correspondente em língua portuguesa. Interessante observar que Longfellow usa o termo *Allemaine*, mais próximo da grafia em francês *Allemagne*, para designar o país governado por *Valmond*. Em T2 e T3, o tradutor utiliza o adjetivo gentílico “germano” para fazer referência ao território administrado pelo irmão de Roberto, conforme primeiro exemplo. Os demais excertos mostram as opções dos tradutores para apresentar os topônimos em suas traduções:

Quadro 5: Tradução de topônimos

T1	T2
Roberto, rei de <b>Sicilia</b> , Que era irmão de Urbano, o Papa, E do potente Valmundo, Imperador de <b>Allemanha</b> ,	Roberto da <b>Cicilia</b> , irmão do Papa Urbano, De Valmundo também, Imperador <b>Germano</b> ,
Citava os irmãos a <b>Roma</b> Para Quinta Feira santa.	Passar com elle em <b>Roma</b> as santas Endoenças.
Chega a <b>Salerno</b> e transpõe	Até a de <b>Salerno</b> , e o mar d’ahi em diante.
T3	TO
Roberto da <b>Sicilia</b> , irmão do papa Urbano, De Valmundo, também, imperador <b>germano</b> ,	<i>Robert of <b>Sicily</b>, brother of Pope Urbane And Valmond, Emperor of <b>Allemaine</b>,</i>
Passar com elle em Roma as sanctas Endoenças.	<i>On Holy Thursday to his city of <b>Rome</b></i>
Até <b>Salerno</b> , e o mar d’ahi para adiante.	<i>Unto <b>Salerno</b>, and from there by sea.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda sobre o uso de exônimos, uma escolha em particular chama a atenção nas traduções. Em determinado momento da história, o narrador faz saber que os personagens regressam aos seus domicílios após a celebração da Páscoa. *Valmond* retorna ao seu império, às margens do rio *Danube*. O tradutor de T1 utiliza o nome correlato em língua de chegada para denominar aquele rio, isto é, “Danúbio”. Em T2, o tradutor emprega o termo “Istro”, denominação de origem grega, que, na Antiguidade, designava o segundo rio mais longo da Europa. Essa estratégia do tradutor revela que sua prática tradutória não ficava restrita ao binômio texto-fonte/tradução, mas englobava muitas outras leituras e minuciosas pesquisas em torno do trabalho. Em sua (re)tradução do poema, no entanto, a opção foi pelo equivalente em português para nomear o rio:

**Quadro 6: Utilização de exônimos e diferentes estratégias tradutórias**

T1	T2
Com seus pagens e homens d'armas Para as margens do <i>Danubio</i> ;	Valmundo para as margens do <i>Istro</i> , e igualmente
T3	TO
P'ra as margens do <i>Danubio</i> ; o anjo faz jornada	<i>Valmond returning to the Danube's shore,</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme exemplificado anteriormente, as três traduções, em sua macroestrutura, revelam que as estratégias aplicadas pelos tradutores apontam para uma tendência majoritariamente *source-oriented* no que diz respeito à estruturação do enredo, mas as estratégias são mais livres para reproduzi-lo na língua de chegada. A proposta de reescritura em T1 ocasionou uma diferença estrutural significativa do texto, fator que concorreu para o aumento expressivo do número versos. Em T2 e T3, o tradutor manteve uma postura mais rigorosa quanto à estrutura e à forma de suas traduções. A quantidade de versos esteve muito próxima ao apresentado no texto-fonte, assim como a reprodução de rimas. Alguns acréscimos, omissões e modulações podem ser encontrados em ambas as traduções, sobretudo para conformar o conteúdo de cada estrofe ao esquema de rimas proposto nos dois projetos tradutórios, sem necessariamente alterar a trama descritiva poética conforme apresentada por Longfellow.

#### 4. A camada microestrutural dos textos traduzidos

A análise da microestrutura textual considera o texto traduzido em suas unidades menores, verificando, no que diz respeito à linguagem em si, a seleção de palavras, os padrões gramaticais dominantes, as características de estilo de cada tradutor, os níveis da língua (uso de variedades linguísticas, socioletos, dialetos, etc.), entre outros elementos. De acordo com Lambert e Van Gorp (1985), a análise microestrutural nos possibilita verificar as consistências e a estrutura hierárquica das estratégias tradutórias adotadas. Em análise micro dos textos, verifica-se que as escolhas tradutórias, em suma, se mostram convergentes em alguns aspectos. *Tales of Wayside Inn* (1863), obra da qual o poema original é parte integrante, é uma antologia de contos narrados em verso por diferentes frequentadores de uma taverna homônima em Sudbury, no estado americano de Massachusetts.

Dentre os contadores de história reunidos na hospedaria está um jovem siciliano, nascido e criado à vista do Etna. O rapaz, após escutar o relato de um judeu espanhol sobre a aparição de um anjo da morte a um rabino, recorda-se de ter ouvido também uma lenda sobre uma entidade angelical. A saga de Roberto, a qual ele afirma puxar pela memória para recontar aos demais, chegou ao seu conhecimento ainda na infância através de um antigo professor. Essa ideia de narrativa oral é evocada nos interlúdios do livro, momento em que os diferentes personagens se alternam e assumem a voz narrativa, fazendo a conexão entre a história anterior e a próxima a ser relatada.

A construção de uma trama que simula a rememoração e o relato de histórias justifica a incidência de verbos em tempos pretéritos, o que salienta a distância espaço-temporal entre os eventos ocorridos em épocas remotas, certamente passados de geração em geração, e os personagens que divulgam tais histórias enquanto se divertem em uma taverna. Nos textos traduzidos, porém, os tradutores revezam o uso de tempos verbais, utilizando o presente do indicativo e os tempos pretéritos do indicativo para relatar os eventos ocorridos na corte de Roberto. Algumas vezes, a forma nominal gerúndio é acionada na reescritura de uma ação descrita originalmente no passado, indicando, na tradução, um acontecimento iniciado antes da ação principal. A recorrência do presente do indicativo, no entanto, é muito superior como substituto dos pretéritos nas traduções, conforme exemplos em destaque:

**Quadro 7: Tempos verbais nos excertos traduzidos**

T1	T2
El rei então entre dentes E com desdém assim falla:	Então El Rei Roberto altivo resmonêa:
Quando acordou, era noite	Quando o rei acordou era já noite escura;
El rei Roberto, saltando Do sitial em que se assenta, Pasmado olha em roda, e nada	<b>Salta</b> do sitial, pasmado olha p'ra tudo;
<b>Grita; escuta; bate; exhala</b>	<b>Grita</b> em voz alta; escuta, dá pancadas;
Vozes e gritos ouvindo, Sem de nada fazer caso;	<b>Ouvindo</b> vozes, gritos; mas <b>não attentando</b> ,
T3	TO
Então o rei Roberto altivo resmoneia:	<i>Thereat King Robert muttered, scornfully</i>
Quando o rei acordou, era já noite escura;	<i>When he awoke, it was already night;</i>
<b>Saltando</b> da cadeira, olha em redor p'ra tudo;	<i>He started from his seat and gazed around,</i>
<b>Grita</b> alto, <b>escuta</b> , <b>bate</b> e <b>redobra</b> a pancada;	<i>He cried aloud, and listened, and then knocked,</i>
Vozes, gritos ouviu; mas nada lhe interessa;	<i>Voices and cries he heard, but did not heed,</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

O registro de língua, dado ao período das traduções e ao fato de serem manifestações literárias, pretende-se mais formal e rebuscado, com escolhas lexicais, valores semânticos e sintaxe que atendem a característica descritiva da narrativa ficcional e são condizentes com a estrutura retórico-formal e a estética do poema. Além disso, percebe-se, no campo semântico, certa similaridade na escolha das palavras, com o emprego do mesmo item lexical em algumas passagens ou a manutenção do sentido de algum termo com o recurso da sinonímia, conforme trechos a seguir:

**Quadro 8: Escolhas lexicais nas três traduções**

T1	T2
A regia frente levanta,	Começa a real cabeça apenas a erguer,
Da luz da sua lanterna, Crê serem ladrões, e exclama, “Quem vai lá?” Com voz severa.	Julga que são ladrões na casa da oração; Entra com a lanterna, e inquire: “Quem ‘stá hi?”
Um momento ficou mudo, Quedo, assombrado e sem vida, O pobre rei desthronado Quando no Anjo pôs a vista;	Mudo um instante, immove, abismado; O rei sem throno encara o celico enviado,

T3
A cabeça real começa lento a erguer,
Pensa que andam ladrões na casa de oração; Vem co'a sua lanterna, inquire: “Quem ‘stá ahí?”
Mudo por um instante, immove, abismado. Ao rei sem throno encara o celico enviado,

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme apresentado anteriormente, a passagem em que Roberto solicita a tradução do *Magnificat* é decisiva para a história. Logo após retrucar o sacerdote pelo conteúdo daquelas palavras em latim, pois acreditava que nenhum poder seria capaz de tirá-lo do trono, Roberto recosta-se no assento e adormece na igreja com a monotonia do canto dos monges. Em T1, dado ao já mencionado projeto tradutório, há o desdobramento do conteúdo de dois versos em quatro linhas poéticas. No trecho em questão, o tradutor opta pela expressão “abrindo a boca” para sugerir o estado de sonolência do rei, como um substituto para o verbo *bocejar*, presente no original. A ideia de indício de sono, no entanto, só vai se completar no quarto verso, com a informação de que o rei “o somno abraça”. Nesse momento, aliás, o tradutor propõe uma relação intertextual com a história do deus grego Morfeu. Segundo Valle (2016), o mito de Morfeu, divindade alada responsável por reger os sonhos, tornou-se conhecido e famoso na literatura através da obra *Metamorfoses*, do poeta romano Ovídio. O nome da divindade, derivado do termo grego que significa “forma”, explica a capacidade de Morfeu em plasmar-se na imagem de qualquer pessoa e aparecer em sonhos, assumindo a postura, a voz, os gestos e demais características daquele a quem se transmutou. A expressão classicista “cair nos braços de Morfeu” ou ser “abraçado por Morfeu” significa, pois, dormir profundamente. Em T2, o tradutor optou pela expressão “cae em grave somno”, enquanto a escolha em T3 foi iniciar a expressão com o verbo pronominal “engolfar-se”, cuja acepção é a de mergulhar, embeber-se de ou estar imerso em algo, nesse caso, em sono profundo. Ainda em T3, a rigorosidade em manter a rima consoante fez com que o tradutor necessitasse incorporar um novo elemento à narrativa. Nessa tradução, ao adormecer, Roberto passa a demonstrar indiferença às impressões e aos estímulos externos a sua volta [*Tornado indiferente às impressões do mundo*]. Apesar de ser um alongamento do texto, a adição corrobora a fase de sono profundo do monarca, como apresentada também nas outras traduções em que os ruídos e os estímulos externos não seriam capazes de acordá-lo. No texto de origem, porém, o personagem central da história “caiu no sono” [*And leaning back, he yawned and fell asleep,*] com o canto monótono e profundo vindo da igreja. Quando acorda, o rei se depara com a escuridão da noite no templo, àquela altura, completamente vazio. Os textos traduzidos, portanto, especificam uma informação que foi mais generalizada no texto de partida:

**Quadro 9: Modulações e conformação estética nos textos traduzidos**

T1	T2
E abrindo a boca, se encosta No seu sitial sobre a espalda, E embalado pelo canto Monotono, o somno abraça.	Recosta-se, boceja e cae em grave somno, Embalado do canto surdo e monotono.
T3	
Recosta-se, boceja, engolfa-se no somno, Pelo psalmodear, monotono e profundo, Tornado indiferente ás impressões do mundo.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Mais um exemplo pontual sobre a seleção lexical e a organização sintática do verso está no momento anterior ao primeiro encontro de Roberto com o rei impostor, quando ele acorda e se depara sozinho na igreja escura. No texto original, após atravessar galerias e chegar à sala dos banquetes, Roberto adentra e percebe a iluminação excessiva e o aroma que invade o recinto onde se encontra o trono. Em T1, o tradutor opta por caracterizar o substantivo “perfume”, conferindo-lhe a característica de incomum ou de requinte, com o acréscimo do adjetivo “esquisito”. Em T2, o cognato *perfume*, do final do verso, foi traduzido para “pivêtes”, pouco usual na acepção de “perfume” atualmente, mas que manteve a rima com “banquetes” do verso anterior. O verbo “trecalar”, sinônimo de “exalar”, substituiu o verbo “recender” de T2. Notem-se ainda as mudanças sintáticas entre o substantivo “luz/luzes” e a forma verbal “resplende” e o adjetivo “resplendente” em T2 e T3, respectivamente:

**Quadro 10: Diferenças lexicais e sintáticas nas traduções**

T1	T2
Onde a luz cega, e exquisitos Perfumes enchem o espaço.	Que resplende de luz, recende de pivêtes.
T3	T0
De luzes resplendente, a trecalar pivêtes.	<i>Blazing with light, and breathing with perfume.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outros elementos poderiam ser agregados nesta etapa microestrutural de análise, reforçando a característica predominantemente voltada ao polo de origem das traduções. No entanto, por uma questão de limitações do texto, finalizo esta seção evidenciando algumas mudanças substanciais nas traduções em termos de escolhas lexicais e de estruturas sintáticas. Especialmente nas traduções 2 e 3, trabalhos esses realizados pelo mesmo tradutor com um hiato temporal de mais de duas décadas. A testagem de novas figuras de construção e de vocabulário em T3 se deu, mais uma vez, para atender ao projeto tradutório de manutenção da estrutura rimática conforme o original:

**Quadro 11: Escolhas lexicais e diferentes estruturas sintáticas nas traduções**

T1	T2
Que diz: "Potentes deponit	Deposuit potentes de sêde – e o deão,
A igreja, e uma triste lampada Alumiava o altar apenas.	Excepto um lampadario aqui, ali mortício.
Então em raiva afogado Frenetico vocifera El rei Roberto: " Abre prestes;	De raiva e furia arfando, El-Rei diz: "Abri;
Se retira a solta redea, E sem voltar, sem olhal-o, Sem fallar-lhe, se arremessa	Que nem mesmo se volta, ou olha, nem lhe falla;
Ardendo em raiva e despeito Por tam ultrajantes tratos,	Do ultraje e da affronta cheio o coração.
Passou-se a Semana Santa Com seu sôlemne esplendor,	Passa a Semana Santa em festas veneraveis,
E do domingo de Pascoa A clara aurora raiou;	E a Paschoa doura as nuvens de tons admiráveis
E com um gesto despende A seu sequito importuno.	E a todos mais d'um gesto fal-os retirar;

T3
Qual um bordão, ouviu "Deposuit potentes
As lampadas sómente esparzem brilho escasso,
Suffocando de raiva, o rei lhe intíma: "Abri;
Não se volta sequer, não olha, nem boqueja,
Do mal e affronta ardendo em desesperação,
Corre a semana sancta em festa apparatusa;
No ceu rutila o sol da Paschoa jubilosa.
E, com um gesto, aos mais mandou-os retirar.

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 5. Contexto sistêmico dos projetos tradutórios

A prevalente característica *source-oriented* dos poemas, ao perpassar todos os níveis de análise propostos pelo modelo descritivo idealizado por Lambert e Hendrik van Gorp (1985), vai ao encontro do que se teorizava e praticava em tradução na época: a fidelidade e a sacralização do original. A postura dos tradutores, entretanto, excede a mera dicotomia *original x tradução* e os limites do próprio texto. Miguel Maria Lisboa apresentou uma estrutura formal menos conservadora: sua proposta apresenta um número de estrofes que se aproxima do original, mas que extrapola significativamente a quantidade de versos propostos no texto de origem. Tudo isso para conformar o planejamento de reescrita de versos com rimas assoantes. Pode-se dizer, mesmo assim, que sua tradução ainda apresenta traços mais alinhados ao texto fonte, uma vez que não há recriações da tessitura narrativa retratada no poema original, o que gera uma tradução mais *adequada*. O registro utilizado por Lisboa, geralmente, está mais propenso à formalidade, seja na organização sintática, seja morfológicamente, o que condiz com a escrita literária que se propôs a realizar.

A atitude tradutória de Pedro d'Alcântara, por sua vez, poderia apenas indicar um perfil similar ao de tantos outros tradutores do século XIX, os quais encontravam em projetos de tradução uma fonte de prazer ou simplesmente uma maneira de interagir e se aproximar de amigos através dela (Wyler, 2003), como de fato se deu seu contato com Longfellow a partir dessa tradução. A sua posição de homem letrado, respaldada pelos ideais do movimento romântico, se funde na figura do governante que se preocupa não só com o bem-estar da sociedade que lidera, mas com a língua, com o conhecimento da nação que conduz e com o seu povo. A intensa prática tradutória do monarca, conforme temos demonstrado em outros estudos (Mafra, 2023a; 2023b; 2020), exerce uma função renovadora e fundamental em um polissistema literário e cultural em formação, cuja elite encontrava em formas de tradução – literal e figurada –, segundo Brune (2020), a chave para a constituição do país.

Outro ponto a se considerar está relacionado à circulação e divulgação dos trabalhos de Alcântara e de Lisboa. O imperador aparentemente não ansiava fama literária, tampouco visava publicar suas obras. É o que deixa transparecer na seguinte passagem, citada por Mossé (1889) e por Carvalho (2007), com ligeiras modificações:

Escrevo versos, uma vez ou outra, apenas como exercício intelectual, e somente quando não tenho mais o que fazer. Mas não se lhes pode dar o nome de poesia. Mostro essas produções a alguns íntimos, mas de forma alguma desejaria vê-las publicadas. (Mossé, 1889 *apud* Carvalho, 2007, p. 232)

Ainda assim, suas composições eram partilhadas em círculos íntimos e lidas também para o público frequentador das festas da corte e em reuniões do IHGB. A publicação do poema traduzido no conturbado ano de 1889, por ter sido um projeto editorial levado adiante pelos descendentes da própria família imperial e em baixa tiragem, muito provavelmente não concorreu para uma efetiva divulgação do material impresso para além do âmbito palaciano. Entretanto, segundo Correia (2016, p. 547), “mesmo quando o ambiente imperial se pretendesse restrito às fronteiras do palácio [...] tudo quanto lhe dissesse respeito se fazia um ato público que, por sua vez, se convertia em evento nacional”. Nesse sentido, mesmo antes do lançamento do livro, destaca-se o papel desse e de outros trabalhos de Alcântara nos primeiros contatos com a intelectualidade norte-americana em meados da década de 1860, época em que o monarca já acumulava viagens figuradas pelos Estados Unidos a partir da leitura de seus poetas favoritos (Brune, 2020). Além disso, parece pertinente refletir sobre o desejo autoral do tradutor: caso vislumbrasse ver seu produto literário impresso nas páginas de um livro, qual das traduções comporia a edição? A primeira produção, compilada juntamente com outros trabalhos por seus herdeiros, ou a reescrita da história de Roberto feita no final da década de 1880? Ter revisitado a obra de Longfellow, de certo modo, pode indicar certa insatisfação com sua primeira tradução do poema.

O diplomata brasileiro, apesar de publicar seus escritos, não gozava de uma carreira literária expressiva. Tanto o é que sua obra publicada em 1842, julgava o autor, não poderia despertar o interesse para que a segunda edição ganhasse forma em novo projeto editorial, sobretudo após 20 anos desde a primeira publicação. Afirmava ele não ter ânimo, nem a esperança de percorrer a “escabrosa carreira das musas” (Lisboa, 1866, p. XV). Na tentativa de tornar a segunda edição mais atrativa ao público brasileiro, Lisboa acrescentou algumas poesias e apostou também em textos traduzidos do inglês.

Para Pascale Casanova (2002), assim como a crítica, a tradução pode ser considerada valorização ou consagração para o tradutor. Citando Valery Larbaud (1997), a autora defende que o tradutor enriquece sua literatura nacional ao passo

que aumenta sua própria riqueza intelectual ao traduzir. A tradução é, portanto, “a grande instância de consagração específica do universo literário” (Casanova, 2002, p. 169). Dessa forma, mesmo que a circulação do material possa ter sido restrita a um público limitado, os autores parecem ter compreendido o papel da tradução como chave de acesso a determinadas instâncias do universo literário.

## 6. Considerações finais

Este artigo objetivou analisar três traduções para o português do poema *The Sicilian Tale: King Robert of Sicily*, do escritor americano Henry Wadsworth Longfellow. As produções, consideradas nesta proposta sob o prisma teórico-metodológico dos Estudos Descritivos da Tradução e da Crítica Genética, foram realizadas por Pedro d’Alcântara e Miguel Maria Lisboa. D. Pedro traduziu o mesmo poema em dois momentos distintos: a primeira vez, em 1864; e a segunda, em 1887. Suas composições circularam na corte em manuscritos autógrafos antes da publicação do texto de 1864, o que ocorria somente no conturbado ano de 1889, pouco antes da dissolução da Monarquia.

A primeira versão autógrafa chegou às mãos de Longfellow no mesmo ano em que foi produzida, e desde então autor e tradutor passaram a se corresponder com relativa frequência. A tradução de Lisboa também foi produzida em 1864 e foi editada para a segunda tiragem de seu “Romances Históricos por um Brasileiro”, em 1866. Lisboa informava aos seus leitores que a decisão de trazer a público sua obra revitalizada estava no desejo patriótico de apontar novos caminhos para a literatura nascente do país. O ineditismo da publicação, segundo o próprio autor, estava em novas adições que serviriam para atribuir variedade ao livro. Entre esses acréscimos, a história do rei da Sicília, versão a qual Longfellow também teve a oportunidade de conhecer.

Em vista das análises promovidas nos níveis sugeridos no esquema desenvolvido por Lambert e Van Gorp (1985), alguns aspectos importantes dos trabalhos merecem ser retomados. As informações preliminares de cada edição, por exemplo, reportam à recepção crítica e aludem ao contexto histórico-cultural do período, mas nada informam acerca de possíveis projetos, contextualizam ou teorizam as traduções, nem mesmo quando os textos traduzidos ocupam mais da metade do livro editado. Medeiros de Albuquerque, responsável pela reedição das poesias e traduções de D. Pedro II, mostrou ao público um esforço, no mínimo, contraditório. Qual o sentido em gastar tempo, investimento financeiro e energia em divulgar um projeto que ele julgava sem qualquer valor literário? Se as produções assinadas pelo monarca carecem de qualidade técnica e refinamento

estético, se os textos apócrifos, supostamente produzidos no exílio, têm sua autoria ferrenhamente contestada, por que as traduções não receberam nenhuma atenção no longo prefácio assinado por Albuquerque? A resposta poderia nos levar para o lugar que a tradução ainda ocupa, sobretudo, no senso comum, como uma atividade meramente secundária e que precisa de sua oposição (em termos negativos) ao texto original para poder coexistir. Essa poderia ser também a visão de Albuquerque, não fossem suas críticas direcionadas não apenas para detratar o poeta, mas sim para desqualificar o homem público que governou o país por quase 50 anos.

No caso do diplomata brasileiro, em que as traduções ajudariam a renovar, juntamente com algumas poesias, uma obra que o próprio autor julgava relegada ao esquecimento, cabe ao leitor fazer as conexões entre as primeiras produções e o horizonte tradutório por ele traçado. Sua predileção pelos versos assoantes, detalhadamente explorados no prefácio da primeira edição, seria reproduzida nos novos textos assinados por ele e em suas traduções. Também não há considerações acerca das escolhas pontuais dos três textos traduzidos, dois de autores americanos (Whittier e Longfellow) e um de autor inglês (Byron). A motivação poderia ter partido de um pedido do imperador, que recebera dois anos antes da publicação, por intermédio de James Fletcher, o manuscrito da tradução do poema *Red River Voyageur*, de autoria de John Greenleaf Whittier, e tomava conhecimento da avaliação de Longfellow acerca da tradução de Lisboa (James, 1952).<sup>8</sup> O próprio imperador traduziu, no mesmo período, um poema de Whittier (*The Cry of a Lost Soul*), além de traduzir a composição de Longfellow em duas ocasiões, justamente os textos que foram objeto de análise e comparação com o trabalho de Lisboa.

Conforme evidenciado pela análise macroestrutural, as propostas se mostraram bastante *adequadas* em vista do original, ou seja, estão mais norteadas pelo sistema do texto de origem. Mesmo quando o projeto de tradução aparenta ser menos rígido em termos de estrutura formal e apresenta esquema rimático inovador, os infortúnios do rei da Sicília são retratados com as mesmas linearidade e figuras poéticas, e com os mesmos conflitos como haviam sido desenvolvidos por Longfellow. As escolhas lexicais, semânticas e sintáticas, em termos de microestrutura, servem para acomodar o enredo nas formas pré-estabelecidas nos projetos tradutórios, corroborando traduções em que as

---

<sup>8</sup> Em carta de 23 de abril de 1865 endereçada ao monarca, James Fletcher relatava a preferência de Longfellow pela tradução de D. Pedro, que era muito mais apropriada e fiel que a de Lisboa (*apud* James, 1952, p. 70).

tentativas de manter a fidelidade ao original são bastante evidentes. Estilisticamente, o apelo formal decorrente dessas escolhas está em consonância com a formação e com as experiências literárias dos tradutores, além de indicar, indiretamente, a audiência que teria acesso aos produtos: em grande medida, a elite letrada da época.

Finalmente, sublinha-se a tradução do poema de Longfellow como um importante veículo de trocas culturais internacionais entre a corte brasileira – um polissistema periférico – e o centro cultural e intelectual americano do século XIX – detentor de repertório cultural e literário mais prestigiado e institucionalmente legitimado frente às nações latino-americanas. Vale lembrar que o sistema cultural e literário do país se desenvolvia à medida que a recente nação brasileira conquistava sua autonomia e legitimidade enquanto Estado nacional, mantendo sua condição de país dependente dos principais polos difusores de cultura da época – ou “dominado”, como sugere Casanova (2002). Por isso, a diplomacia cultural empreendida pelo monarca e por parte da elite letrada perpassaria também pela intelectualidade e pela cultura norte-americana. Ambos os tradutores, típicos arquétipos do homem letrado do século XIX, conheciam e se beneficiavam dos mecanismos de intercâmbio cultural entre o centro letrado e a periférica corte sul-americana, e viam na tradução um instrumento de acúmulo de capital cultural para buscar a consagração artística, fosse em âmbito estritamente privado, fosse em projetos mais audaciosos, como a publicação de seus escritos.

## Referências

A BÍBLIA SAGRADA. *Evangelho de Lucas* (1: 52). Salt Lake City: Intellectual Reserve, Inc., 2015, p. 1554.

ALBUQUERQUE, J. J. C. M. (org.). *Poesias completas de Pedro II*. Prefácio de Medeiros de Albuquerque. Rio de Janeiro: Guanabara, 1932.

ATHENOT, E. “1886, ano verso-librista: Laforgue tradutor de Whitman”. Tradução: Guacira Marcondes Machado Leite e Silvana Vieira da Silva. In: FERNANDES, M. L. O.; ANDRADE, P.; PERRONE, C. A. (orgs.). *Poesia na Era da Internacionalização dos Saberes: circulação, tradução, ensino e crítica no contexto contemporâneo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, pp. 139-158.

BAKER, J. Le Singe as le Signe: Serious Monkey Business in Robert of Sicily. *The Profane Arts of Middle Ages*. vol. VI, n.º 1, Spring 1997, pp. 96-120.

BERMAN, A. *A tradução e a letra ou o albergue longínquo*. Tradução: Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan e Andreia Guerini. 2. ed. Tubarão: Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.

BIASI, P. M. *A genética dos textos*. Tradução: Marie-Hélène Paret Passos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BRUNE, K. *Creative Transformations: Travel and Translations of Brazil in the Americas*. Albany: State University of New York Press, 2020.

CARVALHO, J. M. D. *Pedro II: Ser ou não Ser*. Coordenação: Elio Gaspari e Lília M. Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASANOVA, P. *A república mundial das letras*. Tradução: Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CORREIA, E. B. Dois poemas de Pedro de Alcântara (Dom Pedro II). *Remate de Males*. Campinas-SP, (36.2): pp. 541-557, jul./dez. 2016.

EVEN-ZOHAR, I. Polysystem Theory. *Poetics Today*. International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication. vol. 11, n.º1, Spring, 1990.

GIOIA, D. "Longfellow in the Aftermath of Modernism". In: PARINI, J.; MILLIER, B. C. (Ed.). *The Columbia History of American Poetry*. New York: Columbia University Press, 1993, pp. 64-96.

JAMES, D. *O imperador do Brasil e os seus amigos da Nova Inglaterra*. Tradução: Mário José da Silva Cruz e Lourenço Luiz Lacombe. Petrópolis: Museu Imperial/ Ministério da Educação e Saúde, 1952.

JAKSIĆ, I. *The Hispanic World and American Intellectual Life, 1820-1880*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

LAMBERT, J; GORP, H. V. "On describing Translations". In: HERMANS, T. (ed.). *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. London & Sidney: Croom Helm, 1985, pp. 42-53.

LEAHY, S. *As One Who From a Volume Reads: A Study of the Long Narrative Poem in Nineteenth-Century America*. 2019. Graduate College Dissertations and Theses. 1065. Disponível em: <https://scholarworks.uvm.edu/graddis/1065>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LISBOA, M. M. *Romances Históricos por um Brasileiro*. 2ª ed. Bruxellas: Typographia de A. Lacroix, Verboeckhoven e cia, 1866.

LONGFELLOW, H. W. *Tales of a Wayside Inn*. Boston: Ticknor and Fields, 1863.

MAFRA, A. "A construção da rede literária americanófila de D. Pedro II a partir de seus documentos de processo". *Manuscrita: Revista de Crítica Genética*, 48, 2023a, pp. 193-212.

MAFRA, A. “John Greenleaf Whittier traduzido no Império do Brasil: análise descritiva de duas traduções para o português do poema *The Cry Of a Lost Soul* por Pedro Luís e Pedro D’Alcântara”. *Tradução em Revista*, 34, 2023b, pp. 52-82.

MAFRA, A. “Do rascunho à edição: análise preliminar das versões de *The Sicilian Tale: King Robert of Sicily* por D. Pedro II”. *Manuscrita: Revista de Crítica Genética*, 40, 2020, pp. 96–111.

MOSSÉ, B. *Vida de Dom Pedro II*. Coleção grandes homens. São Paulo: Cultura Brasileira S/A, 1889.

PEIXOTO, A. “American social and literary influences in Brazil”. *Books Abroad*. vol. 9, n.º 2, Spring, 1935, pp. 127-129.

PINO, C. A. *A ficção da escrita*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

POWELL, S. D. “Transforming the proud king transformed: *Robert of Sicily*”. In: ALLAIRE, G. (Ed.). *Modern Retellings of Chivalric Texts*. Aldershot (England), Vermont (USA): Ashgate Publishing Company, 1999, pp. 67-81.

SOUSA, G. H. P. “Tradução e sistema literário: contribuições de Antonio Candido para os Estudos da Tradução”. *Cad. Trad.*, Florianópolis, vol. 35, n.º especial 1, p. 56-74, jan./jun. 2015, pp. 56-74.

STEGGLE, M. *Digital Humanities and the Lost Drama of Early Modern England: ten case studies*. Farnham, U.K.: Ashgate Publishing, 2015.

TOURY, G. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

VALLE, F. K. *Sandman: o mito literário de Morfeu nas obras de Hoffmann, Andersen e Gaiman*. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

WYLER, L. *Línguas, Poetas e Bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.



**O Brasil do Oitocentos através das narrativas do príncipe cidadão**  
*The Brazil of the 1800s through the narratives of the citizen prince*

Luís Henrique Junqueira de Almeida Rechdan<sup>1</sup>

**Resumo**

O artigo propõe uma reflexão sobre o Brasil do Oitocentos a partir das narrativas do príncipe de Joinville, em seu *Diário da estada no Brasil*, de 1º de janeiro a 22 de fevereiro de 1838, às vésperas das eleições para escolher o novo regente do Império do Brasil, durante a menoridade de d. Pedro II. Autor e ator político se confundem em suas narrativas e possibilitam, ao leitor atento, desvelar tanto as aspirações colonialistas francesas da década de 1830, quanto a complexa sociedade brasileira do mesmo período, ambas permeadas por intensos debates políticos e disputas pelo poder.

Palavras-chave: Brasil Império; Monarquia de Julho; História Política; príncipe de Joinville.

**Abstract**

The article proposes a reflection on the Brazil of the 1800s, based on the narratives of the Prince of Joinville in his *Diary of the stay in Brazil*, from January 1st to February 22nd, 1838, on the eve of the elections to choose the new regent of the Empire of Brazil, during the minority of d. Peter II. Author and political actor are confused in their narratives and allow the attentive reader to unveil both the French colonialist aspirations of the 1830s and the complex Brazilian society of the same period, both permeated by intense political debate and disputes for power.

Keywords: Brazil Empire; July Monarchy; Political History; prince de Joinville

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Autor de *Sem Lei de Responsabilidade, não há constituição*. A articulação de mecanismos de controle dos atos ministeriais pela Assembleia Geral do Império do Brasil (1826-1829). Curitiba: Appris, 2023.

Em janeiro de 1838, durante a menoridade d. Pedro II, sob a regência interina de Araújo Lima, chegava ao Rio de Janeiro, Francisco d'Orléans, príncipe de Joinville, sétimo filho de Luís Felipe<sup>2</sup>. Aos vinte anos, realizava sua quarta campanha<sup>3</sup> pela Marinha (onde estava desde os doze anos), na qual atividades de aprendizado naval e de poder mesclavam-se. E, tal como as anteriores, as novas aventuras do príncipe cidadão foram amplamente narradas pela grande imprensa francesa e replicadas nos periódicos de todo o mundo – pela imprensa daqueles Estados e territórios influenciados política, econômica e culturalmente pelas grandes monarquias europeias.

A notícia da visita do príncipe de Joinville ao Império do Brasil chegou meses antes da data prevista para seu desembarque e, conforme este se aproximava, a cidade se preparava para receber o célebre visitante. Sublinhe-se que os preparativos não se limitavam à comunidade francesa, mas aos membros do governo regencial – regente e secretários de Estado – que aproveitaram o momento festivo para divulgar suas ações na condução dos negócios estatais. Além disso, com a aproximação das eleições para a regência, os ânimos se exaltavam ainda mais: Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, assumira interinamente o cargo, após a renúncia de Diogo Antônio Feijó, em 22 de abril, de tal modo que a disputa pelo cargo prometia ser acirrada<sup>4</sup>. A cidade fervilhava não apenas em virtude do calor do verão fluminense, mas também pelo intenso debate político e notícias referentes à eclosão de revoltas em diversas províncias do Império. Dentre as quais: a Farroupilha, nas províncias meridionais do Império, em curso desde 1835; e a Sabinada, que acabara de eclodir na Bahia e impediria, inclusive, o príncipe de Joinville de aportar em sua capital<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Terceiro dentre os homens, porém, sétimo, se considerarmos todos os dez filhos de Luís Felipe independente do sexo: Ferdinando Felipe, duque de Orléans (1810-1842); Luísa (1812-1850); Maria (1813-1839); Luís, duque de Némours (1814-1896); Francisca (1816-1818); Clementina (1817-1907); Francisco, príncipe de Joinville (1818-1900); Carlos, duque de Penthiève (1820-1828); Henrique, duque de Aumale (1822-1897); Antônio, duque de Montpensier (1824-1890).

<sup>3</sup> *Jornal do Commercio*, n.º 73, de 1º de setembro de 1837, p. 1. Disponível para consulta *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <https://bdn.digital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 4 de dezembro de 2023.

<sup>4</sup> Em setembro de 1837, após amplo debate e manifestação favoráveis a Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi definida a data de 22 de abril do ano seguinte para a realização das eleições para o cargo de regente do Império do Brasil. O príncipe de Joinville chegou ao Rio de Janeiro bem nesse momento de ânimos exaltados, enquanto Araújo Lima articulava alianças com o intuito de vencer as eleições.

<sup>5</sup> Sobre o período regencial e as múltiplas revoltas que eclodiram nesses anos, ver Marcello Basile (2009).

Frente a tal quadro político-social, propõe-se uma reflexão sobre o papel a ser desempenhado pela França, no Brasil da década de 1830, em especial nos últimos anos do período regencial, bem como as possibilidades e as perspectivas da sociedade brasileira desse período, a partir das anotações do príncipe de Joinville em seu diário de campanha entre os meses de janeiro e de fevereiro de 1838. Em suas narrativas, além do autor, aflora o ator político em campanha pelos mares do Sul, cuja missão oficial tinha claros objetivos a atingir. Em seu texto, apreendem-se não apenas as aspirações colonialistas francesas da década de 1830, como também a complexa sociedade brasileira do mesmo período, ambas permeadas por intensos debates políticos e disputas pelo poder<sup>6</sup>.

Nas últimas décadas, egodocumentos têm despertado o interesse da Historiografia, tanto no que se refere às possibilidades desse material para a História Política, quanto para a História Social da Escrita (Artières, 1998, 2010), pois se trata de um conjunto documental aberto às novas pesquisas e, no Brasil, ainda se encontra pouco explorado (Iumatti & Nicodemo, 2018). Enquanto autor-ator, que redigiu seu texto para ser lido por terceiro(s), há diversas passagens nas quais o príncipe de Joinville se refere e dialoga com o leitor de seu texto, o que nos leva à questão: Quem é o leitor para o qual o diário foi redigido?

É provável que não se trate de simples diário de viagem, de meras anotações de seu périplo pelo Atlântico Sul, mas de um relatório pessoal-oficial de suas campanhas pelo mundo, de modo que é possível vislumbrar no texto narrativas, descrições e desenhos, elaborados por um emissário real – o filho do rei – para aprofundar as relações com outros povos, verificar edificações e equipamentos nas colônias e nas conquistas francesas, bem como sondar novas frentes de comércio e de investimento para a França, seu rei e apoiadores. Assim, era visto por praticamente todos os lugares pelos quais passava, salvo quando o príncipe francês acreditava estar no anonimato – como, por exemplo, durante seu passeio à Gávea e à Tijuca, ao entrar em uma venda para se alimentar<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Posteriormente, o príncipe de Joinville retomaria o tema de sua estada no Brasil em suas memórias e o modo como reelaborou sua primeira experiência na América do Sul, cerca de meio século mais tarde (Joinville, 1894), é igualmente reveladora e nos auxilia na compreensão do diário de 1838. São dois Brasis que se apresentam ao leitor: o do jovem príncipe em busca de glória e o do célebre personagem da história francesa, no fim do conturbado século XIX, a narrar suas glórias passadas e reordenar sua trajetória de vida. A visita, política em si e politizada pela imprensa mineira e fluminense de fins dos anos 1830, se torna ainda mais relevante para a reflexão sobre o momento tenso da trajetória político-institucional brasileira.

<sup>7</sup> O trecho é referente à refeição em uma taverna carioca, no fim do passeio pela Gávea e Tijuca, em janeiro de 1838. Pode-se questionar o quanto a comitiva e o aparato que o cercavam em seus deslocamentos o permitiam permanecer anônimo em terras estrangeiras.

O caráter oficial da viagem fica explícito durante a visita à mina de ouro de Gongo Soco: todo o aparato solene que acompanha seus passos durante toda sua estada na companhia mineradora inglesa. Suas anotações eram descrições do que deveria ser feito para se obter sucesso comercial-financeiro no Brasil, sobre o quanto precisava ser investido e sobre os contatos a serem articulados para se atingir futuros objetivos comerciais e financeiros nos trópicos, ou seja, não se tratava de um viajante comum, mas de um militar francês em busca de glória pessoal e a serviço de seu rei-pai.

Em relação ao destinatário das narrativas, é provável que seja seu pai, pois era um comportamento característico de Luís Felipe em relação a seus filhos e a todos que lhe prestavam algum tipo de serviço. Sublinhe-se que o então duque d'Orléans acompanhou pessoalmente a educação de seus filhos e exigiu de todos os seus preceptores relatórios semanais. Esse controle também pode ser inferido pelo fato dele ter designado Augusto Trognon para acompanhar o príncipe de Joinville em sua primeira campanha naval. Dentre as atribuições do preceptor estava a de instruir seu pupilo na redação de cartas e diários (de campanha) ao rei-pai (Joinville, 1894; Bustarret, 2011), um pai centralizador e controlador das ações de seus filhos e netos. Aliás, nada ficava fora do controle do rei, mesmo após a Revolução de 1848, que o afastou do poder e o enviou para o exílio, juntamente com toda sua família (Antonetti, 1994).

Neste artigo, utilizam-se os manuscritos pertencentes ao Arquivo Histórico do Museu Imperial, publicados em sua versão original – em língua francesa (Joinville, 1950) – e duas traduções em língua portuguesa: a de Gerson do Valle<sup>8</sup> e a de Marisa Murray (Joinville, 2006)<sup>9</sup>. Os dois volumes manuscritos dos diários são transcrições do documento original, como já foi sugerido por Lourenço Luís Lacombe na apresentação do texto, em sua versão original, em língua francesa, no *Anuário do Museu Imperial*: “São dois grossos cadernos, primorosamente manuscritos – obra de calígrafo – com desenhos, embora sem assinatura, mas certamente de autoria do Príncipe, de quem são umas poucas anotações e correções marginais” (Lacombe, 1950, p. 179)<sup>10</sup>. Em relação aos desenhos contidos nos manuscritos da versão arquivada no Museu Imperial, é

---

<sup>8</sup> JOINVILLE, Francisco de Orléans, príncipe de. *Diário da estada no Brasil do príncipe de Joinville*. Tradução de Gerson Valle, não publicada. Petrópolis, 1997.

<sup>9</sup> Agradeço ao senhor Vitor Hugo Torres Sternberg, do Arquivo Histórico do Museu Imperial, o envio da versão digitalizada dos manuscritos dos diários e da tradução em língua portuguesa feita por Gerson do Valle.

<sup>10</sup> Maria de Lourdes Parreira Horta posicionou-se sobre o assunto no prefácio da publicação dos diários em Língua Portuguesa, em 2006 (Joinville, 2006, p. 12).

provável que sejam de autoria do príncipe, mas nada impede que sejam cópias dos realizados em 1838, durante a viagem. Aliás, nessa documentação, há poucos desenhos inseridos no texto ou nas margens do documento, o que levou ao seguinte comentário de Lacombe: “Pena é que o ilustre viajante não se inspirasse mais em nossa terra para enriquecer a parte iconográfica do seu Diário” (Lacombe, 1950, p. 179). Contudo, como conceber a ausência pictórica em manuscritos de alguém que utilizava amplamente de desenhos para se expressar? Hábil aquarelista, Francisco de Orléans se orgulhava dessa habilidade, bem como de sua formação em Artes, sob a orientação de Ary Scheffer: “Tout le monde écrit ses Mémoires: moi je les ai dessinés”, teria afirmado o príncipe à duquesa de Uzès (Planchais, 1953).

O artigo encontra-se dividido em três partes. A primeira focaliza a trajetória de Francisco d’Orléans, na qual os acontecimentos políticos impactaram e foram impactados (in)diretamente por suas ações. Como filho de Luís Felipe, ainda que involuntariamente – pelo menos nos anos de juventude –, sua atuação e participação ativa como aspirante e, depois, oficial da Marinha nas campanhas militares empreendidas pelo Estado francês, além de suas missões diplomáticas e de negócios por todo o mundo, colocavam-no no centro da política francesa. Logo, sua estada no Brasil deve ser analisada a partir dessa trajetória, enquanto ação política, econômica e militar de um Estado europeu em plena expansão colonial, inserida na disputa travada entre as monarquias inglesa e francesa pelo domínio dos mares do Sul. Na segunda parte, o foco se desloca para o texto do diário do príncipe de Joinville, redigido durante sua primeira estada no Brasil, nos primeiros meses de 1838, seus prováveis objetivos de sua nova campanha naval, a bordo do *Hercule* – o novo navio de guerra francês com cem canhões –, com escala e estada no Rio de Janeiro, seguidas de incursões pelo interior do território em pleno verão e período de chuvas. Além de suas impressões sobre o que enxergou, sentiu e presenciou, bem como as lições aprendidas durante sua permanência no território brasileiro. Por fim, na terceira parte, reflete-se sobre sua estada na mina de ouro de Gongo, de modo a tecer algumas considerações finais sobre o tema proposto neste artigo.

## 1. Príncipe de Joinville: de aspirante a capitão

Francisco d'Orléans nasceu em Neuilly-sur-Seine, a 14 de agosto de 1818, filho de Luís Felipe, então duque de Orléans – futuro rei dos franceses<sup>11</sup> – e de Maria Amélia das Duas Sicílias<sup>12</sup>. Teve como preceptor o historiador Auguste Trognon, que o acompanhou em suas primeiras viagens navais. Aos dez anos, ingressou no Liceu Henrique IV, tal como um jovem burguês parisiense, salvo pelo fato de Luís Felipe manter os filhos sob severo controle, inclusive nas atividades escolares desenvolvidas no liceu parisiense (Antonetti, 1994).

Quando estava às vésperas de completar doze anos, seu pai, através de hábil manobra político-legislativa – após a abdicação de Carlos X em favor do neto, Henrique d'Artois, V do nome e duque de Bordeaux, então com nove anos<sup>13</sup> –, foi aclamado rei dos franceses pelas duas câmaras da Assembleia Nacional, com o apoio de parcela da burguesia francesa e legitimado pela multidão que ocupava as ruas parisienses na Revolução de Julho de 1830 – *Les Trois Glorieuses*<sup>14</sup>. Mesmo assim, para muitos, frente à ruptura do princípio da legitimidade dinástica, ao afastar o legítimo herdeiro Bourbon do trono<sup>15</sup>, dentro e fora da França, tratavam-no como um usurpador ocupando o trono francês,

---

<sup>11</sup> Todos os acontecimentos que envolveram a ascensão do duque de Orléans ao trono foram tratados, em detalhes, pela imprensa brasileira e, na maioria das vezes, com claros objetivos políticos a serem atingidos. Nesse sentido, há, no *Jornal do Commercio*, número 51, de 13 de outubro de 1830, em suas duas primeiras páginas, um artigo detalhado, traduzido do *Constitutionnel*, sobre a aclamação de Luís Felipe pelas duas câmaras da Assembleia Nacional francesa e, ao proceder assim, inseri-lo claramente no debate político que antecedeu a abdicação de d. Pedro I. Disponível para consulta *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 04 de dezembro de 2023.

<sup>12</sup> Maria Amélia das Duas Sicílias (Caserta, 1782-Londres, 1866) era tia paterna de Teresa Cristina, futura imperatriz do Brasil. Aliás, durante o século XIX serão inúmeras as ligações familiares tecidas entre as famílias Bragança, Bourbon-Duas Sicílias, Saxe-Coburgo e Orléans – rede familiar que controlaria grande parte das monarquias europeias até a eclosão da Guerra de 1914-1918.

<sup>13</sup> A mãe de Henrique d'Artois, Maria Carolina das Duas Sicílias, duquesa de Berry, (Nápoles, 1798-Mureck, 1870), casada com o filho de Carlos X, Carlos Fernando, duque de Berry, era irmã da futura imperatriz do Brasil, Teresa Cristina, mulher de d. Pedro II. Viúva no momento da Revolução de Julho de 1830, teria sido a regente de seu filho, Henrique d'Artois (V do nome), durante sua menoridade. Porém, a revolução retirou seu filho da sucessão e colocou a família no exílio (Hillerin, 2010). Cumpre notar que os filhos de Luís Felipe tinham praticamente a mesma idade dos do delfim de França – Henrique d'Artois (1820-1883) era apenas dois anos mais jovem que o príncipe de Joinville – e ambas as famílias se encontravam com frequência até a Revolução de Julho de 1830, como relembra o próprio príncipe em suas memórias (Joinville, 1894).

<sup>14</sup> Ver HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Em especial o capítulo 6 – As Revoluções.

um usurpador travestido de rei cidadão. De tal forma que o reconhecimento de sua aclamação pelas demais monarquias europeias, inclusive pela austríaca, não apagava a mácula de origem de sua dinastia.

Diante do perigo de uma nova revolução a sacudir o Reino da França, as monarquias europeias decidiram reconhecer a nova dinastia francesa – a exceção foi o duque de Módena –, porém, na prática, houve a adoção generalizada de medidas a dificultar as ações de Luís Felipe no interior do continente europeu, a exemplo dos obstáculos enfrentados pelo rei dos franceses para casar seus filhos, diante da recusa austríaca em autorizar aproximações entre os Habsburgos e os Orléans. Ao mesmo tempo, a duquesa de Berry percorria as cortes europeias em busca de apoio à causa de seu filho e sempre se referia a seu primo, Luís Felipe, como o “usurpador” (Hillerin, 2010). Era-lhe fundamental a articulação de uma imagem de monarca exemplar, com uma família digna igualmente de ser admirada: um modelo a ser seguido por todos, dentro e fora da França. Destarte, a glorificação da nova dinastia francesa ocorria das mais diversas formas – pinturas e esculturas monumentais, narrativas históricas, criação de novas instituições culturais e reformulação das existentes – e todos os membros da família tinham um papel a cumprir dentro desse teatro montado para a legitimar Luís Felipe, filhos e netos (Antonetti, 1994).

Após os acontecimentos de 1830, Francisco d’Orléans deixou o Liceu e partiu para a carreira militar. Na primavera do ano seguinte, iniciou sua formação naval – a despeito de seu pouco interesse por essa atividade – e aprendizado do poder. Aliás, décadas mais tarde, em suas memórias, o príncipe relembrou o trajeto de Paris a Toulon, onde embarcaria em sua primeira campanha, ao longo do qual foi recebido com salvas e celebrações populares. Nas palavras de Joinville:

---

<sup>15</sup> O príncipe de Joinville se lembraria desses acontecimentos em suas memórias, redigidas décadas depois, e os disporia de forma a conferir grandiosidade a sua trajetória. Tudo teria transcorrido da melhor forma possível. Como sempre amou a carreira militar, seu ingresso na Marinha teria sido sua mais profunda vontade desde criança. Em sua narrativa, apesar de considerar a Revolução de 1830 um mal ao país, por se tratar de um golpe no princípio dinástico, vislumbrava em seu pai, o então duque de Orléans, um ator involuntário dos acontecimentos, frente à queda de Carlos X. Sendo impossível defender, naquele momento, a sucessão legítima, aceitou assumir o trono com a finalidade inicial de o restituir a seu legítimo dono, Henrique V. Apenas em um momento posterior teria desistido desse intuito em nome de um bem maior: a salvação da França do perigo da adoção da República, antessala da ditadura e de seu enfraquecimento diante dos demais estados europeus (Joinville, 1894).

Todas estas recepções, representações, de mau gosto em minha opinião, se reproduziriam ao longo de todo o trajeto, até Toulon, aumentando sua intensidade conforme descíamos em direção ao Midi e atravessávamos populações mais divididas pelas paixões políticas.<sup>16</sup>

O filho do rei cidadão iniciava sua trajetória político-militar, de figura pública no conturbado século XIX francês. Aliás, todos os filhos de Luís Felipe desempenhavam um papel na Monarquia de Julho, tanto através da política de casamentos reais, habilmente tecida com o auxílio da rainha Maria Amélia, quanto em suas carreiras militares, supervisionadas diretamente pelo pai. Em praticamente todos os momentos de sua trajetória como rei dos franceses, Luís Felipe se apresentou cercado por algum(s) ou todos os filhos e se fez representar da mesma forma em telas monumentais distribuídas pelos palácios reais, repartições públicas e, sobretudo, museus por toda a França. Ao mesmo tempo, pela imprensa, circulavam gravuras com cópias das grandes telas a legitimarem a nova família real. Dentro deste conjunto pictórico, ressaltam-se as representações executadas dos três filhos homens mais velhos: Ferdinando, Luís e Francisco, os príncipes cidadãos – jovens, belos, altivos e modelos de conduta, exemplos a serem seguidos por todos –, imagens de uma dinastia saudável e com um futuro glorioso a reestabelecer o papel reservado à França no concerto das nações (Tudesq, 1985).

Quando desembarcou no Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1838, o príncipe de Joinville, apesar da pouca idade, já possuía ampla experiência no cumprimento de seu papel de príncipe real, enviado em missões oficiais a diversos territórios nos quais a França atuava, quer diretamente, enquanto potência colonial, quer indiretamente, através de diplomatas, encarregados de negócios, comerciantes, viajantes ou prepostos. Neste momento de expansão dos novos imperialismos europeus, o rei dos franceses almejava ampliar a presença da França em todo o mundo e seus filhos auxiliavam nessa tarefa em nome da civilização, do livre comércio, da cultura europeia, dentre outros tópicos, utilizados para legitimar a expansão de política colonialista francesa pelos mares afora. Assim, a imagem apresentada de Luís Felipe no exterior sempre era

---

<sup>16</sup> Tradução do autor. Em francês, no original: “Toutes ces réceptions, ces représentations, fort peu de mon goût, allaient se reproduire tout le long de la route, jusqu’à Toulon, augmentant de vivacité à mesure que nous descendions plus au midi et que nous traversions des populations plus divisées par les passions politiques” (Joinville, 1894, p. 55).

grandiosa, a despeito dos problemas que continuavam a atormentar a política interna francesa. Cumpre notar que, desde sua ascensão ao trono, até o embarque do príncipe no *Hercule*, nos primeiros dias de agosto de 1837, Luís Felipe foi alvo de, pelo menos, sete atentados contra sua vida. Além disso, as crises econômica e social deixavam evidentes as contradições políticas desse regime, fruto de uma revolução frustrada (Tudesq, 1985). Mesmo assim, em campanha pelos mares do Sul, o príncipe de Joinville afirmou – ao término de sua estada no Brasil, satisfeito com o sucesso de sua missão no Brasil e orgulhoso do baile oferecido a d. Pedro II, irmãs e notáveis da cidade, a bordo do *Hercule* – com a sensação de dever cumprido: “[...] nosso baile sustentou, de fato, a honra nacional e a da família.”<sup>17</sup>, ou seja, a despeito dos questionamentos internos, a imagem da França e da nova dinastia continuavam a ser glorificadas no espaço Atlântico.

## 2. Um príncipe cidadão nos mares do Sul: diário da estada no Brasil

Planejada desde o início de 1837<sup>18</sup>, apenas em agosto teve início, em Toulon, a quarta campanha do príncipe de Joinville, oficial da Marinha – primeiro-tenente (*lieutenant de vaisseau*) –, a bordo do navio (*vaisseau*) *Hercule*, embarcação nova de cem canhões, sob o comando do experiente oficial da Armada francesa, Joseph Grégoire Casy<sup>19</sup>. Antes de desembarcar no Rio de Janeiro, o navio em campanha fez uma série de escalas e seus oficiais, convidados e tripulantes desempenharam as mais variadas missões ao governo francês. Havia um roteiro a ser seguido e um cronograma a ser respeitado<sup>20</sup>,

---

<sup>17</sup> *Diário do príncipe de Joinville*, 22 de fevereiro de 1837: últimas palavras redigidas pelo príncipe de Joinville em seu diário (de campanha), durante sua estada no Brasil.

<sup>18</sup> *Jornal do Commercio*, n.º 103, 10 de maio de 1837, p. 4. Disponível para consulta *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 4 de dez. de 2023.

<sup>19</sup> *O Parlamentar*, n.º 16, 23 de setembro de 1837, p. 72; *Jornal do Commercio*, n.º 214, 28 de setembro de 1837, p. 1. Disponíveis para consulta *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 4 de dez. de 2023.

<sup>20</sup> De acordo com o *Jornal do Commercio*, n.º 214, 28 de setembro de 1837, p. 1: “S.A. sairá com a esquadra para Gibraltar; dali partirá, acompanhado pela corveta *Favorite*, para Madeira e Tenerife, que ele visitou em 1835. Passará dali para o Senegal e Gorée, na costa de África; Santiago da Praia, uma das Ilhas do Cabo Verde, Rio de Janeiro, Bahia, Caiena, Martinica, Guadalupe, Jamaica e Cuba. A nau *Hercules* irá depois fundear na baía de Chesapeake, entre a Virgínia e o Maryland, enquanto o príncipe visitar os Estados Unidos da América, S.A. voltará em direitura para Brest, depois de uma ausência de dez meses”. Disponível para consulta *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 4 de dez. de 2023.

porém, sempre sujeito a alterações, a depender dos desdobramentos de outras campanhas militares em curso naquele momento.

Cumpra-se notar que, desde a rendição do rei de Argel, em julho de 1830, a conquista de toda a Argélia, face aos sultões da Sublime Porta, se tornou palco perfeito para os príncipes cidadãos e oficiais militares obterem a tão sonhada glória num campo de batalha. Desse modo, diante de novas notícias acerca do Cerco de Constantine, o comandante do *Hercule* – rumo aos mares do Sul, após passar por Gibraltar, Tanger e Tenerife – teve que alterar sua rota para levar o jovem príncipe às batalhas em curso no norte da África<sup>21</sup>. Finalizada a ação argelina, a expedição foi retomada rumo à Ilha de Gorée, à Cidade da Praia<sup>22</sup> e, depois de cinco meses, ao Rio de Janeiro, onde teve início a jornada de Francisco de Orléans pelo Brasil, em mais uma etapa de sua campanha pelos mares. Antes mesmo de ingressar na baía de Guanabara, o jovem príncipe francês foi informado sobre a insurreição deflagrada na Bahia, que o impediria de realizar uma escala nessa cidade. Além disso, soube que estava sendo esperado “há muito tempo” no Rio.

Ao longo do diário, fica evidente não só o desinteresse do príncipe de Joinville pelas recepções de gala, repletas de protocolos e cerimoniais, ritos e pompas, em geral, passadistas e cafonas em sua visão. Durante sua estada no Rio de Janeiro, na grande parte da jornada que seguiu pelo interior, Joinville demonstrou muita irritação e desconforto com o cerimonial adotado para recebê-lo e com as pessoas “feias” e “malvestidas” sempre presentes nessas ocasiões. O tema do cerimonial e do protocolo, porém, eram centrais na Monarquia de Julho, que se apresentava como o novo modo de se comportar burguês e informal dos Orléans frente ao antigo e ultrapassado rigor dos Bourbons.

De fato, em alguns dias, através de informações fornecidas por outras embarcações que deram entrada no porto, soube-se da aproximação da data de chegada do príncipe e as autoridades fluminenses se prepararam para

---

<sup>21</sup> Em sua busca por glória, o príncipe de Joinville se envolveu na batalha de forma extemporânea e quase provocou a derrota francesa, quando o exército francês, com a colaboração do duque de Nemours, seu irmão, já tinha obtido a vitória sobre as tropas de Ahmed, beí de Constantine.

<sup>22</sup> Em suas memórias, o príncipe de Joinville descreve com detalhes sua desastrosa participação na campanha de Constantine, de modo a articular argumentos a seu favor; contudo, praticamente omite suas estadas na Ilha de Gorée, no Senegal, com visitas a Dacar e Rufisque, e na Cidade da Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde (Joinville, 1894, p. 121). Sublinhe-se que, em ambas, teve intensa agenda oficial e colheu informações relevantes para futuras ações da França na região, além de entrar em contato com traficantes de escravizados em postos de comando nesses territórios.

recepcioná-lo “com todas as honras devidas a sua alta hierarquia”<sup>23</sup>. Como resultado, atrasos na programação em terra foram inevitáveis, tanto pela multiplicação de recepções oferecidas ao célebre visitante, quanto pela chuva torrencial, característica do verão nos trópicos, de modo a tornar os deslocamentos terrestres ainda mais difíceis. As altas temperaturas das regiões visitadas também foram objeto de constantes reclamações do príncipe em suas incursões pelo interior do território brasileiro<sup>24</sup>.

Inicialmente, o príncipe de Joinville pretendia começar a “grande incursão (*course*) pelo interior do país” dentro de cinco dias, o que logo se mostrou inviável, em decorrência da agenda oficial a cumprir, a qual se estendeu além do desejável. Assim, toda a primeira semana foi repleta de audiências e visitas protocolares – obrigatórias para um príncipe real em visita oficial<sup>25</sup>, a despeito de sua contrariedade com todo o cerimonial montado para recebê-lo. Suas obrigações iam desde audiências com ministros estrangeiros em serviço na cidade, reuniões com os secretários de Estado e vistorias das embarcações militares, fundeadas na baía de Guanabara – inclusive para conhecer as novidades da marinha de guerra de outros estados –, até visitas a d. Pedro II e suas irmãs, d. Januária e d. Francisca.

De acordo com sua narrativa, os únicos momentos de relaxamento foram os passeios (*promenade*) pelo entorno da baía de Botafogo – “onde residem os embaixadores [...] passando por encantadores jardins e diante de janelas lotadas de pessoas bonitas” – e as excursões (*course*) à Gávea e ao Corcovado<sup>26</sup>. Contudo, o príncipe de Joinville não estava em visita pessoal e desinteressada ao nascente Império, mas em missão oficial, com obrigações a cumprir e objetivos a serem alcançados. Em diversos pontos de sua diégese esse aspecto aflora e, cada vez fica mais claro, o principal objetivo da escala no Brasil: conhecer e compreender o funcionamento da mina de ouro de Gongo Soco – empreendimento inglês bem-sucedido e extremamente rentável, de acordo com

---

<sup>23</sup> *Jornal do Commercio*, n.º 281, 19 de dezembro de 1837, p. 1; *Correio Oficial*, n.º 139, 18 de dezembro de 1837, p. 555. Disponíveis para consulta *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 4 de dez. de 2023.

<sup>24</sup> No que se refere ao calor, um dos raros momentos em que se sentiu confortável foi durante sua passagem por Barbacena, região que o fez se lembrar das paisagens campestres francesas, da Picardia, porém, com muitas ressalvas sobre a população local e a falta de cultura em tudo e todos.

<sup>25</sup> Sua vinda ao Brasil – Rio de Janeiro e algumas províncias do Norte – foi comunicada, com antecedência, a Antônio Peregrino Maciel Macedo, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, pelo ministro brasileiro em Paris (*Jornal do Commercio*, n.º 281, 19 de dezembro de 1837, p. 1). Disponível para consulta *on-line* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 4 de dez. de 2023.

<sup>26</sup> *Diário do príncipe de Joinville*, 3, 6 e 8 de janeiro de 1837.

a avaliação do príncipe. Em sua narrativa, eventualmente, também aflora o Francisco d'Orléans melancólico, saudoso de sua terra natal e do carinho de sua família e dos amigos que deixara na França, para onde deseja voltar o mais rápido possível.

Dois momentos, dentre outros, podem ser destacados. No primeiro, ao visitar os jovens filhos órfãos de d. Pedro I e d. Leopoldina, netos do imperador austríaco, passado o primeiro momento de desconforto mútuo, aflorou um sentimento de afinidade, de compreensão da situação delicada em que aquelas crianças se encontravam, tal como ele próprio se deparara anos antes, ao ser alçado à condição de filho do rei. Na ocasião do encontro, d. Pedro II tinha doze anos, praticamente a mesma idade de Francisco de Orléans quando Luís Felipe ascendeu ao trono da França. De príncipe real, tornou-se príncipe cidadão, modelo de conduta e exemplo a ser seguido por todos os jovens franceses da Monarquia de Julho. Da mesma forma, o príncipe herdeiro d. Pedro, desde muito mais jovem, tornou-se imperador do Brasil e foi lançado ao centro da batalha política, joguete nas mãos dos grandes do Império. Nesses adolescentes, recordações de sua infância, provavelmente, afloraram<sup>27</sup>, pobres crianças, como foram as de Luís Felipe. Ou, nas palavras de Francisco de Orléans:

Eu me retirei cedo [do Palácio de São Cristóvão], com muita pena dessas pobres crianças abandonadas, a quem dão apenas a medida justa para viverem, e que são perseguidas por um bando de gente sem moral, que deixa o país que lhe confiaram se dividir e cair numa rápida decadência.<sup>28</sup>

No segundo momento, ainda no início do caminho rumo a Gongo Soco, em uma cômoda fazenda em Secretário, após o jantar, o príncipe e seus companheiros de jornada, inebriados com as montanhas e matas que os cercavam, tiveram recordações felizes do lar. Durante essas recordações, foram interrompidos pelo badalar do *Angelus*, no sino de uma pequena capela, deitaram-se e cantaram todos juntos o coro *Le couvre-feu, d'Os Huguenotes* ao som do solitário sino, que continuava a badalar à distância. Às recordações da família, uniam-se as de Paris, dos amigos e dos lugares amados pelo rememorar

---

<sup>27</sup> Em suas memórias, o príncipe de Joinville narra como a Revolução de 1830 impactou em sua família e em seu cotidiano. Ver JOINVILLE, 1897, p. 36-74.

<sup>28</sup> *Diário do príncipe de Joinville*, 5 de janeiro de 1837.

da melodia de Meyerbeer junto à poesia de Scribe<sup>29</sup>. Momentos como esses, que se repetiram algumas vezes ao longo do percurso pelos Campos Gerais, possibilitam desvelar o Francisco d'Orléans que se oculta no príncipe de Joinville: a figura pública do príncipe cidadão, oficial militar, imposta por Luís Felipe a seu filho.

Após honrar os compromissos na corte do Rio de Janeiro, com dois dias de atraso, teve início a incursão da comitiva principesca rumo ao interior e, logo ao desembarcar no Porto de Estrela, surgiu novo imprevisto: o transporte das bagagens – “necessariamente consideráveis, [pois] neste país precisa-se levar tudo” –, devido às características das estradas, deveria ser feito em mulas, ou seja, não seria possível transpor mais que 3 léguas por dia de jornada<sup>30</sup>. Nas palavras de Joinville: “uma mula carregada não faz mais de 3 léguas por dia”.

Ao longo do trajeto, passado o deslumbramento inicial com a fauna e a flora tropicais da subida da serra, conforme avançava pelos Campos Gerais, seu humor se alterava de modo a se irritar com todos que se encontrava – e, porventura, conversava –, bem como com tudo o que via. As únicas exceções eram alguns europeus residentes nos locais pelos quais passou e “o belo vilarejo do Gongo, quase europeu”<sup>31</sup> que se conectava com as bem equipadas minas de ouro, adquiridas e administradas diretamente por ingleses.

Em sua jornada pelos Campos Gerais, as anotações sobre a precariedade e má conservação das estradas foram constantes, praticamente não havia dia sem algum imprevisto a atrapalhar o percurso rumo ao interior. Foram tantos os contratempus que, na maior parte das vezes, utilizou a palavra “caminho” (*chemin*), e mesmo “trilha” (*sentier*), ao invés de “estrada” (*route*) em seus diários. Caminhos degradados, interrompidos, deteriorados, horrorosos e mesmo as estradas, com caminhos melhor sinalizados, eram desagradáveis, pois, muitas vezes, se tornavam meras picadas na mata. Tudo era tão precário que até os guias se perdiam nos caminhos a serem percorridos durante o trajeto, de modo que, em suas palavras: “É bem difícil, neste país, calcular-se o caminho que se faz. Uma légua é o espaço que um homem a cavalo percorre

---

<sup>29</sup> A estreia d'*Os Huguenotes* ocorreu em 29 de fevereiro de 1836, na ópera de Paris, Sala Le Peletier, foi um dos maiores sucessos da carreira de Giacomo Meyerbeer, com libreto de Eugène Scribe. O coro, citado pelo príncipe de Joinville em seu diário, é um dos trechos mais conhecidos da ópera: “Rentrons, habitants de Paris, / Tenons-nous clos en nos logis; / Que tout bruit meure, / Quittons ce lieu, / Car voici l'heure / Du couvre-feu.” Aliás, a melodia d'*Os Huguenotes* se fará presente em outros momentos da estada do príncipe de Joinville no Brasil, com interpretações de músicos franceses (*Diário do príncipe de Joinville*, 20 e 21 de fevereiro de 1837).

<sup>30</sup> *Diário do príncipe de Joinville*, 5 de fevereiro de 1837.

<sup>31</sup> *Diário do príncipe de Joinville*, 29 de janeiro de 1837.

em uma hora; às vezes isto pode equivaler a uma légua e meia na França, mas é muito variável”<sup>32</sup>. Diante de tantas dificuldades, mesmo a paisagem que o encantara a princípio, em breve, se tornaria monótona, repetitiva. Tudo passava a ser igual para os olhos do príncipe que não via a hora de chegar a Gongo Soco, conhecer e aprender com os sucessos obtidos pelos ingleses nessas minas de ouro e retornar, o mais rápido possível, para a França.

Em sua comitiva, também viajavam pessoas incumbidas de coletar amostras da flora e da fauna brasileiras para serem entregues e, devidamente, estudadas pelas academias científicas francesas, nada era fortuito e aleatório na passagem do príncipe cidadão pelos trópicos. Ou seja, mesmo quando estava entediado e melancólico, irritado com os atrasos e as dificuldades a serem enfrentadas diuturnamente, sua comitiva continuava a trabalhar para o sucesso da expedição, para a glória do príncipe cidadão, de Luís Felipe e da França.

A despeito das muitas recepções, dos longos trajetos a percorrer, das obrigações a cumprir, o tédio e a melancolia se tornaram tópicos recorrentes em suas narrativas. Passado o deslumbramento inicial, durante a subida da serra da Estrela e os primeiros dias no alto da serra, o rigor do clima tropical durante o verão – estação de chuvas, o calor constante e inclemente, as péssimas condições das estradas, decorrentes, em grande medida, das constantes chuvas que assolam os Campos Gerais nos meses de janeiro e de fevereiro – tornava a incursão um tormento. O vazio se apoderava de sua alma e se refletia em suas anotações sobre as estradas, sempre vazias. Tudo lhe dava a sensação de um grande deserto: um país desabitado, em sua percepção, um grande território ainda a ser desbravado por quem se dispusesse a tal empreendimento. Os ingleses já estavam investindo em companhias mineradoras no país, qual o papel a ser desempenhado pelos franceses nesse empreendimento colonial?

A inclemência do clima era um dos obstáculos a ser superado, mas iniciativas como as dos ingleses em Gongo Soco demonstravam como era possível lidar com as dificuldades e auferir grandes lucros, pelo menos assim acreditava o príncipe de Joinville a partir do que era divulgado pelos investidores ingleses. Assim, tratava-se de todo um universo de negócios a ser desbravado e, sobretudo, civilizado pela França.

---

<sup>32</sup> *Diário do príncipe de Joinville*, 5 de fevereiro de 1837.

### 3. Gongo Soco: a mina de ouro dos ingleses

Os investimentos ingleses no ramo da mineração, no interior das Minas Gerais, tiveram início em meados da década de 1820, quando d. Pedro I concedeu a Eduardo Oxenford<sup>33</sup> autorização para extrair ouro e outros metais preciosos nas terras auríferas do Império<sup>34</sup>.

Enquanto as tropas inglesas avançavam, na África Ocidental e na Índia, na conquista de novos territórios para a coroa britânica, no Brasil, o avanço inglês ocorria através de companhias mineradoras inglesas, aliadas a altos funcionários do governo imperial brasileiro. Assim, foi constituída a *Imperial Brazilian Mining Association*, responsável pela aquisição das minas de ouro de Gongo Soco, até então pertencentes a João Batista Ferreira de Souza Coutinho (1775-1839), futuro barão de Catas Altas. Negócio de risco que envolvia altos investimentos e gerava lucros elevados, a extração de ouro nessas minas teve início em 1825.

No que se refere à mão de obra, foram utilizados trabalhadores ingleses na administração do negócio e pessoas escravizadas na extração do ouro, no interior das minas subterrâneas. Assim, enquanto no plano internacional o Reino Unido defendia o fim do tráfico de pessoas escravizadas e abolia a escravidão em seus territórios, seus investidores faziam fortuna com a exploração dessa prática, como nas minas de ouro visitadas pelo príncipe de Joinville.

As expectativas do príncipe cidadão eram altas em relação ao que iria encontrar na longínqua Gongo Soco. Em suas campanhas anteriores, já se deparara com a eficiência inglesa na marinha de guerra e eram muitas as narrativas impressas que circulavam na imprensa europeia sobre os sucessos obtidos pelas companhias mercantis inglesas por todo o mundo. No Brasil, iria conhecer de perto o funcionamento de uma das mais lucrativas daquele período: “são os ingleses que exploram as minas. Eles tiram 35.000 francos de ouro por dia, pagando 15% ao Governo, 4.000 francos de taxas, sobrando-

---

<sup>33</sup> Os irmãos Oxenford eram amigos de Manuel Jacinto Nogueira da Gana, futuro marquês de Baependi, o que facilitou o acesso a favores de d. Pedro I. Sobre as relações mercantis e comerciais entre os ingleses e os ministros de Estado do nascente Império do Brasil. Ver SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil*. São Paulo: Edusp; Belém: ed. UFPA, 2012.

<sup>34</sup> Decreto de 16 de setembro de 1824, referendado por João Severiano Maciel da Costa (1769-1833), futuro marquês de Queluz, secretário de Estado dos Negócios do Império e amigo pessoal de João Batista Ferreira de Souza Coutinho. In: Coleção de Leis, 1824, p.64-65.

lhes, portanto, o enorme lucro de 26.000 francos por dia”, exclamou o príncipe em seu diário de viagem<sup>35</sup>.

E, quando chegou a seu destino, tudo o que enxergou pareceu perfeito<sup>36</sup>. No fundo, a imagem que tinha do negócio se sobrepunha à realidade que se apresentava. Tudo era belo. A bela estrada (*route*) no meio da mata (*bois*), que o conduziu ao belo vilarejo, após o qual se chega ao belíssimo arco do triunfo tricolor, construído em sua homenagem, sob o qual se senta para ouvir o *speech* (palavra utilizada em língua inglesa no manuscrito) do diretor da mina, Sr. Duval. No restante da narrativa, só elogios e exaltações a tudo o que enxergou – mesmo no que se refere às pessoas escravizadas na extração do ouro subterrâneo – e fez nos dias em que permaneceu na mina de ouro inglesa. No tocante à produção da mina, não se continha ao afirmar: “Há dias em que se retiram mais de cem libras de ouro”<sup>37</sup>. E, mesmo em situações em que a precariedade do trabalho nas galerias subterrâneas ficava clara, tornava-se cego para a dura realidade das condições de trabalho às quais eram submetidos os escravizados de Gongo Soco. Recusava-se a ver o horror que se mostrava explicitamente aos olhos e pode ser apreendido das entrelinhas de seu texto:

Caminhamos pelas galerias tão baixas que, às vezes, precisava-se andar de quatro. A maior parte do tempo tínhamos água até os tornozelos. Percorremos, assim, uma parte da mina, com uma vela na mão, e vimos os dois veios de ouro que estão sendo explorados. Estes veios são bem finos, e quase sempre misturados com mica amarela que se confunde com o ouro. Trabalhei com a picareta [...] Nós estávamos, afinal de contas, a 300 ou 400 pés abaixo do solo, morrendo de calor apesar de estarmos com os pés numa água bem fresca. Eu já me sentia cansado por caminhar sempre curvado e de às vezes percorrer o caminho sentado e escorregando ao longo de um plano muito inclinado. Todos esses senhores sentiam-se esgotados; subimos por uma grande escada vertical. Ao

---

<sup>35</sup> *Diário do príncipe de Joinville*, 25 de janeiro de 1837.

<sup>36</sup> A Historiografia atual reflete sobre a aliança entre especuladores ingleses e brasileiros, e mostra o quanto a situação não era tão confortável como suposta pelo príncipe anglófono. Ver BRAGA, Leandro. *Senhor ou Camponês?* Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

<sup>37</sup> *Diário do príncipe de Joinville*, 30 de janeiro de 1837.

retornarmos à luz, nós nos vimos e tivemos o prazer de ser vistos; estávamos mais pretos do que se pode imaginar, os pés e as mãos marrons como se fôssemos mulatos<sup>38</sup>.

O cansaço provocado não apenas no príncipe, como também em “todos os senhores (ingleses)”, pelo simples fato de circularem pelas galerias subterrâneas, explicita as péssimas condições de trabalho dos escravizados em Gongo Soco. Por trás de toda a limpeza e a organização vislumbrada pelo célebre visitante estava o empenho de todos os empregados da mina, sob a vigilância do Sr. Duval, em construir uma imagem positiva da companhia: equipamentos modernos, empregados ingleses bem treinados, escravizados bem tratados e alegres, tudo limpo, organizado e muito lucrativo. Essa foi a imagem que o príncipe cidadão reelaborou para apresentar a Luís Felipe: um caminho brilhante se apresentava ao capital francês, disposto a investir no Brasil.

Sublinhe-se que pesquisas recentes, ao abordarem o ingresso do capital inglês na atividade mineradora em Minas Gerais, traçam uma realidade diversa, tanto na quantidade de ouro extraído das minas, quanto nas condições do acordo estabelecido entre os investidores ingleses e o Império do Brasil (Silva, 2012). De fato, a *Imperial Brazilian Mining Association* real estava muito distante da companhia idealizada pelo príncipe antes mesmo de a conhecer. Definitivamente, os olhos do príncipe cidadão não conseguiam decifrar o que enxergava em Gongo Soco.

#### 4. Considerações finais

Os diários (de campanha) do príncipe de Joinville, nos quais se inserem os trechos referentes a sua estada no Brasil entre janeiro e fevereiro de 1838, são relevantes tanto para quem deseja pesquisar a trajetória pessoal e o homem que se oculta por trás da imagem de príncipe cidadão, quanto para quem busca compreender melhor o Brasil do século XIX, suas contradições, possibilidades e perspectivas para um possível futuro brilhante, mas ainda incerto. São relevantes, pois não são relatos propriamente técnicos, apesar de serem redigidos para a leitura de terceiros e, constantemente, dialogarem com o leitor. Além disso, o oficial da marinha, figura pública criada durante a Monarquia de Julho, muitas vezes, aflorava no menino Francisco d’Orléans, como no relato sobre as “pobres crianças abandonadas” do Palácio de São Cristóvão, ou o jovem

---

<sup>38</sup> *Diário do príncipe de Joinville*, 30 de jan. de 1837.

parisiense com saudades da terra natal e do aconchego do lar. Se, por um lado, a França está sempre presente em suas narrativas, por outro, aflora um Brasil rico, diverso e enigmático a ser desvelado pelo leitor atento. Uma viagem pelo Brasil do oitocentos através das narrativas do príncipe cidadão, autor-ator de suas campanhas pelos mares do mundo.

## 5. Referências

ANTONETTI, Guy. *Louis-Philippe*. Paris: Fayard, 1994.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*, n.º 21, 1998, p. 9-34.

ARTIÈRES, Philippe. Pour une histoire sociale de l'écriture. In: *Genesis*, 30, 2010. Disponível em <https://journals.openedition.org/genesis/137>. Acesso em 4 de dez. de 2023.

BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. vol. II - 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-119.

BRAGA, Leandro. *Senhor ou Camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

BUSTARRET, Claire. “Griffonnages, dessins, photos et collages dans l'espace graphique du journal personnel (XIXe-XXe siècle)”. In: *Genesis* [En ligne], 32, 2011. Disponível em <https://journals.openedition.org/genesis/487>. Acesso em 4 de dez. de 2023. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 04 de dezembro de 2023.

HILLERIN, Laure. *La Duchesse de Berry: l'oiseau rebelle des Bourbons*. Paris: Flammarion, 2010.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. “Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n.º 78, 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-05>. Acesso em 4 de dez. de 2023.

JOINVILLE, Francisco de Orléans, príncipe de. *Diário de um príncipe no Rio de Janeiro*. Tradução Marisa Murray. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

JOINVILLE, Francisco de Orléans, príncipe de. 1950. “Diário do príncipe de Joinville”. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, vol. 11, 1950, p. 181-219.

JOINVILLE, François d'Orléans, prince de. *Vieux souvenirs*, 1818-1848, Calmann-Lévy, 1894.

JOINVILLE, Francisco de Orléans, príncipe de. AMI-5. / AMI-6. *Diários do príncipe de Joinville*, 1837, 2 volumes. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cultura.

LACOMBE, Lourenço Luís. “Apresentação do diário do príncipe de Joinville”. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, vol. 11, 1950, p. 177-180.

PLANCHAIS, Jean. “Le Prince de Joinville, aquarelliste méconnu et promoteur de la marine moderne.” In: *Le Monde*, 4 de dezembro de 1953. Disponível para consulta em [https://www.lemonde.fr/archives/article/1953/12/04/le-prince-de-joinville-aquarelliste-meconnu-et-promoteur-de-la-marine-moderne\\_1980091\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1953/12/04/le-prince-de-joinville-aquarelliste-meconnu-et-promoteur-de-la-marine-moderne_1980091_1819218.html). Acesso em 4 de dezembro de 2023.

SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil*. São Paulo: Edusp; Belém: ed. UFPA, 2012.

TUDESQ, André-Jean. “La France romantique et bourgeoise.” In: DUBY, Georges. *Histoire de la France*. Paris: Larousse, 1985, p. 374-393.



## Do turismo à indústria: a contribuição da região do Itamarati para o desenvolvimento de Petrópolis

### *From tourism to industry: the contribution of the Itamarati region to the development of Petrópolis*

Natalia da Paz Lage<sup>1</sup>

#### Resumo

O presente trabalho busca analisar a formação e a transformação do atual bairro do Itamarati, em Petrópolis, com destaque para elementos condutores deste processo: a cascata do Itamarati e a Companhia Fábrica de Papel de Petrópolis. Para tanto, dividimos o artigo entre o período em que a região era fazenda Itamarati, no século XIX, e a construção do quarteirão Itamarati, no século XX. Por meio de imagens, requerimentos, cartas e outras fontes, há a possibilidade de aprofundar as dinâmicas sociais presentes no território, atuando diretamente na compreensão da história de Petrópolis. O estudo, aqui proposto, sobre o Itamarati e seus moradores abre margem para que demais bairros periféricos ao centro histórico sejam postos como agentes ativos das transformações ocorridas no município.

Palavras-chave: Itamarati; cascata do Itamarati; Companhia Fábrica de Papel de Petrópolis.

#### Abstract

This work seeks to analyze the formation and transformation of the current Itamarati neighborhood in Petrópolis, with emphasis on elements that drive this process: the Itamarati cascade and the Companhia Fábrica de Papel de Petrópolis. To this end, we divided the article between the period in which the region was fazenda Itamarati in the 19th century and the construction of quarteirão Itamarati in the 20th century. Through images, requests, letters, among other sources, there are possibilities to delve deeper into the social

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Política, na linha de Política e Cultura, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFCH-UERJ), com pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), como bolsista Mestrado Nota 10. Pós-graduanda vinculada ao Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI).

dynamics present in this territory, acting directly on the understanding of the history of Petrópolis. The study proposed here on Itamarati and its residents opens the way for other neighborhoods peripheral to the historic center to be seen as active agents of the transformations taking place in the municipality. Keywords: Itamarati; Itamarati waterfall; Petrópolis Paper Factory Company.

## 1. Introdução<sup>2</sup>

Petrópolis, antes de toda a sua história vinculada à fazenda do Córrego Seco e a vinda de D. Pedro I e sua descendência, teve outros núcleos de tamanha importância para seu surgimento, como a fazenda Itamarati, cujo primeiro dono foi Bernardo Soares de Proença. Seja pelos aspectos das belezas naturais ou pelo potencial urbano, desenvolvido durante os séculos XVIII, XIX e XX, a região do Itamarati foi central para o desenvolvimento de Petrópolis e para o crescimento da população local. Por meio dessa premissa, buscamos compreender as mais variadas contribuições que a embrionária fazenda Itamarati e o quarteirão Itamarati ofereceram para a cidade nos séculos XIX e XX respectivamente, frisando a pluralidade de seus moradores e suas características de polo urbano de Petrópolis.

Mesmo inserido no segundo distrito mais populoso da cidade de Petrópolis, Cascatinha<sup>3</sup>, o atual bairro Itamarati possui muitos aspectos de sua história ainda inexplorados. A partir da abordagem acerca do papel desempenhado por essa região, tendo em vista que os bairros vizinhos, como Quissamã, Caxambu, Estrada da Saudade e Cascatinha foram diretamente influenciados (Frões, 2000, n.p), conseguiremos entender como era organizada essa parte da cidade e suas funções sociais no período de surgimento de Petrópolis, no século XIX, e na construção fabril do município.

Arelada à nossa ideia de trazer a região do Itamarati para o centro dos estudos sobre a história de Petrópolis, buscaremos trabalhar com fontes distintas, entre elas fotografias e requerimentos ao legislativo, com o objetivo de delinear a conjuntura local nos períodos temporais escolhidos. Assim, vamos realizar uma viagem por entre as pedras, cascatas, fábricas e memórias do Itamarati.

---

<sup>2</sup> Para o desenvolvimento deste artigo contamos com o auxílio da historiadora Maria de Fátima Argon, principalmente ao compartilhar o conhecimento e as transcrições das cartas da princesa D. Isabel, e do historiador Lucas Ventura da Silva, no acesso à documentação presente no Arquivo Histórico do Museu Imperial. Sinceros agradecimentos a ambos os historiadores.

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cascatinha\\_\(Petr%C3%B3polis\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cascatinha_(Petr%C3%B3polis))>. Acesso em: 10 jan. 2024.

## 2. Fazenda Itamarati

Antes mesmo da fundação de Petrópolis, em 1843, habitantes já ocupavam essas terras da serra que, no século XVIII, desempenhavam papel fundamental no setor econômico da colônia portuguesa, como rota para o escoamento de produção de Minas Gerais para o porto do Rio de Janeiro. Na construção de caminhos e rotas nasceu, no berço da futura Petrópolis, a fazenda “Tamaraty”.

O início da região ocorreu no ano de 1721, quando o militar Bernardo Soares de Proença recebeu a sesmaria da coroa portuguesa como recompensa pelo trabalho desempenhado abrindo uma rota alternativa ao Caminho Novo, já que neste, como afirma o professor Jeronymo Alves Netto (2006, n.p), por ser muito íngreme, nos tempos de grande chuva, como no verão, a travessia ficava impraticável e sujeita a perda de animais, mercadorias, além de um risco para os tropeiros. Assim, Proença encabeçou as obras de abertura da Variante do Caminho Novo.

O caminho aberto pela empreitada de Proença deu visibilidade não só para a região da fazenda do Itamarati, mas para outras partes da futura cidade de Petrópolis, pois a variante tinha o seguinte trajeto: partia do porto da Estrela, indo para o Alto da Serra, descendo pela rua Teresa, rua Dr. Sá Earp, Silva Jardim, adentrando pelo Quissamã, Itamarati, Corrêas, Itaipava, Pedro do Rio, Secretário, Sebollas, até que, enfim, chegava a Paraíba do Sul (Alves, 2006, n.p). Muitas partes dessa nova rota se transformaram em bairros populosos e de considerável contribuição para o desenvolvimento de Petrópolis, pois presenciaram um intenso fluxo de viajantes desde o século XVIII.

O término das obras da variante ocorreu em 1725 e, dez anos mais tarde, as terras de Bernardo Soares de Proença, a partir da sua morte, foram divididas em duas: a fazenda do Córrego Seco – que posteriormente seria comprada por D. Pedro I – e a fazenda Itamarati. Como afirma Alves (2006, n.p), podemos considerar que a variante do Caminho Novo, atrelada à centralidade que a fazenda de Proença adquiriu no período, como hospedagem dos tropeiros e dos demais viajantes, colaborou para que a região se transformasse em primeiro núcleo urbano de Petrópolis e seu ponto de partida.

A fazenda Itamarati foi herdada por Antonio Proença Coutinho Bittencourt, filho do sesmeiro, que a administrou de 1735 a 1752, e depois a repassou para seu filho, o capitão Antonio Bernardo Proença. Em 19 de

novembro de 1789, as terras do Itamarati foram vendidas a João Leite Pereira, deixando de ser domínio da família Proença. Em 1793, Pereira, por sua vez, a vendeu ao alferes Jacó Mounier. Com a morte deste, as terras foram herdadas por Catarina Mounier e, consecutivamente, transferidas para Francisco Antonio Correia, já no século XIX (Fróes, 2000, n.p).

Todo o princípio da região do Itamarati, ainda como fazenda, e da cidade de Petrópolis, que trouxemos resumidamente nesta primeira parte, já é bem conhecido pela maioria dos moradores da cidade e propagado nas diversas apostilas de HGPT/ET<sup>4</sup>, das escolas do município. Mas será que os créditos pela arriscada e demorada abertura da Variante do Caminho Novo, bem como o desenvolvimento do Itamarati e adjacências devem ser atribuídos totalmente à figura de Bernardo Soares de Proença e à coroa portuguesa?

Assim como as demais terras brasileiras, Petrópolis já era ocupada por grupos indígenas e contou, no seu desenvolvimento, com a mão de obra e o trabalho intelectual dos africanos escravizados. Em 1725, portanto, Bernardo Soares de Proença só terminou as obras da variante porque teve a mão de obra dos indígenas escravizados (Santos, 2001, p. 11-12), que, aliás, já conheciam a rota. A Variante do Caminho Novo foi desenvolvida a partir de um caminho mais curto e seguro, utilizado pelos indígenas da região (Silva, 2018, p. 19). Da mesma forma, o desenvolvimento técnico do Itamarati, epicentro das transformações na serra, ocorreu por meio do trabalho desempenhado pelos africanos escravizados, entre eles, como afirma a professora Renata Aquino da Silva (2018, p. 29), o sistema de captação e de distribuição de água, facilitado pela riqueza hídrica da fazenda, e, posteriormente, a elaboração de postos de desenvolvimento agrário, que ajudariam os tropeiros e levariam ao surgimento de um povoamento local. Assim, por meio do trabalho escravo de indígenas e africanos, os portugueses habitaram e utilizaram os benefícios que a região do Itamarati, presente na serra, oferecia.

A partir das potencialidades da fazenda Itamarati e sua proximidade com a fazenda da família Correia, a localidade, no século XIX, se transformou em um atrativo, não somente econômico, mas para viajantes curiosos que chegavam ao Brasil. As belezas naturais, principalmente vinculadas às quedas

---

<sup>4</sup> A disciplina de *História, Geografia, Turismo e Educação para o Trânsito de Petrópolis* tornou-se obrigatória no currículo das escolas da rede municipal através da Lei n.º 4.306, de 20 de dezembro de 1984, de autoria do vereador Paulo Pires de Oliveira, sancionada pelo prefeito Paulo José Alves Rattes e publicada no Diário Oficial de 29 de dezembro 1984. WINTER, Juliana Maria Costa Fecher. *Caderno Pedagógico – Material integrado de História, Geografia, Turismo e Educação para o Trânsito de Petrópolis*. Prefeitura Municipal de Petrópolis, Petrópolis/RJ, 2016.

d'água e à mata virgem, encantavam os convidados da fazenda Itamarati e demais visitantes.

Comprazeu-se a natureza, de dispor ajuntamentos de grandes pedras soltas em diversos trechos do Itamarati e em vários outros, nos intervalos do curso superior, correm as águas sobre um pedral, unindo o móvel que cobre o leito, por vezes, com ajuntamento tão perfeito que dir-se-ia obra talhada pelo homem (Fróes, 2000, n.p).

O caráter turístico do Itamarati começou a aflorar no Oitocentos, dando destaque à cascata do Itamarati, considerada o principal ponto turístico de Petrópolis no Império (Santos, 2001, p. 58). Durante o período, viajantes estrangeiros que vinham para a região registraram várias imagens da cascata do Itamarati. Entre elas, está a litografia de J. Needham, a partir do desenho elaborado pelo britânico William Gore Ouseley em 1839<sup>5</sup>. No período, Ouseley era encarregado dos negócios da Legação Britânica no Brasil e vinha recorrentemente a Petrópolis por recomendações médicas<sup>6</sup>. Na litografia de Needham, observamos a cascata – que atualmente faz parte do bairro Bela Vista – e sua natureza exuberante, mas principalmente o potencial hídrico, com capacidade de abastecer boa parte do território tanto no século XIX quanto no XX.

Com direta referência à povoação da região no período de 1839, observamos dois homens: um deles parece ser um visitante e o outro um escravizado. As características do homem negro escravizado ficam mais nítidas por estarem em primeiro plano e corroborarem esta discussão acerca da origem da população que habitou a região do Itamarati, assim como possibilitam ver que as fazendas locais utilizavam a mão de obra escrava para a sua subsistência, desmistificando a ideia de Petrópolis ter nascido do trabalho livre, branco e europeu. Atrémos a imagem, também, à ideia de que a cascata do Itamarati não era somente um lugar de turismo para os estrangeiros, mas um local frequentado cotidianamente pela população moradora da região.

---

<sup>5</sup> *Cascata do Itamarati (1839)*. Litografia de J. Needham a partir do desenho de William Gore Ouseley. Acervo do Museu Imperial/Ibram/MinC.

<sup>6</sup> Equipe Brasileira Iconográfica. As trilhas pitorescas do inglês William Gore Ouseley. Disponível em: <<https://www.brasiliaiconografica.art.br/artigos/23422/as-trilhas-pitorescas-do-ingles-william-gore-ouseley>>.

Acesso em: 10 jan. 2024.



Figura 1: *Cascata do Itamarati* (1839). Litografia de J. Needham a partir do desenho de William Gore Ouseley. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Os encantos do Itamarati também alcançaram o imperador D. Pedro II que, por volta de 1868, esteve visitando a cascata com o médico da família imperial, o conde de Mota Maia. No quadro a óleo, assinado por Eduardo de Martino, encontramos uma versão diferente da cascata, na qual conseguimos observar as rochas que compõem a paisagem, muito claras e limpas, justificando a escolha do nome “Itamarati”<sup>7</sup> para o local. Além da presença de membros da corporação diplomática e o próprio imperador do Brasil, o pintor da obra esteve entre os visitantes. Eduardo de Martino era um pintor italiano, reconhecido por seus trabalhos retratarem cenários de guerras, inclusive nomeado por D. Pedro II, em 1868, como pintor oficial da Guerra do Paraguai (1864-1870). No mesmo ano, Martino residiu no Rio de Janeiro e entre suas visitas ao território, veio a Petrópolis<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> O nome Itamarati possui origem tupi-guarani e significa “rocha brilhante”; ao que tudo indica, o nome faz alusão a uma bela e imponente cachoeira existente no rio de mesmo nome e que encantava a todos os que passavam pela região, sendo relatada em documentos de diversos viajantes. (Rabaço, 1985 *apud* Souza, 2014, p. 11).

<sup>8</sup> Equipe Brasileira Iconográfica. Edoardo de Martino, pintor dos tempos de guerra. Disponível em: <<https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23368/edoardo-de-martino-pintor-dos-tempos-de-guerra>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

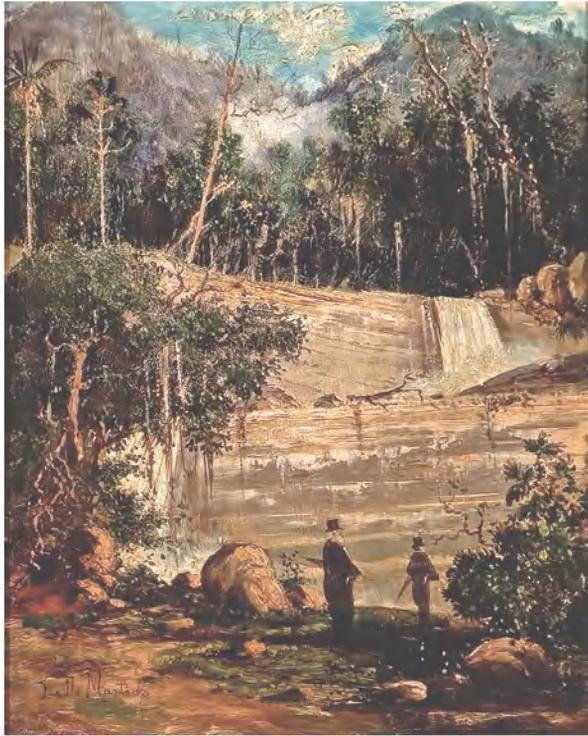


Figura 2: *Cascata do Itamarati*. Quadro a óleo sobre madeira, assinado por Eduardo de Martino. Museu Imperial/Ibram/MinC.

A imagem de D. Pedro II na cascata do Itamarati retrata o interesse do imperador em conhecer as mais diversas regiões da cidade de Petrópolis, que, no caso da localização da cascata, por estar tão próxima à antiga fazenda do Córrego Seco, se tornava um local agradável e rápido para um passeio. Em 8 de abril de 1885, as belas paisagens, pertencentes à fazenda do Itamarati, foram compradas por D. Pedro II dos irmãos Eduardo e Joaquim Carneiro Mendonça, que tinham as posses de partes da terra desde 1849, e a outra parte adquirida do major José Inocêncio de Oliveira Matos. A compra, portanto, demonstrou mais uma vez, em certa instância, o interesse da família imperial pela região.

Anterior à imagem da visita do imperador à cascata do Itamarati, vemos a litografia de Eugène Cicéri, que possui elementos que corroboram a ideia do grande fluxo de visitantes na região, pois, na sua parte superior, há uma estrutura para abrigar visitantes, fazer eventuais piqueniques, etc. A imagem aparenta representar um casal e crianças, o que denota um caráter de ponto

turístico para passeios familiares à cascata do Itamarati, visto que possuía um acesso consideravelmente tranquilo para haver mulheres e crianças. Assim, o Itamarati, tendo nascido como rota comercial no século XVIII, transformou-se em ponto de lazer para a pequena povoação da cidade de Petrópolis e seus visitantes. Vinculadas à efervescência do trânsito de mercadorias, estavam as trocas culturais e a experiência da contemplação da natureza dos trópicos. O Itamarati representou, em pequena escala, conjunturas sociais e econômicas encontradas por todo território brasileiro.



Figura 3: *Cascade d'Hamaraty à Pétopolis – Prise de l'Hermitage*. Litografia de Eug. Cicéri em 1858. Museu Imperial/Ibram/MinC .

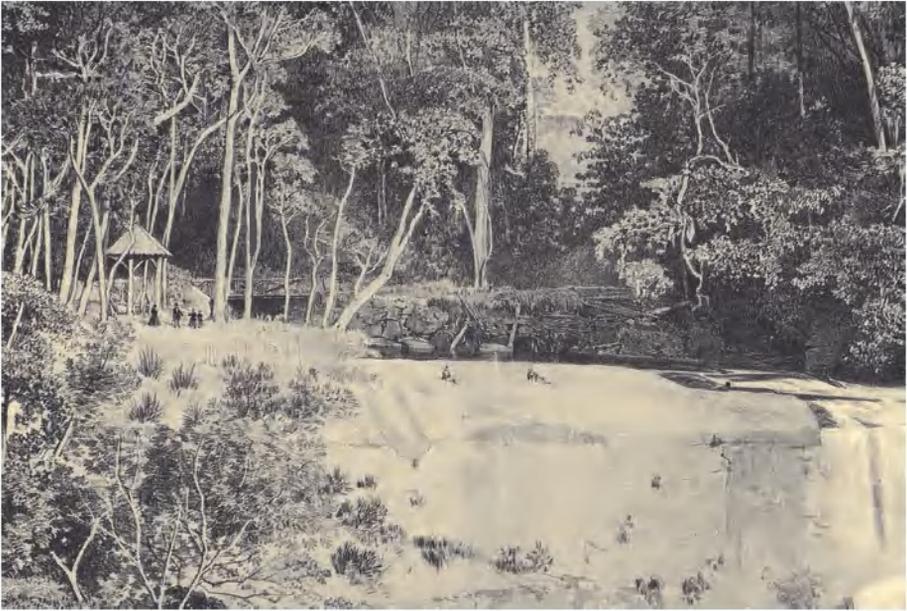


Figura 4: *Cascade d'Hamaraty à Pétropolis – Prise de l'Hermitage* (Detalhe).  
Litografia de Eug. Cicéri em 1858. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Assim como viajantes, moradores de Petrópolis e seu próprio pai, D. Pedro II, a princesa D. Isabel e sua família frequentavam a cascata do Itamarati com frequência, mais uma vez demonstrando o interesse que a família imperial possuía em conhecer o território da cidade de Petrópolis. Em carta ao seu pai, datada de 19 de outubro de 1864<sup>9</sup>, D. Isabel conta que ela e seu esposo, conde d'Eu, foram passear no Itamarati, mas não conseguiram atravessar o rio dada a ausência da ponte. Acreditamos que a menção feita pela princesa seja sobre a ponte que aparece na litografia de Eug. Cicéri em 1858 (Figura 4). A partir dessa informação obtida em carta, conseguimos observar também as mudanças no espaço do ponto turístico do Itamarati.

Os passeios à cascata do Itamarati pareciam compor um roteiro obrigatório para todos os que passavam pela cidade de Petrópolis e para seus constantes veranistas, como a família imperial. Em uma segunda carta a D. Pedro II, D. Isabel reporta que estava planejado para o 29 de janeiro de 1877 uma visita ao Itamarati com seus sobrinhos, D. Pedro Augusto e D. Augusto Leopoldo, corroborando a ideia de um destino comum ao lazer das famílias da cidade. Ao final do trecho, a princesa descreve que a rota escolhida seria pela

---

<sup>9</sup> AGP- XLI-3-9. Carta da princesa D. Isabel a D. Pedro II, imperador do Brasil, datada de 19 de outubro de 1864. Arquivo Grão Pará.

fábrica, portanto, por Cascatinha, que assim como o Itamarati, era destino de passeios da família do imperador: “[...] Demos com elles [sobrinhos D. Pedro Augusto e D. Augusto Leopoldo] bons e agradáveis passeios a pé, a cavalo e de carro e para o dia 29 está marcada uã passeata a Itamaraty indo pela Fábrica”<sup>10</sup>.

A característica de vilegiatura construída em Petrópolis não esteve restrita ao centro da cidade, ela se estendeu para bairros e regiões mais distantes. Podemos observar que, concomitantemente ao ponto turístico em que se transformou a cascata do Itamarati, havia uma atividade intensa nas fazendas, tanto do próprio local quanto na vizinhança, como a do Padre Corrêa, com a produção de frutas e legumes.

O povoado foi aumentando consideravelmente com a chegada de muitos imigrantes, não só alemães, mas italianos e portugueses. Portanto, anterior às construções de casarões e ao veraneio constante da nobreza carioca às margens do Palácio Imperial, o Itamarati já recebia visitantes e representava um local de passeio importante da cidade, assim como era o epicentro das trocas comerciais e da vivência urbana da região. O fluxo de viajantes e suas passagens pela cascata do Itamarati transformaram Petrópolis em um marco naquilo que viríamos a chamar Turismo (Daibert, 2010, p. 29).

Com a compra da fazenda Itamarati por D. Pedro II, foi criado, no ano de 1885, o quarteirão Itamarati, sendo distribuídos, em novembro do mesmo ano, os primeiros prazos de terra (Vasconcellos, 2011, n.p). A partir dessa data, houve o crescimento substancial da região com o aumento demográfico e a presença das fábricas que mudaram o cenário econômico da cidade e também a paisagem urbana do Itamarati no decorrer do século XX.

### 3. Quarteirão Itamarati

Com a criação do quarteirão Itamarati acompanhando o desenvolvimento da cidade na área fabril, a região deixa de protagonizar o cenário turístico de vilegiatura de Petrópolis e passa, como Cascatinha, a ser um local de operários. Ligada ao desenvolvimento da Companhia Petropolitana de Tecidos, em 1908, houve a criação de uma Fábrica de Papel, localizada na antiga sede da fazenda Itamarati.

O aumento das construções fabris levou ao crescimento demográfico da população, com a vinda massiva de imigrantes europeus, destacando-se os

---

<sup>10</sup> AGP- XLI-3-22. Carta da princesa D. Isabel a D. Pedro II, imperador do Brasil, datada em Petrópolis, a 22 de janeiro de 1877. Arquivo Grão Pará.

italianos para o Itamarati e Cascatinha. Multiplicaram-se as vilas operárias e os comércios no primeiro solo urbano de Petrópolis. Conforme salientou Raul Lopes (2002, n.p), o ritmo de produção e o crescimento acelerado da Fábrica de Papel levaram à organização efetiva da Companhia Fábrica de Papel de Petrópolis em 1913, quando se tornou padrão de excelência na fabricação do material, equivalente à qualidade encontrada no papel importado.



Figura 5: Companhia Fábrica de Papel por volta de 1913.  
Museu Imperial/Ibram/MinC.

A inserção de Petrópolis na área industrial e o crescimento exponencial da região do Itamarati, assim como de Cascatinha, tiveram por protagonistas os operários. A vinda dos trabalhadores transformou a realidade bucólica e veranista da cidade, inserindo-a em um sistema de trabalho em massa, com a modernização dos meios de produção vigentes em países europeus. As regiões de vilegiatura, pouco ocupadas e de períodos específicos de mobilização, passaram a vivenciar a efervescência da classe popular trabalhadora e da agitação cotidiana de janeiro a dezembro.

As fábricas mudaram a vivência social naqueles lugares, transformando os quarteirões coloniais que visavam reproduzir a estrutura europeia da vilegiatura em bairros operários, de feição popular e que, sem dúvida, contrastam com a também presente realidade aristocrática da corte.

Formou-se assim uma cidade operária ao mesmo tempo em que era imperial (Mesquita, 2012, p. 40).

Como vimos salientando, as modificações sofridas no quarteirão, desde sua fundação, enquanto fazenda da família Proença, e na virada do século XIX para o XX, escancararam os déficits de Petrópolis em se tornar uma cidade industrial, reverberando diretamente nas condições de sobrevivência dos operários. Sem ter as suas necessidades básicas atendidas no âmbito da saúde e da educação, os trabalhadores imigrantes e/ou brasileiros enfrentaram os desafios do crescimento desordenado e a ausência do poder público. Corroborando a argumentação do pesquisador Pedro Paulo Aiello Mesquita (2012), de que o cenário dos operários era semelhante ao enfrentado por toda a população pobre da cidade de Petrópolis, portanto, fosse no Itamarati, no Alto da Serra, em Cascatinha ou no quarteirão Vila Imperial, a realidade da massa trabalhadora era a mesma. Para a aristocracia carioca e os visitantes estrangeiros, montava-se uma cidade com ares europeus, que escondia as chagas abertas de seus subúrbios pobres e carentes.

A chegada dos italianos ocorreu sem que tivessem estrutura suficiente para viver na cidade. Suas necessidades eram mal atendidas, assim como era com as demais pessoas pobres que viviam na cidade em vias de crescimento industrial. A falta de infraestrutura basicamente em hospitais, previdência social e estabilidade econômica fez com que se gerasse entre os italianos em Petrópolis uma base de incerteza quanto às possibilidades de sobrevivência. Foi dessa forma que surgiram as Associações Italianas de Mútuo Socorro; *Società Italiana di Mutuo Socorso e Beneficenza*, *Società Vittorio Emanuele III*, *Società di Mutuo Socorso* e *Società Italiana di Mutuo Socorso di Cascatinha*. Essas associações tinham mais do que um caráter de auxílio econômico, também visavam integrar os italianos entre eles, criando um vínculo de união e fraternidade (Mesquita, 2012, p. 39).

Frente à ausência do poder público, os imigrantes e demais trabalhadores das fábricas de Petrópolis viam uns nos outros o caminho para sobreviverem, apoiados no sentimento de união e fraternidade. Principalmente os imigrantes, por estarem em território estrangeiro e, muitas vezes, sem conseguir se

comunicar com os nativos, viam nos seus patrícios uma forma de seguir a vida e ter ajuda nos momentos de necessidade, como uma enfermidade. Vale ressaltar que as condições precárias dos trabalhadores não eram restritas às moradias ou aos serviços sociais, o próprio ambiente de trabalho fornecia diversos riscos, atrelados à exaustiva carga horária.

O desenvolvimento do quarteirão do Itamarati, no século XX, portanto, teve como cenário o crescimento das fábricas e da classe popular. A presença de muitos estrangeiros trouxe importante aspecto para os quarteirões de Petrópolis, entre eles o Itamarati, com a criação de comunidades fechadas que tinham por base tanto a origem étnica quanto o local de trabalho. Por exemplo, os trabalhadores da Companhia Fábrica de Papel de Petrópolis construíram suas bases comunitárias no Itamarati, já que compartilhavam o mesmo local de trabalho, a nacionalidade e os momentos de lazer. Encontramos aspectos semelhantes na comunidade portuguesa agrícola de Santa Isabel, no bairro Caxambu, onde o trabalho exerceu forte impacto nos processos de sociabilidade e vivência de seus moradores (Lage, 2020). Assim, indiretamente, se criavam rivalidades entre os bairros operários, como Itamarati, Cascatinha, Alto da Serra, Morin, afetando as escolhas por moradias e as relações familiares, entre elas as uniões matrimoniais.

Embora houvesse tal mentalidade no sentido de integrar os imigrantes italianos entre eles, havia também rivalidade entre os grupos que migraram para o Brasil. Os italianos de Cascatinha, por exemplo, não se misturavam aos do Alto da Serra e do Morin e os italianos do Meio da Serra, da Fábrica Cometa, não se integravam aos demais, tanto que a experiência de dividir a mesma vila operária de Cascatinha com operários da Petropolitana não teve vida longa, de forma que no final dos anos 30 apenas a família Chinescalchi trabalhava no Meio da Serra e vivia em Cascatinha (Mesquita, 2012, p. 39).

Diante da criação de comunidades nos quarteirões, entender quem eram esses moradores, o papel desempenhado no grupo e as relações estabelecidas entre eles, parece essencial para aprofundar sobre a história do local e da cidade. Para a compreensão das transformações e da população que vivia no Itamarati, utilizaremos o livro de *Impostos da Câmara Municipal de Petrópolis de*

1904<sup>11</sup> e dois requerimentos feitos pelos moradores do Itamarati à Câmara Municipal de Petrópolis<sup>12</sup>, em 1893 e 1904.

No livro de impostos, onde consta o pagamento dos mercadores das regiões de Petrópolis, encontramos, no Itamarati, os seguintes donos e seus estabelecimentos: Oscar Lamarea (funileiro e bombeiro); viúva Pereira Salazar (g. alimentício); Antonio Ribeiro (g. alimentício); Carlos Gayer (calçado); Antonio Accon (g. alimentício); Luciano Cammarota (botequim); Faustino Cavanellas (g. alimentício); Seabra e Irmão (g. alimentício); Joaquim Francisco Simões (g. alimentício); Francisco Cavalleiro Lago (padaria); Luiz Polli (moinho de fubá); Jacob Kurtembach (contractador d'obras). Nos nomes listados no ano de 1904, houve um destaque para estabelecimentos ligados ao ramo alimentício, corroborando a ideia de um crescimento expressivo da região no início do século XX.

Veremos que alguns dos donos dos centros comerciais da região aparecem nos requerimentos junto à câmara, inclusive assinando em nome de moradores que não sabiam escrever, o que demonstra certo prestígio dentro da comunidade e vastas redes de sociabilidade estabelecidas entre as famílias.

Entre eles, está a família Accon que, na figura de Antonio Accon, possuiu um estabelecimento no Itamarati. De acordo com o jornal *Gazeta de Petrópolis*<sup>13</sup> do ano de 1899, anteriormente, Antonio possuía uma sociedade com Victorino Accon para o comércio de secos e molhados e pedia aos fregueses que continuassem depositando a confiança de sempre em seus serviços. Em seguida, temos menção à viúva Pereira Salazar – que tudo indica ter sido a esposa de Manoel Felipe Salazar – também dedicada ao ramo da venda de alimentos; a única informação obtida sobre Manoel foi uma solicitação feita por ele ao inspetor de obras para um aumento em uma casa no Itamarati, presente no jornal *Gazeta de Petrópolis*<sup>14</sup> do ano de 1892. Manoel Felipe, a partir do cruzamento das fontes, já era falecido em 1904, sendo os bens herdados pela esposa.

A família italiana Cammarota permaneceu atuando no Itamarati durante o século XX e tem seu estabelecimento até a atualidade (2024), como botequim

---

<sup>11</sup> *Livro de Impostos da Câmara Municipal de Petrópolis de 1904*. Acervo Histórico de Petrópolis.

<sup>12</sup> Requerimento à Câmara Municipal de Petrópolis, pelos moradores do Quissamã e Itamarati, de 17 de julho 1893. Acervo Histórico de Petrópolis; Requerimento à Câmara Municipal de Petrópolis, pelos moradores do Quissamã e Itamarati, de 3 de agosto de 1904. N.º 1250, fls. 182. Acervo Histórico de Petrópolis.

<sup>13</sup> BNDigital. Jornal *Gazeta de Petrópolis*, 1899. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/304808/per304808\\_1896\\_00103.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/304808/per304808_1896_00103.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>14</sup> BNDigital. Jornal *Gazeta de Petrópolis*, 3 de novembro de 1892, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/304808/per304808\\_1892\\_00067.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/304808/per304808_1892_00067.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2024.

e restaurante. Já Carlos Gayer apareceu enquanto fabricante de calçados e comunicou a transferência de sua oficina para outro imóvel, na rua Quissamã, no jornal *Cidade de Petrópolis*<sup>15</sup>, no ano de 1902. Já referente ao único dono de padaria listado, Francisco Cavalleiro Lago, no jornal *Gazeta de Petrópolis*<sup>16</sup>, do ano de 1896, foi comunicado o encerramento da sociedade que possuía com José Carvalho Lago, sendo que Francisco continuaria a administrar a padaria que ficava, no respectivo ano, em Cascatinha.

Todas as notícias encontradas dos comerciantes da região no período de 1904 contribuem para entender que os respectivos donos dos centros comerciais já tinham se estabelecido na região no século XIX e tinham a confiança de seus fregueses. Infelizmente, não conseguimos destrinchar as relações parentais ou de amizade entre esses sujeitos e demais atividades que os mesmos pudessem ter exercido para o desenvolvimento do Itamarati. Porém, com esses pequenos dados, é possível perceber que não só o setor da indústria teve seu crescimento no quarteirão, mas também o comércio e as moradias.

A pluralização de habitações e a criação de novas ruas, mercados e lugares de lazer levaram os moradores do Itamarati a solicitarem a presença do poder público no local para melhores condições de vida. No requerimento<sup>17</sup>, feito pela população do Itamarati à Câmara Municipal de Petrópolis, em 3 de julho de 1893, foi pedida a colocação de lampiões para iluminação pública, o conserto das ruas e a manutenção da vegetação que crescia consideravelmente – solicitação que não parece distante de problemas que o atual bairro do Itamarati enfrenta. As más condições das vias prejudicavam a comunicação entre os quarteirões e, principalmente, o deslocamento dos operários para as fábricas, assim como a insegurança, dada a falta de iluminação. No requerimento que alguns moradores assinam, podemos perceber a presença de italianos, germânicos, brasileiros, portugueses e espanhóis:

---

<sup>15</sup> BNDigital. Jornal *Cidade de Petrópolis*, 9 de julho de 1902. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/821446/per821446\\_1902\\_00019.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/821446/per821446_1902_00019.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2024.

<sup>16</sup> BNDigital. Jornal *Gazeta de Petrópolis*, 14 de março de 1896, n. 22, Ano V, f. 3. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/304808/per304808\\_1896\\_00022.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/304808/per304808_1896_00022.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2024.

<sup>17</sup> Requerimento à Câmara Municipal de Petrópolis, pelos moradores do Quissamã e Itamarati, de 17 de julho de 1893. Acervo Histórico de Petrópolis.

Guilherme Baur	Mesquita; Domingos
Manoel Fernandes Carneiro a rogo de João Antonio Esteves	Cordeiro de Carvalho; Manoel Furtado; Felício Pichier
Emilio Guimarães	João de Paula Ferreira
Bernard de Jeorje	Antonio Gomes Duarte
Emilio Guimaraes a rogo de Jorge Mendes	Jose Manoel Dias a rogo de Luis da Silva
Carlos Eckhardt	Jose Manoel Dias
Ricardo Fridrichi	João Bernardo Jacoby a rogo de Luis Pedro de Alcantara
Alberto Jose de Medeiros	José Joaquim Lourenço
Manoel Francisco Teixeira de Mello	João Antonio de Oliveira Netto a rogo de Masimiana Dias
Pedro Paulo Beraldo	João Antonio de Oliveira Netto
Inocencio Pedro Paulo	Joaquim Pinto de Almeida
Paulino da Costa Soares	João Baptista de Almeida
João da Costa Santos	Antonio Gonçalves Dias a rogo de Antonio Garcia Sebastião
Jezuino Estevão Coutinho	João de Medeiros Costa
José Bento de Sousa	Manoel Felipe Salazar
Cazimiro A. dos Reis	Pantaleão Antonio Frig L.
João Jose de Andrade	Diogo da Silva Tunley
Carlos Stumm	Francisco de A. F. Gama
João de Medeiros	Augusto Antonio Esteves
Manoel Luiz de Rezende Junior	
José Maria Rodrigues	
Manoel Rodrigues de Oliveira	
Manoel Jose da Silveira	
Victorio Accon	
José Rodrigues de Mesquita	
Antonio Bento Tavares	
Felisberto Fonseca	
Manoel Felipe Salazar	
Manoel Felipe Salazar a rogo de: Augusto Raiz Mesquita; de Rita Maria de Jesus; Antonio Rodrigues	

Por meio do requerimento, pudemos ter o nome de parte dos moradores do Itamarati daquele período e algumas noções sobre suas respectivas nacionalidades. O nome do comerciante Manoel Felipe Salazar aparece repetidamente como representante de moradores que não sabiam assinar, como dito anteriormente. Manoel parecia ocupar um papel importante na comunidade, desvelando hierarquias de sociabilidade entre os moradores. As assinaturas também revelam o papel ativo das mulheres nas reivindicações do Itamarati, como a assinatura de Rita Maria de Jesus e Masimiana Dias, sobre as quais, infelizmente, não conseguimos encontrar mais informações. A lista dos moradores, atrelada às demandas cotidianas, revela múltiplas possibilidades de análise sobre o grupo social do Itamarati e suas contribuições para a história de Petrópolis nos séculos XIX e XX.

No requerimento<sup>18</sup> de 7 de agosto de 1904, o pedido feito pelos moradores do Itamarati trouxe o interesse dos operários, comerciantes e demais trabalhadores para a educação de seus filhos. No documento, os assinantes solicitaram a criação de uma escola mista para educar também as filhas dos moradores. O interesse da população demonstra que a educação era uma preocupação que não excluía o ensino para as meninas. Havia minimamente um entendimento de que a instrução poderia proporcionar condição de vida melhor para os descendentes. Lembramos aqui que mulheres e crianças trabalhavam ativamente nas fábricas, inclusive no Itamarati, sendo parte essencial da mão de obra para o sustento das famílias. Portanto, o pedido pela escola fazia parte de uma educação doméstica, cuja ideia era facilitar a administração do lar pelas mulheres e, concomitantemente, melhorias no trabalho feminino desempenhado nas fábricas.

Houve ainda um adendo ao requerimento, no qual a população manifestou o desejo de que o ensino das meninas ficasse sob a responsabilidade da professora Virginia Portilho Machado, que já lecionava para os meninos no local. No jornal *Gazeta Fluminense*<sup>19</sup>, de 1905, Virginia Portilho aparece como diretora da escola do Club Recreativo e Instrutivo do Quissamã, mas não sabemos se já era uma escola mista ou era o resultado positivo do pedido de 1904, feito pela população do Itamarati.

---

<sup>18</sup> Requerimento à Câmara Municipal de Petrópolis, pelos moradores do Quissamã e Itamarati, de 3 de agosto de 1904. N.º 1250, fls. 182. Acervo Histórico de Petrópolis.

<sup>19</sup> BNDigital. Jornal *Gazeta Fluminense*, n.º 122, Ano I, Petrópolis, 17 de novembro de 1905, p. 1. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/808989/per808989\\_1905\\_00122.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/808989/per808989_1905_00122.pdf)>. Acesso em: 4 fev. 2024.

Nas assinaturas desse requerimento, a presença feminina apareceu mais latente, o que nos leva a perceber que as senhoras do quarteirão Itamarati buscavam pelos direitos à educação de suas filhas e sobrinhas. E mais uma vez, estão presentes nomes já citados, como de Luciano Cammarota, e outros italianos distinguidos pelos sobrenomes:

Luciano Cammarota	Izidio Manoel Gomes
Laureano Rodrigues	Antonio Francisco de Lemos
Gregorio Cruzick	João Simão Ferreira
João Gomes Pilz	Guilherme Eugenio
Leonôr da Silveira Rodrigues	Antonio Accon a rogo de:
Carlotha Emilia da Costa	Emidio da Serra; Alexandre
Rozalina de Lima	Perres; Remijo Moleiro;
Miguel Teixeira	Bernardino Alves; Augusto
Angelina Accon Pereira	Mesquista; João Medeiro; José
João Gonçalves Teixeira	Francisco
Manoel Joaquim Pereira	André Musetti
Frangesco Gerachino Perera	Giubelli Francesco
Vicente	Augusto Rodrigues de Mesquita
Alberto	Antonio Felipe Salazar
Theodoro de Araujo Lopes	Bernardo dos Santos
Manoele Joze Torres	Maria Rosa Torres
Francisco Antonio Botelho	Manoel Simões
Caetano Bento Pereira	Joaquina Julia Botelho
Henrique Gutavo Lenilhl	Leopoldo Nogueira
Manoele Giuse da Costa	Antonio Oliveira Tavares
Jorge Frederico da Silva	José Possa
Antonio Teixeira	Cornelio Frischi
Oscar Teixeira	José Mecomber
Antonio Ferigato	Joaquim F. Simões
Ilario Camillo [Masrita]	Faustino Cabanelas Almeida
José Turiby Baptista a rogo de	Antonio Fernandes Beck
João Clarino	Manoel Mathias Rapozo
Antonio Luis Corrêa	Antonio Mesquita Sobrinho
Antonio Valerio a rogo de:	Augusto Quirino
Paulino Bento; Manoel Basto	Emilia Pereira de Jesus
da Silva; Manoel Francisco	Nicanor Honorio de Vargas
Albino; L. de Falqui; Manoel Dias	Manoel Cunha da Fonseca

Outros moradores do Itamarati se destacam dentre as assinaturas, como Antonio Valerio, do qual não temos informações, e o comerciante Antonio Accon, citado anteriormente. Assim como Manoel Felipe Salazar, podemos concluir que eles ocupavam um papel importante nas redes de sociabilidade. Destacamos, também, as mulheres que assinaram o requerimento: Leonôr da Silveira Rodrigues, Carlothia Emilia da Costa, Rozalina de Lima, Angelina Accon Pereira, Maria Rosa Torres, Joaquina Julia Botelho e Emilia Pereira de Jesus. Como sobre os homens, poucas informações temos sobre elas, mas, na figura das sete mulheres, podemos ver a luta feminina da classe popular em Petrópolis pela educação e por espaço na sociedade, tanto de operárias quanto demais trabalhadoras. Entre os requerentes, temos, ainda, Gregório Cruzick. De origem austríaca, Cruzick teve papel fundamental no fornecimento de energia elétrica na cidade, por meio de sua atuação na Usina Itamarati, onde estruturou a distribuição de energia. Em homenagem a seu feito e sua contribuição para o desenvolvimento local, a rua que faz frente à Companhia Fábrica de Papel de Petrópolis recebeu seu nome<sup>20</sup>.

O quarteirão Itamarati continuou a crescer após a década de 1910, principalmente no que tange a sua ocupação fabril na cidade. Em 1931, a marca *Fleischmann*, fundada em 1868, nos Estados Unidos, por Carl e Maximilian Fleischmann e James Graff, inaugurou a sua primeira sede no Brasil, na cidade de Petrópolis, especificamente no Itamarati, após autorização do presidente Getúlio Vargas. A grande inovação da filial de Petrópolis esteve no desenvolvimento do fermento biológico fresco, se tornando referência no país<sup>21</sup>. Localizada ao lado da Fábrica de Papel, ambas se tornaram polos de trabalho para os moradores do Itamarati.

Em 25 de agosto de 1966 foi fundada também a Fábrica de Veludo Petrópolis, em frente à Igreja Matriz de São José<sup>22</sup>. As três fábricas modificaram a dinâmica do quarteirão Itamarati, atuando diretamente nas relações sociais dos seus funcionários e demais moradores locais. No chão das fábricas, foram feitas amizades e criado o espírito comunitário em busca por melhores condições de vida e trabalho.

---

<sup>20</sup> Jornal *Diário de Petrópolis*, 23 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/morre-marilu-cruzick-178951>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

<sup>21</sup> DIAS, Kadu. *Fleischmann*. Site Mundo das Marcas, 30 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://mundodasmarcas.blogspot.com/2009/08/fleischmann.html>>. Acesso em: 3 fev. 2024.

<sup>22</sup> Fábrica de Veludo Petrópolis Limitada. CNPJ Biz. Disponível em: <<https://cnpj.biz/31117849000173>>. Acesso em: 3 fev. 2024.

Enquanto a região do Itamarati foi, no século XIX, precursora da embrionária cidade de Petrópolis, da vilegiatura e do turismo, no século XX, se transformou em quarteirão operário. Mas, e a cascata Itamarati? Assim como a fazenda, a cascata deixou de ser ponto turístico oficial da cidade e passou a servir para o abastecimento da Fábrica de Papel. A região passou gradativamente a ser desmatada e ocupada tanto pelos trabalhadores da fábrica quanto pelos portugueses da comunidade de Santa Isabel, no Caxambu, que adentravam no território pela divisa popularmente chamada Mato do Banco. Durante o século XX, a cascata do Itamarati passou a ser o centro do desenvolvimento do atual bairro Bela Vista. Mesmo com a instalação da represa para o fornecimento de água no Itamarati e adjacências, e as muitas casas que foram sendo construídas no seu entorno, conseguimos encontrar a beleza, imponência e singularidade vistas pelo imperador D. Pedro II e sua filha princesa D. Isabel na cascata.

#### 4. Considerações Finais

Em uma análise feita sobre os principais pontos da história da região do Itamarati e suas transformações ao longo do tempo, atrelados ao desenvolvimento da cidade de Petrópolis, observamos que a composição social da região não foi linear, mas permeada por conflitos e sonhos. O Itamarati não surgiu de ato heroico de um desbravador português, mas da confluência da mão de obra negra e indígena escravizada. Assim como o embrião turístico de Petrópolis, não nasceu nem se restringiu à área da antiga fazenda do Córrego Seco, mas ocorreu no interior do território, entre eles o Itamarati.

Os ares de mudança, vindos com a Companhia Petropolitana de Tecidos, localizada em Cascatinha, chegaram ao Itamarati por meio da Companhia Fábrica de Papel de Petrópolis. Porém, para além da engrenagem industrial que vigorou no quarteirão, foram os operários de múltiplas nacionalidades que fizeram do Itamarati verdadeiro solo urbano de Petrópolis. Muitos comerciantes, como as famílias Salazar e Accon, se juntaram aos trabalhadores das fábricas para lutar por seus direitos e por melhores condições para seus filhos, seja reivindicando iluminação pública, seja uma escola mista, tanto homens quanto mulheres do Itamarati se juntaram à massa da classe popular de Petrópolis para cobrar do poder público uma cidade que atendesse verdadeiramente a sua população.

Nos séculos XVIII, XIX ou XX, o bairro Itamarati e seus vizinhos, Cascatinha e Corrêas, foram agentes fundamentais para o nascimento e o desenvolvimento da cidade de Petrópolis. Múltiplas fontes nos possibilitaram chegar mais próximo da história de um caminho, fazenda, quarteirão, bairro, chamado Itamarati. Com isso, cabe à historiografia petropolitana adentrar nos subúrbios para entender a história da cidade na sua complexidade e fornecer caminhos para, no presente, criarmos planos efetivos de construção de uma vida digna e justa para os moradores de Petrópolis.

## 5. Referências

ALVES, Jeronimo Ferreira Netto. *Curso de História de Petrópolis*. Instituto Histórico de Petrópolis. Petrópolis, 2006. Disponível em: <<https://ihp.org.br/?p=4360>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. *História do turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930*. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

FERREZ, Gilberto. *Iconografia Petropolitana: 1800-1890*. Petrópolis: Museu Imperial (Brasil), 1955. 226p.

FRÓES, Gabriel Kopke. *Itamarati - O berço de Petrópolis - Notas*. Instituto Histórico de Petrópolis. Petrópolis, 2000. Disponível em: <<https://ihp.org.br/?p=4112>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

LOPES, Raul. *Era uma vez uma indústria de Papel*. Instituto Histórico de Petrópolis. Petrópolis, 2002. Disponível em: <<https://ihp.org.br/?p=2922>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. *A formação industrial de Petrópolis: trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937)*. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SANTOS, Paulo César dos. *Petrópolis: história de uma cidade imperial*. Petrópolis: Sermograf, 2001.

SCHIFFLER, Roberto Carlos Neto. *A “Cidade Imperial”*: disputas em torno do passado petropolitano no currículo escolar. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Renata Aquino da. *Afroinscrições em Petrópolis*: história, memória e territorialidades. 155 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019.

SOUZA, Beatriz Cristina Pereira de. *Os Nomes Geográficos de Petrópolis/RJ e a Imigração Alemã: memória e identidade*. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, 161p.

VASCONCELLOS, Francisco José Ribeiro. *Resgates Petropolitanos [Joaquim Duarte Murtinho]*. Instituto Histórico de Petrópolis. Petrópolis, 2011. Disponível em: <<https://ihp.org.br/?p=5575>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

## O legado *Art Déco* em Petrópolis

### *Art Déco legacy in Petrópolis*

Freddy Van Camp<sup>1</sup>

#### Resumo

Artigo gerado a partir de palestra proferida no “Fale-me de Petrópolis”<sup>2</sup> e resultante da observação da importância da arquitetura *Art Déco* na cidade. A partir da constatação de que o assunto é pouco conhecido e estudado, pretendemos chamar atenção dos habitantes, visitantes, poder público e dos estudiosos. Com isso, que preservem o legado que essas construções podem dar para a manutenção da qualidade do meio ambiente construído nesta importante cidade histórica.

Palavras-chave: *Art Déco*; arquitetura; patrimônio histórico.

#### Abstract

Article generated from a lecture given at “Fale-me de Petrópolis” and resulting from the observation of the importance of *Art Déco* architecture in the city. Based on the observation that the subject is little known and studied, we intend to draw the attention of inhabitants, visitors, public authorities and scholars. In this way, they preserve the legacy that these buildings can provide for maintaining the quality of the built environment of this important historic city.

Keywords: *Art Déco*; architecture; historical heritage.

---

<sup>1</sup> Designer e professor. Graduado pela ESDI/UERJ, com pós-graduação na UCLA, em Los Angeles, USA, e na HFBK, de Braunschweig, Alemanha. Professor da ESDI/UERJ – Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro de 1974 a 2020. Diretor da ESDI/UERJ de 1992 a 1996 e de 2000 a 2004. Coordenador do Curso de Arquitetura no Campus da UERJ, em Petrópolis. Membro do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP).

<sup>2</sup> O “Fale-me de Petrópolis” é desenvolvido, desde 2016, na Biblioteca do Museu Imperial, mensalmente, entre março e novembro. Tem como objetivo tratar de questões relacionadas à memória e à história de Petrópolis, permitindo a interação entre o público e o/a palestrante convidado (a). Prestes a completar a 50ª edição, o projeto, criado pela historiadora Claudia Maria de Souza Costa, e, atualmente, sob a organização da Área de Pesquisa, tem contribuído para a divulgação do acervo do Museu Imperial e, particularmente, para a democratização e a popularização do conhecimento. (N. da E.).

## 1. Uma introdução

O *Art Déco* é um movimento que resultou em um estilo surgido, segundo alguns autores, em um período transitório, entre os anos 1908 e 1912, mas que se firmou no fim dos anos 1920, entre as duas guerras. O *Art Déco* não é visto com um sucessor do *Art Nouveau*, mas, em vários aspectos, como uma extensão dele, especialmente com uma ornamentação pródiga, uma habilidade superlativa e materiais exclusivos.

Quais as características do *Art Déco*? O estilo desafia sua definição precisa ao assimilar diversas influências, às vezes, até conflitantes. Da pintura *avant-garde*, elementos do Cubismo, do Expressionismo norte-europeu, do Construtivismo russo e do Futurismo italiano foram absorvidos pelo expoente *Art Déco* em sua iconografia. Buquês de flores estilizadas, figuras femininas jovens, padrões geométricos, incluindo zigue-zague, sanfonados, os motivos navais e marinhos, etc. revelam a presença da egiptologia, da arte oriental, da arte tribal africana e da arte marajoara, esta última, em nosso país. Ainda absorveu o impacto da industrialização nos anos 1930, com o “*streamline*” e o desenho aerodinâmico, isso denota uma complexidade difícil de caber numa definição direta do estilo.

O *Art Déco* foi definido mais precisamente nos anos 1960, anos após ter se popularizado a partir da *Exposition Internationale des Arts Decoratives et Industrielles Modernes*, de 1925, em Paris. Foi adotado pelos franceses como sua variante do “Modernismo” e considerado um dos maiores acontecimentos dessa corrente, em contraposição ao Funcionalismo alemão. Todas as nações europeias, efetivamente, participaram do evento, exceto a Alemanha.

Inicialmente, mais voltado para o *design*, seja de mobiliário, de objetos, seja de vestuário ou nas artes gráficas, o *Art Déco* chega à arquitetura com o objetivo de reformular os conceitos estéticos do *Art Nouveau* e do Ecletismo. Há uma ligeira divergência quanto ao *Art Déco* e o desenho proposto pela alemã Bauhaus, que surgiu de forma paralela, mas, em muitos casos, suas produções se confundem no movimento da moderna arquitetura, seguindo-se uma da outra. É quando, pela primeira vez, a linha reta passa a ser um recurso de beleza.

Um dos sucessos estrangeiros de aplicação do estilo foi na arquitetura americana, quando foi adotado por uma nova geração de arquitetos que desejava incrementar seus projetos, especialmente, os arranha-céus e os cinemas. No início dos anos 1920, os Estados Unidos sentiam falta de um estilo próprio e seus arquitetos voltaram sua atenção para Paris, que sempre teve a

liderança no *design*. Como resultado, temos os exemplos icônicos do *Chrysler Building*, do *Rockefeller Center* e do *Empire State*, todos dos anos 1930. Mais tarde, isso se repetiu em outros locais, como no distrito de *Miami Beach*, um dos mais conhecidos e visitados.

## 2. Art Déco no Brasil

No esforço de modernização, decorrente da influência estrangeira, especialmente entre as duas guerras, o Brasil se caracterizou por importar soluções trazidas por arquitetos emigrados ou por profissionais com formação no exterior. Podemos inferir que surgiu em contraponto ao Ecletismo divergente e dominante até então, e também como consequência do uso da tecnologia do concreto armado, que se difundia pela construção civil. O governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas, pregava o progresso e a modernidade. Cunhavam-se expressões, como “internacional”, “industrial”, “moderno” ou “cosmopolita”, cada vez mais valorizadas.

Um marco dessa tendência foi a visita do urbanista francês Alfred Agache, convidado pelo prefeito do Rio de Janeiro, Prado Junior, para elaborar um projeto urbanístico para a cidade em 1928. Seu Plano de Remodelação, para a então capital do país, mesmo não contendo projetos arquitetônicos, abriu as portas para um processo de renovação na construção em diversas frentes. São icônicos os projetos do monumento Cristo Redentor (1926/1931), do prédio da Central do Brasil (1937), hoje, edifício D. Pedro II, e mesmo os prédios da esplanada do Castelo, que seguiam suas propostas para os quarteirões recém-construídos sobre o local onde ficava o morro do Castelo. Isso sem falar nos diversos prédios espalhados por Copacabana no início de sua ocupação, e nas salas de cinema, que foram projetadas, em sua maioria, nessa época.

Podemos nos lembrar, ainda, de outros exemplos pelo país: a loja do Mappin e prédio do Banespa, em São Paulo; o projeto dos prédios públicos de Goiânia, originários de um discípulo de Agache, o arquiteto Atílio Correia Lima (1933); a nova torre do Elevador Lacerda (1930), em Salvador; os pavilhões da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha (1935); os diversos prédios da rua Halfeld, em Juiz de Fora; além de inúmeros exemplares em cidades do Nordeste, como no Ceará, na Paraíba ou mesmo na Bahia, devidamente documentados por outros autores.

### 3. O *Art Déco* em Petrópolis

A cidade de Petrópolis é bastante peculiar em diversos aspectos, principalmente quando se fala em influências. No desabrochar da Era Industrial, foi uma das primeiras cidades em nosso continente a ser projetada e construída com grande contribuição imigrante, foi pioneira ao receber elementos da modernidade, como luz elétrica, ligação ferroviária, indústrias de porte. Além de residência de verão do imperador e, na República, capital do estado por um período, sediou a maioria das legações estrangeiras, sempre se destacando pela qualidade de seu clima e do meio ambiente construído.

Por força de seu passado planejado, incorporou a melhor técnica de construção, como pode ser observado na quantidade de construções originais ainda existentes, devidamente tombadas pelo patrimônio histórico. Na transição do período monárquico para a República, que durou até os anos 1920, absorveu inúmeras construções de estilos diversos. Complementado as construções do período imperial, a cidade é pródiga em edificações ecléticas: neocoloniais, neoclássicas, normandas, dentre outras. A partir dos anos 1930, acompanhando a modernidade da época, viveu uma proliferação de projetos *Art Déco*, com manifestações tardias, que se prolongaram até os anos 1940/1950.

Havia, na Petrópolis do período, uma definitiva influência do Rio de Janeiro. Por sua proximidade e inter-relação, muitos cariocas frequentavam a cidade por longos períodos; era considerada a capital do país nos períodos de verão, até o presidente Getúlio Vargas residia no Palácio Rio Negro nessa estação. O mandatário, continuando um hábito do Império, passava o período de outubro a abril em Petrópolis e isso atraía grande parte da elite econômica e política a lhe fazer companhia. São conhecidos os registros em filme de seus passeios a pé pela cidade onde apreciava estar.

A atual rua do Imperador, à época, avenida 15 de Novembro, localizada no centro da cidade, – outrora denominada “Vila Imperial”, por força do planejamento original, de 1846, feito pelo major Júlio Frederico Koeler –, se caracteriza por ter terrenos contíguos, muito estreitos e fundos. Denominados “prazos”, estabeleceram-se neles negócios e serviços da cidade. Por força disso e do adensamento, a rua tem um aspecto de fachadas contínuas, uma ligada a outra, como sobrados geminados. Essas construções, que, originalmente, possuíam aspectos de arquitetura colonial, foram, aos poucos, sendo reformadas, reconstruídas ou substituídas por novas propostas visuais.

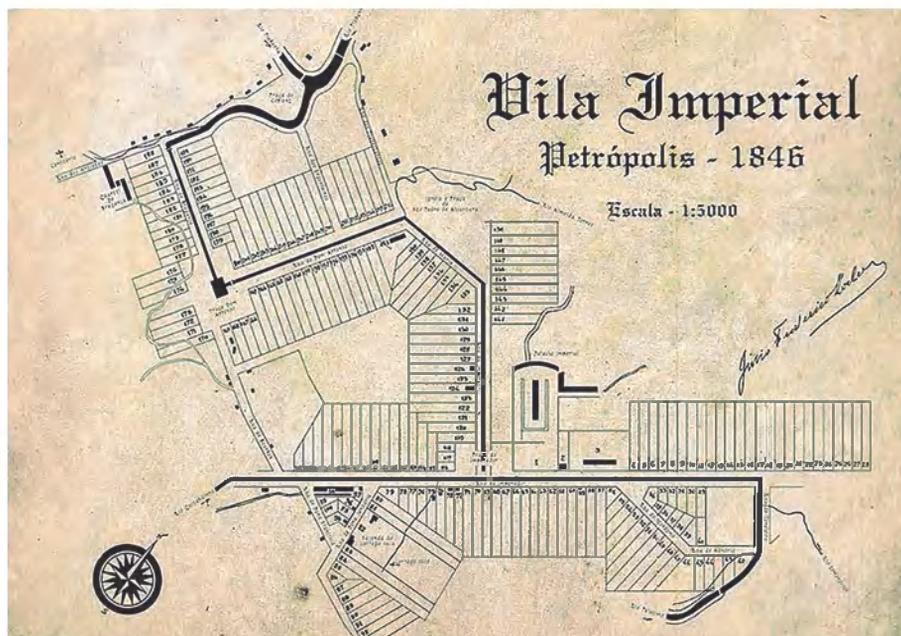


Figura 1: Imagem parcial da Planta Koeler.  
Acervo Cia. Imobiliária de Petrópolis. In: Neves; Zanatta, 2016<sup>3</sup>.  
Reprodução: FVC.

Numa apreciação atual, podemos notar que há uma enorme proporção de fachadas no estilo *Art Déco* que foram sendo construídas ao longo do tempo e estão preservadas em diferentes estágios de conservação, por força do tombamento a que a cidade foi submetida nos anos 1990. Contabilizamos, somente na rua do Imperador, a principal via do centro da cidade, 54 imóveis com características arquitetônicas do *Art Déco*, em sua maioria, sobrados e pequenos prédios com finalidade comercial. Nos bairros de Petrópolis e nas principais vias de trânsito da cidade, temos também grande presença de prédios com essas características, reforçando que o estilo foi muito popular nesse período.

<sup>3</sup> NEVES, Flavio Menna Barreto; ZANATTA, Eliane Marchesini. *Traços de Koeler. A origem de Petrópolis a partir da planta de 1846*. GE Celma e Globalmídia Comunicação, 2016, p. 71.

#### 4. A rua do Imperador

Faremos apenas uma análise parcial desta situação, nos atendo somente aos prédios da rua do Imperador e a alguns outros exemplos importantes do meio ambiente construído da cidade.

No início da rua do Imperador, existia um exemplar extraordinário desse estilo: a estação ferroviária Leopoldina. Sua fachada para a rua era imponente e no mais puro estilo *Art Déco*, se preservada, seria certamente um dos prédios icônicos da cidade, com um relógio central, em uma coluna de quatro faces, e dois blocos simétricos na lateral. Ela funcionou até 1964, quando a estrada de ferro foi extinta no país, e resistiu até 1970, quando foi descaracterizada e transformada no terminal rodoviário urbano da cidade, tendo sua fachada sido demolida.



Figura 2: Estação ferroviária Leopoldina antes de ser reformada.  
Museu Imperial/Ibram/MinC.

Ao centro da rua do Imperador, que teve seu leito de rio retificado pelo projeto original de Koeler, havia o planejamento de uma praça, junto ao Palácio Imperial, a qual, nos dias atuais, está dividida em duas: de um lado, a praça

D. Pedro II e, do outro, a praça dos Expedicionários, cortadas pelo início da rua da Imperatriz. É um ponto nevrálgico do centro da cidade, com grande afluência de público. Nas duas esquinas, de frente para as respectivas praças, temos dois conjuntos de prédios que servem de referência à população.

Ambos se devem à iniciativa dos mesmos proprietários, os irmãos D'Angelo, que receberam, em homenagem, uma rua próxima com seu nome. De frente para a praça D. Pedro II, na esquina, está o famoso prédio do restaurante e bar D'Angelo, com uma das características inequívocas do estilo: a valorização das esquinas. Trata-se de um dos pontos turísticos mais conhecidos e frequentados da cidade. Originalmente, fundado em 1914, teve sua atual feição construída nos anos 1930 pelo projeto do arquiteto Armando de Oliveira, entretanto não há certeza sobre a construtora. Seu acabamento original era em pó de pedra, tendo sido reformado em 2014, quando foi repintado e está em bom estado de conservação. Possui muitos detalhes, comuns a outros prédios, como o sanfonado, as variações do plano da fachada e o coroamento, por exemplo.



Figura 3: Casa D'Angelo. Fotografia: FVC.

Na esquina oposta, existe outro conjunto de prédios composto por lojas, um pátio interno e, na extremidade, de frente para a praça dos Expedicionários, o Theatro D. Pedro, um riquíssimo exemplar de *Art Déco*. Também construído por iniciativa dos irmãos D'Angelo, o projeto do conjunto *Quartier* é do arquiteto Armando de Oliveira, construído pela construtora *Francisco De Carolis*. A arquitetura do palco do teatro foi feita por Roberto Caburi, com decoração e pintura interna do artista Carlos Schaeffer. Esse conjunto é em acabamento de pó de pedra, um revestimento original muito utilizado no *Art Déco*, com elementos adicionais em cerâmica especial. O conjunto conserva a caixilharia original e o teatro possui elementos de serralheria muito elaborados e originais.



Figura 4: Conjunto *Quartier* com Theatro D. Pedro ao fundo. Fotografia: FVC.



Figura 5: Fachada do Theatro D. Pedro. Fotografia: FVC.

Na confluência da rua do Imperador com a rua da Imperatriz, além das duas praças, foi construído um monumento em homenagem ao primeiro centenário da elevação de Petrópolis à categoria de cidade e também aos primeiros colonizadores alemães. Inaugurado em 1957, o Obelisco segue o puro estilo *Art Déco*, muito presente naquela rua, tornando-se outro exemplar marcante do estilo. Podemos considerar que qualquer construção executada depois dos anos 1930 seja um exemplar de *Art Déco* tardio.



Figura 6: Obelisco. Fotografia: FVC.

E a cidade está repleta de exemplares com estas características, com suas fachadas geminadas ou contínuas, já que cada um dos prazos originais é muito estreito. As fachadas dos sobrados foram sempre valorizadas, conferindo individualidade, mas respeitando o uso comercial em construções às vezes contínuas, às vezes contrastantes.



Figura 7: Sequência de fachadas *Art Déco* da rua do Imperador. Fotografia: FVC.

As fachadas *Art Déco* têm como características marcantes os volumes escalonados e a estratificação dos planos. Sempre se compõem de base, corpo e coroamento, com uma construção de simetria axial. Seu acabamento majoritário é em pó de pedra, uma massa de mica extremamente resistente, e de difícil reparo. Muitas vezes, têm varandas protuberantes além da linha da fachada, com seus volumes e detalhes arredondados ou com colunas projetadas em diferentes formatos. Sempre há uma valorização das esquinas, quando elas se apresentam e, em muitos casos, os embasamentos são em cerâmica, mármore ou granito.

Em diferentes prédios da rua do Imperador, constatamos repetições de detalhes, o que nos faz supor que sejam do mesmo arquiteto/construtor. Infelizmente, temos poucos dados disponíveis sobre esses autores, necessitando que sejam feitas pesquisas mais profundas para conhecer seus nomes.



Figura 8: Prédios da rua do Imperador com detalhes típicos do estilo.  
Fotografia: FVC.

Mais adiante, na mesma rua do Imperador, temos outro excelente exemplar tardio desse estilo, executado como um dos primeiros arranha-céus da cidade: o *Cinema Petrópolis*, um prédio com salas comerciais e uma imponente sala de cinema no térreo. Erguido em 1944 por iniciativa do construtor José Nobre Fernandes, foi palco de grandes lançamentos de filmes e, como a maioria das salas de cinema da época, adotou o *Art Déco*, tanto no seu exterior, quanto no interior, especialmente neste fez largo uso de mármore, granitos e detalhamento sofisticado. Foi restaurado com supervisão do patrimônio e, atualmente, o cinema é utilizado como igreja evangélica.



Figura 9: Fachada e detalhe da entrada do prédio Cinema Petrópolis.  
Fotografia: FVC.

## 5. Outros exemplos marcantes

Fora do âmbito da rua do Imperador temos muitos exemplos da utilização do *Art Déco*, tanto em bairros centrais, quanto em periféricos da cidade. Dois deles são icônicos e mostram a importância que o estilo adquiriu na cidade. O Palácio Quitandinha, construído no início dos anos 1940 para ser o maior cassino-hotel do país, situado na entrada sul da cidade, foi construído com arquitetura em estilo normando, pois se acreditava ser o mais adequado a uma cidade serrana e de colonização alemã. Para seu interior, entretanto, foi contratada uma decoradora e cenógrafa americana, Dorothy Draper, que, com seu estilo hollywoodiano, optou por utilizar a linguagem do *Art Déco/Rococó*, com inspiração tropical. O prédio, atualmente, é ocupado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), que o transformou em centro cultural, além de ser um condomínio residencial.



Figura 10: Exterior do Palácio Quitandinha.  
Fotografia: Hércio Mano.

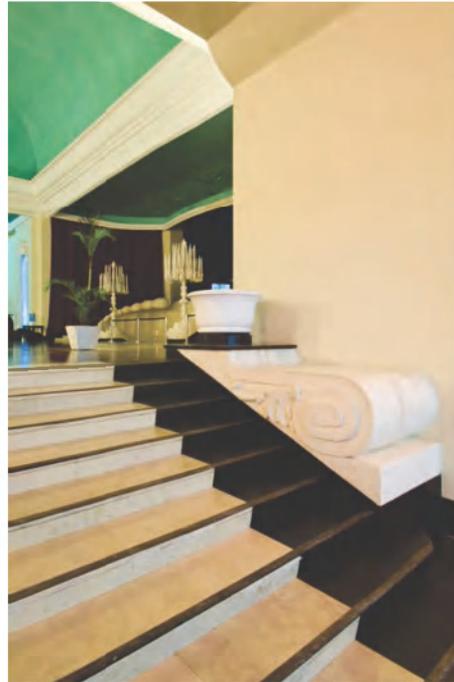


Figura 11: Interior do Palácio Quitandinha  
(Detalhe). Fotografia: FVC.

O interior do Palácio Quitandinha tem diversos tratamentos, a depender de sua função. Foram utilizados materiais de alta qualidade, como mármore e granitos importados, além de apliques monumentais em gesso, personalizados e executados para cada caso. As luminárias, todo o mobiliário e os equipamentos foram especialmente projetados e executados com exclusividade para o prédio, pela decoradora.

Outro exemplo é o Trono de Fátima, construído em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, como local de oração, é um dos pontos de atração turística da cidade. O monumento de caráter religioso foi concebido por Heitor da Silva Costa, o autor do projeto do Cristo Redentor e possui 14 m de altura, com uma vista privilegiada do Centro Histórico. A imagem de Nossa Senhora de Fátima mede 3,5 m de altura e a do anjo Gabriel, sobre a cúpula, 1 m. Ambas foram esculpidas na Itália, em mármore branco, pelo italiano Enrico Arrighini, em pura linguagem *Art Déco*. A cúpula, que se apoia em sete colunas, representando os dons do Espírito Santo, foi construída em 1947.



Figura 12: Monumento Trono de Fátima e detalhe da imagem Nossa Senhora de Fátima. Fotografia: FVC.

Além desses, a cidade possui inúmeros outros prédios no estilo espalhados pelas ruas centrais, ou pelos bairros. Há bons exemplares de prédios comerciais, de residências, de prédios públicos, de colégios, de igrejas, de colunas e de bases de monumentos, sem falar nos túmulos e jazigos do Cemitério Municipal, que, até os dias de hoje, são executados em estilo *Art Déco*.

## 6. Exemplos marcantes como solução

A preservação de acervos arquitetônicos é parte de uma política cultural com o objetivo de se manter a identidade de um coletivo urbano ou mesmo de um estilo importante de certa época. O *Art Déco* é um conjunto de manifestações artísticas muito coeso, que se originou na Europa e se expandiu pelas Américas do Norte e do Sul. Como símbolo de modernidade, foi adotado por várias cidades ou regiões que o reconhecem pelo seu valor e, num esforço de preservação, estão recuperando seus exemplares, oferecendo-os como pontos de atração turística ou roteiros de visitação. Isso acontece em *Miami Beach*, nos USA, onde todas as construções no estilo foram renovadas e restauradas, constituindo-se um distrito *Art Déco*, muito procurado por turistas e curiosos sobre o estilo.

Mesmo no Brasil, temos as iniciativas das cidades de Goiânia, Juiz de Fora, Campina Grande e Rio de Janeiro, que produziram guias e publicações que ajudam proprietários e a população em geral, a conhecer seu patrimônio construído, valorizando estas construções.



Figura 13: Publicações sobre *Art Déco*. Reprodução: FVC.

## 7. Considerações Finais

Consideramos que o acervo arquitetônico *Art Déco* de Petrópolis necessita ser mais estudado e documentado, com o objetivo de ser conhecido e compreendido por todos, especialmente pelo poder público e pelos órgãos de conservação e do patrimônio.

A sociedade tem que reconhecer que ele é um patrimônio da cultura histórica e material da cidade, pois representa a sua modernidade – não devemos nos esquecer de que o projeto original da cidade foi concebido em pleno início da Era Industrial – e, em paralelo aos estilos anteriores e posteriores, reflete um período decisivo do desenvolvimento urbano e social.

Esta cidade, que abriga o museu federal mais visitado do país, com sua personalidade imperial já estabelecida, precisa continuar, por meio de seu acervo, arquitetônico de qualquer época, a reiterar e a enfatizar a personalidade metropolitana ímpar que sempre teve.

## Referências

ART: Déco na América Latina. *Anais do 1º Seminário Internacional*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar Grandjean de Montigny/PUC-RJ, 1997.

CAVALCANTI, Luciano. “Miami ou Petrópolis?”. In: *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis, RJ, 6 jun. 2018.

CERWINSKE, Laura. *Tropical Deco – The architecture and Design of Old Miami Beach*. New York: Rizzoli, 1981.

CONDE, Luiz Paulo Fernandez; ALAMADA, Mauro. *Guia da Arquitetura Art Déco do Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. s.d.

DUARTE, Antônio Carlos. *Arquitetura Art Déco – Juiz de Fora – FUNALFA*, Juiz de Fora, MG. 2013.

DUCAN, Alastair. *Art Déco*. Thames and Hudson. London, 1988.

FACEBOOK. *Art Déco Petrópolis*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/artde copetropolis>>. Acesso em: 5 jan. 2024

LIMA, Rodrigo Felix de. *Guia Turístico Art Déco Goiânia*. Edições do Autor, 2002.

MANSO, Celina Fernandes Almeida (Org.). *Goiânia Art Déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento*. Goiânia: SEPLAN, 2004.

NEVES, Flavio Menna Barreto; ZANATTA, Eliane Marchesini. *Traços de Koeler*. A origem de Petrópolis a partir da planta de 1846. GE Celma e Globalmídia Comunicação, 2016.

OBELISCO de Petrópolis. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Obelisco\\_de\\_Petr%C3%B3polis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Obelisco_de_Petr%C3%B3polis)>. Acesso em: 12/01/ jan. 2024.

PALÁCIO Quitandinha. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio\\_Quitandinha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_Quitandinha)>. Acesso em: 14/01/ jan. 2024.

RELAÇÃO dos Engenheiros e Construtores de Petrópolis. Prefeitura Municipal de Petrópolis. Diretoria de Engenharia. 20 jun. 1939.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; MIGLIACCIO, Luciano. “Art Déco no Brasil”. *Coleção Fulvia e Adolpho Leirier*. Olhares, São Paulo, 2020.

TRONO de Fátima - Capela de Nossa Senhora de Fátima. In: *Visite Petrópolis*. Disponível em: <<https://www.pcvb.com.br/o-que-fazer/perfil/trono-de-fatima-capela-de-nossa-senhora-de-fatima/>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

VOCÊ conhece a história do Palácio Quitandinha? In: *Jornal Acontece em Petrópolis*. Disponível em: <<https://www.aconteceempetropolis.com.br/2022/02/13/voce-sabia-conheca-a-historia-do-palacio-quitandinha/>>. Acesso em: 14 jan. 2024.



## Quitandinha: muito além de um cartão-postal

### *The Quitandinha Hotel: Beyond a Mere Postcard*

Flavio Menna Barreto Neves<sup>1</sup>

#### Resumo

O presente artigo aborda o significado histórico representado pela construção do antigo hotel-cassino Quitandinha, nos anos de 1940, buscando ampliar sua importância ao inseri-lo como parte integrante de um empreendimento voltado a criar, em Petrópolis (RJ), uma estrutura para o turismo de massa muito antes desse fenômeno social e econômico se manifestar na década seguinte, ao término da Segunda Guerra Mundial. É baseado em fragmentos do livro *Apostas Encerradas – O Breve Império do Cassino Quitandinha*, em fase de reedição por este autor.

Palavras-chave: Quitandinha; turismo; Era Vargas.

#### Abstract

This article addresses the historical significance represented by the construction of the old hotel-casino Quitandinha, in the 1940s, seeking to expand its importance by inserting it as an integral part of a project aimed at creating in Petrópolis (RJ) a structure for tourism mass long before this social and economic phenomenon manifested itself after the Second World War. It

---

<sup>1</sup> Jornalista há 34 anos, iniciou a carreira na imprensa de Petrópolis. É sócio com Fátima Medeiros da *Roteiro Produções Artísticas*, empresa que há 15 anos desenvolve projetos culturais e de comunicação. Em 2009, lançou *Apostas Encerradas - O Breve Império do Cassino Quitandinha*, o primeiro livro a resgatar a história do hotel-cassino Quitandinha. Em 2016, publicou *Traços de Koeler*, em coautoria com Eliane Zanatta. Em 2019, foi curador e realizador da *Exposição Memória Quitandinha*, por encomenda do SESC. No ano seguinte, assinou a coordenação e curadoria do Memorial do Comércio, a convite da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Na mais recente atividade, organizou a digitalização parcial de filmes do *Acervo César Nunes*, produtora que atuou em Petrópolis entre as décadas de 1940 e 1980. É membro do Instituto Histórico de Petrópolis desde 2021.

is based on fragments of the book *Apostas Encerradas – O Breve Império do Cassino Quitandinha*, currently being republished by this author.

Keywords: Quitandinha; tourism; Getúlio Vargas Era.

Aos 80 anos, completados em fevereiro de 2024, o Quitandinha mantém intacta a capacidade de fascinar diferentes gerações, pelas razões mais diversas. Para muitos, sua história se resume a um hotel-cassino de alto padrão, erguido em Petrópolis durante a Segunda Guerra Mundial para concorrer com as mais famosas casas de hospedagem, de jogo e de espetáculos da Europa, tendo reunido inúmeros artistas nacionais e estrangeiros durante sua curta existência. De fato, o Quitandinha foi tudo isso e mais um pouco. Mas o palácio normando guarda significado histórico bem mais amplo e importante do que a representação do cartão-postal que atrai dezenas de milhares de visitantes anualmente pelos salões majestosos e relatos de tempos que não voltam mais. Foi, por exemplo, uma aposta no turismo de massa muito antes de a economia mundial impulsionar a atividade aos patamares que conhecemos atualmente.

A construção e o breve funcionamento do hotel-cassino ocorreram entre 1939 e 1946, em época particularmente interessante da República em Petrópolis. A cidade gozava do *status* de centro social e político de grande relevância. Era a capital de verão do Brasil, com presença constante de Getúlio Vargas no Palácio Rio Negro, onde o ditador decidia os rumos do país, despachava com ministros e recebia autoridades e visitantes ilustres. Assim como na vilegiatura do Segundo Reinado, os verões presidenciais davam projeção ao aprazível refúgio do poder, atraindo, além da alta burocracia, um séquito de pessoas influentes, empresários, a diplomacia estrangeira, intelectuais, artistas, jornalistas...

De novembro a março, o Brasil subia a serra.

Era o auge do Estado Novo e dos tempos dourados dos cassinos. A título de fomentar o turismo, os jogos de azar haviam se transformado em política de Estado, injetavam receita indispensável aos cofres públicos e faziam algumas grandes (e poucas) fortunas. O empresário que mais se destacou no ramo das casas de apostas foi o idealizador do Quitandinha, Joaquim Rolla, um ex-tropeiro sem o ensino fundamental completo, mas com doutorado em negócios, boas relações com o poder, muito dinheiro no bolso e ideias bem à frente de seu tempo.

No Rio de Janeiro, então capital federal, Rolla era dono do icônico Cassino da Urca, estabelecimento que havia revolucionado as noites cariocas com uma mistura de grandes espetáculos artísticos, boa gastronomia e o frenesi das mesas de roleta e carreado. A Urca era um dos quatro grandes cassinos do Distrito Federal, mesmo número de casas do gênero existentes em

Petrópolis, onde o empresário desembarcou em fins de 1937, atraído, como muitos, pela presença do poder, e perspectivas de negócio. Arrendou o velho Tênis Clube, reproduzindo no atual clube Petropolitano da avenida Roberto Silveira, a mesma receita bem-sucedida adotada na Urca e também no Cassino Icaraí, em Niterói.

À época, o empresário não tinha planos mais ousados para Petrópolis. Com o Tênis Clube em plena operação, seu passo seguinte foi a tentativa de construir um grande hotel-cassino na praia Vermelha, algo que pudesse rivalizar com o luxuoso Copacabana Palace. Se tivesse conseguido erguer seu estabelecimento na orla carioca, talvez o Quitandinha nunca existisse. Uma série de dificuldades impediu a construção na praia Vermelha, mas abriu caminho para que o empresário fosse apresentado a uma nova oportunidade: a aquisição da velha fazenda Quitandinha, da família do médico e ex-prefeito do Distrito Federal, Antônio Augusto de Azevedo Sodré.

Foi na imensidão da fazenda, em terreno muito maior do que aquele cobiçado na capital, que o devaneio do magnata aflorou. Seu plano, a partir de então, ganhou novas dimensões. Deixou de se limitar à construção de um hotel de luxo, como inicialmente pretendia, para escalar à fundação de uma pequena cidade temática, voltada a oferecer à clientela diferentes opções de lazer, atividades culturais, artísticas, esportivas e de entretenimento. Uma estrutura obviamente mantida pelo dinheiro do jogo, que teria o Quitandinha como protagonista, mas dedicada a proporcionar algo nunca visto até então. Um conceito inédito para o Brasil de 1939 e uma aposta bastante ousada diante de um mundo à beira de seu pior abismo. Mesmo quando a Segunda Guerra estava em seu momento mais tenebroso, com boa parte do território europeu tomado pelas forças de Adolf Hitler, Joaquim Rolla manteve a convicção de que fazia a coisa certa, ainda que as dificuldades e o custo de tal empreendimento fossem imensos e os rumos da humanidade não oferecessem futuro promissor.

O Quitandinha é a primeira atração turística a receber o visitante que vence a subida da serra e alcança a cidade fundada por decreto de D. Pedro II, em 1843. Cem anos após a colônia projetada pelo engenheiro alemão Julio Frederico Koeler inaugurar o urbanismo no país, a construção do empreendimento seguiu passos semelhantes: surgiu como algo planejado em detalhes, a partir de um plano urbanístico que organizou a ocupação do espaço territorial, previu arruamento e a implantação de infraestrutura básica e de serviços.

O prédio em si apresenta-se bem conservado para uma construção octogenária. É o símbolo maior e o que restou da pequena cidade-satélite que o magnata Joaquim Rolla começou a erguer na zona sul de Petrópolis, movido pelo

desejo de estabelecer naqueles seus 4 milhões de metros quadrados o maior “centro internacional de turismo” do país e uma vitrine para o mundo. Um complexo planejado para ter duas mil casas de veraneio, 11 pequenos hotéis, parques, quadras para a prática de diferentes esportes, vila hípica, restaurantes, meios próprios de transportes e serviços de primeira linha. Havia rede própria de água, energia elétrica e fornecimento de alimentos.

O Brasil, à época, estava no centro das atenções por conta da guerra. A Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos buscava maior integração com nações do continente, visando firmar uma união contra a ameaça representada pelos países do Eixo. Para afastar a influência do regime de Hitler sobre o titubeante governo brasileiro, os norte-americanos prometeram investimentos e ampliaram sua influência cultural no país. Jornalistas, cineastas, artistas e agentes de governo de Franklin Roosevelt foram despachados para cá com a missão de promover maior intercâmbio. Na esteira desses eventos, a construção do Quitandinha, com sua promessa de criar algo sem precedentes em terras tropicais, tornou-se roteiro obrigatório para esses visitantes estrangeiros, ganhando projeção internacional e grande visibilidade.

O turismo de massa como conhecemos é um fenômeno socioeconômico recente pela ótica histórica. Surgiu depois da Segunda Guerra, alavancado por diversos fatores. “Seu crescimento se dá pela conquista da paz, melhoria dos meios de comunicações, disponibilidade de tempo livre, mudanças tecnológicas, e outras mais que somente são verificadas a partir desse momento”, atribui o professor mexicano Miguel Ángel Acerenza, membro do Centro Interamericano de Capacitação Turística, ligado à OEA.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> ACERENZA, Miguel A. *Administración del Turismo*. Editorial Trillas, 1984, p. 58.

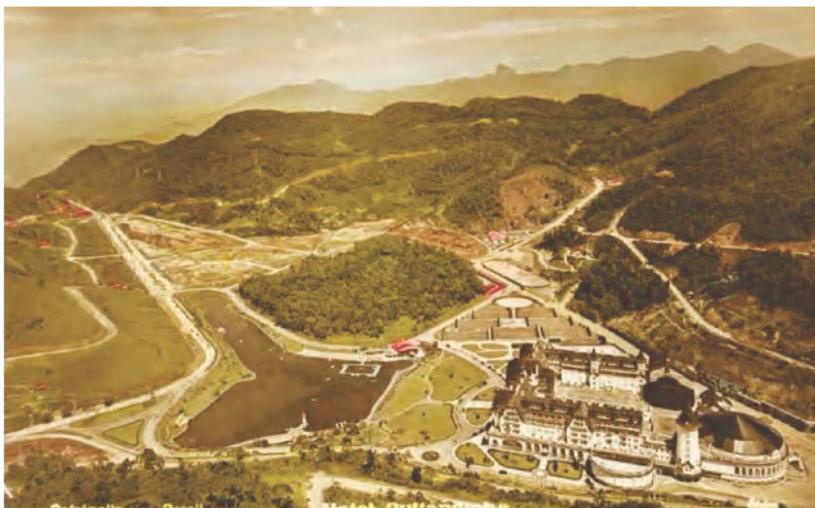


Figura 1: Imagem aérea do Quitandinha e de parte da cidade temática que Joaquim Rolla começou a construir em Petrópolis. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Rolla não era nenhum teórico do assunto, mas tinha instinto. Estava convicto de que o restabelecimento da paz na Europa e a volta da normalidade logo colocariam milhares de pessoas em circulação pelo mundo, de forma a compensar anos de restrições e represamento de demanda. O complexo que se formava por sua empreitada na serra fluminense teria autonomia capaz de atender a 20 mil pessoas simultaneamente. Era, portanto, um produto pensado para o turismo de massa, em execução bem antes de o mundo testemunhar esse fenômeno social e econômico se manifestar como efeito do pós-guerra. Dez anos antes de a atividade turística começar a tomar a dimensão e importância que se observa desde então, o mineiro da Zona da Mata já vislumbrava colocar o Brasil no roteiro de um crescente número de turistas, com a oferta de uma estrutura completa para receber e hospedar milhares de pessoas em seu grande condomínio de lazer.

O empresário tinha genuína admiração pela atividade turística. Ainda moço, vivendo em São Domingos do Prata, gostava da agitação que a chegada de viajantes estrangeiros causava à pacata região. Ele aproveitava o movimento de imigrantes germânicos e italianos de uma colônia criada pelo governo mineiro para vender mais gasosa, uma bebida fermentada feita com casca de abacaxi. Em depoimento a Pedro Maciel Vidigal, o empresário atribuiu a essa lembrança juvenil o estímulo para investir – e insistir – no turismo, algo que, no seu

entendimento, transformava qualquer lugar para melhor.<sup>3</sup> Anos mais tarde, o convívio com diferentes visões de mundo no cosmopolita Cassino da Urca reforçou suas convicções. Sonhava ele:

No fundo, o que eu pretendia era criar no Brasil o turismo em grande escala, o turismo como indústria nacional, ainda incompreendido dos poderes públicos, e só capaz de frutificar no Brasil se aqui pudéssemos construir um hotel de tal envergadura, de tamanha significação social que tivesse uma repercussão internacional no mundo inteiro.<sup>4</sup>

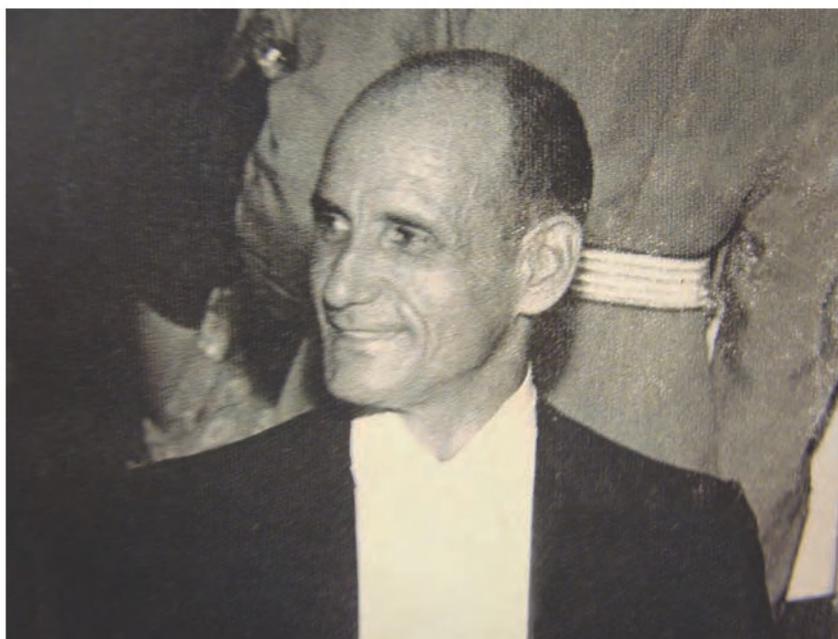


Figura 2: O empresário Joaquim Rolla na década de 1950, após o fracasso da cidade temática no entorno do Quitandinha: plano estratégico para o turismo concebido bem antes do surgimento do turismo de massa. Acervo da família, gentilmente cedido por Valéria Rolla.

---

<sup>3</sup> VIDIGAL, Pedro Maciel. *Os Antepassados – A sua Terra* – Imprensa Oficial, 1979.

<sup>4</sup> Extraído de entrevista de Joaquim Rolla a “O Globo”, 25 de maio de 1946, n° 6149, p. 12.

Dados da Organização Mundial do Turismo mostram o quanto o magnata era visionário em relação ao assunto. Entre 1950 e 2019, o número de turistas em circulação anual pelo mundo saltou de 25 milhões para 1,1 bilhão de pessoas. Só no ano que antecedeu a pandemia de Coronavírus, essa indústria movimentou mais de 1 trilhão de dólares.

Com o palácio da serra fluminense, Rolla atacava o maior gargalo da atividade turística local: a precária oferta de hospedagem. Naqueles tempos, o Rio de Janeiro reunia 120 hotéis, com cerca de 6 mil quartos e acomodações para até 18 mil pessoas. Vinte desses estabelecimentos eram considerados confortáveis ou de luxo<sup>5</sup>. Os 300 apartamentos iniciais do Quitandinha equivaliam a 5% da capacidade total de hospedagem da capital. Uma vez concluído, todo complexo turístico planejado para o bairro de Petrópolis poderia acomodar um contingente maior do que toda a capacidade instalada da rede hoteleira carioca. “No Brasil, ainda hoje, as atrações naturais são muitas, infinitas, mas mínguam hotéis e hospedagens”, lamentava a *Revista do Comércio*, em reportagem sobre o assunto.

A determinação do empresário o distanciava do imobilismo reinante. Criada em 1945, a Confederação Nacional do Comércio passou a dar mais atenção ao potencial do turismo em meados da década seguinte, com a formação de um conselho interno dedicado à atividade. O poder público demorou mais tempo, fundando a Embratur somente em 1966.<sup>6</sup>

Rolla contou com os principais escritórios de engenharia e urbanismo para a formação do loteamento e edificação do hotel projetado pelo arquiteto Luiz Fossati. Também contratou, a peso de ouro, a decoradora Dorothy Draper, principal nome da decoração de interiores dos Estados Unidos. Inspirada pelas cores do país tropical, Dorothy surpreendeu o público ao combinar tons berrantes e estampas florais com a sobriedade dos pisos de granito e mármore preto e branco. A criação de elementos decorativos para o Quitandinha fez tanto sucesso que Dorothy acabou valendo-se do mesmo estilo vibrante para executar outro grande contrato de seu escritório, o Hotel Greenbrier, no estado norte-americano de West Virginia, pouco tempo depois de concluir o serviço no Brasil.

Mesmo apontado como dono de uma das maiores fortunas do Brasil, o magnata precisou recorrer ao mercado financeiro para tocar as obras de seu

---

<sup>5</sup>Dados do Sindicato de Hotéis e Similares publicados na “Revista do Comércio”, fevereiro de 1946, nº 3, p.25.

<sup>6</sup>A Era Vargas criou a Divisão de Turismo em 1939 como um apêndice do DIP, mas, para especialistas, tanto o órgão quanto a legislação subsequente apenas proporcionaram ações isoladas, parciais e desconexas, sem que se pudesse caracterizá-las como política pública.

projeto em Petrópolis. A escassez de diversos insumos e os constantes racionamentos causados pela guerra elevaram os custos da empreitada a patamares exorbitantes. Só a construção do Quitandinha consumiu o equivalente a 10 milhões de dólares em valores da época. Em cifras atuais, considerando a taxa média de inflação anual dos Estados Unidos (3,65%), o desembolso do empresário foi de aproximadamente 170 milhões de dólares (ou 850 milhões de reais se considerarmos o câmbio a R\$ 5,00). Não há registro de investimento privado, dedicado à atividade turística na cidade, em volume equivalente ao que foi gasto com o Quitandinha oito décadas atrás.

Rolla era visionário, mas o tempo provou que lhe faltou a prudência típica dos mineiros ao insistir com a construção da cidade temática. O projeto milionário contava com o apoio direto de Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas. O interventor fluminense defendia o empreendimento como algo necessário a fomentar o turismo no estado e foi fiador político de Rolla ao enquadrar a construção do hotel nos moldes de uma concessão. Era um aval de peso, mas o cenário era adverso também pelo ambiente político. Embora o jogo tenha sido legalizado na Era Vargas, no início da década de 1930, os cassinos operavam sob licença precária, estando sujeitos a determinadas condições impostas pelas autoridades policiais. Em 1940, o Código Penal, aprovado pelo próprio Estado Novo (e ainda vigente!), passou a enquadrar a atividade como contravenção, sendo emendado posteriormente para colocar o funcionamento das roletas como exceção.

Quando o Quitandinha foi inaugurado parcialmente em 1944, o cenário da guerra na Europa mostrava claramente que o conflito se aproximava do fim. O triunfo das tropas aliadas, que teve o apoio do Brasil, era visto como a vitória de forças democráticas sobre regimes totalitários, o que motivou reações da oposição e da opinião pública ao Estado Novo. A ditadura começou a perder força. A censura foi suspensa e logo Getúlio se viu obrigado a marcar eleições. O ruidoso movimento de conservadores contrários à indústria do pano verde tratou de vincular ao governo os malefícios que a jogatina gerava à sociedade. Maior expoente da atividade, pela projeção que havia ganhado nos últimos anos, o Quitandinha foi convertido pelos opositores de Vargas a símbolo do autoritarismo, e Rolla como um dos “sócios” do regime.

Os ataques desferidos por aliados do brigadeiro Eduardo Gomes foram implacáveis. O candidato a presidente pela UDN prometia fechar imediatamente os cassinos tão logo tomasse posse. Temendo o pior, os empresários do ramo fizeram campanha em favor de Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro de Vargas, que até então se posicionava de maneira neutra sobre o assunto. Com a derrota de

Gomes nas eleições de dezembro de 1945, o grande contingente de empregados dos cassinos respirou aliviado. Mas a tranquilidade foi passageira. Precisando de apoio político e de reafirmar sua independência perante o antigo chefe, retirado de poder pouco antes do pleito, Dutra assinou decreto banindo os jogos de azar em abril de 1946.

À época, o hotel-cassino de Joaquim Rolla tinha pouquíssimo tempo de funcionamento pleno, já que as demais dependências e ambientes do Quitandinha só foram concluídos quatro meses antes da proibição do jogo. A cidade-bairro ainda estava em sua fase inicial, com uma parte das ruas abertas e algumas poucas casas de veraneio em construção. Pelos 17 anos seguintes, o empresário fez de tudo para tornar o Quitandinha um negócio financeiramente viável, em iniciativas com algum sucesso efêmero, todas com foco no turismo, mas nada foi capaz de manter todo o conceito original do empreendimento. Restou-lhe vender o palácio em 1963. Joaquim Rolla faleceu em 1972. Desde 2007, o Quitandinha pertence ao Serviço Social do Comércio (SESC-RJ), que recentemente transformou o espaço em um centro cultural.

## **Referências**

Fontes de consulta e acervos

Arquivo Nacional

Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional

Instituto Histórico de Petrópolis

Instituto Moreira Salles

Jornal de Petrópolis

Life Magazine

Pequena Ilustração

Sala da Historiografia Petropolitana - Biblioteca Gabriela Mistral

Time Magazine

Tribuna de Petrópolis

## Bibliografia

ACERENZA, Miguel A. *Administración del Turismo*. Editorial Trillas, 1984.

NEVES, Flávio Menna Barreto. *Apostas encerradas - O breve império do Cassino Quitandinha*. 1. ed. Brasil: Globalmídia Comunicação, 2009.

ROLLA, Joaquim.[Entrevista concedida ao]. O Globo, n.º 6149, p. 12, 25 de maio de 1946.

VIDIGAL, Pedro Maciel. *Os Antepassados – A sua Terra – Imprensa Oficial*, 1979.

## **Meios de transportes e ideais políticos: João Varanda e a Modernização Conservadora na Petrópolis do século XX (1934-1945)**

### ***Means of transport and political ideals: João Varanda and Conservative Modernization in 20th century Petrópolis (1934-1945)***

João Vitor Ribeiro Borde de Castro<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Este trabalho tem como finalidade analisar a transição dos meios de transportes, representada pelo modal ferroviário, particularmente, do bonde para o rodoviário associado ao automobilismo, através da concepção de ideias de civilização e de progresso. A historicidade desses conceitos serve como parâmetro para a demonstração do papel político, econômico e social que esses modais de deslocamento desempenharam ao longo dos regimes políticos, situados entre a Monarquia e a República. Também será analisada a trajetória de João Varanda, como estudo de caso para observar o processo de modernização conservadora na cidade de Petrópolis, por meio de sua empresa de transporte coletivo por ônibus, no regime varguista, criando elementos de segregação socioespacial no espaço urbano.

Palavras-chave: meios de transporte; civilização e progresso; modernização conservadora.

#### **Abstract**

The purpose of this work is to Analyse the transition from the means of transport, represented by the railways in the form of the streetcar, to road transport associated with automobiles, through the conception of ideas of civilization and progress. The historicity of these concepts serves as a parameter to demonstrate the political, economic and social role that these modes of transport have played throughout

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP).

the political regimes, including the monarchy and the republic. In addition, the trajectory of a social agente, named João varanda, will be analyzed as a case study to observe the process of conservative modernization in the city of Petrópolis. Through its bus transportation company under the Vargas regime, it created elements of socio-spatial segregation in the urban space.

Keywords: means of transport; civilization and progress; conservative modernization

## 1. Introdução<sup>2</sup>

Os meios de transporte são elementos de estudo úteis para analisar determinadas dinâmicas sociais. À vista disso, iniciamos o artigo mobilizando os ideais de civilização e progresso, termos que sofreram um processo de mudança semântica ao perpassarem pelos regimes monárquico e republicano.

Estradas de ferro e rodovias acompanharam as transições de formas de governo ao colaborarem de maneiras distintas para o desenvolvimento socioeconômico do país. O trem proporcionou o fomento do modelo agroexportador escravista e foi utilizado como exemplo pedagógico pela Monarquia, a partir da segunda metade do século XIX, para legitimar um progresso técnico em conformidade com o legado imperial por meio da tradição, mas garantindo uma civilização que resguardasse os seus valores no futuro.

Em contrapartida, no desencadear das realizações de empreendimentos financiados pelo mercado internacional do café, iniciou-se o desmembramento semântico da ideia de progresso correlacionada aos preceitos de civilização. Agora, o seu referencial não é mais o passado, mas um futuro de ensejos, através do desenvolvimento material e tecnológico. Essa emancipação entre os significados angariou causa por meio dos engenheiros e da elite cafeicultora paulista, que, posteriormente, consolidaram a derrocada do Império e a constituição da República.

Nessa conjuntura, o automóvel correspondia às expectativas do novo regime. Por estar associado à ideia de movimento cinético, garantia um novo paradigma na relação entre espaço e tempo, consagrando-se, no início dos anos de 1900, como o ápice da vida moderna. A novidade causou engajamento por parte de setores da sociedade civil que reivindicavam, perante o poder

---

<sup>2</sup> Este artigo discute alguns pontos da pesquisa de Mestrado “A modernização sobre rodas: a trajetória de João Varanda e o modelo rodoviarista de desenvolvimento urbano, em Petrópolis, no Governo Vargas (1934-1945)”, desenvolvida sob a orientação do professor Dr. Antônio Edmilson Martins Rodrigues, no PPGH/UERJ.

institucional, a criação de políticas públicas para atender às demandas da indústria automobilística. Entretanto, a efetividade dessas iniciativas foi concretizada a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, em busca de superação da crise da agroexportação do café, desencadeada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929. Logo, o automobilismo, por via da industrialização, tornou-se uma alternativa para atenuar a recessão econômica. Esse processo desencadeou um novo fenômeno nas cidades, uma modernização conservadora, caracterizada pelo movimento de ascensão da burguesia industrial, sem contrariar os interesses dos latifundiários.

Dessa forma, o êxodo rural foi intensificado para contemplar a necessidade de contratação de mão de obra advinda dos campos para os polos industriais urbanos, favorecendo a concentração fundiária da elite agrária. Esse movimento proporcionou um aumento populacional, resultando no crescimento desordenado e segregado no espaço das cidades. O transporte rodoviário, representado pelo ônibus, colaborou para hierarquização desses espaços ante a falta de capilaridade operacional do modal ferroviário para atender às localidades criadas pelo desordenamento ocupacional.

Petrópolis não fugia à regra, foi espaço de disputa e de representatividade política, por então acolher os chefes de Estado dos regimes imperial e republicano em temporadas de veraneio. Em especial, destacou-se o presidente Getúlio Vargas, cujas estadias em Petrópolis coincidiram com grandes transformações urbanísticas na cidade, entre elas, a extinção do transporte por bonde, em 1939, e outras intervenções, como a verticalização de moradias, a expansão territorial e o adensamento populacional.

Por meio da análise de excertos da *Revista Pequena Ilustração*, publicada entre as décadas de 1930 e 1940, disponibilizada na plataforma digital do Museu Imperial (Dami), este artigo apresenta a trajetória de um agente social que colabora para a compreensão da conjuntura em questão: João Varanda, o primeiro a constituir de maneira empresarial uma viação de ônibus em Petrópolis e a estabelecer relações com as classes políticas regional e nacional. Sua trajetória possibilita o estudo das relações entre o aparelho burocrático do governo de Getúlio Vargas e as entidades de classe ligadas aos ramos industrial, automobilístico e turístico, para o cumprimento de suas demandas através de formulações de políticas públicas.

## 1.1 A historicidade dos valores de civilização e progresso nos meios de transporte

Os meios de transportes referenciados pelos modais ferroviário e rodoviário, além de representarem um modelo de desenvolvimento socioeconômico em uma determinada historicidade, também desencadearam papel simbólico e ideológico para a promoção da legitimidade de distintos regimes políticos, em especial, a Monarquia e a República. Mediante a mobilização das ideias de civilização e de progresso, esses conceitos passaram a ser associados às estradas de ferro e ao automobilismo para a promoção de seus valores.

Nesse sentido, ligado ao desenvolvimento da economia agroexportadora, responsável por escoar matérias-primas e transportar a mão de obra de localidades rurais e subúrbios das cidades para as regiões portuárias, o transporte ferroviário foi um fenômeno de exemplificação do movimento modernizador para a promoção do ideário de civilização no Brasil, durante o Segundo Reinado. Segundo André Azevedo (2018, p. 35-36), esse preceito, proveniente das Monarquias europeias do século XVIII, constituiu-se como projeto político para a Monarquia brasileira no século XIX, atenuando as contradições advindas do próprio regime. Entre esses elementos, está o desgaste de instituições como o poder moderador e a escravidão, que não conseguiam mais canalizar as demandas das novas dinâmicas sociais<sup>3</sup> a partir da década de 1870 e desafiavam a capacidade de articulação do Império em garantia de sua sobrevivência por meio da estabilidade institucional.

Para diminuir esses efeitos colaterais, foi elaborada uma estratégia no campo simbólico que objetivava absorver, por intermédio da ideia de ciência e de neutralidade, os diversos interesses dos grupos sociais em uma única causa para evitar a dispersão política (Azevedo, 2018, p. 36). Esse movimento colocaria dois conceitos distintos em posição hierárquica, estando a noção de progresso subordinada à noção de civilização:

---

<sup>3</sup> Entre as convergências que desgastaram o capital político do Segundo Reinado, estão o desapontamento das camadas médias urbanas, pelo não cumprimento de suas demandas que eram colocados em segundo plano pelos interesses rurais e escravistas; a formação de novos grupos de poder, representados pela elite cafeeira paulista, interessada em cooptar o mando da elite do café do Vale do Paraíba fluminense em ostracismo; e a consciência corporativista do exército, após a guerra do Paraguai, reivindicando maior representatividade política (Azevedo, 2016, p. 32).

A coroa percebia que era necessário buscar elementos no que era moderno, no novo. Além de manter a sua legitimação pelo passado, a coroa buscava então se legitimar pelo presente e pelo futuro. A legitimação simbólica da monarquia pela ideia de civilização traz consigo um lastro no passado, em uma historicidade que abona e sustenta o presente. É uma legitimação pela tradição e, com base nisso, um desejo de continuar a ser. A ideia de progresso, de forma distinta, traz em si uma legitimação pelo futuro, um futuro vindouro, um vir a ser, um movimento de melhoria continuada adiante, que justifica as ações do presente (Azevedo, 2018, p. 43).

Dessa forma, a Monarquia apresentava, com as suas limitações, a imagem de conformidade com as últimas tendências do mundo considerado civilizado, representado pelos países do continente europeu. Somado a essa conjuntura, as estradas de ferro tornaram-se referência pedagógica para empreender a síntese das ideias de civilização e de progresso, ao ensejar o moderno, porém sem romper totalmente com os valores do passado. O trem, símbolo de desenvolvimento técnico, era o principal meio de transporte que carregava o elemento central da economia: o café; reafirmando a vocação agroexportadora do país (Azevedo, 2018, p. 43).

Segundo Natal (1990), a consolidação do modal ferroviário como transporte de massa é localizada no contexto de crescimento do mercado internacional cafeeiro. As ferrovias proporcionaram a dinamização da economia do país, dando o primeiro passo para o ingresso no capitalismo mercantil e financeiro, ambos inseridos na conjuntura da geopolítica internacional liderada pela Inglaterra. Essa pujança econômica ocasionou novos empreendimentos de financiamento de capital estrangeiro, que desencadearam a experiência “civilizatória” nas cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro, como as obras de construção de infraestruturas de abastecimento de água, energia elétrica e modernização de portos.

As estradas de ferro e as companhias de bonde são grandes exemplos para a constituição dessa realidade. A formação do quadro acionário dessas empresas era caracterizada por investidores estrangeiros que compravam as ações no mercado financeiro de seus respectivos países e eram representados por brasileiros

na administração local. Como demonstra a participação societária da *Botanical Garden*, concessionária de bonde atuante na zona sul do Rio de Janeiro entre os anos de 1860 e 1910:

Organiza-se desta forma, em Nova York, a Botanical Garden Railroad Company, com o capital social de 500.000, subscrito por 18 acionistas (...) em 1882, a companhia recebe permissão para transferir a sede para o Rio de Janeiro, com o nome de Cia. de Ferro Carril do Jardim Botânico, sendo suas ações lançadas em nome R.C. Shannon, Hern Hayan e C. Finnie Irmãos e Cia., mais Alexandre de Castro, Visconde de Figueiredo, e o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Observa-se que, em troca de mãos, em alguns momentos, a empresa terá participação, entre os acionistas majoritários, de capital estrangeiro (Silva, 1992, p. 25).

Tal conjuntura resultou no primeiro processo de modernização do país; empreendimentos ocasionaram um processo de urbanização, acompanhados do incremento da mão de obra livre e da abolição gradativa do trabalho escravo (Neto, 2008). A partir disso, se inicia o desprendimento semântico da ideia de progresso ligado à civilização. Esse rompimento conceitual pode ser explicado a partir do crescimento de uma determinada categoria profissional, dado o aumento de sua influência e de sua atuação nas intervenções urbanas para repelir as epidemias nos municípios, em especial, na capital do Império, e também a sua participação na extensão das estradas de ferro: os engenheiros, profissionais que começaram a se mobilizar como classe organizada para o atendimento de suas demandas.

O corporativismo consolidou-se mediante a criação das associações de classe, como o *Clube de Engenharia*, fundado em 1880. O objetivo principal dessas entidades era articular os interesses relativos à cooptação de negócios públicos, que até então ficavam sob responsabilidade do mercado internacional. Entretanto, essas organizações apresentaram-se ao Estado sob a narrativa de serem órgãos desinteressados, comprometidos somente em auxiliar o governo para o desenvolvimento material do Brasil (Azevedo, 2018, p. 62-63).

Provenientes de uma cultura burguesa, na qual se valorizava a tecnologia e a modernização urbana, os engenheiros e a elite ascendente da cafeicultura

paulista foram pioneiros na concepção da ideia de progresso como valor fundamental, criando um conceito autônomo, deixando de ser ordenado pela civilização, valor apreendido pela intelectualidade humanista do Império (Azevedo, 2018, p. 67). Nesse processo, o progresso não era mais em defesa da tradição oriunda do passado. Com esse desmembramento, a lógica foi invertida e o progresso passou a ser referenciado pelo que estava por vir, criando a utopia de desenvolvimento material realizada no presente para constituir um tipo ideal de sociedade para o futuro.

No mesmo cenário, inicia-se também, a partir da década de 1880, o processo de declínio do setor ferroviário, ocasionado por algumas limitações desse modal, como a inexistência de um sistema operacional integrado por uma rede nacional viária e a baixa rentabilidade das empresas em sua operação, que resultaram em encampações de concessionárias ao governo (Natal, 1990). Além do mais, a crise financeira iniciada em 1873<sup>4</sup>, culminou na perda de liderança dos britânicos nos investimentos do mercado brasileiro, entrando em seu lugar os Estados Unidos. Este país consolidou-se como a nova potência política e econômica, investindo em novas áreas do segmento de transporte e de comunicação, colaborando ainda mais para o processo de derrocada do transporte feito pelos trens (Balduino; Pontes, 2021, p. 95).

Com o advento da República em 1889, o ideário sintetizado na simbiose entre progresso e desenvolvimento material torna-se paradigma central para a realização dos empreendimentos do novo regime, que buscava a superação do arcaico passado imperial, para construir um novo estado de coisas baseadas nos valores da modernidade. Modernidade esta que seria impulsionada pelo advento da tecnologia, do crescimento econômico e da consagração de instituições de valores liberais e individualistas, opostos à concepção holística advinda da Monarquia (Azevedo, 2018, p. 88-89).

Em paralelo a isso, novas tecnologias e fontes de energia foram constituídas, como a descoberta do petróleo, o desenvolvimento de turbinas e o motor a explosão; é nesse contexto de mudança paradigmática que o automóvel é inserido. Além dessas inovações, o veículo automotivo desencadeou um novo modelo de produção capitalista, baseado na natureza monopolista, a técnica de Frederick Taylor foi aderida por Henry Ford para a produção em massa de baixo custo, proporcionando alto poder de acumulação de capital (Balduino; Pontes, 2021, p. 94).

---

<sup>4</sup> Ver a respeito em: HOBBSAWM, Eric J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

A ascensão do automobilismo também pode ser entendida pela concepção de novas ideias na vida social e política. Segundo Vânia da Silva (2019, p. 15), era consolidado o elemento da modernidade cinética, bastante presente entre as décadas de 1900 e 1940. Ligado à ideia de “indivíduo em movimento”, o movimento cinético, representado pelo automóvel, proporcionou uma virada de chave na concepção de experiência das pessoas em relação à noção de tempo, de distância e de paisagem. Considerado uma “máquina de velocidade” (Larsen, 2010, p. 82 *apud* Silva, 2019, p. 26), o carro permitia a flexibilidade espaço-tempo. Ao contrário das viagens de trem, que eram restritas por horários e caminhos fixos, o veículo automotivo almejava a melhor mobilidade na comunicação entre dois pontos distintos (Lemos, 2009, p. 29 *apud* Silva, 2019, p. 33). Essas qualidades ligadas ao automóvel foram associadas aos ideários da construção de nações modernas, proporcionando o desenvolvimento da engenharia, do turismo, das economias nacionais e da indústria (Moraglio; Singh, 2016, p. 125 *apud* Silva, 2019, p. 31).

## **1.2 O movimento rodoviarista na esteira do progresso material da Primeira República e o regime varguista**

Como destacado anteriormente, o automóvel tornou-se expressão dos ideais do regime republicano para atender à necessidade de emersão de novos valores sociais, que não fossem referenciados pelo passado. Consequentemente, superar a referência do transporte ferroviário como exemplo pedagógico do legado de civilização do Império para o qual este desenvolvimento técnico seria a garantia da preservação da tradição para a temporalidade futura.

Entretanto, mesmo que os caminhos para a consolidação do rodoviarismo no Brasil fossem iniciados a partir da Primeira República, sua ascensão foi em meados da década de 1920. Até então, como destaca Dilma Andrade de Paula (2010, p. 147), as rodovias tinham o papel de complementar e não de concorrer com o sistema de ferroviário, possuindo a finalidade de preencher as lacunas operacionais dos trens. Assim, ambos os modais estabeleceram um elo, suprimindo as necessidades de locomoção a partir de suas especificidades logísticas.

Essa realidade começa a mudar a partir do *lobby* da indústria automobilística estrangeira. Visando grande potencialidade de crescimento no país, essas corporações começaram a patrocinar entidades civis representadas por clubes sociais, que tinham por finalidade promover as demandas do setor automotivo, através de sua maior participação no mercado de transportes no país (Silva, 2019, p. 24). A efetividade dessas associações em concretizar seus objetivos,

segundo Jean-Pierre Rioux (2003), se deu pela persuasão da opinião pública por meio de manifestações na imprensa, congressos, anuários e jornais, influenciando a agenda governamental.

A partir disso, entidades como o *Clube de Engenharia* e o *Automóvel Club*, compostas por engenheiros, economistas e tecnocratas, realizaram uma série de eventos para a efetivação de suas propostas na esfera institucional. Entre os eventos, está o “Congresso Brasileiro de Rodagem”, realizado entre os anos de 1916 e 1939. Esses seminários propunham a maior efetividade do rodoviarismo no planejamento de políticas públicas, viabilizando a construção e a conservação de estradas, além da criação de órgãos reguladores (Costa, 2013, p. 4). Além do mais, segundo Limomcic (1997), o convencimento da opinião pública por recurso de periódicos e revistas especializadas se deu pelo discurso atrelado ao estilo de vida estadunidense, denominado de *American Way of Life*, bastante legitimado pela indústria cultural.

Os resultados iniciais das mobilizações foram os empreendimentos do governo paulista de Washington Luís (1920-1924), na construção de estradas de rodagem, partindo da capital para as regiões limítrofes do estado. Somado a isso, o apoio da elite cafeeira paulista foi elementar para a concretização da empreitada rodoviarista. O automóvel era um elemento de distinção social em benefício da classe latifundiária, que utilizava este veículo em momentos de lazer ou para se locomover até as fazendas, que estavam fora da rota das ferrovias. Por meio dessas iniciativas, o então governador angariou capital político que o levou à presidência da República em 1926, e pôde expandir a construção de rodovias, entre as quais a Rio-Petrópolis, inaugurada em 1928 (Silva, 2019, p. 37). Nesse desencadeamento, o colapso generalizado do ferroviarismo é consagrado a partir da crise de 1929, que proporcionou a desvalorização do preço do café e a diminuição das exportações, culminando na degeneração econômica do Brasil.

Em 1930, Getúlio Vargas firma-se no poder, consolidando uma nova perspectiva de organização social, econômica e política para o regime republicano. Isso posto, novas propostas para o desenvolvimento econômico começaram a ser debatidas, objetivando a superação da recessão colocada à tona e a modernização do capitalismo brasileiro. Em resposta a essa situação, segundo Leopoldi (2007), é iniciado o processo de diversificação da economia brasileira, protagonizado pelo avanço da industrialização com a criação das indústrias de base. O objetivo era estruturar uma cadeia produtiva em substituição às importações, priorizando o mercado interno. É nesse contexto que a indústria automobilística se torna uma das colaboradoras para a materialização dos objetivos do regime varguista.

Além de enquadrar-se nas novas perspectivas econômicas, através da produção de bens de consumo para o mercado nacional, o rodoviarismo foi um elemento catalisador do projeto de integração nacional por intermédio das rodovias, que representaram uma solução mais flexível para a concretização do ideário de centralização política e econômica em relação às ferrovias, que requeriam altos investimentos para a construção de suas infraestruturas. Nesse movimento, foram criadas diversas autarquias para o atendimento das demandas do setor automobilístico, entre as quais, o Ministério de Viação e Obras e o Departamento de Estradas e Rodagem (DNER) (Brasileiro; Henry, 1999). Assim, o modelo rodoviário encontrou um caminho pavimentado para sua hegemonia, através da deliberação por parte do governo para a criação de linhas de transportes para as viagens de ônibus.

## **2. Modernização Conservadora e os impactos do transporte rodoviário no território das cidades**

Com a derrocada da Primeira República (1889-1930), a Era Vargas inaugura-se com a perspectiva de superar, em parte, o estado de coisas proporcionado pelo regime oligárquico e o seu modelo econômico de agroexportação, colocado em xeque após a recessão mundial de 1929. A partir disso, o setor industrial foi privilegiado para ser o elemento de dinamização das relações capitalistas no Brasil, exigindo maior complexidade nas relações sociais do espaço urbano.

O desafio, segundo Maria Helena Capelato (2007), demandou do governo uma natureza centralizadora e intervencionista para equacionar as contradições sociais impostas pelas tribulações da Bolsa de Nova York, que não foram solucionadas pelo modelo liberal de democracia. Assim, o poder autoritário ganhou forma para promover e regular as políticas públicas na área econômica e social, para suprir as “deficiências da iniciativa individual” e as demandas da “frágil burguesia brasileira”.

O autoritarismo do regime varguista também se contextualizou, segundo Diniz (1997), para conciliar os distintos interesses da elite, que não conseguia criar uma síntese de projeto político para gerir a máquina pública. Foi nesse sentido que o fenômeno da modernização conservadora se concretizou. Na literatura, a teoria fundamentada por Barrington Moore Jr. (2010) sintetiza que a consolidação do capitalismo industrial foi desencadeada pelo não rompimento com a ordem política vigente, personificada pela classe dos latifundiários. Nesse aspecto, nota-se que a indústria automobilística, representada pela burguesia

ascendente, não possuía respaldo suficiente para superar o estado de coisas. E, aliando-se aos latifundiários, acabou reproduzindo elementos arcaicos de estruturas sociais dominadas pela concentração, pelo autoritarismo e pelo reacionarismo.

Tal perspectiva pode ser aplicada às políticas do governo varguista, que, diante do movimento de regulação do mundo do trabalho urbano industrial, foi acompanhado pela migração de trabalhadores do campo para as cidades (Coelho; Silva; Herdeiro, 2021). Segundo Martins (*apud* Limonicic, 1997, p. 25), a política de mão de obra para o complexo automotivo foi resultante do fenômeno do êxodo rural, permitindo a eliminação de pressões e reivindicações de reforma sobre os setores tradicionais agrários, garantindo a manutenção de seu poder por meio da concentração fundiária. Essa realidade demandou um novo paradigma em relação à questão administrativa na máquina pública para enfrentar os novos desafios colocados no cotidiano das cidades. Como mostra Sarah Feldman (2012, p. 23), desenrolou-se uma série de iniciativas que proporcionaram um conjunto de reformas administrativas nos municípios, como a criação dos Departamentos de Municipalidades e Conselhos Técnicos.

Outro objetivo desempenhado por essas instituições era o cumprimento das demandas dos setores ascendentes das sociedades civil e empresarial, como a indústria e o turismo, representados pelas entidades de classe, como *Rotary Club* e *Touring Club Brasil*, que participavam nas reuniões dos conselhos desses órgãos. Esses encontros proporcionaram o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao planejamento territorial, programas de povoamento, transporte, comunicação e criação de planos diretores (Feldman, 2012, p. 34). Esse contexto provocou a ascensão do campo do urbanismo, que estava em crescimento desde a década de 1920, por meio de planos de extensão e de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro por Alfred Agache. A partir disso, surgiram debates em conferências e simpósios, propondo a urgência do reconhecimento do urbanista como profissional atuante na institucionalidade, para enfrentar os problemas presentes nas cidades (Rezende, 2012, p. 75). Consequentemente, o urbanismo foi institucionalizado como saber técnico, transformando-se em categoria profissional e disciplina acadêmica em 1934.

Os urbanistas tornaram-se elementos centrais para compor a burocracia dos governos municipais, estaduais e federal em seus respectivos departamentos, e na elaboração de projetos de infraestrutura e serviços públicos mais eficientes, em decorrência do crescente desenvolvimento urbano (Fernandes, 2012, p. 53). Entretanto, as iniciativas desses grupos eram tomadas de maneira isolada e descontínua, não priorizando as novas pertinências que tornaram a vida nas

idades mais complexa. Seus esforços ficaram concentrados no planejamento de obras viárias para a melhor circulação de veículos entre bairros e em direção às regiões centrais, através de abertura de avenidas e alargamento de ruas (Feldman, 2012, p. 38).

A situação provocou um planejamento urbano seletivo, marcado pela desigualdade entre as regiões periféricas e centrais; estas foram privilegiadas com serviços públicos e estruturas urbanas integradas, onde o serviço de bonde era prestado. Enquanto os subúrbios sofriam com o crescente aumento de demanda populacional, carente de planejamento estruturado e organizado, consolidando-se como um espaço urbano desassistido pelo poder público. Foi suprimindo essa deficiência que o transporte rodoviário feito por ônibus se consolidou.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, nos anos de 1940, houve o crescimento do transporte coletivo sobre rodas, representado pela lotação e pelo auto-ônibus. Esses veículos concorriam com o bonde ao longo do seu trajeto para angariar passageiros, sendo atraentes pela flexibilidade em suas rotas, chegando a localidades de difícil acesso, que não eram atendidas pelo modelo concorrente, e suprimindo as demandas impostas pelas limitações operacionais do modelo ferroviário (Orrico; Santos, 1999, p. 414).

A implementação das linhas de ônibus colaborou com o processo de intensificação das relações assimétricas entre os espaços sociais na territorialidade, definindo as condições de acessibilidade e a distribuição dos equipamentos urbanos. Movimento que seria potencializado pela especulação imobiliária. A partir de sua popularização, o ônibus tornou-se ferramenta de pressão por parte do poder político contra as empresas de bonde, sob o discurso de modernização do espaço urbano, alegando que esses veículos atrapalhavam o fluxo viário da crescente frota automotiva, além do progresso tecnológico.

## **2.1 Petrópolis: o protagonismo político e as intervenções urbanas no período Vargas**

Semelhantemente aos demais municípios brasileiros, os meios de transporte em Petrópolis sofreram um grande impacto em meados da década de 1930, quando passaram pela transição do modelo ferroviário para o rodoviário. Esse processo está atrelado à influência e à representatividade política local: um lugar de veraneio para as elites dos regimes imperial e republicano.

Antes de mais nada, é preciso compreender por uma perspectiva macrossocial os desdobramentos institucionais que resultaram nessas iniciativas

sobre o espaço urbano do município. Segundo Marlice Azevedo (2012, p. 180), a economia cafeeira do estado do Rio de Janeiro sofreu uma grande crise com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, colocando-a em posição de decadência. Somando-se a isso, a instabilidade no quadro político fluminense, protagonizada pela insurreição de 1930<sup>5</sup>, contribuiu ainda mais para a derrocada econômica da unidade federativa. Os ânimos só se acalmaram a partir de 1937, com a nomeação de Ernani do Amaral Peixoto como interventor. Já instituído no cargo, o governador viu a necessidade da redefinição da atividade econômica do estado.

Para viabilizar a recuperação econômica e aumentar a arrecadação fiscal, as cidades fluminenses foram divididas em duas áreas de atuação: protagonizadas pela atividade industrial, direcionada para as regiões do Vale do Paraíba e Sul Fluminense; para as outras localidades, como as regiões Serrana, dos Lagos e Norte, foi incentivada a atividade turística. Em 1940, cria-se então um plano de urbanização para os municípios, objetivando desenvolver uma rede de infraestrutura que proporcionasse a viabilidade desses empreendimentos (Azevedo, 2012, p. 182-184).

Nesse cenário, foi inevitável o processo de intervenção urbanística em Petrópolis, que se somou ao seu grande capital simbólico, por acolher as elites política e cultural em temporadas de veraneio pela proximidade com a então capital da República, a cidade do Rio de Janeiro. Como destaca Daibert (2016, p. 97), a localidade atendia em duplo movimento os interesses do contexto político e econômico da época: primeiro, associava a figura de Getúlio Vargas, que frequentava assiduamente a região, à imagem do regime monárquico, como ferramenta ideológica para o seu governo; segundo, o município era vitrine para o desenvolvimento do turismo como atividade empresarial. Entidades como *Touring Club Brasil* e o *Sindicato da Iniciativa do Turismo de Petrópolis* reivindicavam para as autoridades a inclusão da pauta do turismo na agenda governamental, através do desenvolvimento do rodoviarismo, do automobilismo e do urbanismo para promover esta nova modalidade econômica. Petrópolis foi alvo de uma série de iniciativas, como a criação do Museu Imperial e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, os tombamentos de edificações e a expansão

---

<sup>5</sup> No período entre 1930 e 1937, o estado do Rio de Janeiro passou por seis interventores, cujas destituições foram pelos mais diversos motivos. Esse cenário mudaria com Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945). Sua então proximidade com o presidente da República, por meio de laços familiares e institucionais, trouxe grandes benefícios para o estado fluminense. Ver mais a respeito em: AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. "O espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo". In: REZENDE, Vera F. (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Intertexto/ EDUFF, 2012, p. 180.

horizontal da cidade, que contribuíram para a especulação imobiliária e a periferização (Daibert, p. 95).

A implementação do transporte por bonde na cidade havia sido emblemática. Segundo Waldemar Correa Stiel (1984), as primeiras tentativas para sua consolidação ocorreram no final do século XIX, porém foram frustradas por diversos motivos, como o indeferimento por parte da Câmara Municipal e a expiração do prazo de implementação. A sua operação foi concretizada somente em 1912, com a fundação da *Companhia Brasileira de Energia Elétrica* (CBEE); seu sistema operacional era composto por oito veículos, atuando em quinze quilômetros de extensão, entre as regiões do Alto da Serra, Cascatinha e Centro. Inevitavelmente, seguindo a lógica nacional, o processo de extinção das linhas de bonde não tardaria a ser iniciado pelo poder municipal.

Os primeiros indícios da crise desse modal foram constatados em 1919, quando houve tentativas de expansão da sua rede de atuação para as regiões de Corrêas e Roseiral, fazendo uso de licitação e contemplação de incentivos fiscais. Porém, não foi dado o prosseguimento, por falta de interessados, sendo adotado o transporte por ônibus (Stiel, 1984). A partir da década de 1930, o processo de extinção da rede do bonde foi iniciado. Àquela altura, a demanda de passageiros decaía drasticamente pela alta concorrência das lotações e autolotações, fazendo com que a



Figura 1: Registro da última viagem do bonde em Petrópolis. Passageiros colaram cartazes de despedida no bonde da linha Alto da Serra, o último a trafegar. Petrópolis, 1939.

Coleção *Agência A Noite*. Museu Imperial/Ibram/MinC.

concessionária ficasse impossibilitada de continuar os seus serviços. Em julho de 1939, o interventor do estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, deliberou a favor do poder municipal, no governo do prefeito Magalhães Bastos, o rescindimento do contrato com a companhia. No dia 15 de julho, era feita a última viagem de bonde em Petrópolis, partindo da região do Alto da Serra (Stiel, 1984).

Em uma declaração ao jornal *A Noite*, o prefeito Carlos Magalhães Bastos justificava a supressão do serviço, sob a seguinte argumentação:

Se o bonde é um meio de transporte praticamente condenado a desaparecer nos dias atuais, em Petrópolis ele jamais conseguiu satisfazer as necessidades. Nos áureos tempos em que o bonde criava bairros no distrito federal, levando por desertas linhas novas, a rápida valorização de terrenos com a conseqüente edificação urbana, como aconteceu por exemplo em Copacabana, em nossa cidade, ele permaneceu apenas em quatro linhas de zonas mais povoadas, e nem sequer procurou atingir, os bairros já existentes no perímetro urbano, que há muito tempo já, estão servidos por ônibus. [...] Se o XX não atendia as necessidades do progresso local, e sua existência ainda prejudicava o calçamento, trânsito e a arborização, o seu desaparecimento não podia ser lamentado (*A Noite*, 20 jun. 1939, p. 7 *apud* Daibert, 2016, p. 133).<sup>6</sup>

Na concepção de Bastos, o bonde não corresponderia mais ao ideal de progresso e aos interesses da especulação imobiliária e das classes mais altas. Para atender às demandas de mobilidade das populações mais desfavorecidas, moradores de regiões mais afastadas do centro, o chefe do Executivo municipal deixava a entender que o público usuário preferia o serviço de ônibus para realizar seus deslocamentos. Perante esse quadro, dominado pelas disputas entre diferentes agentes sociais e econômicos pelo espaço urbano do município e pelo seu intrincamento com o Estado, sobressairia uma figura com grandes potencialidades como objeto de estudo, cuja trajetória serve como um microcosmo, por se tratar de um dos principais elementos envolvidos para a consolidação desse cenário: João Varanda.

---

<sup>6</sup>“Petrópolis vai suprimir os bondes: como o prefeito daquela cidade justifica a rescisão do contrato”. *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, 20 jun. 1939, p. 7 *apud* Daibert, 2016, p.133.

### 3. João Varanda e a rodoviária Sul-Petrópolis: sociabilidade e representações - um estudo de caso sobre a modernização conservadora em Petrópolis

Um excerto da revista *Pequena Ilustração*<sup>7</sup>, periódico que circulou em Petrópolis, nas décadas de 1930 e 1940, exaltava um determinado empresário, após a sua aderência à “Campanha da Borracha”, promovida pelo Estado Novo. Este fragmento, publicado no dia 4 de julho de 1943<sup>8</sup>, enunciava os seguintes dizeres:

Firma-se assim o sr. J Varanda na Vanguarda dos homens que cooperam eficazmente para a completa vitória das forças aliadas. Com sinceridade podemos dizer que ainda não houve um só empreendimento, uma iniciativa, que nos meios sociais e políticos e esportivos, que não contasse logo com o apoio desinteressado de João Varanda (*Pequena Ilustração*, 4 jul. 1943, p. 2 ).

A partir disso, podemos inferir que a trajetória de João Varanda (1913-1968), o primeiro, após a extinção das linhas de bonde, a instalar uma empresa de ônibus na cidade, em 1939, serve como objeto para a compreensão do processo de modernização conservadora no espaço urbano do município. Segundo Alessandra Fraguas (2018), nascido em Bicas (MG), em 1913, João Varanda chegou a Petrópolis em 1934, em meio a grande efervescência local. No âmbito econômico, a cidade se sobressaía na indústria têxtil e, no campo político, além de abrigar o chefe do Poder Executivo federal em suas temporadas de verão, Petrópolis também era palco de conflitos entre integralistas, de vertente fascista, e de aliancistas, próximos à corrente comunista.

Em 1939, Varanda adquiriu a Rodoviária Sul-Petrópolis Ltda. Segundo Oazinguito Ferreira (s.d.), na ocasião, a empresa de transporte possuía seis linhas

---

<sup>7</sup> *Pequena Ilustração* foi um jornal que circulou semanalmente, aos domingos, cobrindo os acontecimentos sobre a vida social, política e econômica de Petrópolis. Possuía uma linha editorial favorável ao regime varguista, cobrindo em boa parte de suas páginas a estadia do governante na cidade. O periódico encontra-se na plataforma digital do Museu Imperial (Dami). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museum.gov.br>.

<sup>8</sup> “Campanha da borracha e a firma J. Varanda”. *Pequena Ilustração*, 4 jul. 1943, p. 2. Museu Imperial/Ibram/MinC. Disponível em: <http://dami.museuimperial.museum.gov.br>. Acesso em: 6 out. 2022.

de ônibus que substituíram o trajeto realizado pelo bonde, expandindo sua área de atuação, posteriormente, em decorrência do aumento populacional, provocado pela industrialização e o movimento veranista, incrementado com as obras e a inauguração do Hotel-Cassino Quitandinha.

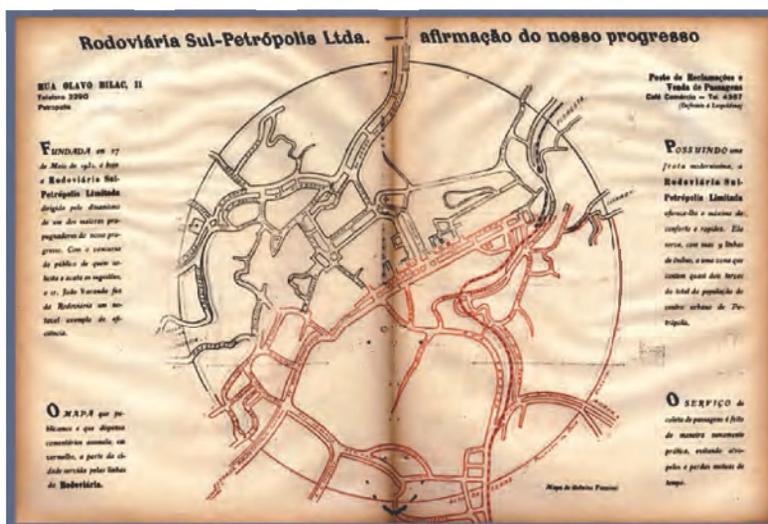


Figura 2: Mapa das áreas de Petrópolis atendidas pela Rodoviária Sul-Petrópolis Ltda, empresa de João Varanda, cuja sede ficava na rua Olavo Bilac. Em vermelho, destacam-se as regiões cobertas pelas 9 linhas de ônibus da empresa, que atendiam a dois terços da população petropolitana. Petrópolis, 1942. Coleção Pequena Ilustração. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Com o crescimento da companhia de Varanda, Ferreira (s.d.) afirma que a solução para resolver a questão operacional de sua frota ante o incremento da demanda pelo serviço prestado pelos ônibus, foi a criação de uma fábrica de carrocerias de ônibus, denominada *Jova*, que fornecia os veículos para sua própria viação e também comercializava para outras empresas de ônibus da capital e de todo Rio de Janeiro. A partir disso, o empreendimento rendeu ao empresário a inserção em uma rede de sociabilidades políticas e vínculos com a sociedade petropolitana, por meio de sua associação a entidades do empresariado, como o *Rotary Club* e o *Lions Club*. Os seus negócios relacionados ao automobilismo iam ao encontro da propagação dos valores do projeto político do Estado Novo, baseados na modernização da vida econômica e social do país.



Figura 3: A *J. Varanda Auto Petropolitano*, na rua Marechal Deodoro. Na fachada, lê-se: “A Petrópolis, homenagem de J. Varanda”, por ocasião das comemorações do centenário de Petrópolis.<sup>9</sup> Petrópolis, c. 1943. Acervo particular.

Outro fragmento da *Pequena Ilustração*<sup>10</sup>, mostra bem a ideia de que Varanda seria o promovedor do progresso material petropolitano, valor caro para regime estado-novista:

O sr. João Varanda é um dos elementos dynamicos do progresso petropolitano. A rodoviária Sul- Petrópolis Ltda. Empresa de transporte urbanos que possuem maior número de carro e serve a maior número de zonas (...) Este espírito rotariano de incentivo, progresso e solidariedade caracteriza bem a sua iniciativa em prol de Petrópolis. Elle é bem um nome que se enquadra neste programa construtor do Estado Novo, quem elle dedica neste número, que também publica os cartazes que ornem os seus “omnibus”, uma homenagem cordeal de cidadão que trabalha e realiza à obra benemérita de Getúlio Vargas. (*Pequena Ilustração*, 10 nov. 1940, p. 9)

---

<sup>9</sup> Na fotografia acima, destaca-se um *banner*, cuja imagem ilustra a figura de D. Pedro II, de Getúlio Vargas e de uma fábrica, sintetizando o ideário político do Estado Novo apresentado ao longo deste texto.

<sup>10</sup> “João Varanda”. *Pequena Ilustração*, 10 nov. 1940, p. 9. Museu Imperial/Ibram/MinC. Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br>. Acesso em: 6 set. 2023.

O envolvimento associativo com entidades das classes produtoras, que propagavam os ideais do governo, pode ser considerado uma estratégia, que lhe possibilitou se assegurar no campo político. Todo esse engajamento proporcionou a Varanda o entrosamento com a classe política local e nacional, e a expansão de seus negócios. Rendeu-lhe, mais tarde, a propriedade de um jornal, de um cinema, de postos de combustíveis e de lojas comerciais, além da atuação na vida social da cidade, com a sua participação em entidades beneficentes, culturais e desportivas (Fraguas, 2018). Tal constatação pode ser exemplificada em uma ação beneficente de Natal para os enfermos internados em hospitais da cidade, patrocinada por empresários, como destacou a *Pequena Ilustração*, em 1 de janeiro de 1944<sup>11</sup>:

No dia de Natal, papai Noel fez uma visita aos enfermos pobres internados no Hospital Santa Teresa e Antônio Pontes. [...] O gesto nobre em que teve a colaboração do 1° B.C., do dr. Marcio Alves, Fábrica Werner, Standard Brands of Brasil, Tribuna de Petrópolis, Casas Lopes, Banco Fluminense da produção e srs. Carlos Magalhaes Bastos, **João Varanda**, Paulo Gouvêa, major Alberto Costa, Alcides do Valle, Vasco Lima de Menezes, Agnelo Loureiro e outras pessoas (*Pequena Ilustração*, 1 jan. 1944, p. 3) (grifo nosso).

Outra reportagem da *Pequena Ilustração*<sup>12</sup> ressaltava a figura de Varanda, quando a Rodoviária Sul-Petrópolis inaugurou uma linha para o Vale do Cuiabá, com a presença do Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho:

E que domingo último inaugurou um serviço de ônibus para o Cuiabá, localidade do 3 distrito com o sentido de prestar auxílio à pequena lavoura. [...] Cuiabá é um dos pontos mais saudáveis de Petrópolis e propício a tonificação dos nervos, notando-se já várias estancias modelo entre as quais figura a do ministro da aeronáutica, o sr. Salgado Filho, grande criador, que com a sua exma. Esposa

---

<sup>11</sup> “Memorandum da Cidade”. *Pequena Ilustração*, 1 jan. 1941, p. 3. Museu Imperial/Ibram/MinC. Disponível em: <http://dami.museuimperial.museum.gov.br>. Acesso em: 6 set. 2023.

<sup>12</sup> “Resolvendo o problema vital de transportes: a “Rodoviária Sul-Petrópolis” iniciou a linha de ônibus misto à Cuiabá”. *Pequena Ilustração*, 22 nov. 1942, p. 8. Museu Imperial/Ibram/MinC. Disponível em: <http://dami.museuimperial.museum.gov.br>. Acesso em: 6 dez. 2023.

associou-se ao regozijo dos humildes habitantes da região agora com acesso mais rápido ao centro urbano graças a feliz iniciativa do Sr. João Varanda, que uma vez mais demonstra compreender que ser útil ao país, na hora presente, é, sobretudo, concorrer, como vem fazendo, para o desenvolvimento crescente e a circulação de nossas riquezas, orientando-se pela política de transportes, fundamental no sistema econômico do Estado Nacional (*Pequena Ilustração*, 22 nov. 1942, p. 8).



Figura 4: Extrato do jornal *Pequena Ilustração*.  
Museu Imperial/Ibram/MinC.

Dessa forma, a relação intrínseca de Varanda com alguns agentes do aparelho estatal, como o próprio presidente Getúlio Vargas, serve como exemplo para contextualizar a dinâmica entre o Estado e o empresariado para a formulação de políticas públicas, em favorecimento de determinados setores econômicos. Como destaca Eulália Lobo (1997), o governo, por meio do poder regulador, era o principal órgão promotor do aparelhamento de corporações privadas para buscar a industrialização do país. Nesse sentido, compreende-se o atendimento de anseios do setor automobilístico, que ocasionou a transição do modal ferroviário para o rodoviário de modo geral, e do bonde para o ônibus, no caso de Petrópolis, consagrando o rodoviarismo como o modelo hegemônico de transporte de massa.

#### 4. Considerações Finais

Podemos considerar que as noções de civilização, progresso e modernização conservadora conseguiriam expressar as expectativas que cada período histórico – Monarquia e República – depositou para as modalidades de deslocamento. Nesse sentido, o transporte ferroviário embasou as prerrogativas da concepção de civilização empregada pelo Segundo Reinado, sobretudo a partir da década de 1870. Esse ideário baseava-se no desenvolvimento técnico e material para a legitimação dos valores da tradição e sua projeção de permanência no futuro. Tal entendimento priorizava as concepções holística e humanista da sociedade, nas quais o desenvolvimento material estaria comprometido para o aperfeiçoamento moral e de virtudes de uma determinada sociedade, um elemento de legitimação do capital político e simbólico para a sobrevivência do regime imperial perante as ameaças de instabilidade política provocadas pelas novas demandas da sociedade brasileira.

Logo, as instituições monárquicas não conseguiam mais dar conta por completo da resolução de suas contradições. A partir disso, o anseio pelo moderno, através de aspectos da técnica e da ciência, buscava a neutralidade ideológica para absorver os diversos interesses sociais em uma única causa. Assim, a concepção de progresso era submetida aos valores de civilização.

O desprendimento semântico de progresso se deu pela emergência da consolidação das relações capitalistas no Brasil, sendo os engenheiros e a elite cafeicultora paulista os primeiros a reivindicarem a urgência dos valores burgueses relativos ao desenvolvimento material, tecnológico e econômico como um movimento a ser seguido em direção à temporalidade futura, sem a referencialidade do passado e da tradição, considerados atrasados.

Este entendimento foi reiterado pelo regime republicano, que se consolidou em 1889. Assim, o automóvel foi alvo de entusiasmo por ser o propagador de velocidade e mobilidade, um símbolo emblemático da modernidade, lançando um novo paradigma na vida social e econômica, com a constituição de relações capitalistas baseadas na produção em série e no consumo de bens duráveis. Consequentemente, a sua priorização foi proporcionada por congressos e associações de classe que angariaram a pauta do rodoviarismo para a consolidação de suas demandas na esfera governamental, tendo respaldo de maneira incipiente na Primeira República e na consagração no governo varguista.

No Brasil, o rodoviarismo representou um processo de modernização conservadora, tanto no aspecto socioeconômico, quanto na questão da divisão territorial e espacial nas cidades. Dessa forma, o transporte rodoviário realizado

pelo ônibus colaborou com o processo de urbanização dos municípios brasileiros, a partir da segunda metade do século XX. Porém, esse desencadeamento foi marcado por um planejamento urbano seletivo, desordenado e excludente, que definiu uma hierarquia dos territórios compreendidos entre as regiões centrais e periferias, na maioria das vezes, orientado pela especulação imobiliária, resultando na prática da mercantilização do solo. O processo colaborou com a distribuição desigual dos equipamentos públicos e a precarização da infraestrutura, afetando a acessibilidade da população e a constituição da segregação socioespacial. Essa relação de coisas ajuda a explicar a decadência do bonde em diversas cidades brasileiras, onde o seu sistema operacional não cumpria mais as demandas ideológicas de segregação do território, levando as lotações a desempenhar a função de remanejar as populações marginalizadas, que não possuíam condições financeiras e materiais para se estabelecerem em regiões privilegiadas, para localidades mais longínquas. Portanto, acabaram se assentando em periferias, constituindo na territorialidade espaços sociais que manifestam as relações assimétricas de poder.

O estudo da trajetória de João Varanda possibilita detectar as práticas e as estratégias da elite empresarial nas décadas de 1930 e 1940, a partir do microcosmo das relações interpessoais desenvolvidas por ele. A pesquisa em andamento desencadeia a possibilidade de estudos contextualistas, usando a biografia de um indivíduo para demonstrar uma conjuntura macrossocial. No caso, evidencia-se o seu empreendimento atrelado à dinâmica corporativista do Estado Novo, que enfatizava a necessidade de modernizar a vida social e econômica do país, através dos meios de transporte. A empresa de ônibus de Varanda refletiu os pilares da modernização conservadora e possibilitou o acúmulo de capital sociopolítico, assim como o crescimento de seus negócios.

## **Referências**

### **Fontes**

COLEÇÃO REVISTA PEQUENA ILUSTRAÇÃO – Museu Imperial/Ibram/MinC.  
Disponível em: <http://d ami.museuimperial.museus.gov.br>

### **Bibliografia**

AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro*: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Mauad Editora Ltda, 2018.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. “O espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo”. In: REZENDE, Vera F. (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Intertexto/ EDUFF, 2012. p. 177-197.

ARIAS NETO, José Miguel. “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 191- 229.

BALDOINO, Luciana Maria Santiago; PONTES, Kátia Vinhático. “A Implantação e Consolidação do Modal Rodoviário no Brasil”. *Revista Historiador*, n. 14, p. 93-105, 2021.

BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Ettiene. *Viação ilimitada: ônibus das cidades brasileiras*. São Paulo: Cultura editores associados, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. “O estado novo: O que tem de novo?” In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano*. v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 109 -143.

COELHO, Sillas de Castro Ferreira; SILVA, Evandro Ramos da; HERDEIRO, Renato Menezes Casagrande. “Modernização Conservadora e racismo no Brasil”. *Revista Fim do Mundo*, n. 4, p. 110-132, 2021.

COSTA, Renato da Gama-Rosa *et al.* “Do discurso ao plano: o automóvel na cidade do Rio de Janeiro (1900-1946)”. *Revista Tessituras*, n. 5, p. 1-17, 2013.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. *Planejamento Urbano e Turismo no Estado Novo (1937-1945): reflexões a partir da cidade de Petrópolis, RJ*. 2016, 253 f. Tese (doutorado). Programa de Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

FELDMAN, Sarah. “As Comissões de Planos da Cidade na Era Vargas”. In: REZENDE, Vera F. (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Intertexto/ EDUFF, 2012. p. 21-44.

FERNANDES, Ana. “Urbanismo como Política (1930 – 1945): formulações e experiências”. In: REZENDE, Vera F. (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Intertexto/ EDUFF, 2012. p. 45-71.

FRAGUAS, Alessandra. “Trajetória de João Varanda: empreendedorismo e trabalhismo na Petrópolis republicana (1930-1960)”. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, 22 de agosto de 2018. IHP em Cena. Disponível em: <http://ihp.org.br>. Acesso em: 30 set. 2022.

LIMONCIC, Flávio. *A civilização do automóvel: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista (1956-1961)*. 1997. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

NATAL, Jorgel Luiz Alves. *Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectiva*. 1991. 356 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ORRICO, Rômulo; SANTOS, Enílson. “Hegemonia privada: da capital do bonde ao ônibus no Rio de Janeiro”. In: BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Ettiene. *Viação ilimitada: ônibus das cidades brasileiras*. São Paulo: Cultura editores associados, 1999. p. 401-431.

PAULA, Dilma Andrade de Paula de. “Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil.” In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156, 2010.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Edições 70, 2010.

LEOLPOLDI. Antonieta P. “A economia política do primeiro governo Vargas (1930 – 1945): A política econômica em tempos de turbulência”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano*. v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 243- 283.

LOBO, Eulália L. “História Empresarial”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 217- 239, 1997.

REZENDE, Vera F. “A Era Vargas, o planejamento de cidades e a circulação de ideias: um olhar a partir do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro”. In: REZENDE, Vera F. (org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Intertexto/ EDUFF, 2012. p. 71-119.

RIOUX, Jean-Pierre. “A associação em política”. In: REMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 99-140.

SILVA, Maria Lais Pereira da. *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Vania da. *Mobilidades e viagens imaginativas: o papel da Associação de Estradas de Rodagem para o turismo em São Paulo (1919-1930)*. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Turismo) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. “Em tempos de Rodoviária”. Petrópolis, s.d. Disponível em: <http://ihp.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2022.

STIEL, Waldemar Correa. *História do Transporte Urbano no Brasil*. Ed. Única. Brasília EBTU Empresa Brasileira de Transportes; Editora Pini, 1984.

## Fascismo, nazismo e integralismo em Petrópolis nos anos de 1930 e 1940: articulações e conflitos

### *Fascism, nazism and integralism in Petrópolis in the 1930s and 1940s: articulations and conflicts*

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira<sup>1</sup>

#### Resumo

Este artigo analisa a dinâmica político-social de manifestações de caráter fascista em Petrópolis entre os anos 1930 e 1940: os núcleos locais do Partido Republicano Fascista, da Itália, do Partido Nacional-Socialista Alemão (NSDAP) e da Ação Integralista Brasileira (AIB). O objetivo da análise é compreender a origem dessas organizações, a forma como atuaram e se inseriram na sociedade petropolitana no período, e como se relacionaram umas com as outras.

Palavras-chave: fascismos em Petrópolis; fascismo; nazismo; integralismo.

#### Abstract

This article analyzes the political and social dynamics of fascist manifestations in Petrópolis between the 1930s and 1940s, focusing on three political groups: the organizations of Italian fascism and German national socialism operating in Brazil; and the Brazilian Integralist Action, a fascist expression that emerged in Brazil and was led by the writer Plínio Salgado. The objective of the analysis is to understand the origin of these organizations, the way they acted and inserted themselves into Petropolitan society during the period and how they related to each other.

Keywords: fascisms in Petrópolis; fascism; nazism; integralism.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Investigadora associada da rede Direita, História e Memória (DHM). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Professora da Seeduc-RJ.

O contexto pós-Primeira Guerra Mundial foi percebido mundialmente como um período de declínio: declínio da civilização (europeia) e declínio do capitalismo e do liberalismo, especialmente após a Crise de 1929. As transformações em curso na época colocaram em xeque a democracia parlamentar e o liberalismo econômico. Nesse período, tanto a Revolução Russa quanto a Revolução Alemã de 1918-19 trouxeram uma modernidade alternativa ao socialismo que ecoou na reação de grupos políticos e intelectuais, que viam nele uma ameaça, ao mesmo tempo, em que rejeitavam o liberalismo. Foi nesse cenário que emergiu a ideologia do fascismo e suas variantes (Liebel, 2023).

No Brasil, no mesmo momento, destacaram-se propostas políticas que preconizavam uma maior intervenção do Estado na economia, bem como uma forte crítica ao federalismo. Se, ao final do século XIX, a descentralização foi vista como caminho para a solução dos problemas econômicos e políticos, agora era a causa dos maiores conflitos republicanos, de tal modo que algumas críticas ao federalismo chegavam a vir acompanhadas de um saudosismo com relação ao Império. Além disso, houve uma intensificação de manifestações do pensamento conservador, autoritário, antiliberal e nacionalista. No campo da religiosidade, podemos destacar a fundação do Centro Dom Vidal (1922), com a proposta de uma renovação da prática religiosa católica a partir de uma aproximação com o povo, inspirada pela Encíclica *Rerum Novarum*. Esse grupo via o povo não como coautor de um projeto de mudança, mas como público que deveria ser trazido para o seio da Igreja – e isso não significava, necessariamente, integrá-lo –, mas combater o que viam como ameaça, principalmente entre o operariado nacional: as ideias comunistas (Viscardi, 2015).

A Política dos Governadores, dinâmica frágil que pautou a República brasileira desde Campos Sales, chegou ao seu limite na sucessão presidencial de 1930, com o lançamento da candidatura do paulista Júlio Prestes, apoiada pelo situacionista Washington Luís, rompendo com a alternância entre oligarquias e gerando, como reação, a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência, articulada pelos partidos republicanos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais por meio da Aliança Liberal (Viscardi, 2012).

Prestes saiu vencedor, porém, nunca assumiu a Presidência. O assassinato de João Pessoa foi o gatilho para a eclosão de um movimento político-militar de caráter heterogêneo, que iniciou uma nova fase da República no Brasil. Esse movimento, classificado como “Revolução” pelos seus integrantes e apoiadores, culminou na deposição de Washington Luís da Presidência da República em 24 de outubro de 1930 e na instalação de uma junta governativa de caráter provisório

que, dias depois, transmitiu o Executivo federal para Vargas. O seu Governo Provisório dissolveu o Congresso Nacional, Câmaras estaduais e municipais, instituindo o Sistema de Interventorias. Por meio dele, os chefes dos Executivos estaduais e, em alguns casos, municipais, eram nomeados diretamente pelo presidente da República.

Em Petrópolis, o então prefeito Ari Barbosa foi afastado do Executivo municipal e a Câmara de Vereadores dissolvida. Yêddo Fiúza, engenheiro gaúcho, amigo de Getúlio, assumiu a Prefeitura em dezembro do mesmo ano. Inicialmente, houve um movimento de crítica à indicação de alguém que mal conhecida a cidade para o Executivo municipal, porém, semanas após assumir o cargo, Fiúza passou a contar com calorosos apoios por conta de sua proximidade com Vargas e com a máquina burocrática do Governo Provisório, o que viabilizou o acesso a canais privilegiados para que as demandas de Petrópolis fossem encaminhadas. Enquanto interventor, exerceu uma gestão de perfil centralizador, alinhada ao modelo político do Governo Provisório (Oliveira, 2012).

Petrópolis, que era um dos polos têxteis mais expressivos do estado do Rio de Janeiro, pôde ser compreendida naquele contexto como uma *cidade operária*: no começo da década de 1920, com uma população de aproximadamente 67 mil habitantes. O setor industrial da cidade empregava 3.438 pessoas, o que correspondia a 23% da população economicamente ativa da cidade. O percentual representava o dobro do contingente do estado do Rio (11,6%) e também do Brasil (13%) (Martins, 1983).

No cenário da mudança política, introduzida a partir do movimento de 1930, a indústria petropolitana começava a sofrer os impactos da Crise de 1929. No quadro nacional, a crise acarretou queda no produto real da economia, gerando depreciação cambial e aumento do custo real das importações, afetando a capacidade de manutenção e expansão do maquinário industrial, dependente de tecnologia estrangeira (Suzigan, 1986). Somados aos reflexos da crise mundial, a situação em Petrópolis era de caos, com demissões em massa e fábricas à beira da falência<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Sobre o setor industrial de Petrópolis e o movimento operário, são obras de referência: MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. *A formação industrial de Petrópolis: trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937)*. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012; RIBEIRO, Norton.

Na efervescência política que configurou o período entre guerras, especialmente na primeira metade dos anos 1930, movimentos de diferentes ideologias surgiram no país, inspirados no que ocorria internacionalmente. Em Petrópolis, não foi diferente. Nesse sentido, a proposta é analisar movimentos que se configuram como de extrema-direita em Petrópolis: núcleos nazistas, fascistas e integralistas, que coexistiram e se articularam ao longo das décadas de 1930 e 1940 na cidade.

## 1. Origens dos movimentos de caráter fascista em Petrópolis

Nas décadas de 1930 e 1940, os discursos autoritários do fascismo italiano e do Partido Nacional-Socialista Alemão (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* – NSDAP) encontraram receptividade em diversos grupos no Brasil. Em regiões de imigração europeia, em especial, alemã e italiana, há diversos registros de núcleos nazistas e fascistas criados por imigrantes e descendentes. Compreender os contextos que envolveram essas imigrações, o estabelecimento de núcleos de imigrantes e a dinâmica social vivenciada por essas comunidades são fundamentais para a análise da formação e da atuação de núcleos nazistas e fascistas. Contudo, é um equívoco associar a totalidade do contingente de imigrantes e descendentes às expressões de extrema-direita de seus países de origem, uma vez que há a presença desse grupo em outros movimentos políticos, tanto vinculados a uma ideologia de extrema-direita, como o integralismo, como em organizações inspiradas por ideologias socialistas, além de parcelas que não atuaram de forma ativa politicamente.

Petrópolis foi uma cidade que se destacou por ser destino de contingentes expressivos de germânicos e italianos. Com relação aos primeiros, a presença é anterior à fundação da cidade, que ocorreu em 1843. Em novembro de 1837, um veleiro batizado de *Justine* levava 283 germânicos para Sydney, na Austrália, e, quando realizou uma parada no porto do Rio de Janeiro, os tripulantes fizeram uma revolta, alegando terem sido vítimas de maus-tratos no decorrer da viagem. Julio Frederico Koeler, engenheiro de origem germânica e primeiro-tenente no Exército Imperial, entrevistou, solicitando ao governo imperial que os tripulantes pudessem ficar no Brasil e trabalhar na obra de construção da estrada do porto da Estrela, a qual chefiava. Desse modo, foi criada uma colônia germânica no bairro

---

*Petrópolis, cidade operária: a trajetória do movimento operário na indústria têxtil (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

Itamarati, com cerca de 150 habitantes – correspondendo à parte da tripulação revoltosa do *Justine* (Stehling, 1979; Kersten, 2005)

Koeler, que atuou, anos mais tarde, na região, hoje, correspondente ao centro histórico da cidade de Petrópolis, coordenando obras de construção do palácio de veraneio da família imperial (atual Museu Imperial) e da Vila Imperial, solicitou, ao governo da província, a contratação de mais germânicos. Então, em 1845, chegou à região um contingente de 2.338 pessoas entre os meses de junho e novembro de 1845 (Taulois, 1995, p. 5; Vasconcellos, 1995, p. 12; Kersten, 2005, p. 6). Grande parte desses imigrantes vieram da região que hoje corresponde ao estado federal da Renânia-Palatinado (Rheinland-Pfalz), de localidades como Mainz, Koblenz e Trier<sup>3</sup>. O engenheiro nomeou várias ruas e quarteirões da Vila Imperial com referências às regiões germânicas, característica ainda presente na cidade (Taulois, 2007).

Uma instituição que muito contribuiu para a preservação da herança cultural germânica entre os colonos e seus descendentes foi a Comunidade Evangélica Luterana de Petrópolis, que mantinha uma escola paroquial (*Deutsche Evangelische Gemeindeschule*) com ensino em alemão, além da celebração de cultos no idioma nativo dos colonos. Embora o colégio paroquial só tivesse sido inaugurado em 1876, em 1863, o então pastor da comunidade, o germânico Georg Gotlob Ströele, responsável pela construção da Igreja Luterana, residente na cidade entre 1862 e 1866, tomou a iniciativa de instalar uma escola em sua residência alugada, onde se ensinava português e alemão, além de cálculo e leitura (Kersten, 2005, p.19).

Em 1862, a população de Petrópolis era de aproximadamente 6 mil pessoas, das quais cerca de 2.800 eram germânicas (Taunay, 1862). Esses germânicos não se organizaram em uma comunidade isolada, os registros matrimoniais do período revelam uma dinâmica de expressiva de casamentos com brasileiros e portugueses.

---

<sup>3</sup> Livro 1 de Casamentos da Catedral São Pedro de Alcântara.

### Quadro 1: Dinâmica matrimonial de germânicos em Petrópolis (1847-1864)

Origem	Matrimônios	%
germânicos com germânicos	100	67
germânicos com brasileiros/portugueses	36	24,3
germânicos com outros estrangeiros	13	8,7
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro 1 de Casamentos da Catedral São Pedro de Alcântara, Petrópolis/RJ. Quadro elaborado pela autora.

Além da integração via matrimônio, havia uma tendência entre netos e bisnetos de imigrantes de buscarem inserção como alunos em escolas brasileiras, bem como fazer parte do mercado de trabalho local.

A própria necessidade de aquisição de status (por parte daqueles que ascendiam aos estratos mais elevados) ou do convívio solidário (para os que se inseriam no mercado de trabalho menos qualificado) exigia novas formas de sociabilidade que não as originais e levava naturalmente a uma mudança de hábitos, dentre os quais a utilização do idioma português (Magalhães, 1998, p. 151).

Após a Primeira Guerra Mundial, o surgimento e a ascensão do fascismo e de suas variantes na Europa tiveram reflexos não só nos países de origem, mas entre aqueles que emigraram, bem como entre seus descendentes. Acerca da experiência do nazismo, foram levantados registros da presença de núcleos em 83 países. Ainda que se pautando pelas diretrizes alemãs, havia variações nos regimentos, conforme o nível da aceitação do governo local e a expressividade do movimento. Dietrich (2007) ressalta que a proporção do movimento nazista variava conforme o número de alemães presentes em cada país.

Nesse período, difundia-se, entre líderes luteranos no Brasil, a ideia de uma identidade evangélica mais voltada para o Germanismo que para o Luteranismo. Falava-se, inclusive, em um “Pastorado Nacional-Socialista no Brasil” (Huff Júnior, 2006). Em Petrópolis, a Igreja Evangélica era um poderoso elo entre os descendentes germânicos e a Alemanha. Os pastores, em sua maioria, eram nascidos e formados nesse país ou na Suíça (Kersten, 2005), como o pastor

Joseph Hohl, que esteve à frente da Igreja entre 1924 e 1939. Em 1932, Hohl viajou com a família para a Suíça, deixando lá seu filho, para que concluísse os estudos. Essa circulação se dava também por meio da vinda de representantes da Igreja da Alemanha para o Brasil (Tribuna de Petrópolis, 25 jun. 1931).

Em Petrópolis, no começo dos anos 1930, já estava em atividade um núcleo do NSDAP, que se reunia na sede do Deutscher Saengerbund Eintracht; este, no contexto da Segunda Guerra Mundial, teve seu nome alterado para Coral Concórdia.

No Brasil, o partido nazista manteve-se ativo ao longo de dez anos (1928-1938), constituindo aqui o maior grupo de partidários fora da Alemanha, totalizando 2.900 integrantes.

O governo brasileiro teria, durante o período de funcionamento do partido nazista, “fechado os olhos” para as atividades partidárias. As relações amigáveis de Getúlio Vargas com Hitler interessavam prioritariamente pelas questões comerciais — leia-se tratados de exportação e importação —, nos quais a Alemanha figurava como um importante comprador das matérias-primas brasileiras, em especial o café e o algodão (Dietrich, 2007, p.119).

A mesma postura pode ser observada com manifestações de grupos vinculados ao *fascio* italiano. Sua emergência no Brasil relaciona-se aos esforços empreendidos no sentido de reconectar os imigrantes e seus descendentes com a Itália, além de espalhar a ideologia fascista entre eles, em uma estratégia baseada no uso do fascismo como instrumento de poder italiano na luta imperialista. Desse modo, Mussolini reelaborou uma antiga discussão em termos fascistas, associando “italianidade” ao “fascismo”, mas utilizando comunidades italianas do exterior como elementos da política externa italiana. Buscou-se então o controle sobre os mecanismos de socialização dos emigrados, tais como associações, imprensa e escolas, ao mesmo tempo que se investia na criação de novos elementos, como os *fasci all'estero*, os *Dopolavoro*, as *Casas d'Italia* (Bertonha, 2001, p. 98).

A imigração italiana para o Brasil foi bastante expressiva, especialmente entre 1875 e 1900. Dos 803 mil imigrantes europeus que chegaram ao continente americano por portos brasileiros, 577 mil eram italianos e a cada 1.000 imigrantes europeus para a América, 57 eram italianos com destino ao Brasil<sup>4</sup>.

Analisando o processo de imigração italiana em Petrópolis, o fluxo sempre foi inferior aos contingentes de germânicos. Em 1855, conforme o Relatório Anual feito pela direção da Colônia, havia 17 italianos dentre as 5.010 pessoas que habitavam a cidade; segundo o mesmo relatório, 2.704 eram colonos germânicos e 2.306 extra-colonos (todos os não germânicos). Menos de dez anos depois, em 1862, o número de italianos, embora tivesse dobrado, chegando a 40 pessoas, ainda permanecia muito pequeno, correspondendo a cerca de 1% da população total (Oliveira, 2004).

Os primeiros colonos italianos atuaram na exploração do comércio de carvão vegetal e se instalaram no bairro Siméria. Pouco tempo depois, um número significativo de italianos se instalou em Cascatinha, trabalhando como operários da Companhia Petropolitana (fábrica têxtil). Em meados da década de 1880, 40% da população deste bairro era composta por italianos. Havia também um grupo de imigrantes italianos que se destacaram como empresários do ramo do comércio, especialmente nos setores moveleiro, hoteleiro e na fabricação de sedas (Borsato, 2002). Esses últimos exemplificam uma dinâmica muito frequente no processo de imigração italiana para o Brasil, no qual grupos de imigrantes estão diretamente envolvidos com o processo de urbanização e desenvolvimento empresarial. Tal dinâmica, amplamente analisada levando em conta a experiência paulista, também se destacou no Rio de Janeiro, então capital federal, e nas cidades fluminenses de Niterói e Petrópolis (Cappelli, 2014). Em 1892, foi fundada a *Società Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza*, que passou a ser considerada o centro cívico da colônia italiana na cidade e se constituiu, como veremos na seção seguinte, como um núcleo de propagação dos ideais fascistas (Alcântara, 2009).

Enquanto manifestações dos partidos nazista e fascista do Brasil se articulavam em Petrópolis, surgia, na cidade, mais uma expressão organizada da extrema-direita: um núcleo da Ação Integralista Brasileira (AIB). A formação da AIB correspondeu a um processo de confluência de vários grupos de extrema-direita e de forte influência do pensamento católico, de cunho conservador

---

<sup>4</sup> Dados do Museu do Imigrante. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/museumacieli/imigracao-italiana-no-brasil/> Acesso em jan. 2024.

(Trindade, 1974), tendo como liderança o jornalista Plínio Salgado. Lançada em São Paulo em outubro de 1932, após sua consolidação no estado, iniciou uma fase de expansão para outras regiões do Brasil. Durante o segundo semestre daquele ano foram fundados núcleos no interior do estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Itaperuna, Nova Friburgo e Petrópolis (Fagundes, 2011).

O movimento integralista iniciou suas atividades em Petrópolis no ano de 1933, sob a chefia do bancário cearense Raymundo Padilha, que trabalhava na unidade do Banco do Brasil, em Petrópolis. Instalou subnúcleos pelos bairros da cidade e manteve um jornal próprio, intitulado *A Marcha*, além de uma escola noturna voltada para o operariado petropolitano (Oliveira, 2014). Assim, na década de 1930, até o golpe do Estado Novo, esses grupos coexistiram e atuaram politicamente na cidade de Petrópolis.

## 2. Fascismo, nazismo e integralismo: articulações e conflitos

O surgimento do integralismo impactou na dinâmica dos núcleos nazistas e fascistas instalados no país. Embora compartilhassem de muitos pontos em comum, tendo inclusive o integralismo brasileiro se inspirado no fascismo italiano, a relação entre as organizações desses movimentos não foi isenta de conflitos, especialmente no que diz respeito à militância de brasileiros descendentes de imigrantes desses dois países. Em relação aos italianos, Bertonha (2001) ressalta que

aparentemente, o choque de nacionalismos entre a Ação Integralista Brasileira, desejosa de converter a comunidade ítalo-brasileira num grupo de pessoas que ignorasse sua primeira parte do hífen e os fascistas italianos em ação no Brasil, lutando para manter a italianidade dessas mesmas pessoas, devia ser insuperável e levar a conflitos inadmissíveis. Aparentemente renunciando isto, Plínio Salgado escreveu várias vezes, em seu famoso romance de 1926, *O Estrangeiro*, contra o esforço fascista de querer manter os ítalo-brasileiros ligados à Itália e chegou a colocar um de seus personagens no papel do nacionalista brasileiro que, muito simbolicamente, assassinava os papagaios de um italiano que só cantavam a *Giovinazza* (o hino fascista) em lugar do hino nacional brasileiro. O conflito parecia inevitável (Bertonha, 2001, p. 91-92).

Por outro lado, havia também uma relação de cooperação, especialmente a partir do ano de 1936, quando o crescimento da AIB despertou maior atenção do governo italiano e pautou ações do então encarregado de negócios Menzinger, responsável pela embaixada do Rio de Janeiro, que articulou apoio do governo italiano ao integralismo através de subsídios e da transferência do apoio dos ítalo-brasileiros sob a influência de Roma para a AIB.

O Ministero degli Affari Esteri aceitou as propostas de Menzinger e resolveu acreditar nas informações colhidas de que a Ação Integralista estava tendo penetração real na sociedade brasileira, e de que se poderia tirar o movimento da órbita nazista para a fascista. Além disso, o governo italiano enviou um emissário ao País, o dr. Gomes, para estudar o Integralismo, e este se impressionou com o movimento, defendendo o apoio ao mesmo para facilitar o seu controle, aumentar a influência italiana na política brasileira e, no limite, levar o Brasil para a órbita do Eixo. Com isso, um subsídio financeiro passou a ser transferido regularmente dos cofres italianos para os integralistas, apoiando o seu esforço para se tornar um movimento político organizado (Bertonha, 2001, p. 87).

Nesse sentido, análises sobre a estrutura do movimento integralista apontam para a presença de descendentes de italianos em quadros-chave da AIB, como na estrutura de propaganda e na própria cúpula integralista. Bertonha (2001) ressalta que há registros de brasileiros descendentes ou não descendentes de italianos, circulando entre fascismo e integralismo, a exemplo de Antônio de Pompeu Camargo, chefe do Dopolavoro da Mooca e secretário de Finanças da AIB, e também do emissário do integralismo na Itália, em 1938, o dr. Colpi, italiano e militante fascista.

Com relação ao partido nazista no Brasil, o surgimento da AIB impactou diretamente em sua dinâmica interna, agravando a questão da limitação da participação dos teuto-brasileiros por motivos raciais. Desse modo, criou-se uma hierarquia racial nas comunidades alemãs no Brasil que classificava alemães “puros” como superiores em relação aos descendentes brasileiros. Contudo, o percentual de membros dessas comunidades que se identificava com o regime hitlerista era expressivo, compondo uma força que não podia ser ignorada, tanto em termos numéricos, quanto ideológicos. Como consequência, muitos teuto-

brasileiros, inconformados e estimulados a se engajarem politicamente, viram na AIB uma boa alternativa e passaram a compor seus quadros, o que chamou a atenção do III Reich.

Sob a visão do III Reich, o movimento integralista destacava principalmente a questão racial: o integralismo visaria melhorar a raça com a diminuição da porcentagem de negros e índios e o aumento dos europeus. O governo nazista caracterizava tal conceito de raça como Lusotum (lusitanidade) em contraposição ao Deutschtum (germanismo). Apesar de observar as tendências anti-semitas e o combate ao comunismo, vistos como aspectos positivos pelo III Reich, o que era enfatizado nos relatórios e artigos foi a ameaça ao Deutschtum (Dietrich, 2007, p.111).

Nesse contexto, destacou-se a atuação da *Auslandsorganisation der NSDAP* – Organização do Partido Nazista no Exterior, que propôs a criação de uma associação de teuto-brasileiros pró-nazismo, aliada a uma atuação de linha pacifista e conciliatória do então chefe do partido nazista no Brasil, Hans Henning von Cossel (Dietrich, 2007).

Entre as lideranças da AIB, a postura com relação ao partido nazista variava entre aproximações e distanciamentos. Plínio Salgado teceu críticas com relação aos nazistas<sup>5</sup>, enquanto Gustavo Barroso, que fazia parte do Conselho Superior da AIB, chegou a ser considerado um grande simpatizante do nazismo. Enaltecendo sua ascendência alemã e buscando aproximações com o Instituto Ibero-Americano de Berlim, enviou livros de cunho antisemita que escrevera, a fim de que fossem resenhados pela revista do Instituto, o que nunca aconteceu. Além disso,

no ano de 1936, o secretário de estudos da AIB de Pindamonhangaba teria pedido dinheiro à Embaixada Alemã para uma viagem cujo propósito seria levar o integralismo para uma linha alemã. Mas a tentativa foi

---

<sup>5</sup> Segundo Dietrich (2007, p. 112), “Salgado, quando estava no exílio, fez uma retrospectiva da história do integralismo e mandou publicar um “manifesto diretiva” em 9 de setembro de 1945, enfatizando o perigo que significou o movimento político dos camisas-cáquis-nazis (nazistas) do qual os camisas-verdes (integralistas) teriam protegido o Brasil. Cumpre-se notar que esta fala datou do pós-guerra, quando, supostamente, toda a associação de nazistas deveria ser repudiada pelos integralistas”.

frustrada. Todo este movimento não mudou a ideia do III Reich sobre o integralismo, que era apontado como perigoso e, ainda mais, como algo fora da normalidade (Dietrich, 2007, p.113).

Em Petrópolis, é possível apontar algumas aproximações e tensões entre esses movimentos. As pesquisas que resultaram na composição deste texto trazem essa dinâmica mais evidente entre integralistas e membros do partido nazista, como veremos mais adiante.

O núcleo fascista era dirigido, como mencionado da seção anterior, por setores do empresariado local, membros da *Società Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza*, que se tornou cada vez mais próspera, bem como seus principais membros. Além de manter uma sede na avenida central da cidade, compravam amplos espaços nas páginas dos jornais locais para publicar suas atividades. A sede, localizada na então avenida 15 de Novembro (hoje, rua do Imperador), dispunha de lojas térreas e salões amplos onde eram realizadas as solenidades. A *Società* de Petrópolis contava com muito prestígio e era comum a presença do então embaixador italiano Vittorio Cemiati nas festas promovidas pela entidade.

Uma das características dessas instituições, segundo Teixeira (2008) era a promoção do sentimento de italianidade, expresso em ações como a execução do hino patriótico em solenidades e o esforço que faziam para divulgar suas atividades e difundir a cultura italiana por meio da imprensa. Em Petrópolis, costumavam cantar também o hino fascista *Giovinezza*, além de exporem retratos de Mussolini nas cerimônias festivas.

Outra associação de caráter fascista que se instalou em Petrópolis foi a *Sociedade Dante Alighieri*, que ofertava o curso de língua italiana. Embora o curso também estivesse aberto para pessoas sem ascendência italiana, é possível notar uma ligação entre a difusão da língua em Petrópolis e a propagação dos ideais fascistas, conforme um trecho a seguir, da nota de divulgação do curso publicada no jornal *Tribuna de Petrópolis*:

O interesse pela língua italiana tem sua explicação na renascença da cultura peninsular perante o mundo, no sentido de que todas as nações procuram, no contato com a Itália, novas fontes de progresso, considerando-novamente como há 400 anos passados, um laboratório das ciências, onde um povo cheio de iniciativas se dedica a todas

as manifestações de inteligência. Para esse renovamento do espírito italiano [...] tem contribuído muitíssimo o novo regime político e social implantado por Mussolini. Mas mesmo abstraindo toda a consideração em torno da fórmula constitucional do estado fascista, ninguém deixa de sentir cada vez mais que as relações mantidas por outras nações como a Itália tomam-se gradativamente mais íntimas, por isso que cresce de dia em dia a contribuição dos italianos para a vida civilizada (Tribuna de Petrópolis, 19 fev. 1935).

Os fascistas gozavam de muito prestígio na cidade. Em 1932, foi realizada uma festa no Palácio de Cristal, denominada *Festa da Itália*, promovida pela direção do Liceu de Artes e Ofício. Em agradecimento, o liceu foi presenteado com um retrato de Benito Mussolini, líder do partido fascista italiano, que foi colocado ao lado do retrato de D. Pedro II.

Os nazistas petropolitanos, ao contrário dos fascistas, utilizavam muito pouco a imprensa local para propagar suas atividades. Publicavam pequenas notas, a maioria delas, em alemão. Nesse sentido, é possível compreender a dinâmica a partir das recomendações da Organização do Partido Nacional-Socialista no Exterior, que orientava seus membros a não propagar suas ideias a estrangeiros, já que, para o chanceler da Alemanha, Adolf Hitler, o nazismo não era uma mercadoria exportável. Entre os mandamentos destinados aos membros do NSDAP, que moravam em outros países, estavam os seguintes: respeitar as leis do país onde moravam, sem se intrometer na política interna; identificar-se como membro do NSDAP; não participar de conflitos (Magalhães, 1998, p. 136).

O núcleo do NSDAP se reunia na sede do *Deutscher Saengerbund Eintracht* e, em solenidades mais formais, no Teatro Petrópolis. Em que pese a discrição quanto à divulgação de suas atividades, o núcleo mobilizava um número significativo de pessoas.



Figura 1: Reunião nazista em Petrópolis.  
Museu Imperial/Ibram/MinC.

Segundo Machado (2008), o NSDAP de Petrópolis exercia atividades políticas. O historiador apresentou como exemplo o conjunto de ações promovidas pelo núcleo para a comemoração do aniversário de Adolf Hitler, em abril de 1935, contando com a presença de Arthur Kolb, porta-voz do partido na Alemanha, reforçando as conexões entre os nazistas petropolitanos e os alemães, que, desse modo, iam muito além do campo cultural. Contudo, Machado pondera que

a participação em eventos promovidos pelo NSDAP local não significa que essas pessoas eram filiadas ao partido. Acreditamos que a adesão de alemães e descendentes de alemães na cidade está ligada à busca de uma identidade germânica. Essa identidade era pretendida não só no sentido político – o que é evidenciado no reconhecimento de Hitler como seu chefe e líder, mas também através do envolvimento com a religião, como mostra a referência à

Escola Evangélica, ou mesmo o clube Deutcher Saengerbund Eintracht, que visava manter a identidade cultural alemã (Machado, 2008, p. 55).

Há indícios de tensões entre membros do NSDAP em Petrópolis com militantes integralistas, a exemplo das críticas publicadas por Hugo José Kling, chefe do subnúcleo local no bairro Mosela. Kling, que descendia de germânicos, argumentava que tal fator não podia ser justificativa para a adesão ao nazismo. Mesmo tendo sua criação vinculada à cultura germânica, tendo frequentado a escola de língua alemã, como integralista, defendia uma postura nacionalista, rejeitando a vinculação como movimentos estrangeiros (Alcântara; Oliveira, 2011, p. 147). Autor de diversos artigos publicados na *Tribuna de Petrópolis*, Kling dedicou suas palavras, publicadas na edição do dia 29 de fevereiro de 1936 a, como ele denominara, “um jovem nazista”.

Meu caro patricio, meus saudares. [...] De início, tenho a dizer-te que também sou descendente de germanos. Meus avós eram alemães, mas, desculpa-me a franqueza, eu não concordo com sua atitude, pois isto aqui é o Brasil e não é Alemanha [...]. Os brasileiros que, como tal se prezam, só devem formar organizações nacionais [...]. E como explicar esse cunho de empáfia e soberba que imprime às tuas atitudes, olhando, com soberano desdém, os patricios que não formam na tua milícia? Acham que eles estão errados? Não, meu caro, o errado és tu (Tribuna de Petrópolis, 29 fev. 1936).

Em que pesem as críticas de Kling, os embates mais emblemáticos travados pelos integralistas petropolitanos foram, sem dúvida, com os membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização antifascista que atuou nacionalmente no ano de 1935 e que encontrou forte adesão entre o operariado petropolitano. Choques violentos entre a militância desses dois movimentos eram frequentes. A exemplo, em Petrópolis ocorreu, em junho de 1935, um confronto, resultando na morte de um operário aliancista – Leonardo Candú – e em uma greve geral de protesto, na qual os trabalhadores apresentaram as principais reivindicações do operariado petropolitano (Machado, 2008). Com a mediação de Yêddo Fiúza, que trouxe consigo membros do Ministério do Trabalho, o papel da ANL foi rapidamente esvaziado e a greve, que durou pouco mais de uma semana, teve seu fim (Oliveira, 2012). Além disso, a ANL, pouco tempo depois,

foi declarada ilegal e proibida de atuar, sob a alegação de se constituir enquanto uma organização a serviço do comunismo internacional.

Os integralistas petropolitanos, bem como os fascistas, desfrutaram de prestígio, especialmente a partir de março de 1935, quando a cidade sediou o 2º *Congresso Nacional Integralista*.



Figura 2: Integralistas na Catedral São Pedro de Alcântara.  
Museu Imperial/Ibram/MinC.

O movimento permaneceu atuante e fortemente articulado na cidade até o golpe do Estado Novo, em 1937, quando Vargas determinou a dissolução de partidos políticos. A partir de então, manifestações políticas foram proibidas.

Com a ditadura varguista e o cerco às manifestações de caráter partidário, os fascistas petropolitanos encerraram silenciosamente suas atividades (Ferreira, 2012). Os integralistas da cidade mantiveram-se ativos oficialmente enquanto organização cultural, conforme as diretrizes nacionais da AIB. Nos meses anteriores ao golpe do Estado Novo, Vargas e Plínio Salgado se aproximaram. Nesse contexto, foram expressivas as articulações entre a AIB e o governo no sentido do ingresso dos integralistas no Estado Novo. Segundo Gonçalves (2012)

A “ameaça” comunista passou a ser elemento de ligação entre o governo e a AIB. O período que antecedeu o mês de novembro foi de grande agitação e manobras políticas.

O ponto central estava por trás de uma entrada oficial de Plínio Salgado no governo. O presidente lhe havia prometido que, após o golpe político, os integralistas iriam participar do Estado Novo, sendo os responsáveis pelo Ministério da Educação. Entretanto, quando Getúlio Vargas decretou o golpe, não tomou tal atitude, despertando um sentimento de traição aliado ao desejo de vingança entre os integralistas (Gonçalves, 2012, p. 281).

A AIB passou a conspirar contra o Estado Novo. Em fevereiro de 1938, foram apreendidos armamentos em Petrópolis em posse da organização integralista da cidade e, em março, nova operação policial teria encontrado esboços de um plano de assalto ao palácio presidencial em Petrópolis, semelhante ao que seria posto em prática no Distrito Federal pouco tempos depois. Os nazistas, por sua vez, tiveram a sede do NSDAP fechada em janeiro de 1938, com a ocorrência de três prisões e apreensão de material de propaganda (Oliveira, 2018).

A partir de 1939, a nacionalização da escola evangélica e a proibição do ensino da língua alemã representaram fortes mecanismos no processo de desconstrução da memória germânica em Petrópolis. As associações entre as escolas evangélicas e a propagação do nazismo passaram a ser frequentes, em tom de denúncia, na imprensa local.

Depois do advento do nazismo, a orientação da Escola Alemã – composta na sua grande maioria de crianças brasileiras descendentes de alemães – tomou então e a despeito disso um caracter bastante esquisito, organizando-se no seu seio corporações infantis hitleristas, até fardadas a caracter e orientadas, nesse espírito, por professores positivamente ligados a esse credo político estrangeiro, como um celebre Heuser e o pastor Schlupp tudo sobre a direção suprema do pastor José Hohl, cujo fanatismo por essas ideologias exóticas alienígenas ficou ainda recentemente bem patenteado por ocasião do almoço nacionalista realizado no salão do Coral Concórdia. (Tribuna de Petrópolis, 10 jul. 1939, p. 1)

Com o avanço da Segunda Guerra Mundial e o alinhamento do Brasil contra os países do Eixo, esse processo de desconstrução, que também pode ser verificado em relação aos elementos ligados aos italianos, intensificou-se. Comerciantes fascistas que batizaram seus estabelecimentos com nomes da língua materna tiveram que fazer substituições. Também foi proibido o ensino da língua italiana. Vale a pena destacar que moravam em Petrópolis, no ano de 1942, 368 italianos, ao passo o número de nascidos na Alemanha, residentes na cidade, era de 190. O prestígio de manifestações culturais alemães e italianas na primeira metade dos anos 1930 deu lugar a um discurso hostil.

É, todavia, interessante apreciar esses elementos estatísticos, que servirão para quebrar os dentes dos audaciosos representantes e adeptos de Hitler e de Mussolini em Petrópolis, provando o seu atrevimento e a sua audácia, quando por todos os meios e modos procuravam embaraçar, impedir e obstruir a nacionalização dos núcleos, grêmios, associações e instituições de origem germânica e itálica, que os camisas pardas e pretas pretendiam transformar em "cabeças de ponte" para futuras ações anti-brasileiras e anti-americanas. Em suma, Petrópolis é verde e amarela, de fato, queiram ou não os "camaradas" de tal coluna (Tribuna de Petrópolis, 5 fev. 1942, p. 1).

A presença de elementos culturais alemães na cidade, antes motivo de orgulho, tomavam-se inconvenientes. Bingen e Mosela, por exemplo, foram trocados por Araraquara e Baependi. Além de sufocar manifestações políticas e ideológicas de origem alemã e italiana, essa repressão acabou por enfraquecer a transmissão de tradições culturais para gerações futuras, rompendo, de modo violento, com uma dinâmica que marcou a formação social de Petrópolis até a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

### 3. Considerações finais

As experiências fascistas vivenciadas na cidade ao longo das décadas de 1930-1940 não constituem casos isolados: guardam semelhanças e particularidades, se comparadas a outras manifestações ocorridas no Brasil. Compreendê-las permite não só entender a dinâmica política local do período, mas também, em um quadro comparativo mais amplo, analisar a penetração de ideias de extrema-direita no Brasil daquele período histórico, e de que forma esses movimentos políticos coexistiram e se desenvolveram em diferentes regiões do país. É possível perceber também, a partir dessa temática, processos de construção e desconstrução de memórias, em especial, analisando o caso da cultura alemã. Como nos lembra Pollak (1992), memória é construção social. Um processo seletivo que elege o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Não consiste, portanto, em algo naturalmente dado. Tampouco, em algo permanente.

O processo da fundação oficial de Petrópolis foi associado à colonização germânica por iniciativa de seus agentes, ao inserir nomes de locais de origem desses imigrantes em ruas e quarteirões da cidade. Contudo, no período das guerras mundiais, essa memória foi atacada, desconstruída, substituída por itens vinculados a um nacionalismo brasileiro. Passado esse período, parte dos logradouros afetados pelo processo voltaram a ter o nome originalmente atribuído por iniciativa do major Koeler, ainda no século XIX.

Imigrantes italianos, hoje, dão nome a ruas e são exibidos publicamente em edifícios particulares. Conexões culturais com a cultura italiana são fomentadas e subsidiam a *Serra Serata*, festa que homenageia os imigrantes que se estabeleceram na cidade. Ainda no calendário festivo, a *Bauernfest* – a Festa do Colono Alemão – é a responsável por movimentar milhões de reais na cidade e é promovida com orgulho pelo poder público local.

Por fim, este texto sintetiza alguns pontos de processos amplos e complexos, mas que estão longe de esgotar a temática dos fascismos em Petrópolis, nas décadas de 1930 e 1940. Há questões em aberto e outras, certamente a serem colocadas.

### Referências

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *Petrópolis, 1935: greve e conflitos na “Cidade Imperial”*. 2009. 59 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

ALCÂNTARA, Priscila Musquim; OLIVEIRA, Alexandre Luís. “Um articulista Camisa-Verde na Cidade Imperial: Hugo José Kling e o discurso integralista voltado para o operariado petropolitano (1934-1935)”. In: VICTOR, Rogério Lustosa (Org.). *À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011. p.141-154.

BERTONHA, João Fábio. “Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 85-105, 2001.

BORSATO, Wilma. “Cascatinha e os italianos”. *Tribuna de Petrópolis*. Coleção Tribuna 100 anos. Petrópolis, 2002. p. 36.

CAPELLI, Vittorio. “Imigração italiana e empreendedorismo no Brasil: dois estudos de caso”. In: FAY, Cláudia Musa. RUGGIEIRO, Antonio (Orgs). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudo de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 115-126.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil*. 2007. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. “Os primeiros anos da ação integralista brasileira (AIB): da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) ao I Congresso Nacional da AIB”. In: VICTOR, Rogério Lustosa (Org.). *À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

FERREIRA, Oazinguito. “Uma Petrópolis fascista: camisas negras, pardas e ‘galinhas verdes’”. *Instituto Histórico de Petrópolis*, 2012. Disponível em <https://ihp.org.br/?p=5664>. Acesso em dez. 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. 669 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

HUFF JUNIOR, Arnaldo Erico. *Vozes da ortodoxia: o sínodo de Missouri e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil: processos de formação e relações nos contextos da I Guerra Mundial do final do Regime Militar*. 2006. 298 f. Tese. (Doutorado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

KIRSTEN, Hans (Compilação). *Comunidade Luterana em Petrópolis: 160 anos – 1845-2005*. Petrópolis: Gráfica Primo's, 2005.

LIEBEL, Vinícius. “Entre a palavra e a ação: sobre a crise do liberalismo nos anos 1920”. In: VISCARDI, Claudia. GASPARETO JR, Antônio (Orgs). *O primeiro centenário do Brasil: uma revisão da década de 1920*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ClioEdel, 2023. p. 230-248.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial*. A Luta antifascista em Petrópolis em 1935. Edição do autor, 2008.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. *Pangermanismo e Nazismo*. A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

MARTINS, Ismênia de Lima. *Subsídios para a industrialização em Petrópolis: 1850/1930*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1983.

OLIVEIRA, Alexandre Luís. *Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha*. 2014, 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

OLIVEIRA, Eduardo. *Cidade “verde” ou cidade “vermelha”*: AIB e ANL em Petrópolis. 2018. 219 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de. “Os primeiros italianos em Petrópolis”. *Instituto Histórico de Petrópolis*, 2004. Disponível em <https://ihp.org.br/?p=3807>. Acesso em dez. 2023.

OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)*. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

STEHLING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Cia União e Indústria e os Alemães*. Juiz de Fora: Funalfa, 1979.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

VASCONCELOS, Francisco de. “Dunquerque, 1845”. In: Colóquio sobre imigração alemã. 1995, Petrópolis. *Anais do colóquio e artigos publicados sobre a Imperial Colônia de Petrópolis*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis/Universidade Católica de Petrópolis, 1995.

VISCARDI, Claudia. “A década de 1920 e a gênese das ideias autoritárias no Brasil: o jovem Francisco Campos”. In: PAREDES, Marçal *et. al.* *Dimensões do poder: história, política e relações internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p.115-134.

VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias*. Uma revisão da “política do café com leite”. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

TAULOIS, Antônio Eugenio. “150 anos da Imperial Colônia de Petrópolis”. In: *Colóquio sobre imigração alemã. 1995*, Petrópolis. *Anais do colóquio e artigos publicados sobre a Imperial Colônia de Petrópolis*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis / Universidade Católica de Petrópolis, 1995.

TAUNAY, Carlos Augusto. “Viagem Pitoresca a Petrópolis”. Rio de Janeiro, 1862. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Cultura, IPHAN e Museu Imperial de Petrópolis, 1995. p.15-106.

TEIXEIRA, Rosane Siqueira. “Nacional-fascismo-italianidade”. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 14, n. 2. jul-dez. 2008. p.197-204.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

**Entre a política e a memória:  
a Ação Integralista Brasileira no contexto dos anos de 1930  
em Petrópolis**

***Between politics and memory:  
Brazilian Integralist Action in the context of the 1930s  
in Petrópolis***

Alexandre Luis de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo**

O artigo tem como objetivo apresentar a Ação Integralista Brasileira como um partido político brasileiro existente na década de 1930 que se organizou com núcleos e subnúcleos em Petrópolis. O integralismo arregimentou parcelas da sociedade petropolitana para suas fileiras, expandindo sua estrutura com a criação de veículos de comunicação, além de estimular a utilização de símbolos, saudações e objetos por parte de seus militantes. Como um movimento político que buscava presença no cotidiano dos seus membros, forçou memórias e a criação de um acervo. Em Petrópolis, o integralismo promoveu eventos, palestras e cursos, todos com objetivo de manutenção de sua estrutura, bem como a busca pela expansão de suas bases.

Palavras-chave: Petrópolis; integralismo; memória.

**Abstract**

The article aims to present the Brazilian Integralist Action as a Brazilian political party, existing in the 1930s and which was organized, with its nuclei and sub-nuclei in Petrópolis. Integralism enlisted portions of Petropolitan

---

<sup>1</sup> Pós-Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com estágio na Universidade Católica Portuguesa. Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

society into its ranks, expanding its structure with the creation of communication vehicles, in addition to encouraging the use of symbols, greetings and objects by its militants. As a political movement that sought presence in the daily lives of its members, it forced memories and the creation of a collection. In Petrópolis, integralism promoted events, lectures, courses, all with the aim of maintaining its structure, in addition to seeking to expand its bases.

Keywords: Petrópolis; integralism; memory.

## 1. A memória e a política do integralismo em Petrópolis

Escrever sobre a História de Petrópolis é sempre uma ótima oportunidade de compreensão no que se refere à construção social e político-econômica do município. Uma cidade que mantém, até nossos dias, um legado histórico e arquitetônico que perpassa por várias etapas da História do Brasil. Partindo do Palácio Imperial e toda estrutura da Monarquia brasileira, até a reutilização dos espaços pela estrutura republicana. Nesse contexto, política e memória cruzam cenários de disputas por muitas vezes ressignificados. O desafio é confrontar o discurso que gerou a memória com os documentos da época. Pierre Nora descreve:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Realizar pesquisas sobre a década de 1930 no Brasil é um desafio, frente às mudanças sofridas no cenário nacional, resultado da “Revolução” de 1930, golpe político que elevou Getúlio Vargas ao cargo de chefe do Governo Provisório. Analisar o contexto local contribui para perceber como as estruturas nacionais se organizavam em sua esfera social.

Como visto, a década de 1930 foi marcada por uma efervescência política produzida pela alteração de setores da oligarquia política nacional, que

criaram um aspecto de transformação no Brasil. O período também contou com mudanças no âmbito educacional e patrimonial, no qual o Estado conservador orquestrou políticas públicas de reconhecimento e preservação do patrimônio público. Fernanda Biondo (2016, p. 31) aponta que documentos internacionais, como a *Carta de Atenas*, de 1931, influenciaram, mesmo que timidamente, a formação de um conceito de educação e de preservação do patrimônio brasileiro. A formação de políticas patrimoniais no Brasil, em seus anos iniciais, se estendeu de 1937 até 1970, Biondo (2016). Formulado no Ministério de Educação e Saúde Pública, de Gustavo Capanema, Mário de Andrade expôs contribuições básicas para se pensar o patrimônio, presentes até nossos dias. Desse arranjo, surgiu, pelo Decreto-Lei n.º 25 de 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Frente a essas mudanças, os partidos políticos que, até então, sem grandes organizações nacionais, funcionavam localmente, buscaram arregimentar parcelas da sociedade votante.

O integralismo nasceu neste contexto e buscou, ao longo de seus anos de existência, criar um amplo acervo, hoje, pulverizado por vários arquivos brasileiros. Grande parte dos papéis do integralismo se encontra atualmente no Arquivo Público Municipal de Rio Claro<sup>2</sup>, São Paulo, onde há registros documentais da trajetória de Plínio Salgado, contando com mais de 40 mil cartas, além de livros, jornais, objetos, etc. Em Petrópolis, cidade que o integralismo se instalou e criou sua estrutura, também há documentação disponível, como exemplares do jornal do movimento, que podem ser consultados na Sala Petrópolis, espaço da Biblioteca Municipal de Petrópolis, e no Museu Imperial<sup>3</sup>, com disponibilidade de acesso aos documentos da Delegacia de Polícia.<sup>4</sup>

Inspirado em conceitos fascistas, além de circular em espaços conservadores no Brasil, Plínio Salgado, jornalista e político, criou, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB), projeto que estava gestando já há alguns anos. O integralismo buscou se estabelecer no cenário nacional, chegando a Petrópolis em 1933. Os principais bairros da cidade, desde o centro até seus distritos mais distantes, receberam um núcleo ou subnúcleo integralista.

---

<sup>2</sup> Inventário do Fundo Plínio Salgado disponível em: <https://aphrioclaro.sp.gov.br/fundo-plinio-salgado/>

<sup>3</sup> Repositório digital do acervo do Museu Imperial disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/>

<sup>4</sup> Os documentos da 67ª Delegacia de Polícia [de Petrópolis] (1895-1980) encontram-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu Imperial. Nota da editora.

O Integralismo nasceu com o discurso de combate ao “liberalismo, ao socialismo, ao capitalismo internacional e às sociedades secretas vinculadas ao judaísmo e à maçonaria” (Trindade, 1979, p. 226). Por ter sofrido influência dos movimentos fascistas europeus, tem como base a militância e a forte hierarquização (Gonçalves, 2008, p. 5).

Se levamos em conta, não apenas propostas como a defesa da propriedade privada e ideais religiosos e familiares (que o caracterizariam como conservador), mas os métodos de obtenção do poder: a via revolucionária, a utilização violenta da imprensa como arma de difusão ideológica e a estrutura corporativa de estado (Oliveira, 2004, p. 47-48).

A Ação Integralista se apresentava como um movimento social e político que tinha como objetivo a defesa dos interesses do povo brasileiro. Um Estado forte era o objetivo a ser alcançado pelos líderes da AIB, com a meta no progresso técnico-científico (Santana, 2006, p. 85). Outro ponto fundamental do discurso integralista é a concepção espiritualista do universo e do homem, com crença em um Deus pessoal com um destino sobrenatural para o homem. Com isso, o integralismo se fundamentava na soberania da alma sobre o corpo, gerando assim uma superioridade do espiritual no moral, do moral sobre as relações sociais, do social sobre o nacional e do nacional sobre o individual, criando uma sociedade hierarquizada (Ribeiro, 2004, p. 53). Seu lema “Deus, Pátria e Família” coloca a família como base da organização social, sendo indispensável na defesa de valores e da moral cristã. Para defender a preservação da família, da moral e das tradições, os integralistas se identificavam como soldados de Deus e da pátria (Santana, 2006, p. 85).

Com este tipo de formação intelectual, o alvo principal dos integrantes do movimento integralista foi o materialismo. Segundo o pensamento integralista, o homem deveria viver baseado em virtudes, na crença da existência de Deus e da alma humana, para que, em constante aperfeiçoamento, pudesse trabalhar pelo fortalecimento da família, da pátria e da sociedade. O nacionalismo também representou fator importante na formação do discurso integralista. Segundo Ivair Ribeiro (2004, p. 54), para Plínio Salgado, a nação “[...] seria uma grande sociedade de famílias vivendo em determinado território, sob o mesmo governo, sob a impressão das mesmas tradições históricas e com as

mesmas aspirações e finalidade”. O fato de a nação se basear nos núcleos familiares exclui qualquer outro tipo de formação social.

O Estado ideal para o integralismo seria o Estado Integral, que formulava, como uma das principais características, uma visão global dos problemas e da realidade, contrapondo-se ao unilateralismo. Era disseminado o conceito de que o Estado Integral seria a única saída do homem frente à dominação exercida pelo materialismo. O *Manifesto Integralista de Outubro de 1932* destaca em seu artigo 10º que o Estado Integral deveria ser livre de todo e qualquer princípio que gerasse divisão social ou antagonismos (Ribeiro, 2004, p.58).

O corporativismo também está presente no discurso integralista:

O Estado Corporativo ou Integral brasileiro, segundo Gustavo Barroso, seria democrático porque os sindicatos, federações e corporações teriam o direito de eleger, pelo voto, seus representantes no governo, diferentemente do Estado fascista, onde os representantes das corporações eram escolhidos pelo governo (Ribeiro, 2004, p. 59).

Com isso, os homens, na organização social, fariam parte dos grupos naturais, formados pela família, pela profissão, pela propriedade e pelo município, estando assim entrelaçados na constituição da nação, não gerando o homem-cívico isolado da liberal-democracia como base, mas o homem que vive em função destes grupos naturais, protegendo sua personalidade e preservando sua autonomia. Com isso, para alcançar as várias categorias sociais, o integralismo utilizou-se de

[...] símbolos, rituais, jornais, revistas, panfletos, cartazes, palestras e sessões doutrinárias como veículos de propagação de seu ideário político. Seus membros fundaram várias escolas, iniciaram a formação de uma milícia armada e desenvolveram atividades de assistência social (Santana, 2006, p. 86).

O integralismo criou estruturas de dominação que estavam presentes plenamente na vida de seus membros, desde saudações, uniformes e símbolos, até objetos do cotidiano, como xícaras e talheres, além da imagem do líder

Plínio Salgado nas paredes da casa. Nesse sentido, o integralismo buscou criar memórias através de uma construção retórica a seu molde. A pedagogia ideológica integralista tinha como base a delimitação do que era bom e do que era ruim. Formar essas fronteiras e apresentá-las aos membros era fundamental para que cada um soubesse diferenciar os valores brasileiros dos estrangeiros, o que era justo e o que era maldade, os bons e os maus costumes, o caos e a ordem. Identificando a AIB como o lado bom, ficava definida a vontade dos outros grupos não integralistas como ruim. Podemos citar Alceu Amoroso Lima, que identificava a Aliança Nacional Libertadora como a “frente única do mal” e tentava estimular a formação da “frente única do bem”, com valores ligados à Igreja e à família (Athaíde, 1935 *apud* Machado, 2005, p. 75).

[...] os integralistas possuem essa preocupação, pois a definição do “outro” permite definir seus “defeitos” frente às “nossas” virtudes. Assim, a busca dos integralistas em vincular sua imagem em um “nós” coletivo para que todos os brasileiros se identifiquem e, que abarcasse a nação como um todo, servia como uma forma de legitimação. Ao mesmo tempo, nos inimigos são identificados todos os defeitos, são apresentados como algo que causa desagregação e desarmonia, algo que deve ser afastado para a sobrevivência do “coletivo” (Oliveira, 2004, p. 70).

Com isso, o integralismo era visto como um movimento que manteve um começo político e doutrinador e, após sua articulação, se oficializou como partido político, durante o “Segundo Congresso Integralista em Petrópolis”, no ano de 1935.

## 2. Imprensa integralista como forma de doutrinação

Ao pesquisar, tendo os jornais como fonte, o historiador deve investigar com um olhar crítico, não julgando que ali se encontra a verdade, pois até mesmo no preparo das matérias ou na sua paginação o periódico já informa o que o escritor queria como resultado. As fontes estão no passado e são vistas com um olhar do presente, e, para isso, o apoio de metodologias que auxiliam na sua interpretação são fundamentais.

A relação de Plínio Salgado com a imprensa surgiu, antes mesmo da fundação da AIB, quando começou a publicar notas políticas no jornal *A Razão*.

No integralismo, esse meio de comunicação se tornou um forte braço de divulgação da doutrina.

[...] em todos os Estados sobre os quais tivemos acesso aos jornais das secretarias provinciais, a fundação do primeiro periódico nunca ultrapassou quarenta dias após a organização do primeiro núcleo de comando regional. O que nos leva a crer que uma das primeiras ações de cada chefia provincial é a fundação de um periódico para difundir a ideologia dos camisas-verdes (Oliveira, 2009, p.137).

Essa necessidade de publicação também pode ser explicada pelo fato de que doutrinar os membros da AIB era uma das principais tarefas das lideranças do movimento integralista. A formulação de uma forte ideologia era necessária e, com isso, vários mecanismos para sua divulgação foram utilizados. Para essa doutrinação, eram utilizados jornais de tiragem nacional e municipal, além de revistas, como mostra matéria publicada no jornal *Tribuna de Petrópolis*, de 15 de agosto de 1934, na qual ocorre a convocação de membros da AIB petropolitana para participarem de um curso de formação dos futuros componentes da elite integralista. Tal curso ficou sob a direção do chefe municipal e de seu secretário, que, de início, iriam tratar de noções sobre Economia, Política e Sociologia, ministradas também pelo chefe municipal, Sr. Raymundo Padilha, e História do Brasil e Geografia Econômica, ministrada por Mario C. de Paiva (*Tribuna de Petrópolis*, 15 ago. 1934, p. 1). Foi uma forma de gerar uma pequena elite intelectual ligada aos assuntos do integralismo nacional, e também para adquirirem bagagem intelectual, pois futuramente poderiam ocupar cargos no núcleo ou nos subnúcleos.

O primeiro jornal do movimento foi *O Integralista*, que começou a circular no mês seguinte ao lançamento do *Manifesto de Outubro de 1932*. O primeiro jornal de circulação nacional foi o *Monitor Integralista*, fundado em 1933, tinha circulação interna e funcionou como um “diário oficial”, sua utilidade era mais voltada para estruturação do movimento. O jornal *A Offensiva* veio cobrir a necessidade de doutrinar os participantes do movimento, seu conteúdo doutrinador servia para levar a palavra do chefe, Plínio Salgado, a todos os lugares do Brasil, tanto que a assinatura para o recebimento periódico dos dois jornais era obrigatória a todos os núcleos (Oliveira, 2009, p. 150-151).

Em Petrópolis, o núcleo integralista contou com as publicações do jornal *A Marcha*, que funcionava na sede do núcleo municipal e foi um dos meios de divulgação das ideias integralistas para manter os militantes informados sobre formação de novos núcleos, reuniões, novos membros, entre outras resoluções de âmbito nacional e municipal. Petrópolis também contou com ampla divulgação do material integralista nos jornais não oficiais do movimento como: *Tribuna de Petrópolis e Pequena Ilustração*<sup>5</sup> (Machado, 2008, p. 51). Estes jornais não oficiais eram formas de os integralistas chegarem com sua ideologia às pessoas que não compravam os jornais oficiais do movimento.

Outra fonte de identificação integralista eram as fotos. Reproduzidas por profissionais pagos ou estimulando a produção independente de seus militantes, as fotografias serviam como publicidade na disseminação das ideologias integralistas sendo divulgadas em seus periódicos. Nos anos de 1930, a fotografia foi reconhecida como uma visão do real, algo que não é passível de manipulação, já os textos impressos poderiam ser modificados. “Estes sentidos de veracidade e confiabilidade ligados à imagem fotográfica também são partilhados pela intelectualidade da AIB, assim como pelos produtores de seus periódicos” (Bulhões, 2005, p. 62).

A importância da imprensa no movimento tomou tal proporção que foi organizado um “Congresso Integralista de Imprensa”, no qual também foi elaborado um código de ética para os jornalistas integralistas, justamente para tentar padronizar a escrita (Oliveira, 2009, p. 274-275).

### 3. Formação do integralismo em Petrópolis e sua estrutura: núcleo e subnúcleos

Petrópolis se destacou nos primeiros anos do século XX como o principal centro têxtil fluminense, principalmente na década de 1930, devido sua proximidade com a então capital brasileira, Rio de Janeiro, e também por motivos de clima e de força hidráulica de rios para o maquinário industrial. Essas indústrias pertenciam, em sua maioria, a empresários do Rio de Janeiro, o que já gerava insatisfações por parte dos operários petropolitanos, pois seus salários eram inferiores aos dos trabalhadores cariocas (Martins, 1983, p. 34).

---

<sup>5</sup> O jornal *Pequena Ilustração* também integra o acervo do Museu Imperial, sob a guarda da Biblioteca. A coleção completa encontra-se na plataforma Dami (Programa de Digitalização do Acervo do Museu Imperial). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br>. Nota da editora.

Há registros de mobilizações de operários já nos primeiros anos do século passado, conforme aponta o estudo feito por Priscila Musquim Alcântara (2009, p. 17-18) sobre o movimento operário de Petrópolis, como greves de operários da Companhia Têxtil Cascatinha, em junho de 1909, e casos mais conflituosos, como o ocorrido em maio de 1913, quando operários da Fábrica de Tecidos Companhia Cometa invadiram a filial do bairro Alto da Serra e destruíram parte do maquinário, fazendo com que os gerentes da fábrica fugissem para a capital temendo a reação violenta do operariado.

A formação social da cidade era bastante diversificada. Petrópolis foi uma cidade que contou com colonos germânicos vindos para o processo de construção e urbanização da cidade ainda no século XIX. Recebeu também um fluxo considerável de imigrantes italianos nas primeiras décadas do século XX. Cada um desses grupos se articulou de forma diferente com as doutrinas da década de 1930, de modo que é possível observar, na Petrópolis deste período, a recepção de ideais nazistas em grupos que preservavam a cultura germânica, bem como o desenvolvimento de núcleos fascistas junto ao empresariado italiano estabelecido na cidade (Alcântara, 2009, p. 20-30).

A Ação Integralista em Petrópolis teve seu início como núcleo organizado em 1933, tendo como chefe municipal Raymundo Padilha, que, posteriormente, também integrou o secretariado nacional da AIB. O primeiro subnúcleo, no entanto, só foi fundado no ano seguinte (Machado, 2008, p. 51). Como visto, o jornal *A Marcha* foi o veículo oficial de doutrinação do integralismo, sendo utilizado também como meio de contato periódico entre os associados, promovendo convocação de reuniões, prestação de contas, mensagens do chefe nacional. O jornal funcionava na sede do núcleo municipal, na avenida 15 de Novembro, atual rua do Imperador, 757, Centro, sob direção de Reynaldo Chaves e Jorge Pachá.

Os jornais e boletins tinham a função de atualização da doutrina por meio da propaganda de textos e reportagens que interpretavam a conjuntura política nacional e os problemas locais de acordo com a ideologia integralista. Pelo jornal, os camisas-verdes eram informados das mudanças de estratégia do movimento. Além de publicar os textos e manifestos das lideranças nacionais, as edições traziam notas e reportagens elaboradas por lideranças municipais, que tratavam da situação do movimento em municípios e distritos onde havia núcleo da AIB instalado (Santana, 2006, p. 92).

Em 12 de junho de 1934, foi inaugurado o primeiro subnúcleo, no bairro Itamarati, tendo Francisco Bastos Filho como representante local, Antonio Alberto Baitelli como secretário distrital de propaganda, Leoni Pastorini como secretário de doutrina e organização política, e Hermínio Viduani como secretário de finanças. De acordo com o meio de comunicação oficial do integralismo local, as festividades da inauguração foram feitas no salão de um clube local, chamado Itamaraty F.C. “O evento reuniu um número expressivo de pessoas, que extrapolou a capacidade do clube. Cerca de 100 integralistas tiveram que ficar do lado de fora, porque o Itamaraty F.C. já estava lotado” (A Marcha, 23 jun. 1934, p. 1).

A equipe do jornal *A Marcha* registrou em reportagem, publicada no dia 23 de junho de 1934, narrando o depoimento de um senhor de 60 anos, que havia inscrito todos os seus quatro filhos na AIB, “mostrando-lhes, de público, os deveres a que nenhum brasileiro deve fugir, para salvação da Pátria”.

Os integralistas instalaram uma escola noturna no subnúcleo, o que demonstrava que o objetivo dos membros do movimento era administrar as principais bases do crescimento intelectual, já arregimentando na base escolar.

Em setembro será aberto um curso para os futuros componentes da elite integralista. Será anexo ao Departamento Municipal de Estudos e ficará sob a direção imediata do Chefe Municipal e de seu secretário. No início irá tratar de noções sobre Economia Política e Sociologia, que será ministrado pelo Sr. Raymundo Padilha, e História do Brasil e Geografia Econômica, ministrada por Mario C. de Paiva. As inscrições estão abertas (Tribuna de Petrópolis, 15 ago. 1934, p. 1).

O segundo subnúcleo inaugurado foi o do bairro Cascatinha, no dia 4 de setembro de 1934, tendo como chefe local, Miguel Francisco Scudesi (A Marcha, 7 set. 1939, p. 3). A sede municipal implantou o Departamento de Propaganda, responsável pela divulgação dos feitos do movimento integralista, cuja missão era articular para a implantação de novos núcleos distritais pela cidade. No bairro Alto da Serra, os esforços foram coordenados por João Gouvêa, Waldemar de Abreu e Manoel Augusto do Amaral; no bairro Bingen, por Pedro Hees e João Carlos Monfort; no distrito de São José do Rio Preto (hoje cidade emancipada), por Henrique Madeira, Sotero Silva Costa e Bianor

Martins Esteves. De acordo com o jornal oficial, durante uma semana de campanha em São José, 100 pessoas se inscreveram no movimento integralista e cerca de 3.500 prospectos foram distribuídos (A Marcha, 7 set. 1939, p. 3). Fato que confirma que o núcleo municipal estava em sintonia com as práticas nacionais da AIB. A função dos meios de propaganda era basicamente doutrinação e estímulo a novos adeptos. Porém, como os dados são gerados por fontes oficiais, é importante sempre ponderar.

Como visto, os integralistas publicavam em jornais correntes, com o objetivo de propaganda. Abaixo segue uma nota do jornal *Tribuna de Petrópolis*, intitulada “Integralismo nos Quarteirões – Núcleo Districtal da Mosella”

Na ultima quarta-feira à hora da reunião registrou se a visita ao núcleo do Chefe Municipal, Tte. Melchiades Rodrigues do Monte e de sua exma. Esposa, senhora Angelina Gatte Monte, que na séde Central desempenha as funções de Chefe do Departamento Feminino. O Chefe Districtal sr. Hugo José Kling, acompanhado do seu secretario, recebeu na porta o digno casal, observando o ritual integralista, a que tem direito os chefes municipaes (Tribuna de Petrópolis, 6 jan. 1936, p. 2).

É possível levantar parte da estrutura do movimento integralista petropolitano por meio da divulgação das comemorações do Natal, organizada pelo núcleo integralista do bairro Mosela:

Às seis horas da tarde de 25, [...] já era avultado o numero de integralistas locais e de outros núcleos convidados para assistir a festividade. Entre os presentes achava-se o tte. Melchiades R. Monte, Chefe Municipal e sua exma. Esposa Chefe do Departamento Municipal Feminino, o sr. Pedro Hees, Chefe Districtal do Núcleo do Bingen e alguns dos seus secretaros, e o sr. Euciydes J. da Silva, Director da Segunda Academia de atletas integralistas do município de Petrópolis. [...] O Núcleo Districtal de Fazenda Ingleza esteve representado pelo sr. Pedro M. Kochem S.D.F. e mais dois camisas verdes (Tribuna de Petrópolis, 1 jan. 1936, p. 14).

Faziam parte pequenos empresários, como Guilherme Blatt, dono da Confeitaria Brazil, Joaquim Rabaço, dono do Armazém Pedras Brancas, e Henrique Gehren, dono da viação de ônibus Cruzeiro (Tribuna de Petrópolis, 1 jan. 1936, p. 1), sendo possível perceber a proximidade do integralismo com a classe média por meio da simpatia e da adesão de pequenos empresários da cidade ao movimento. Além da classe média, o movimento integralista contou com a participação militar do tenente Melchiades Montes, nomeado chefe municipal de Petrópolis na ocasião da saída de Raymundo Padilha, que assumiu o cargo da chefia provincial do Rio de Janeiro. Em contrapartida, exigia-se dos membros uma participação ativa nas reuniões e demais eventos, com punições aos que não cumprissem as obrigações de integralista, chegando até mesmo à expulsão do movimento. Tais exclusões estavam previstas nos “Protocollos e Rituaes”, publicado no *Jornal Monitor Integralista*: “Toda e qualquer exclusão, a pedido, de Integralista, equivale à expulsão, pois o Integralista que pede a sua exclusão ou abandona as fileiras do Sigma, falta ao compromisso de um juramento por Deus e pela Honra” (Protocollos e Rituaes, 1937, p. 43). Este fato pode ser comprovado.

Mais integrantes do integralismo local foram expulsos, todos por não terem se identificado perfeitamente com a grande causa integralista. No integralismo não há lugar para fraquezas, a pessoa que quiser filiar-se, deve pensar se tem liberdade absoluta para seguir na causa da nação. Esta questão de entusiasmo passageiro é melhor para as associações recreativas, onde não há responsabilidade, e não há uma doutrina que prega a reforma política de um povo que ainda está preso a organização liberal democrática (A Marcha, 19 maio 1934, p. 02).

O ex-integralista era taxado como aquele que criou uma mancha por romper uma promessa com Deus, perdendo sua honra, sua dignidade frente ao grupo. Era uma forma utilizada pelo movimento para desestimular as baixas. Porém, como os grupos sociais presentes nas fileiras eram de médios empresários, a saída do movimento poderia causar algum tipo de constrangimento – mesmo que não tenham sido observados relatos sobre essa questão nas fontes pesquisadas.

#### 4. Integralismo e Catolicismo em Petrópolis

Como o integralismo se aproximava dos ideais cristãos, membros de associações católicas se identificaram com a doutrina integralista. Em nota do funeral de João Baptista Maniaudet, publicada na *Tribuna de Petrópolis*, é possível perceber essa ligação: “Um sincero agradecimento a Acção Integralista Brasileira e Congregação dos Filhos de Maria das quaes o extinto fazia parte, [...]” (Tribuna de Petrópolis, 6 jan. 1936, p. 3).

Com relação à aproximação do integralismo com os ideais católicos, Maria Amélia Salgado Loureiro desenvolve a seguinte afirmação:

O Integralismo propõe uma frente única espiritualista, contra a onda avassaladora do materialismo, proclamando a existência de Deus e da alma do Homem e não se imiscuindo no que se refere à disciplina religiosa adotada por este ou por aquele, pois só reprova aquilo mesmo que a Constituição Brasileira também reprova, ou seja, as práticas de seitas que constituem ameaça à paz e aos bons costumes (Loureiro, 1981, p. 14).

O integralismo assumiu uma identidade cristã, segundo os escritos de Maria Amélia, frente à ameaça materialista, representada a partir de 1935 pela Aliança Nacional Libertadora, a ANL. Mas, é importante analisar, com relação à tendência integralista no espiritualismo, o que Trindade demonstra em seus escritos, relacionando o integralismo à Igreja Católica. “Todo o conteúdo tradicionalista da ideologia integralista inspira-se, em parte, na doutrina social da Igreja e nos temas fundamentais da renovação das elites católicas” (Trindade, 1979, p. 12).

Embora a maioria dos intelectuais católicos não se engajasse pessoalmente no movimento, a AIB contou com grande simpatia nos meios intelectuais católicos e, sobretudo, entre a massa dos praticantes. Portanto, seria necessário estudar as relações entre a AIB e a hierarquia católica, já que uma parte dos membros do alto clero não dissimulou sua aprovação à Acção Integralista, nem sua tolerância à participação de membros do clero no integralismo (Trindade, 1979, p. 10).

Em Petrópolis, os movimentos e organizações católicas receberam estímulo principalmente pela atuação do intelectual Alceu Amoroso Lima, integrante do Centro Dom Vital e da Liga Eleitoral Católica. Na cidade, Alceu Amoroso Lima foi presidente da Companhia de Fiação e Tecidos Cometa, ficando diretamente ligado à questão operária. Tristão de Athayde, seu pseudônimo, via o operariado e os sindicatos como naturalmente bons, mas a influência comunista gerava desordem entre os operários. Para ele, “[...] o papel da Igreja era o de se inserir nos diversos movimentos e setores sociais, interferindo em suas diretrizes e organização [...]” (Machado, 2005, p. 73). Alceu tinha posição clara com relação à Aliança Nacional Libertadora (ANL): era a “frente única do mal”. Ele propunha uma aliança entre os movimentos de direita na “frente única do bem” que deveria resguardar a Igreja, a nacionalidade e a família, lema muito parecido com os integralistas de “Deus, Pátria e Família”.

Os ideais católicos de Alceu Amoroso Lima e as diretrizes integralistas encontram uma aproximação na luta contra adversários. Como demonstra Alceu, “O Integralismo possui, no campo social, em grande parte os mesmos adversários que a Igreja. E a luta contra inimigos comuns é um laço que cria aproximações indestrutíveis” (Lima, 1936 *apud* Salgado, 1946, p. 58). Alceu afirmava que, dentre todos os partidos políticos vigentes na época, apenas a Ação Integralista poderia satisfazer melhor as exigências da consciência católica (Salgado, 1946, p. 59).

Esta proximidade entre Alceu Amoroso Lima e os integralistas incomodava os líderes da ANL em Petrópolis. Na edição de 31 de maio de 1935, o jornal aliancista *A Manhã* publicou uma matéria intitulada “Nos Feudos do Líder Católico-Integralista Tristão de Athaíde”, na qual descreve a situação relativa às condições de trabalho e salários na Fábrica Cometa, criticando a exploração sofrida pelos operários, justamente a fábrica na qual Alceu era presidente. O texto também chama a atenção para repressão exercida sobre o sindicato para que esse não conseguisse atuar na fábrica. Ainda há uma crítica do jornal ao Centro Dom Vital, que o considera como uma ofensiva clerical. Para a ANL, o integralismo e o conservadorismo católico andavam juntos (Machado, 2005, p. 103).

Em 1934, Petrópolis recebeu a visita do cardeal Cerejeira, porta-voz do salazarismo português. Como aponta o pesquisador Paulo Henrique Machado,

Duas questões nos parecem emblemáticas nessa visita: primeiro, o fato de um representante do conservadorismo católico e de um regime autoritário europeu visitar a cidade que abriga um dos mais importantes pólos do pensamento católico conservador; o outro fator interessante é a visita do cardeal ao túmulo da família real na catedral da cidade, o que mostra a permanência da ligação entre a igreja e a monarquia, dois setores com poder na cidade (Machado, 2005, p. 77).

Com isso, podemos perceber que as principais lideranças petropolitanas católicas queriam resguardar sua hegemonia sobre a cidade. Por outro lado, o integralismo também encontrou ambiente propício de defesa, mantendo uma relação cordial com a instituição.

## **5. O fechamento da AIB no Brasil e do núcleo de Petrópolis**

O integralismo participou ativamente da vida política brasileira entre os anos de 1932 e 1937. Durante esse período, se fortaleceu como partido político, como movimento ideológico e como mantenedor de um imaginário de país que poderia dar certo se as estruturas de poder fossem alteradas, permitindo a chegada ao poder de seu chefe supremo, Plínio Salgado. Contudo, as articulações findaram juntamente com todos os outros partidos políticos, com o decreto federal, de 2 de dezembro de 1937, no qual o governo Vargas, após instaurar o Estado Novo, determinou o fechamento de todos os partidos políticos brasileiros, com isso a AIB entrou na ilegalidade (Caldeira, 1999, p. 111).

As atividades do núcleo em Petrópolis continuaram na clandestinidade até fevereiro de 1938, quando a polícia invadiu a sede do movimento, apreendendo os arquivos e as armas que estavam no local (Alcântara, 2009, p. 45).

Diligências posteriores, levadas a efeito pela madrugada em fóra, pelo illustre sr. Anuar Farah e seus auxiliares, tiveram o mais absoluto êxito, coroados que foram com a apreensão do restante do archivo dos camisas-verdes. Com a presença do ex-“chefe municipal” do integralismo extinto, dr. Rodolpho Figueira de Mello, foram varejadas

as sedes municipal e provincial, à avenida 15 de novembro e rua Paulo Barbosa, respectivamente.

Essas diligências foram à chave de ouro com que o operoso e digno sr. Anaur Farah, cerrou a repressão às arremetidas criminosas, seus idealismos, do credo “que foi” do sr. Plínio Salgado.

Pela madrugada, quasi o dia nascendo, encontrava-se no cartório da Delegacia da 6ª Região, todo o arquivo e a famigerada e odiosa “lista-negra” do defunto integralismo (Jornal de Petrópolis, 14 fev. 1938, p. 2).

Durante as diligências para a desarticulação da AIB em Petrópolis, a polícia encontrou uma lista contendo nomes de comerciantes, industriais e membros da sociedade petropolitana, dando destaque aos que eram filiados à maçonaria. Esses nomes faziam parte de um levantamento realizado pelo integralismo com relação a pessoas ou instituições que haviam causado algum tipo de boicote ou que não tenham atendido aos pedidos feitos por membros locais. Políticos fluminenses também somavam seus nomes na lista.

Nos arquivos encontrados, também se identificou como o núcleo municipal começou a ter dificuldades, a partir de setembro de 1937, na divulgação da doutrina integralista, como destacou o *Jornal de Petrópolis*, em sua publicação de 14 de fevereiro de 1938, quando expôs alguns relatos que constavam nesses arquivos. Tratava-se de uma correspondência do chefe local para o chefe provincial, apontando as dificuldades de vincular notas integralistas nos principais jornais da cidade.

O *Jornal de Petrópolis* era identificado pelo seu dono na época, o deputado federal Eduardo Duvivier, como maçom e com elementos esquerdistas; a *Tribuna de Petrópolis*, por fazer parte da União Democrática Brasileira, não aceitava por motivo de contrato notas integralistas; no jornal *Pequena Ilustração*, o movimento ainda conseguia vincular notas por não haver preferência partidária; o *Jornal de Cascatinha* pertencia a um comunista; ainda há como meios de divulgação do movimento a *Voz Marianna* e *Vozes de Petrópolis*, ambos católicos, o segundo com simpatia aos alemães, prejudicando a imagem do integralismo.

Com o fechamento do núcleo integralista de Petrópolis, Raymundo Padilha, então chefe da província do Rio de Janeiro, fugiu da cidade serrana para a carioca, pois, com o fechamento da sede municipal e a prisão dos líderes locais, era alvo principal da polícia (Jornal de Petrópolis, 14 fev. 1938, p. 3).

## 6. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apontar como a formação de um movimento político pode influenciar na construção social e na própria formulação da memória local, quando a estrutura busca construir um imaginário político. Porém, com o seu fechamento, seus membros são pulverizados para outras agremiações políticas ou perdem o interesse no assunto.

O integralismo é um bom exemplo de estudo no que se refere a uma instituição que buscou estar presente em tempo integral na vida de seus membros, criando um discurso de luta constante contra um inimigo hipotético, deixando seus correligionários sempre em alerta. Esses aspectos não fizeram parte somente do integralismo brasileiro, mas de todos os movimentos políticos de cunho fascista antes e depois dele, pois a busca por um inimigo comum, a base religiosa e o projeto para alcançar uma sociedade pura, sem a mácula de corrupção, onde os indivíduos vivem uma vida perfeita, também fez parte da ideologia fascista.

## Referências

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. *Petrópolis, 1935: Greve e conflitos na cidade imperial*. 2009. 52 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

BIONDO, Fernanda Gabriela. *Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas*. 2016. 267 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

BULHÕES, Tatiana da Silva. “Visualizando’ a militante integralista através das fotografias produzidas pela Ação Integralista Brasileira”. In: *História, Imagem e Narrativas*, ano. 1, n. 1, p. 59-72, set., 2005. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/15637368-Visualizando-a-militante-integralista-atraves-das-fotografias-produzidas-pela-acao-integralista-brasileira-1.html> Acesso em: 14 jan. 2024.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão*. São Paulo: Annablume, 1999.

GONÇALVES, Leandro Pereira. “Literatura Integralista: o projeto nacionalista de Plínio Salgado”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano 3, v. 5, n. 1, p. 82-96, abr., 2008.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *O Integralismo: síntese do pensamento político-doutrinário de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora Voz do Oeste, 1981.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MACHADO, Paulo Henrique. *Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.

MARTINS, Ismênia de Lima. *Subsídios para a industrialização em Petrópolis: 1850/1930*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1983.

NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. “*Perante o Tribunal da História*”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2004. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932 – 1937)*. 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIBEIRO, Ivair Augusto. *O Integralismo no Sertão de São Paulo: um “fascio de intelectuais”*. 2004. 277 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2004.

SALGADO, Plínio. *O integralismo brasileiro perante a nação*. Lisboa: Oficina Gráfica Limitada, 1946.

SANTANA, Emerson Nogueira. “Camisas-verdes em marcha no solo mineiro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 42, v. 42, n. 1, p. 82-93, 2006.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo – o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

## Documentação

“Estatutos da Ação Integralista Brasileira: aprovado em 1935 pelo II Congresso Integralista Brasileiro na cidade de Petrópolis – RJ”. In: SALGADO, Plínio. *O integralismo brasileiro perante a nação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1950, p. 47-48.

*Protocollos e rituaes*: regulamento. Edição do núcleo municipal de Niterói, 1937.

Jornal *A Marcha*, Petrópolis, ano I, n. 6, 8, 14, 1934. Biblioteca Municipal de Petrópolis, Petrópolis/RJ.

Jornal *Pequena Ilustração*, Petrópolis, ano III, n. 52. Biblioteca Municipal de Petrópolis, Petrópolis/RJ.

*Jornal de Petrópolis*, Petrópolis, ano IX, XII, n. 1, 8, 16. Biblioteca Municipal de Petrópolis, Petrópolis/RJ.

Jornal *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, ano XXX, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVIII, n. 1, 2, 7, 8, 10, 13, 21, 22, 28, 32, 33. Biblioteca Municipal de Petrópolis, Petrópolis/RJ.



## **II – Diálogos entre acervos e instituições**



**Arte e técnica a serviço do imperador: Theodor Marx no Brasil  
(1857-1867)**

***Art and technique at the emperor's service: Theodor Marx in Brasil  
(1857-1867)***

Ana Pessoa<sup>1</sup>

Ana Lucia Vieira dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo**

O artigo comenta a contribuição do arquiteto alemão Theodor Marx, que esteve no Brasil, de 1857 a 1867, quando prestou relevantes serviços à Casa Imperial, promovendo obras e reformas nos palácios e dependências imperiais. Sua atuação resultou em um importante acervo documental, formado por plantas, desenhos e esboços, hoje, distribuído entre a Biblioteca Nacional, o Arquivo Central (Iphan) e o Museu Imperial.

Palavras-chave: Casa Imperial; história da arquitetura no século XIX; Theodor Marx.

**Abstract**

The article comments on the contribution of German architect Theodor Marx during his stay in Brazil, from 1857 to 1867, when he provided relevant services to the Imperial House, promoting works and renovations in imperial palaces and dependencies. His performance resulted in an important documentary collection, formed by plans, drawings and sketches, today distributed between the National Library, Central/Iphan Archive and Imperial Museum.

Keywords: Imperial House; history of architecture on XIX century; Theodor Marx.

---

<sup>1</sup>Arquiteta pela FAU/UF RJ, doutora em Cultura e Comunicação ECO/UF RJ, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa e coordenadora, no Brasil, do projeto *A Casa Senhorial em Portugal, Brasil e Goa: Anatomia dos Interiores*, cujos resultados são divulgados no site [acasasenhorial.org](http://acasasenhorial.org), como também em colóquios, seminários e edições.

<sup>2</sup>Arquiteta pela FAU/UF RJ, doutora em História pelo PPGHIS/UFF, professora da EAU/UFF, coordenadora do projeto *A Casa Senhorial*.

## 1. Introdução

Este artigo reúne e comenta o vasto acervo existente em instituições do Rio de Janeiro que documenta a atuação do engenheiro-arquiteto Theodor Heinrich Marx (1833-1890), que assinava seus trabalhos como Th. Marx. Nascido no Grão-Ducado de Baden, Theodor fez seus estudos na Escola Politécnica de Karlsruhe, de onde partiu para o Rio de Janeiro em 1856, a convite do tabelião Francisco José Fialho (1814-1885), então organizando sua empresa *Architectonica*, voltada para construções populares e jardins públicos.

Ainda que tenha desenvolvido projetos para particulares, a atuação mais relevante de Th. Marx foi para a Mordomia da Casa Imperial, de 1857 a 1867, sobre a qual se tem registros nos livros da Mordomia, no Arquivo Nacional, e num conjunto de documentos arquitetônicos, entre plantas, cortes, vistas, perspectivas e *croquis*, que integram a Coleção Thereza Christina Maria, distribuído entre a Biblioteca Nacional e o Arquivo Central do Iphan.

Encontram-se, no Arquivo Histórico do Museu Imperial, o detalhado relatório intitulado *Retrospecto das Obras Imperiais*, de 1863, sobre obras no Paço de São Cristóvão, o relatório de vistoria do palacete Santarém e a descrição dos serviços de reforma no Paço Isabel, em Laranjeiras, para residência dos condes d'Eu. Esse legado documental constitui um excepcional registro sobre a prática profissional no campo da Arquitetura e da Engenharia no Brasil imperial, e vem merecendo estudos no âmbito do projeto *A casa senhorial em Portugal, Brasil e Goa: Anatomia dos Interiores*, de modo a permitir conhecer melhor a contribuição de arquitetos e engenheiros estrangeiros. Estão publicados no site do projeto<sup>3</sup>, uma biografia do artista, bem como desenhos e plantas de seus projetos para a Casa do Mordomo e Casa dos Semanários.

O presente artigo é uma versão revista e ampliada de um primeiro estudo sobre o arquiteto de nossa autoria, *Th. Marx, um arquiteto na corte de D. Pedro II*, apresentado no 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, realizado de 3 a 6 de setembro de 2019, em Salvador, Bahia, e publicado em seus Anais eletrônicos. Outra iniciativa do grupo é o artigo *Projeto de expansão da residência imperial petropolitana: a construção da Casa dos Semanários*, apresentado nesta edição.

---

<sup>3</sup> Ver mais em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/inicio>.

## 2. A formação de Th. Marx

Theodor Heinrich Marx nasceu em Karlsruhe, capital do Grão-Ducado de Baden, em 15 de abril de 1833. O ducado, situado no sudoeste da Alemanha, às margens do rio Reno, existiu de 1806 até 1918, quando se tornou parte da República de Weimar, como República de Baden.

Foi o filho caçula de Matern Josef Marx, violoncelista, maestro, compositor e diretor musical, e de Sophie Satzger. Theodor perdeu o pai com apenas três anos, o que, talvez, explique o porquê de não seguir a tradição musical da família – além do pai, sua irmã mais velha, Pauline Julie, foi renomada cantora lírica de sucesso internacional.

Durante a juventude de Theodor, Karlsruhe tornou-se um importante centro de ensino e desenvolvimento científico e tecnológico, com a fundação da Escola Politécnica de Karlsruhe em 1825, hoje, *Karlsruher Institut für Technologie* (KIT). A escola foi fundada com o envolvimento pessoal de Karl Friedrich Nebenius, ministro de Baden e conselheiro de Estado, tendo como modelos as escolas politécnicas de Paris (1795), Praga (1801) e Viena (1815). O ensino técnico tinha como objetivo principal treinar profissionais e funcionários públicos civis para atuarem na nascente indústria e nas obras de expansão urbana, saneamento e infraestrutura, além de promover melhorias nas redes de circulação e transporte. Além do ensino, essas instituições desenvolviam pesquisas científicas, muitas vezes em colaboração direta com as próprias indústrias.

As habilitações oferecidas em Karlsruhe eram: Arquitetura, Químicas e Engenharia nas modalidades civil, de estradas, mecânica e florestal. Também na Alemanha, o ensino da Arquitetura originou-se numa Academia de Belas Artes, a de Berlim, fundada em 1696, mas desenvolveu-se fortemente marcado pelo interesse na pesquisa científica metódica, característico do ensino técnico.

A Escola Politécnica de Karlsruhe contava em seu corpo docente com importantes profissionais e teóricos, promovendo formação de ponta. A escola passou por duas reestruturações curriculares, uma em 1832, a poucos anos, portanto, do início de seu funcionamento, e a segunda na década de 1850, quando Th. Marx já era aluno da Bauschule (Escola da Construção). Através da documentação escolar de Theodor, arquivada no *Karlsruher Institut für Technologie*, podemos situar seu período como aluno entre 1851 e 1855. Para acesso à Bauschule, era exigido que os alunos tivessem completado o liceu e tivessem passado pelo primeiro curso da escola de Matemática na Politécnica.

Theodor começou sua formação estudando Química, Física, Geometria Descritiva, Perspectiva e Estática da Construção, passando depois a cursos mais específicos de Arquitetura, como Desenho Figurativo e Desenho da Paisagem, Arquitetura Monumental e Arquitetura Superior, Estilo da Construção, Modelagem em Madeira e em Gesso, Ornamentos e Arqueologia. Foi aluno, entre outros, de Jakob Hochstetter, Friedrich Eisenlohr e Heinrich Hübsch, autor de *Em que estilo devemos construir?*<sup>4</sup>. Os mestres da Bauschule eram profissionais de grande reputação, com muitas obras construídas e participavam ativamente das discussões teóricas sobre Arquitetura, debatendo, não só, sobre as inovações tecnológicas, mas também seu impacto nos aspectos estéticos das construções.

O histórico escolar de Th. Marx mostra um aluno com bom aproveitamento, mas com frequência irregular. Isso pode ser explicado, porque Theodor casou-se com Louise Eggemann em 1852, quando estava iniciando seu curso, e, portanto, tinha família para sustentar.<sup>5</sup>

O encontro de Theodor Marx com o tabelião Francisco Fialho se deu em Karlsruhe, onde o tabelião matriculou seu filho na universidade e estabeleceu contatos locais. Fialho estava envolvido com iniciativas particulares para promoção de colonização europeia no Brasil, era membro da Associação Central de Colonização, criada em 1855, e representava, no Brasil, desde 1853, o agente de emigração francês Sr. Henrique Beaucourt<sup>6</sup>. Em viagem à Europa em 1853, Fialho percorreu os principais centros de emigração de colonos alemães e suíços. Karlsruhe era um local de concentração de profissionais jovens e bem formados, com possível disposição para começar a vida no Novo Mundo<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> HÜBSCH, Heinrich. *In what style should we build? The German debate on architectural style*. Disponível

em: <https://books.google.com.br/books?id=vYTMM8UiL7oC&printsec=frontcover&dq=in+with+style+should+we+build&hl=pt>. Acesso em: 11 mai. 2024.

<sup>5</sup> A primeira filha do casal, Maria Catarina, nasceu em 1851, seguida por Josefina Bernardina (1853) e Theodor Wilhelm (1856). Após a estadia de Theodor no Brasil, o casal teve mais cinco filhos: Antonia Johanna Josephina (1864), Apollonia Carolina Wilhelmine (1867); Theodor Bernard (1869); Johann Theodor August (1870); Catharina Bernhardine (1871). Disponível em: FamilySearch.org.

<sup>6</sup> *Jornal do Commercio*, 3 jun. 1853.

<sup>7</sup> É possível que o contato do Fialho com Karlsruhe tenha sido feito através dos irmãos Eduardo (1806-1880) e Henrique Laemmert (1812-1884), provenientes do Grão-Ducado de Baden, e então seus representantes diplomáticos.

Lá, Fialho recrutou um seleto grupo para seus projetos pessoais<sup>8</sup>: os Srs. Krieger, Werner, Schebb, Stiefvater e Theodor Marx<sup>9</sup>.

O grupo desembarcou do navio *Franc Comtois*, da linha do Havre, no Rio de Janeiro a 4 de junho de 1856, fato noticiado no *Correio Mercantil*<sup>10</sup>, que enalteceu a capacidade artística e técnica dos recém-chegados. Eles foram alojados na ladeira de Santa Teresa, 7, em casa pertencente a Manoel Pedroso, proprietário de uma pedreira e possivelmente envolvido no projeto da *Architectonica*, que fornecia como endereço de contato o número 77, da rua da Quitanda, residência e livraria dos irmãos Laemmert.

Em dezembro de 1856, Theodor Marx compareceu, pela primeira vez, à corte, para a cerimônia de cumprimentos a D. Pedro II, por ocasião de seu aniversário, acompanhado pelo tabelião Fialho e por Henrique Laemmert, em meio a membros da nobreza, funcionários da corte e militares<sup>11</sup>.

No ano seguinte, Th. Marx passou a constar da seção “Arquitetos”, do *Almanak Laemmert* e teve início a sua colaboração com a Mordomia da Casa Imperial, que se estenderia pelos próximos dez anos.

### 3. Retrospecto das Obras Imperiais

Nada sabemos sobre a produção profissional de Theodor Marx na Alemanha, tornando-se assim o acervo documental e os edifícios sobreviventes no Brasil importantes materiais que permitem o estudo da obra do arquiteto.

A atuação mais relevante de Theodor Marx no Rio de Janeiro foi junto à Mordomia da Casa Imperial, onde trabalhou de 1857 a 1867 em projetos, obras e vistorias de vários imóveis imperiais: Palácio de São Cristóvão, também nomeado Paço da Boa Vista, Imperial Quinta, Casa do Mordomo (atual Palacete Laguna),

---

<sup>8</sup> Além da empresa *Architectonica*, voltada para construções de habitações populares e jardins públicos, que teria, como primeiro projeto, um conjunto de construções na rua de Matacavalos, o tabelião envolveu-se na reforma do Passeio Público, com orientação de Auguste Glaziov, tornou-se fazendeiro em Petrópolis e construiu para si e sua família um imponente palacete na Glória, na recém-aberta rua do Fialho. Ver PESSOA, Ana. *O tabelião Fialho*.

<sup>9</sup> Os companheiros de viagem de Marx eram um jardineiro, um geômetra, um carpinteiro e um pedreiro. Destes, só encontramos notícia de G. Krieger, em anúncio na seção de “Estabelecimentos Hortícolas”, do *Almanak Laemmert* nos anos 1860 e 1861, que o apresenta como “discípulo do célebre jardim botânico de Karlsruhe, e empregado do de Berlim, bem como do afamado estabelecimento hortícola do Sr. Baumann, em Bollwiller, na Alsácia, incumbido de desenhar plantas para jardins e caramanchões pelo gosto inglês ou francês; encarrega-se da execução das mesmas plantas, de medições, nivelamento, etc., além de fornecer plantas e demais insumos” (*Almanak*, 1860, p. 748).

<sup>10</sup> *Correio Mercantil*, 17 jun. 1856.

<sup>11</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 8 dez. 1856.

Fazenda de Santa Cruz e anexos, Paço Imperial e Casa dos Semanários, em Petrópolis, Palacete da Imperial Fazenda de Santarém e o Palacete dos condes d’Eu, atual Palácio Guanabara.

A Mordomia da Casa Imperial era responsável pela administração dos serviços domésticos relacionados à família imperial, compreendendo também a manutenção das propriedades, por meio da Casa de Obras.

O posto de mordomo foi ocupado, desde a coroação até a sua morte, com um hiato de nove anos, pelo conselheiro Paulo Barbosa da Silva (1790-1868), engenheiro militar que reunia as funções de mordomo, guarda-joias e porteiro da Imperial Câmara. Ele conduziu, no primeiro momento, a implantação de Petrópolis e a construção do palácio imperial de veraneio, e, no seu retorno, as obras de modernização das construções da Quinta da Boa Vista, e, em especial do palácio, onde foram promovidas profundas alterações internas e externas, como a reforma da fachada segundo a linguagem clássica.

No período de 1855 a 1860, o diretor das Obras dos Palácios Imperiais foi o arquiteto e pintor Manuel Araújo Porto Alegre. O cargo permaneceu vago até 1864, quando foi assumido por Theodor Marx. A colaboração de Marx no período anterior, de 1857 a 1864, foi remunerada por empreitada, contra a entrega de desenhos e serviços.

*Retrospecto das Obras Imperiais*

1	Relatório de tempo de 1817 a 1832.
2	" " " " " 1833
3	" " " " " 1834
4	" " " " " 1835
5	" " " " " 1836
6	Relatório de 1837.
7	Relatório de 1838.
8	Relatório de 1839.
9	Relatório de 1840.
10	Relatório de 1841.
11	Relatório de 1842.
12	Relatório de 1843.
13	Relatório de 1844.
14	Relatório de 1845.
15	Relatório de 1846.
16	Relatório de 1847.
17	Relatório de 1848.
18	Relatório de 1849.
19	Relatório de 1850.
20	Relatório de 1851.
21	Relatório de 1852.
22	Relatório de 1853.
23	Relatório de 1854.
24	Relatório de 1855.
25	Relatório de 1856.
26	Relatório de 1857.
27	Relatório de 1858.
28	Relatório de 1859.
29	Relatório de 1860.
30	Relatório de 1861.
31	Relatório de 1862.
32	Relatório de 1863.
33	Relatório de 1864.
34	Relatório de 1865.
35	Relatório de 1866.
36	Relatório de 1867.
37	Relatório de 1868.
38	Relatório de 1869.
39	Relatório de 1870.
40	Relatório de 1871.
41	Relatório de 1872.
42	Relatório de 1873.
43	Relatório de 1874.
44	Relatório de 1875.
45	Relatório de 1876.
46	Relatório de 1877.
47	Relatório de 1878.
48	Relatório de 1879.
49	Relatório de 1880.
50	Relatório de 1881.
51	Relatório de 1882.
52	Relatório de 1883.
53	Relatório de 1884.
54	Relatório de 1885.
55	Relatório de 1886.
56	Relatório de 1887.
57	Relatório de 1888.
58	Relatório de 1889.
59	Relatório de 1890.
60	Relatório de 1891.
61	Relatório de 1892.
62	Relatório de 1893.
63	Relatório de 1894.
64	Relatório de 1895.
65	Relatório de 1896.
66	Relatório de 1897.
67	Relatório de 1898.
68	Relatório de 1899.
69	Relatório de 1900.

CASA IMPERIAL

*Relatório do serviço das Obras*

1837

No ano de 1837, fui o primeiro a fazer o relatório de tempo de 1817 a 1832, e desde esse tempo fui encarregado de fazer os relatórios de tempo de 1833 a 1836, e de 1837 a 1840, e de 1841 a 1844, e de 1845 a 1848, e de 1849 a 1852, e de 1853 a 1856, e de 1857 a 1860, e de 1861 a 1864, e de 1865 a 1868, e de 1869 a 1872, e de 1873 a 1876, e de 1877 a 1880, e de 1881 a 1884, e de 1885 a 1888, e de 1889 a 1892, e de 1893 a 1896, e de 1897 a 1899, e de 1900 a 1903.

1838

Relatório de 1838, em que se encontram as obras de tempo de 1837 a 1838, e de 1839 a 1840, e de 1841 a 1842, e de 1843 a 1844, e de 1845 a 1846, e de 1847 a 1848, e de 1849 a 1850, e de 1851 a 1852, e de 1853 a 1854, e de 1855 a 1856, e de 1857 a 1858, e de 1859 a 1860, e de 1861 a 1862, e de 1863 a 1864, e de 1865 a 1866, e de 1867 a 1868, e de 1869 a 1870, e de 1871 a 1872, e de 1873 a 1874, e de 1875 a 1876, e de 1877 a 1878, e de 1879 a 1880, e de 1881 a 1882, e de 1883 a 1884, e de 1885 a 1886, e de 1887 a 1888, e de 1889 a 1890, e de 1891 a 1892, e de 1893 a 1894, e de 1895 a 1896, e de 1897 a 1898, e de 1899 a 1900, e de 1901 a 1902, e de 1903 a 1904.

Figuras 1 e 2: Sumário e página inicial do relatório “Retrospecto das Obras Imperiais”. Arquivo Paulo Barbosa. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Os servidores da Mordomia se dividiam entre os que moravam nas imediações da quinta, em casas no terreno da chácara ou no próprio paço. O mordomo e sua esposa residiam em uma casa institucional, vizinha à Quinta da Boa Vista, denominada Quinta da Joana, onde também morava seu ajudante de ordens, Antônio de Araújo Ferreira Jacobina.

Da documentação relativa a Theodor Marx, merece destaque o minucioso relatório “Retrospecto das Obras Imperiais”, que reuniu em nove páginas a descrição dos serviços, realizados de 1857 a 1862, para a Mordomia da Casa Imperial, uma proposta de “Continuação da obra em geral”, que foi extraviada, e uma projeção de custos para continuação, “Orçamento para a complementação dos serviços do Paço Imperial de São Cristóvão”<sup>12</sup>. Através das anotações de Theodor é possível obter dados sobre a duração das diferentes etapas das obras, bem como sobre materiais e técnicas utilizados, além da identificação de operários, artesãos e fornecedores da Casa Imperial que atuaram especificamente nesses projetos.

No retrospecto, ele faz um relato sucinto sobre os dois primeiros anos de sua atuação, 1857 e 1858, e comenta que havia sido integrado às Obras Reais em outubro de 1857, depois de ter colaborado com o cenógrafo e decorador italiano Mario Bragaldi (1809-1873)<sup>13</sup> no projeto que ele ofereceu para “transformação e continuação das obras” do Palácio de São Cristóvão, onde propunha a transferência da Sala do Trono para novo ambiente, no lado sul do edifício, segundo desenhos que se encontram no Arquivo do Iphan.

Theodor explica que, ainda em 1857, de imediato, foi preciso a “tomada de medidas das obras interrompidas”<sup>14</sup>, isto é, a confecção de plantas com cotas, ao mesmo tempo em que Bragaldi iniciou a decoração do edifício.

---

<sup>12</sup> MARX, Theodore. *Retrospecto das Obras Imperiais*. Arquivo Paulo Barbosa – APB – Tombo 3754-97. Museu Imperial/Ibram/MinC.

<sup>13</sup> Mario Bragaldi nasceu em Milão e fez seus estudos em Florença e Bolonha. Trabalhou como cenógrafo em Londres e Nova Iorque, onde atuou também como decorador. Chegou ao Rio de Janeiro em 1854, quando trabalhou como cenógrafo no Teatro Provisório e no Teatro Ginásio Dramático, e em obras privadas, até ser contratado pela Casa Imperial em 1857. Ao longo de quatro anos, realizou a decoração das áreas públicas e privadas do Paço Imperial, segundo etapas paulatinas, pagas ao final de cada serviço, mediante recibos que nos permitem acompanhar a progressão dos trabalhos. Nas duas últimas etapas, de 1860 e 1861, foram desenvolvidos os trabalhos para conclusão da decoração do torreão norte, compreendendo a Sala do Conselho e a Sala do Trono, serviços de estuque na fachada e de pintura do Teatrinho do Paço. A última ordem de pagamento a Mario Bragaldi foi em 28 de agosto de 1861. Ele deixaria o Brasil naquele mesmo ano. PESSOA, Ana. “*Bravo! Bragaldi: o palácio, o artista e a arte no Brasil*”. In: PESSOA, Ana; MALTA, Marize. (org.). *Anais do II Colóquio Internacional Casa Senhorial: anatomia de interiores*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

<sup>14</sup>*Retrospecto das Obras Imperiais*, p. 2.

No ano seguinte, foram elaboradas plantas, seções e elevações definitivas para servir na remodelação do Paço de São Cristóvão, e iniciadas as obras da comunicação das cozinhas com a sala de jantar principal do primeiro andar, contratadas com o Sr. Ginty.<sup>15</sup>

Outras obras realizadas em 1858 foram a de um picadeiro provisório e da abegoaria para o gado. Ele aponta também os serviços de decoração que Bragaldi havia realizado: na Sala dos diplomatas, na Salinha de vestir de S. M. o imperador, no 1º andar do torreão sul, e no Gabinete Verde de S. M. o imperador, no mesmo andar, tendo o mestre Benevenuto como encarregado de diversos serviços na Imperial Quinta.

Em 1859, Th. Marx deu notícia sobre a continuação das obras mencionadas a partir do mês de maio, quando foi encarregado pela mordomia da Casa Imperial dos serviços e recebeu ordens para o recomeço. As informações sobre as obras foram organizadas em planilhas, com descrição mensal de realizações, dividindo as edificações em quatro grupos: *Paço Novo*, relativas às novas construções e remodelações; *Paço Velho e Repartições Internas*, relacionadas à antiga estrutura; *Edifícios Novos*, para moradias e para as repartições internas, e *Diversos Serviços*, que compreendiam principalmente moradias para criados inferiores e escravizados, além de reparos em diferentes edifícios de serviço.

---

<sup>15</sup> O engenheiro William Gilbert Ginty (1820-1866) era especializado em canalização de gás e veio para o Brasil em 1854, contratado pelo empresário Irineu Evangelista de Sousa, o futuro barão de Mauá, para atuar na Companhia de Iluminação a Gás. Ginty desenvolveu outros projetos, como o canal do aterrado e suas pontes de ferro, e assessorou iniciativas de abastecimento de água, esgoto, etc., além de cuidar das instalações do Paço de São Cristóvão. William Gilbert Ginty. *Grace's Guide*. Disponível em: [https://www.gracesguide.co.uk/William\\_Gilbert\\_Ginty](https://www.gracesguide.co.uk/William_Gilbert_Ginty).



Antônio Joaquim da Silveira, indicado como Sr. Silveira no relatório, e feitos reparos na casa do mordomo-mor. Essas obras incluíram também edifícios, como a nova abegoaria, bem como a aquisição e o assentamento de máquinas.

O último grupo refere-se principalmente a alojamentos para a criadagem e escravaria, além de consertos em edifícios de apoio, como cocheiras, cavalariças e armazéns, que segundo Marx eram solidamente construídos, mas haviam sido totalmente negligenciados pela administração anterior, chegando mesmo à ruína. Obras que aparecem no Grupo III podem, eventualmente, aparecer no Grupo IV, provavelmente por questões de manejo do orçamento geral.

As medidas continuaram até 1862, com a troca de portas e de janelas, a instalação de novas platibandas e a realização de nova decoração, que exigiram o emprego de andaimes. Há indicação, na página “Orçamento para completar”, de que a fachada principal ainda exigiria novos investimentos ao fim do período.

*Orçamento p[er] completar diversas partes já p[er]feitas da Imperial*

I	Completar a fachada principal com colunas e arcos que se fará com o material actual das obras, com as mesmas molduras, janelas e portas, e com as mesmas aberturas de arcos e janelas.	12000000
II	Reparar a casa de abegoaria que se fará com o material actual das obras, e com as mesmas molduras, janelas e portas, e com as mesmas aberturas de arcos e janelas.	10000000
III	Completar as salas de frente de 21 varas de largura e de 12 varas de comprimento de 2.º e 3.º.	12000000
IV	Completar as salas de frente de 21 varas de largura e de 12 varas de comprimento de 2.º e 3.º.	12000000
V	Reparar as salas de frente de 21 varas de largura e de 12 varas de comprimento de 2.º e 3.º.	12000000

Figura 4: Relatório de Serviços das Obras Imperiais, 1859. Arquivo Paulo Barbosa. Museu Imperial/Ibram/MinC.

#### 4. Desenhos e plantas para a Casa Imperial

As descrições de obras contidas no relatório são complementadas pelo conjunto de desenhos de Theodor Marx, que integra a Coleção Thereza

Christina Maria, da Biblioteca Nacional. A associação das pranchas às descrições do relatório permite que se amplie a interpretação dessa documentação, compreendendo melhor a introdução de novos confortos domésticos, tecnologias, materiais construtivos industrializados e novos padrões estéticos. Entre outros processos, estão documentados o uso de ferro industrializado, como material estrutural para construções novas ou reforço das antigas estruturas, o uso de cimento Portland e de concreto, além da macadamização de vias da Quinta da Boa Vista e outras propriedades. Faz parte do acervo, um pequeno conjunto de projetos de máquinas para uso nas obras, como um guindaste para içar balaústres até o telhado e máquina para transportar aterro.

Além das pranchas relativas às obras de São Cristóvão, o conjunto contém projetos para a Fazenda Imperial de Santa Cruz, como olaria, viveiros, currais e outras instalações rurais, e para as obras realizadas na casa do mordomo-mor, então conhecida como Quinta da Joana, hoje, Palacete Laguna, que estão representadas em belos desenhos de fachadas, intervenções nas fundações e porões, e ampliação do edifício.

Até o momento, foi identificado um único desenho relativo ao Paço Velho, ou Paço da Cidade, embora este tenha sido objeto de importantes intervenções.

Theodor cuidou também de outro edifício da Casa Imperial, fiscalizando a execução do projeto e o atendimento das especificações e do orçamento. Trata-se do palacete da Imperial Fazenda de Santarém, situado na freguesia de S. José da Cacaria, município de São João do Príncipe. Manoel Martins do Couto Reis, sobrinho do tenente-general Couto Reis, antigo superintendente da Imperial Fazenda de Santa Cruz, havia arrendado a propriedade a partir de 1855, com ressalva ao abatimento no aluguel dos recursos “referentes às obras realizadas no Imperial Palacete [...] conforme o risco e orçamento aprovados pelo Mordomo e exame feito pelo Engenheiro encarregado das obras da Imperial Quinta da Boa Vista”.<sup>16</sup> Os riscos foram aprovados em 1859, vistoriados pelo engenheiro em 1862, por determinação do mordomo<sup>17</sup>, e conclusivamente avaliados por Theodoro Marx no mês de fevereiro de 1866: “Completaram-se as obras conforme os riscos aprovados em 1859 e na importância do orçamento”<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Mordomia da Casa Imperial - AGP - Arquivo C20 - 4ª Gaveta - Pasta 452 – Arquivo Grão Pará.

<sup>17</sup> Arquivo Nacional. Casa Real e Imperial. Cód. 1 volume 44 - CODES - Código de Fundo 00, p.3.

<sup>18</sup> “Avaliação das obras encontradas na dita Feitoria em fevereiro de 1866”. Mordomia da Casa Imperial - AGP - Arquivo C20 - 4ª Gaveta - Pasta 452.

## 5. Obras particulares

O contrato de Theodor Marx com a Mordomia da Casa Imperial não exigia exclusividade, por isso temos sua participação em pelo menos três projetos particulares.

O primeiro é a casa do tabelião Fialho<sup>19</sup>, responsável por sua vinda ao Brasil. Fialho era dono de um extenso terreno em Santa Teresa, contíguo à chácara dos Velho da Silva, onde se abriram as ruas Dona Luiza e Santo Amaro. Em 1867, foi aberta a rua do Fialho, ligando ambas as ruas. Na confluência das três, o tabelião ergueu seu palacete em centro de terreno, com extenso jardim. A propriedade tinha entrada inicialmente pela rua Dona Luiza, sendo dotada de um portão para a rua do Fialho quando esta foi aberta. O período de construção da casa coincide com a chegada dos alemães contratados pelo tabelião, sendo bastante provável que a obra tenha sido sua primeira ocupação. O palacete era um edifício assobradado, com linhas verticais e fachadas assimétricas, com a entrada marcada por colunas que sustentam varanda no sobrado. A área social – entre salão, salas de centro, dos quadros, de jantar, de costura e a de serviços – se distribui no térreo, além de galeria e oito cômodos no andar superior, com tetos decorados com estuque e pintura a fresco; mobília nobre e quadros. No exterior, dependências para banho e empregados, além de cavalaria, cocheiras e amplo jardim, com fonte azulejada com repuxo, caramanchão, vasos, estátuas e árvores frutíferas.

Marx participou da construção da Capela Nossa Senhora dos Remédios, situada em terras da fazenda de Maria Paschoal e Francisco Teles Cosme dos Reis, hoje, área da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá. A pedra fundamental foi lançada em 19 de outubro de 1862, em cerimônia documentada pelo pintor Emil Bauch, cuja obra pertence ao Museu Imperial. Em 1862, Th. Marx participou da *XV Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes*, expondo, na seção de Arquitetura, o “Projeto de uma capela em construção na fazenda Engenho Novo, Freguesia de Jacarepaguá” e “Fantasias arquitetônicas”,<sup>20</sup> pelos quais ganharia uma das medalhas de prata.

---

<sup>19</sup> Juízo de órfãos e Ausentes da 1ª vara ZL. Inventário Fialho, Francisco José. Falecido. Fialho, Maria Emília. Inventariante. Inventário, 1895, n.º 1372, caixa 131, p. 24-15. Após a morte do tabelião, a propriedade seria arrendada, a partir de 1894, para empresas hoteleiras, até ser vendida, em 1924, à Beneficência Portuguesa, que promoveria profundas intervenções para adaptá-la a uma enfermaria para senhoras.

<sup>20</sup> LEVY, Carlos Roberto Maciel. *Exposições gerais da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes*, 1990, p.157.

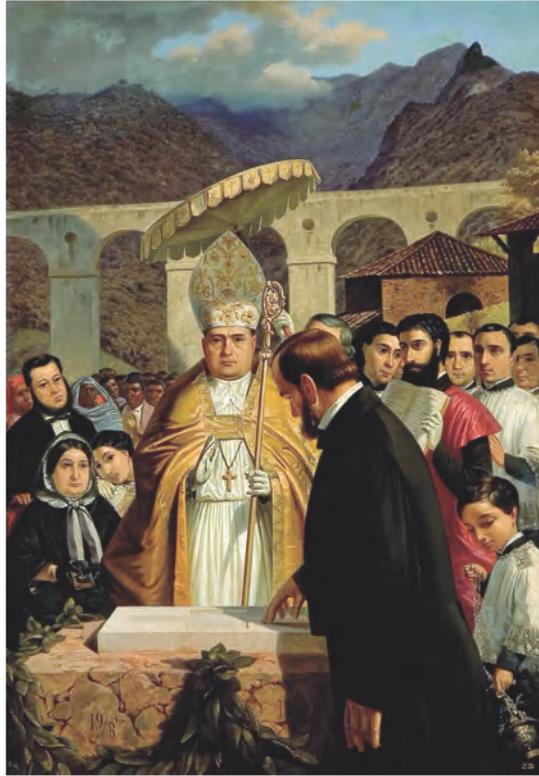


Figura 5: BAUCH, Emil. *Lançamento da pedra fundamental da Ermida de N. Senhora dos Remédios*. Óleo sobre tela, 1863. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Em 1865, Th. Marx participa das obras executadas nas duas propriedades compradas para residência dos condes d'Eu, na rua do Guanabara, 4 e 6, no bairro de Laranjeiras. As casas pertenciam a José Machado Coelho e eram: um palacete, no número 4, e edifícios de serviço, no número 6. Apesar do palacete ser amplo e já dotado de algumas modernidades, como alguns aparelhos de iluminação a gás, água encanada e banheiros, foi considerado que eram necessários melhoramentos, para melhor conveniência dos ilustres novos moradores<sup>21</sup>.

O palacete era um grande sobrado com dois blocos ligados por um terraço sobre *porte-cochère*. O bloco da frente, no andar nobre, tinha salas e quartos organizados em volta de um pátio cercado por varandas que serviam de circulação. O andar térreo era um porão alto habitável, onde ficavam depósitos e

---

<sup>21</sup> As obras estão descritas em códice AGP- L281-1883/1913. Arquivo Grão Pará.

alojamento de criados. O bloco dos fundos continha a cozinha e seus anexos, além de aposentos que foram destinados ao veador e à dama de honra da princesa.

As obras compreenderam reparos e melhorias no edifício principal, como canalização de águas quente e fria, canalização de gás para iluminação, esgotamento sanitário com construção de fossa, reservatórios e instalação de bombas de pressão para elevar a água para o segundo pavimento. Foram feitos novos banheiros, inclusive para criados, e os cômodos do pavimento térreo foram dotados de revestimento de pisos e forros. Uma nova lavanderia foi construída em estilo *chalet* e tanto a estrebaria quanto a cocheira foram ampliadas. Os edifícios da casa número 6 foram reparados e ampliados para habitação de criados e escravos. A chácara foi reformada com aterro e macadamização das ruas internas, sendo construídas sarjetas para coleta das águas pluviais. Há, ainda, um projeto particular não identificado, registrado na obra “Vista de uma casa executada nas Laranjeiras”, apresentado na *Exposição da Academia de 1864*.<sup>22</sup>

Durante os anos de permanência no Brasil, temos notícia de uma só visita de Marx à Alemanha. Na volta de sua licença, em 1867, pediu exoneração do seu cargo, diante da notícia de que seus serviços não seriam mais necessários porque não se fariam novas obras no Paço. Ao autorizar o pedido, o mordomo Paulo Barbosa agradeceu os “bons serviços que prestou a Casa Imperial, com zelo e inteligência pouco vulgares”<sup>23</sup>.

O arquiteto anunciou seus serviços no *Almanak Laemmert* de 1867, não só na seção dos “empresários de obras”, como em anúncio de página inteira na seção *Notabilidades*, onde se apresentou como “Th. Marx, empresário de obras, situado na rua da Alfândega 48, com destaque para suas atividades para a família real: ‘encarregado durante dez anos das obras dos palácios de S. M. O Imperador, empresário das de SS. AA. II. e RR. e muitos particulares nesta corte’”<sup>18</sup>. O anúncio oferecia os seguintes serviços:

[...] ajusta e executa a edificação de prédios novos, concertos de casas, transformações de ditas, etc., etc., dando os riscos e orçamentos precisos, ou conformando-se com os planos e ideias a ele apresentadas. Responde a consultas sobre despesa de qualquer obra em projeto, ou com encomendas para fora, sobre as quais trouxe este ano da Europa amplas informações.

---

<sup>22</sup> LEVY, *op. cit.*.

<sup>23</sup> ARQUIVO NACIONAL. Casa Real e Imperial. CODES-00, Cod. I, vol. 44, 1867, p. 4, folha 84v.

Apesar de ter demonstrado ânimo de continuar na cidade, Theodor Henrique Marx consta da lista de passageiros embarcados para o Rio da Prata<sup>20</sup>, em dezembro de 1867. Não sabemos para qual dos países do Prata ele foi, nem quanto tempo ficou lá. De volta à Alemanha, tem-se notícia de que ele morou em Münster por período ignorado, voltando para Karlsruhe, onde faleceu a 26 de fevereiro de 1890, em seu apartamento da Gartenstrasse, aos 54 anos.

## 6. Considerações Finais

O estudo aqui apresentado dá continuidade à construção de biografias dos profissionais atuantes no Brasil do século XIX, iniciada no projeto *A Casa Senhorial em Portugal, Brasil e Goa: Anatomia dos Interiores*, de modo a conhecer melhor a configuração do campo profissional, formado por arquitetos e engenheiros nacionais e estrangeiros.

As informações sobre a trajetória singular de Theodor Heinrich Marx permitem avançar na compreensão da atuação dos profissionais estrangeiros, em especial daqueles provenientes das regiões germânicas, no processo de arregimentação de mão de obra especializada para atender a cidade do Rio de Janeiro em acelerada expansão.

A documentação estudada lança luz sobre os processos de gerenciamento das obras da Casa Imperial, as expectativas projetuais concretizadas e não concretizadas, como a expansão do Paço de Petrópolis, materiais e técnicas utilizados, bem como identifica profissionais e fornecedores.

O estudo envolveu pesquisa de fontes dispersas em arquivos e bibliotecas do Brasil e da Alemanha, bem como a consulta a periódicos de época, correspondências e o espólio arquitetônico guardado na Biblioteca Nacional e no IPHAN. A identificação do conjunto de desenhos e o cruzamento de informações permitiram estabelecer a trajetória do arquiteto no Brasil, num singular registro sobre a prática projetiva e construtiva no período.

A avaliação preliminar do legado de esboços, desenhos, projetos e relatórios de Theodor Marx coloca a necessidade de se estabelecer medidas de identificação e valorização do acervo documental sobre Arquitetura guardado em instituições culturais, ainda não devidamente reconhecido e divulgado.

A natureza tecnicamente especializada das pranchas, suas dimensões, formatos, suportes e a quase sistemática ausência de informações que possam contextualizá-las são fatores que dificultam o tratamento dessa tipologia documental nos centros de documentação. É importante ressaltar que o acervo arquitetônico traz uma contribuição especial para a compreensão dos processos

históricos, sociais e técnicos, documentando padrões econômicos e de gosto na construção dos espaços urbano e rural. As pranchas, por sua vez, não são somente registros de edifícios sobreviventes e preservados, ou memória daqueles desaparecidos, mas também daqueles jamais construídos, cuja encomenda esteve impregnada de expectativas e intenção de futuro.

## Referências

### Periódicos

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. 1857, p. 482; 1858, p. 491; 1859, p. 22; 1862, p. 482; 1863, 485; 1864, p. 38; 1865, p. 37 e p. 484; 1866, p. 466 e 1867, p. 39 e p. 605.

*Correio Mercantil*, 5 jun. 1856; 17 jun. 1856; 17 mar. 1863; 24 maio 1866, 7 dez. 1867.

*Diário do Rio de Janeiro*, 8 dez. 1856.

*Jornal do Commercio*, 3 jun. 1853.

*Karlsruher Zeitung*, n. 216, 13 set. 1855. Disponível em: <https://digital.blb.-karlsruhe.de/blbz/periodical/pageview/1670489?query=Sophie%20Satzger>. Acesso em 11 mar. 2019.

### Documentação escrita

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo Casa Real e Imperial, CODES- 00- – Códice 1, volume 13.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo Casa Real e Imperial. CODES- 00- Códice I, vol. 44, 1867, p. 4, folha 84v.

*Avaliação das obras encontradas na dita Feitoria em fevereiro de 1866*. Mordomia da Casa Imperial - AGP - Arquivo C20 - 4ª Gaveta - Pastas 452. Arquivo Grão Pará.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Iconografia. Coleção Thereza Christina Maria. Projetos e plantas de Theodor Marx.

Códice AGP- L281 - 1883/1913. Arquivo Grão Pará.

*Documentos tratando sobre o arrendamento de uma casa pertencente à Feitoria de Santarém para Vicente José de Carvalho, em 1875* (Pasta 449). Arquivo Grão Pará.

MARX, Theodore. *Retrospecto das Obras Imperiais*. APB Tombo 3754-97. Museu Imperial/Ibram/MinC.

## Bibliografia

AULER, Guilherme. “Obras e reformas no Paço de São Cristóvão”. *Jornal do Brasil*, 16 jun. 1958.

GRACE'S GUIDE TO BRITISH INDUSTRIAL HISTORY. *William Gilbert Ginty*. Disponível em: [https://www.gracesguide.co.uk/William\\_Gilbert\\_Ginty](https://www.gracesguide.co.uk/William_Gilbert_Ginty). Acesso em: 2 fev. 2019.

HÜBSCH, Heinrich. *In what style should we build?: the German debate on architectural style*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=vYTMM8Uil7oC&printsec=frontcover&dq=in+what+style+should+we+build&hl=pt>. Acesso em: 11 mai. 2024.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. *Exposições Gerais da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro : Pinakotheke, 1990.

PESSOA, Ana. O tabelião Fialho: imaginação e negócios na modernização do Brasil. *Leituras Paisagísticas: teoria e práxis*. Rio de Janeiro, EBA/UFRJ, n.º 9, p. 12-35, 2021.

PESSOA Ana; SANTOS, Ana Lúcia V. “Th. Marx, um arquiteto na corte de D. Pedro II”. *Anais do 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*, 3 a 6 set. 2019, Salvador, Bahia, 2019.

PESSOA, Ana. “Bravo! Bragaldi: o palácio, o artista e a arte no Brasil”. In: PESSOA, Ana; MALTA, Marize (org.). *Anais do II Colóquio Internacional Casa Senhorial: anatomia de interiores*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.



## Projeto de expansão da residência imperial petropolitana: a construção da Casa dos Semanários

### *Expansion project for the petropolitan imperial residence: the construction of the “Casa dos Semanários”*

Clara Albani<sup>1</sup>

#### Resumo

Fruto de pesquisas desenvolvidas pela autora no âmbito do projeto “Revisitando a Petrópolis Imperial: formas de morar e a representação social no século XIX”, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)<sup>2</sup>, este artigo comenta sobre o ambicioso projeto de expansão da residência imperial de Petrópolis<sup>3</sup>, desenvolvido entre 1858 e 1861, pelo arquiteto Theodor Marx (1833-1890). A proposta previa melhorias no Palácio Imperial, já existente, além da construção de edificações novas nos fundos do terreno, onde seriam implantadas instalações de apoio. Dessas, apenas a Casa dos Semanários foi construída, prejudicando a unidade pensada pelo arquiteto para o complexo. O ensaio articula desenhos arquitetônicos, fotografias e documentos da Mordomia<sup>4</sup> que ajudam a elucidar a essência de tal empreendimento, o planejamento à época e os resultados esperados na paisagem, que divergem do ambiente construído.

Palavras-chave: projeto arquitetônico; Theodor Marx; Casa dos Semanários.

#### Abstract

The result of research carried out by the author within the scope of the project: “Revisiting the Imperial Petrópolis: ways of living and social representation in the 19th century”, by the Casa de Rui Barbosa Foundation (FCRB), this article comments on the ambitious project to expand the imperial residence Petrópolis,

---

<sup>1</sup> Arquiteta pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PGPP/UFRJ). Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado pela Fundação Joaquim Nabuco (EIPP/ FUNDAJ). Pesquisadora bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa (PCTCC/FCRB).

<sup>2</sup> Coordenado pela Dr.<sup>a</sup> Ana Pessoa.

<sup>3</sup> O projeto está reunido em uma coleção de 25 pranchas, depositadas atualmente na Biblioteca Nacional (BN). Agradecemos à instituição pela digitalização do material, que tornou possível a criação deste artigo.

<sup>4</sup> Transcritos por Auler (1952).

developed between 1858 and 1861, by architect Theodor Marx (1833-1890). The previous proposal for improvements to the existing Imperial Palace, in addition to the construction of new buildings at the back of the land, where support facilities would be implemented. Of these, only the Casa dos Semanários was built, damaging the unity envisioned by the architect for the complex. The essay articulates developed drawings, photographs and stewardship documents, which help to elucidate the essence of such an undertaking, the planning at the time and the expected results in the landscape, which differ from the built environment.

Keywords: architectural project; Theodor Marx; Casa dos Semanários.

## 1. Introdução

O plano de criação de Petrópolis, de 1843, já conjecturava a construção de um Palácio de veraneio para D. Pedro II e sua família, entretanto, sua pedra fundamental só foi lançada em 1845 (Pessoa; Santos, 2019). As obras do edifício foram realizadas em etapas, sendo concluídas apenas em 1862. Nesta direção, este artigo comenta o projeto de transformação da residência imperial petropolitana, desenvolvido entre 1858 e 1861, pelo arquiteto da Casa Imperial, Theodor Heinrich Marx (1833-1890).

O projeto previa melhorias no Paço Imperial, já erigido, além da construção de edificações de apoio nos fundos do terreno, onde seriam implantadas instalações de serviço e acomodações para os funcionários. Estas, juntamente com o pavilhão preexistente, dariam origem a um grandioso complexo, demandando obras vultuosas. Contudo, apenas o trecho referente à Casa dos Semanários, atual Palácio Grão Pará, foi construído. Em 1862, as obras foram interrompidas e os demais edifícios nunca chegaram a ser concretizados, o que comprometeu a harmonia e a significação do conjunto.

A atuação do arquiteto Theodor Marx no projeto resultou em uma numerosa coleção de plantas, fachadas, cortes e detalhes arquitetônicos, distribuídos em 25 pranchas, depositadas na Biblioteca Nacional (BN), com a titulação “Projeto para transformação da residência imperial em Petrópolis – Paço Imperial e Casa dos Semanários”. O material foi catalogado e digitalizado pela BN em 2023, após iniciativas do grupo de pesquisa da FCRB, coordenado pela Dr.<sup>a</sup> Ana Pessoa, demonstrando o ineditismo do presente estudo.

## 2. O arquiteto Theodor Marx

Theodor Marx (1833-1890), ou Th. Marx (conforme costumava assinar), nasceu em Karlsruhe, capital do Grão-Ducado de Baden, na Alemanha. Coursou a *Bauschule* (Escola da Construção) da Escola Politécnica de Karlsruhe, onde eram oferecidos cursos de Engenharia (civil, de estradas, mecânica e florestal), além de Arquitetura e Química. Chegou ao Brasil em 1856, após ser convidado pelo tabelião Francisco José Fialho, que buscava reunir mão de obra estrangeira qualificada para integrar a equipe da empresa que estava constituindo, a *Architectonica*. O negócio se destinaria à construção de habitações populares e jardins públicos, se apresentando promissor pelo cenário de expansão da cidade do Rio de Janeiro, entretanto, não foi adiante (Pessoa; Santos, 2019).

Marx participou da construção de diversos empreendimentos no estado, como no projeto e na direção das obras do palacete de José Fialho, na Glória, e da Capela Nossa Senhora dos Remédios, localizada na atual Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá. Todavia, seus trabalhos de maior destaque foram realizados durante os dez anos de atuação na Mordomia da Casa Imperial, onde permaneceu de 1857 a 1867. O acervo dos projetos realizados pelo arquiteto no Brasil se encontra bem documentado, havendo registros escritos, cartográficos e iconográficos distribuídos entre os livros da Mordomia da Casa Imperial no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Central do Iphan e no Museu Imperial, em Petrópolis (Pessoa; Santos, 2019).

## 3. Planta geral de transformação do Paço Imperial de Petrópolis - 1858

A prancha mais antiga do referido conjunto data de 1858, sendo denominada por Theodor Marx como “Paço Imperial de Petrópolis. Planta geral do pavimento principal (transformação)”<sup>5</sup>. Os desenhos revelam um projeto arrojado, contendo o Palácio Imperial (já existente), à direita, juntamente com a proposta de construção de uma edificação pavilhonar de proporções similares, à esquerda. No centro do terreno, entre os blocos, foi reservado um generoso espaço livre, onde mais tarde se constituiu o Bosque do Imperador. O pavilhão novo seria subdividido em três corpos, onde funcionaria, de acordo com as legendas do arquiteto, a “Residência da Mordomia”, a “Repartição geral da cozinha” e a “Administração” (Figura 1.a).

---

<sup>5</sup> “Marx, Theodore, Paço Imperial de Petropolis [desenho técnico]: vista geral do pavimento principal (transformação), 1858.” – Biblioteca Nacional – Iconografia – Localização: ARC.29.4.7(1).

Entre as alas inferiores dos dois prédios principais, seria construída uma edificação menor, de planta retangular, assinalada por Marx como “Morada dos Srs. Semanários”, destinada “para oito senhores”. O edifício proposto é totalmente simétrico, sendo claramente dividido em dois eixos. Chama a atenção, a presença de um grande pátio no centro do bloco, contendo uma “passagem”, em formato de cruz, que, por sua vez, delimita quatro ambientes nas extremidades, intitulados como “área”. A função de tal passagem interna seria fazer a ligação entre os dois corredores principais, a escada principal e o salão voltado para a fachada frontal do edifício. O programa interno previa ainda a presença de quatro antessalas, oito salas, oito quartos de dormir, duas escadas de serviço, além de uma sala de bilhar e de duas varandas, localizadas em fachadas opostas (Figura 1.a.).

Observa-se que as varandas da “Morada dos Srs. Semanários” exerceriam um papel primordial na integração do complexo, tanto no âmbito funcional, quanto estético. O projeto previa a interligação dessas sacadas com extensos passadiços cobertos, protegidos lateralmente por guarda-corpos, que, por sua vez, se ligariam às varandas localizadas nos dois edifícios vizinhos. A passagem do lado esquerdo conduziria à ala administrativa do pavilhão de apoio, enquanto a do lado direito daria acesso à “sala principal de jantar” do Palácio Imperial. Através desta, os Semanários poderiam acessar diretamente a “antesala”, a “grande sala” e o “corredor principal” do Paço, ou até mesmo o pavimento inferior, por meio de uma “passagem de serviço com a escada para baixo”, conforme consta na legenda produzida por Theodor Marx.

Leituras minuciosas da planta, da fachada (Figura 1.b.) e das legendas da prancha de 1858 permitem compreender como ocorreriam fluxos, acessos e interligações entre os prédios propostos e o existente. A comunicação entre o pavimento superior do pavilhão de apoio principal e os demais blocos seria realizada diretamente através do passadiço coberto, cruzando o interior da “Morada dos Srs. Semanários”, até chegar ao lado oposto desse caminho, que daria acesso ao Paço e vice-versa.

Além disso, os desenhos dão um panorama claro da ambiência pensada inicialmente por Marx para o complexo, evidenciando a intenção do arquiteto em compor um conjunto integrado e harmônico entre as edificações novas e o Palácio Imperial. Entretanto, é importante esclarecer que esse plano primitivo sofreu diversas alterações nos anos seguintes, não tendo sido concretizado.

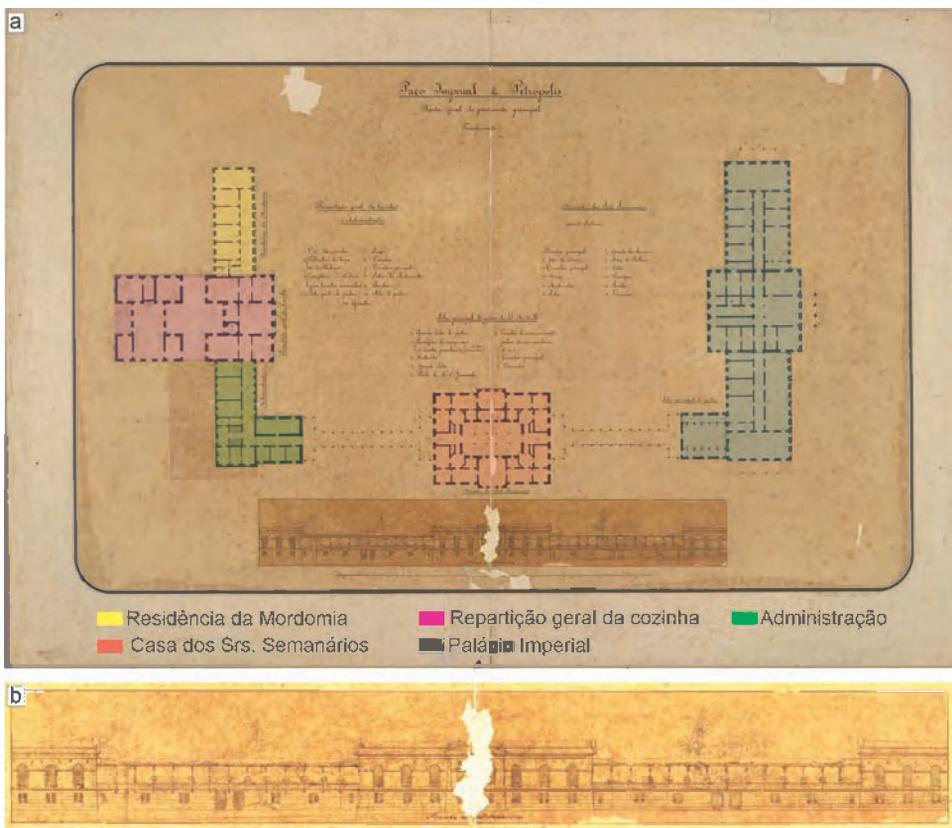


Figura 1: Prancha do projeto de transformação do Palácio Imperial de Petrópolis: a. Planta geral do pavimento principal (transformação), 1858; b. Fachada lateral do complexo ampliada, contendo a Casa dos Srs. Semanários, ao centro, interligada através de passagens cobertas à Administração do pavilhão de apoio (à esquerda) e ao Paço Imperial (à direita).

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, com recorte e marcações da autora.

#### 4. O projeto da Casa dos Semanários - 1859

O projeto da Casa dos Semanários, ou Quartel dos Semanários (Figura 2), foi desenvolvido entre 1858 e 1859, para funcionar como alojamento petropolitano dos funcionários que faziam rodízios semanais a serviço do imperador D. Pedro II e de sua família. Dentre eles, havia camaristas, médicos, os mestres das princesas e o bispo diocesano, além de membros de famílias importantes que, porventura, o imperador precisasse abrigar, ainda que não fossem servidores da Casa Imperial. A expressão “entrar de semana” é frequentemente encontrada nas cartas que a princesa Isabel dirigia ao seu pai (Aguiar, 2015).

Sabe-se que, das edificações propostas na prancha geral de transformação do Paço Imperial (1858), apenas as obras da Casa dos Semanários foram finalizadas. Entretanto, as análises das plantas de pavimento do edifício, produzidas em 1859, demonstram que sua construção não seguiu o projeto primitivo, comentado anteriormente. Além disso, o Quartel nem mesmo foi implantado na posição determinada inicialmente por Theodor Marx. Na realidade, ele foi erguido no trecho que seria destinado, a princípio, à “Residência da Mordomia”, nos fundos do Palácio Imperial, na confluência das ruas Epitácio Pessoa e Dr. Joaquim Moreira.

O projeto que foi executado de fato, elaborado em 1859, revela uma planta retangular, contendo uma notória divisão em três eixos horizontais. No eixo central, foi disposta a escada principal, responsável pela interligação dos dois pavimentos, e os corredores por onde se distribuía os demais compartimentos. Enquanto o pavimento térreo abrigava as áreas de serviço, o primeiro pavimento se destinava às áreas sociais e aos quartos dos Semanários.

A planta do pavimento térreo<sup>6</sup> (Figura 2.a.) indica a presença de dois acessos ao imóvel, caracterizados por uma entrada principal, situada na fachada lateral, em frente à suntuosa escada helicoidal, e por uma entrada particular, na fachada posterior. O pavimento inferior possuía três funções distintas: abrigar instalações da Mordomia, composta por “entrada principal & vestíbulo”, “escada principal”, “entrada particular”, “corredor de comunicação”, “quarto dos creados”, “privadas” e “escada de serviço”; aposentos da Superintendência, onde estavam dispostos o “escritório geral”, “dito pequeno do chefe”, “quartos”, “antesala” e “armazém”; além de parte da “Repartição da Cozinha”, onde havia “armazém” e “privadas”.

O Quartel dos Semanários funcionaria efetivamente no primeiro pavimento<sup>7</sup> (Figura 2.b.). Dessa forma, sua planta baixa apresenta programa interior abrangendo “escada principal”, “escada de serviço”, “ante-sala”, “sala de visitas”, “sala de jantar”, “corredor de comunicação”, “quarto de estudos”, “quarto aderente”, “quarto de trabalhos”, “quarto de dormir”, “quarto disponível”, “quarto para convidados”, “toilette”, “privadas” e “passagem”.

---

<sup>6</sup> “Marx, Theodore, [Palacio Grao Pará - Petrópolis [desenho técnico]: planta baixa - Pavimento térreo], 1859.” - Biblioteca Nacional - Iconografia - Localização: ARC.29.4.7(12)

<sup>7</sup> “Marx, Theodore, [Palacio Grao Pará - Petrópolis [desenho técnico]: antiga casa dos Semanarios], 1859” – Biblioteca Nacional - Iconografia - Localização: ARC.29.4.7(18).

As duas pranchas contêm anotações manuscritas do autor<sup>8</sup> sinalizando que as paredes externas da edificação já existiam e que apenas a disposição interna seria transformada, expondo modificações em relação ao projeto anterior. Nitidamente, o novo planejamento manteve o “invólucro” do edifício proposto na prancha de 1858 para funcionamento da “Residência da Mordomia”, alterando o programa interno para abrigar a Casa dos Semanários, que, a princípio, seria erguida em outro ponto do terreno e com um projeto distinto, já comentado.

Além disso, os desenhos possuem legendas com os nomes dos ambientes identificados por letras. Apesar de, à primeira vista, não serem encontradas as respectivas correspondências nas plantas baixas de pavimento, é possível visualizar alguns vestígios dessas indicações ampliando o desenho. Entretanto, elas estão representadas a lápis, algumas de forma ilegível, quase apagada, dificultando uma determinação precisa da distribuição original dos espaços. Ainda assim, os fragmentos permitem traçar uma suposição da setorização original.

A coleção conta ainda com um corte transversal<sup>9</sup> (Figura 2.c.) e com uma prancha de detalhes do vestíbulo da escada<sup>10</sup> da Casa dos Semanários (Figura 2.d.). Essas peças reforçam a qualidade técnica e artística dos desenhos de Theodor Marx. Sobre tudo o corte que demonstra conhecimentos de luz, sombra e profundidade, enaltecendo ainda mais o trabalho do arquiteto. Elas também são fundamentais para compreensão do projeto em sua plenitude, pois trazem uma riqueza de detalhes construtivos que seriam inimagináveis apenas pela análise das plantas baixas.

Revelam, assim, os pormenores da escada helicoidal, com seus guarda-corpos e balaustradas, bem como dos ornamentos das colunas laterais e dos frisos pensados para as paredes internas. O corte elucida ainda detalhes da cobertura, no qual se destaca a presença de uma claraboia em formato octogonal, localizada acima da escada, no eixo central da edificação, demonstrando a preocupação do arquiteto em relação à qualidade lumínica do ambiente.

---

<sup>8</sup> Notas da planta de pavimento térreo: “Rio de Janeiro, junho 1859/ NA: As paredes externas já existirão. Transformou-se a disposição interna. Th. Marx” - anotação manuscrita pelo autor à tinta no c.i.d. / Notas da planta do pavimento superior: “Rio de Janeiro, julho 1859/ NA: As paredes exteriores já existirão. Transformou-se a distribuição interior. Th. Marx” - anotação manuscrita pelo autor à tinta no c.i.d.

<sup>9</sup> “Marx, Theodore, [Palacio Grao Pará - Petrópolis [desenho técnico]: Corte transversal, 1859.” – Biblioteca Nacional - Iconografia - Localização: ARC.29.4.7(13).

<sup>10</sup> “S.n., Vestíbulo da Escada para a Mordomia [desenho técnico]: [Vista da porta e] Planta do tecto, 18 –.” – Biblioteca Nacional - Iconografia - Localização: ARC.29.4.7(23).

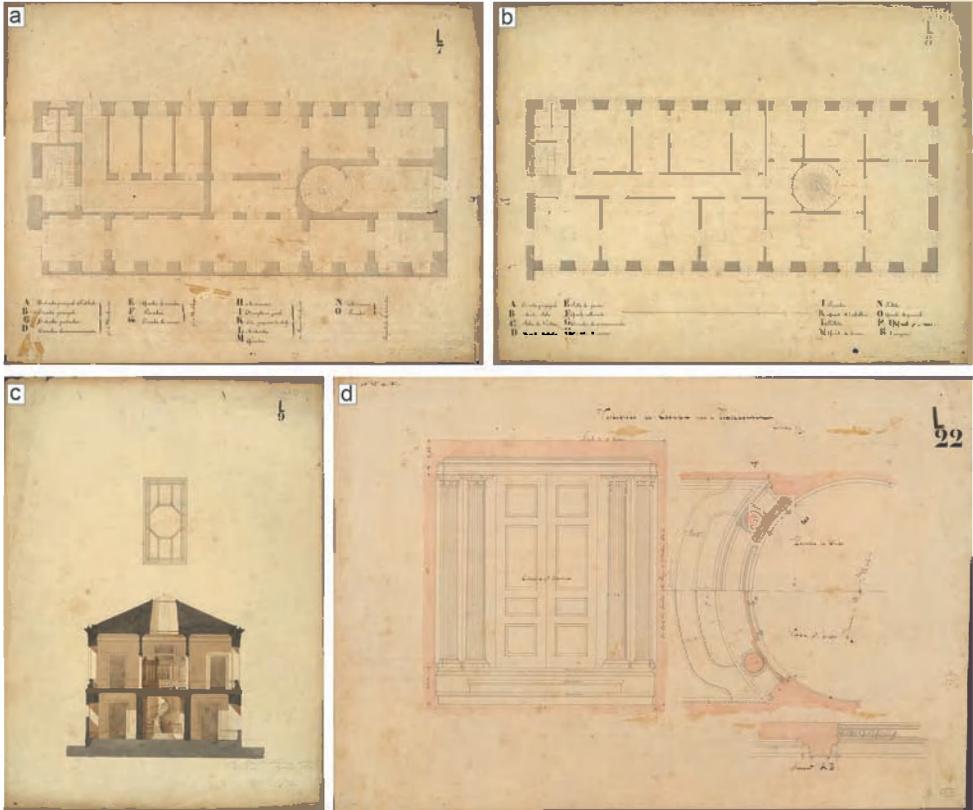


Figura 2: Pranchas do projeto da Casa dos Semanários, de autoria de Th. Marx: a. Planta baixa do pavimento térreo, 1859; b. Planta baixa do primeiro pavimento, 1859; c. Corte transversal, 1859; d. Detalhes do vestíbulo da escada, s/data. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Em paralelo, destacamos o conjunto de fotografias existente no inventário realizado pelo Iphan<sup>11</sup>, que documenta o interior da antiga Casa dos Semanários em 1954, à época, já conhecida como Palácio Grão Pará (Figura 3). Tais registros fotográficos foram valiosos para o desenvolvimento desta pesquisa, pois evidenciam que diversos elementos da edificação foram construídos seguindo fielmente o projeto elaborado por Theodor H. Marx, em 1859.

Neste viés, chama a atenção o saguão da escada, por sua materialidade muito próxima às intenções apresentadas no corte e no detalhe técnico desenvolvido pelo arquiteto. Ressaltamos também o conjunto formado pelo forro

<sup>11</sup> Arquivo Central do Iphan. Série Inventário: Palácio Grão-Pará. Petrópolis: Iphan, s/data.

de gesso com claraboia, situado sobre a escada, executado em perfeita consonância com o traçado do projeto. Apesar de os desenhos técnicos não detalharem as pinturas artísticas realizadas no local, toda modulação geométrica proposta por Marx para o forro foi respeitada (Figuras 3.a., 3.b. e 3.c.)



Figura 3: Fotografias do interior da Casa dos Semanários, 1954: a. Vestíbulo da escada; b. Detalhes da escada principal; c. Pormenores do forro e da claraboia.

Fonte: Arquivo Central do Iphan.

## 5. A construção da Casa dos Semanários - 1859 a 1861

De acordo com Auler (1952), as obras da Casa dos Semanários foram iniciadas em 1859 e finalizadas em 1861, durando, aproximadamente, de dois a três anos. Os relatórios anuais remetidos do Superintendente para o Mordomo da Casa Imperial, fornecem um excelente panorama cronológico do desenvolvimento das etapas construtivas do edifício.

A primeira menção às referidas obras aparece no *Relatório Anual de 1859*<sup>12</sup>. O documento indica uma edificação já estruturada, possuindo vedações externas e internas e cobertura em estágio avançado. Segundo a listagem, foram realizados os seguintes trabalhos naquele ano:

Vigamento do telhado com 9 tesouras; construção de 3 claraboias, sendo 1 na escada principal e 2 no corredor central; 14 divisões, no sobrado, sendo 8 de frontal e 6 de estuque; 27 vãos de portas e janelas de cedro almofadadas, para o sobrado; 42.848 palmos cúbicos de parede de pedra

---

<sup>12</sup> Relatório Anual de 1859 - ofício n.º 360, de 9-1-60 - Transcrito por Auler (1952).

de alvenaria e cal de saibro, na parte exterior; 11.838 palmos cúbicos de parede de pedra de alvenaria e cal de saibro, de divisões interiores; cantaria (obra de empreitada): 6 portadas, 6 soleiras, 29 peitoris e 58 cepos; ferragens para as tesouras (Auler, 1952, p. 642).

Enquanto isso, o *Relatório Anual de 1860*<sup>13</sup> aponta obras já em fase de assentamento dos acabamentos:

Assoalharam-se todas as salas, quartos e corredores, com canela, peroba e pinho de Riga; assentaram-se 24 guarnições, 27 alisares, 27 caixilhos, 20 vãos de janelas, 28 vãos de portas almofadadas; concluíram-se os rodapés; terminaram-se todas as divisões, as de frontal e de estuque; fez-se uma escada de serviço, em 2 lances, com 24 degraus; os pedreiros terminaram as 3 frentes, com platibandas, cimalhas e 27 vãos de janelas (Auler, 1952, p. 643).

A construção da escada principal, em formato helicoidal, foi um dos últimos serviços executados. A atividade foi documentada em ofícios de 1861<sup>14</sup>, nos quais constam a fabricação de 22 degraus de peroba. Após um mês, a escada foi montada e assentada (Auler, 1952), conforme projeto de Theodor Marx. Outros ofícios trazem, ainda, informações sobre as madeiras utilizadas na construção do edifício, sendo elas: vigamento de tapinoã, portas e janelas almofadadas de cedro, soalhos de canela, de peroba, de pinho e de pinho-de-riga, além de soalhos e painéis de peroba entabeirada de pequiá (Auler, 1952).

Por fim, em 25 de outubro de 1861, foi realizado o pedido de mobiliário para o Quartel dos Semanários. Isso indica que, provavelmente, o edifício já se encontrava finalizado naquela data, estando “apto a receber móveis e ser habitado” (Auler, 1952, p. 643). O registro documenta seus “recheios” originais, articulando-os com o seu programa distributivo primitivo, o que possibilita compreender o tratamento decorativo dos compartimentos íntimos e sociais, e fornece indícios sobre os modos de viver e de receber da classe a qual se destinava o imóvel – os Srs. Semanários – refletindo a posição que eles ocupavam naquela sociedade imperial.

---

<sup>13</sup> Relatório Anual de 1860 - ofício n.º 379, de 7-1-61 - Transcrito por Auler (1952).

<sup>14</sup> Ofício n.º 380, de 1-V-1861 e Ofício n.º 383, de 2-VII-61- Transcritos por Auler (1952).

Nº 279 - À Mordomia da Casa Imperial. Precisa-se para a secção do Imperial Palácio de Petrópolis, destinada para o quartel dos Senhores Semanários, o seguinte:

Sala para visitas: 12 cadeiras, 2 ditas com braços, 2 aparadores, 1 mesa para meio de sala, 1 sofá, 1 tapete para o dito, 1 pano para mesa, 4 castiçais com mangas, 1 capacho. Para 4 quartos: 4 marquesas; 4 colchões; 4 travesseiros; 4 almofadas; 4 retretes; 4 bacias para os ditos; 4 bidés; 4 bacias para ditos; 4 ditas para banho; 4 ditas para rosto; 4 jarros para ditos; 4 lavatórios, 8 cadeiras com palhinha; 4 mesas pequenas; 4 comodas; 4 cabides para roupa; 4 tocadores; 4 tinteiros completos; 8 castiçais com mangas; 4 copos para água; 4 bandejas para ditos; 4 copos para lamparina; 4 moringas; 4 espanadores; 4 perfumadores de latão; 4 urinóis; 4 vidros para água de cheiro; 29 cortinas para 29 janelas, com 4 e meio palmos portugueses de altura e 6 palmos de largo;

1 Lampeão com 4 ou 6 luzes, para a entrada da escada principal.

8 lampeões com braços, para o corredor.

2 talhas para água.

2 capachos, sendo 1 para cima e outro para baixo da escada.

2 bancos para talhas.

10 barricas para cimento (Auler, 1952, p. 643-644).

A paisagem capturada em uma fotografia de 1862 (Figura 4) retrata o Quartel dos Semanários recém-construído. Nela, se vê a fachada frontal do edifício, com doze óculos no pavimento inferior, alinhados a doze vãos de janelas no pavimento superior, sendo este arrematado por uma cobertura em platibanda. Ao seu lado, observam-se as obras do corpo central do pavilhão de apoio ao Paço Imperial, já se encontrando erguidas, à época, as vedações externas do primeiro pavimento. Em frente, o Bosque do Imperador, projetado pelo paisagista Jean-Baptiste Binot, com ajardinamento concluído.

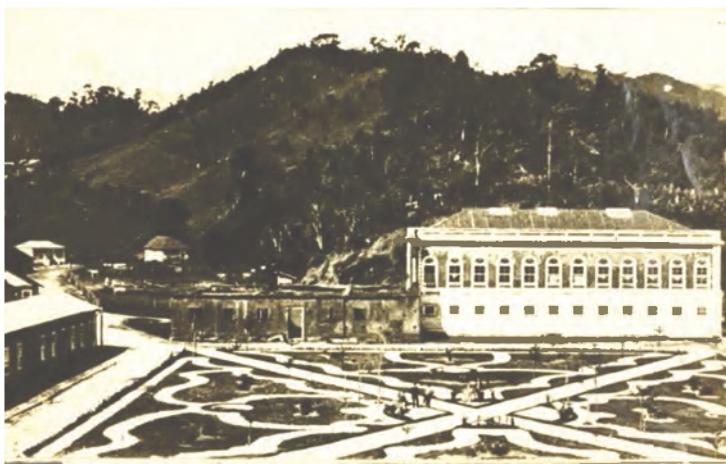


Figura 4: Casa dos Semanários finalizada e construção de edificação contígua em andamento, 1862. Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 6. A alteração do projeto do corpo central do pavilhão - 1861

Em 1861, o arquiteto Theodor Marx produziu novos desenhos para a edificação contígua à Casa dos Semanários, indicando mudanças significativas em relação ao projeto primitivo do conjunto, apresentado em 1858. O pavilhão de apoio, que na proposta inicial seguia os eixos do Paço Imperial, seria dividido em três corpos horizontais de dois pavimentos cada um – “Residência da Mordomia”<sup>15</sup> (ala lateral direita), “Repartição geral da cozinha” (ala central) e “Administração” (ala lateral esquerda) – e teria o pano lateral esquerdo suprimido, dando lugar a uma torre de cinco pavimentos, com relógio, que imprimiria uma certa verticalidade ao conjunto. Além disso, seria adicionado mais um pavimento à porção central do edifício.

O novo projeto remetido por Marx é composto pelas três plantas baixas do corpo central (térreo<sup>16</sup>, primeiro pavimento<sup>17</sup> e segundo pavimento<sup>18</sup>) (Figuras

---

<sup>15</sup> Onde, na verdade, foi construída a Casa dos Semanários.

<sup>16</sup> “Marx, Theodore. Complemento do J. Paço de Petropolis [desenho técnico]: Corpo de centro. Planta do Pavimento térreo, 1861.” – Biblioteca Nacional – Iconografia - Localização: ARC.29.4.7(4).

<sup>17</sup> “Marx, Theodore. Complemento do J. Paço de Petropolis [desenho técnico]: Centro. Planta do 1º andar, 1861.” – Biblioteca Nacional – Iconografia - Localização: ARC.29.4.7(5).

<sup>18</sup> “Marx, Theodore, Complemento do J. Paço de Petropolis [desenho técnico]: Centro, Planta do 2º andar, 1861.” – Biblioteca Nacional – Iconografia – Localização: ARC.29.4.7(11).

5.a., 5.b. e 5.c.), além de um corte<sup>19</sup> (Figura 5.d.) e de duas fachadas, sendo uma frontal<sup>20</sup> (Figura 5.e.) e uma lateral<sup>21</sup>. A frontal retrata, inclusive, um trecho da Casa dos Semanários. As plantas revelam que as edificações seriam interligadas internamente, através de um corredor.

A prancha do pavimento térreo possui legenda indicativa com correspondência na planta, possibilitando a plena compreensão do seu programa interior e de como ocorreria a distribuição dos espaços. As anotações indicam que a torre abrigaria “cozinha”, “lenha e carvão”, “dispensa pequena”, “passagem” e “escada para o sótão”. No restante do andar, funcionaria uma “varanda”, “quarto de cozinha”, “maquina para engomar”, “costureiras”, “salinha de jantar para creados”, “dispensas”, “escada principal”, “thesouro” e “entrada geral para o 1º andar” (Figura 5.a.).

Por outro lado, a prancha do primeiro andar não conta com legenda, o que impossibilita a elucidação das atividades que ocorreriam ali (Figura 5.b.). Já para o segundo pavimento, o arquiteto propunha os seguintes compartimentos: “escada”, “passagem ou corredor”, “sala de jantar”, “sala das costureiras”, “quartos para damas”, “quartos para creados”, “emmadeiramento” (?) e “boca da grande claraboia”, localizada no eixo central da planta (Figura 5.c.).

---

<sup>19</sup> “Marx, Theodore. Complemento do J. Paço de Petropolis [desenho técnico]: Centro, Secção, 1861.” – Biblioteca Nacional – Iconografia - Localização: ARC.29.4.7(9)

<sup>20</sup> “[S.n] [Projeto não executado [desenho técnico]:Palacio Grão Pará], 18\_\_.” – Biblioteca Nacional -Iconografia - Localização: ARC.29.4.7 (6)

<sup>21</sup> “[s.n], [Palacio Grão Pará -Petropolis [desenho técnico],18\_\_.” – Biblioteca Nacional - Iconografia -ARC.29.4.7(15).

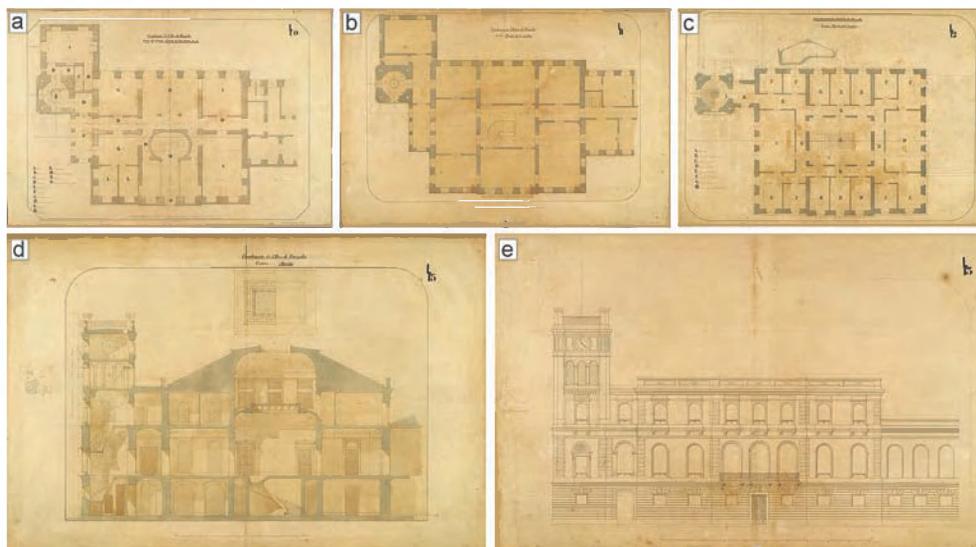


Figura 5: Projeto do corpo central do pavilhão de apoio ao Palácio Imperial: a. Planta baixa do pavimento térreo, 1861; b. Planta baixa do 1º pavimento, 1861; c. Planta baixa do 2º pavimento, 1861; d. Corte longitudinal, s/data; e. Fachada frontal, s/data.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Apesar de a construção do corpo central da edificação ter sido iniciada, as obras nunca foram concluídas. Em 1862, foram suspensas definitivamente.

## 7. A suspensão das obras do complexo - 1862

De acordo com Auler (1952), a paralisação das obras já vinha sendo planejada desde 14 abril de 1862, devido à situação financeira delicada dos cofres da Casa Imperial, como é possível inferir a partir da leitura de um dos officios da Mordomia expedido naquela data<sup>22</sup>:

Mordomia da Casa Imperial, 14 de abril de 1862.

Ilmo. Sr.

Sendo provável que, no fim do corrente ano, tenha de mandar parar as obras dessa Superintendência, desde já vou prevenir V.S. que não dê começo a nenhuma obra nova, que não possa estar acabada antes do fim do ano, como também as que estiverem começadas, dará suas providências para

<sup>22</sup> “Livro de Registro das ordens e instruções da Mordomia para a Superintendência” (p. 57 – verso) – Transcrito por Auler (1952).

que sejam resguardadas dos prejuízos que poderia causar-lhe o indeterminado tempo da paralisação.

A prestação mensal tem de ser reduzida a menos de metade, visto que ela somente servirá para pagamento de ordenados e outras pequenas despesas extraordinárias, e em tal caso torna-se necessário que a esse tempo a Superintendência nada tenha a pagar.

Seria bom ver se ao menos podia chegar a cobrir a obra nova que está contígua aos semanários.

Deus guarde a V.S. Ilmo, Sr. Tte. Cel. Vicente Marques Lisboa, Superintendente de Petrópolis.

(as.) Paulo Barbosa da Silva (Auler, 1952, p. 650).

O documento aponta a preocupação de Paulo Barbosa, mordomo da Casa Imperial, em finalizar a construção da edificação vizinha ao Quartel dos Semanários, apesar do orçamento limitado. Entretanto, as obras foram suspensas sem que esse objetivo fosse alcançado, através de uma portaria emitida em 16 de dezembro de 1862. Registros deste mesmo ano, presentes no *Livro de ordens para o Palácio Imperial de Petrópolis*, comprovam a solicitação de baixa dos empregados da construção<sup>23</sup> e o pedido de arrecadação de ferramentas utilizadas<sup>24</sup>. Por fim, um ofício, expedido no início do 1863<sup>25</sup>, informa que “[...] cessaram as obras o seu curso, tendo sido despedidos e pagos de seus jornais, o respectivo mestre, oficiais e serventes [...]” (Auler, 1952, p. 652).

Fotografias da época auxiliam na compreensão do cenário existente após a suspensão das obras (Figuras 6.a. e 6.b.). Vê-se, aos fundos do Palácio Imperial de Petrópolis, a Casa dos Semanários já concluída. Adjacente a ela, avista-se o corpo central do pavilhão de apoio em início de construção. Como as obras não chegaram a ser retomadas, houve um prejuízo para a qualidade da paisagem local, que adquiriu um aspecto de abandono, até que o referido fragmento fosse demolido.

A articulação dessas fotografias com os desenhos das fachadas, produzidos por Marx em 1861 (figura 5.e.), fornece um panorama fiel de como seriam as feições do complexo caso as intervenções tivessem sido concluídas. Mais do que isso, esses registros permitem compreender melhor o planejamento à

---

<sup>23</sup> Ordem n.º 57, de 7-XII-62, do “Livro de ordens para as obras do Palácio Imperial de Petrópolis” – Transcrito por Auler (1952).

<sup>24</sup> Ordem n.º 58, de 22-XII-62, do “Livro de ordens para as obras do Palácio Imperial de Petrópolis” – Transcrito por Auler (1952).

<sup>25</sup> Ofício n.º 408, de 2-1-1863, dirigido ao Mordomo Paulo Barbosa – Transcrito por Auler (1952).

época, revelando que havia toda uma preocupação estética em relação à integração do conjunto.

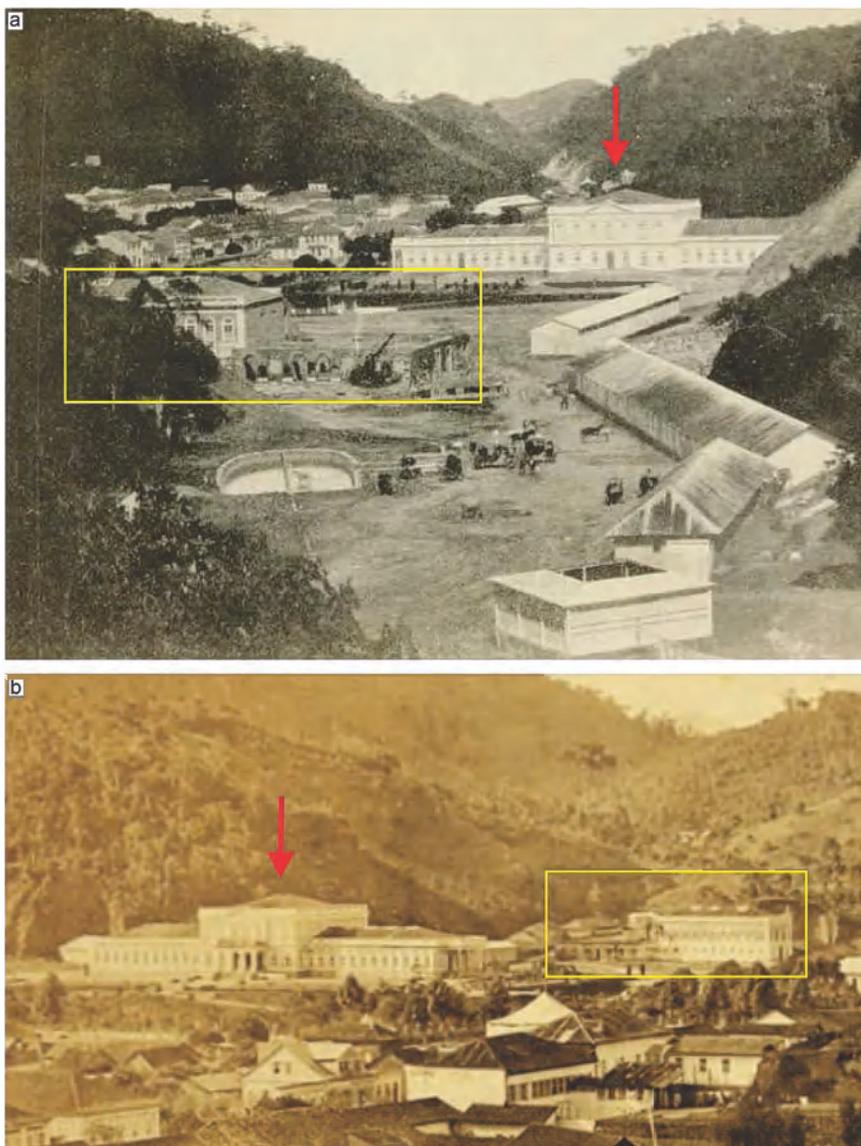


Figura 6: a. Vista tomada a partir dos fundos do Palácio Imperial (em vermelho), onde se vê a fachada posterior da Casa dos Semanários e a edificação contígua (em amarelo), 1862; b. Em primeiro plano, uma vista frontal do Palácio Imperial (em vermelho). Nos fundos, a Casa dos Semanários e a edificação adjacente (em amarelo), s/data. Com marcações realizadas pela autora. Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 8. Considerações finais

Os transeuntes que trafegam atualmente pelas ruas que circundam a praça do Bosque do Imperador e avistam a antiga Casa dos Semanários (atual Palácio Grão Pará) observam um edifício desconexo e sem nenhuma harmonia com o antigo Paço Imperial (atual Museu Imperial), não sendo capazes de mensurar o empreendimento grandioso e articulado que seria executado ali. A conformação atual do conjunto é fruto de um momento de crise financeira na Casa Imperial durante o oitocentos, que resultou na suspensão das obras de expansão e, com isso, na incompletude do pavilhão de apoio, comprometendo severamente a unidade projetual idealizada por Marx.

Nesta direção, mais do que informações sobre o projeto de transformação do Palácio Imperial de Petrópolis, este estudo evidencia a qualidade técnica e artística do arquiteto alemão Theodor Henrich Marx, a partir da análise de uma coleção de desenhos arquitetônicos produzidos por ele, que demonstram sua atuação singular junto à Casa Imperial, em meio ao século XIX. Desses desenhos, somente o Quartel dos Semanários alcançou a materialidade, por isso, este artigo realizou um aprofundamento maior sobre ele.

Os documentos existentes da Mordomia trouxeram à luz informações valiosas sobre o edifício, esclarecendo as etapas da obra, os sistemas construtivos adotados e a listagem dos “recheios” originais, utilizados na composição dos espaços. Além disso, as fotografias realizadas pelo Iphan, em meados do século XX, permitiram fazer um comparativo entre o projeto e o que foi, de fato, executado, revelando uma impressionante consonância. Isso reforça a importância da atuação de tal instituição no cadastro do patrimônio nacional, principalmente quanto ao trabalho desenvolvido durante a sua denominada *Fase Heroica*.

Entretanto, é importante ressaltar que, apesar de os desenhos arquitetônicos, aqui expostos, representarem, em sua maioria, edificações não concretizadas, esses registros são tão valiosos quanto as pranchas do edifício construído, pois revelam as reais intenções e as expectativas por trás da encomenda dos projetos. Em conjunto com os demais documentos analisados, permitem compreender processos históricos, econômicos, sociais e técnicos que influenciaram na constituição da paisagem urbana local. Entende-se, assim, a importância deste artigo como um meio de auxiliar na salvaguarda desses raros registros sobre a história da arquitetura brasileira, bem como na difusão do patrimônio petropolitano, documentando o passado da cidade e colaborando para sua preservação.

## Referências

A Casa Senhorial. *Casa dos Semanários. Plantas antigas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2023. Disponível em: <<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/plantas-antigas/768-casa-dos-semanarios>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

A Casa Senhorial. *Madeiras usadas na construção da Casa dos Semanários*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2023. Disponível em: <<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/810-enumeracao-das-madeiras-usadas-na-construcao-da-casa-dos-semanarios>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

A Casa Senhorial. *Pedido de Mobiliário para a Casa dos Semanários, 1861*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2023. Disponível em: <<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/811-pedido-de-mobiliario-para-a-casa-dos-semanarios-1861>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina: Mulheres Educadas para Governar*. Curitiba: Appris, 2025.

ARQUIVO Central do Iphan. *Série Inventário: Palácio Grão-Pará*. Petrópolis: Iphan, s/data.

AULER, Guilherme. *A construção do Palácio de Petrópolis*. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1952.

MARX, Theodor. *Projeto para a transformação da residência imperial em Petrópolis - Paço Imperial e Casa dos semanários*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1858-1861.

PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos. "Th. Marx, um arquiteto na corte de D. Pedro II". 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. *Anais*. 3 a 6 set. 2019, Salvador. Disponível em: <[https://www.academia.edu/42269310/Th\\_Marx\\_um\\_arquiteto\\_na\\_corte\\_de\\_d\\_Pedro\\_II](https://www.academia.edu/42269310/Th_Marx_um_arquiteto_na_corte_de_d_Pedro_II)>. Acesso em 4 dez. 2023.

### **III – Minha pesquisa no Museu Imperial**



## Dom Pedro II na Terra Santa

Leandro Garcia Rodrigues<sup>1</sup>

Dom Pedro II do Brasil (1825-1891), cognominado “o Magnânimo”, foi o segundo e último monarca do Império Brasileiro, tendo governado o Brasil de 1840 a 1889. Era o filho mais novo do imperador Pedro I do Brasil e da imperatriz Maria Leopoldina da Áustria e, portanto, membro do ramo brasileiro das Casas de Bragança e de Habsburgo.

Há vários aspectos com os quais podemos classificar a sua vida e o serviço público desempenhado como Chefe de Estado. Todavia, um aspecto deve ser sempre lembrado em relação a este monarca: foi um verdadeiro patrono das artes e das ciências do seu tempo – “Nasci para consagrar-me às letras e às ciências”, registrou Dom Pedro II em seu diário pessoal, num trecho de 1862.

### 1. O imperador viajante

Um aspecto sempre lembrado da biografia de Pedro II do Brasil diz respeito ao seu imenso gosto pessoal pelas viagens. Sem dúvidas, foi um dos governantes, no século 19, que mais viajou pelo seu próprio império e também pelo mundo. Para o imperador brasileiro, viajar não era fazer turismo, na concepção contemporânea desta ideia. Ao contrário, seus deslocamentos territoriais eram cuidadosamente planejados com meses de antecedência, buscando conciliar os compromissos protocolares e as ambições pessoais do monarca.

Pedro II gostava de locomover-se, sentia prazer em deslocar-se por quilômetros cruzando estados e países, não medindo esforços num verdadeiro sentimento de busca de conhecimentos e descobertas históricas e científicas. Por

---

<sup>1</sup> Doutor e Pós-doutor em Estudos Literários pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Pós-doutor em Teologia pela Faculdade Jesuítica de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte. É professor adjunto de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atuando nos ensinos de Graduação e Pós-graduação.

isso, ficou conhecido como “Sua Majestade itinerante”, tamanha a sua avidez pelas viagens de exploração. Adaptava-se a quaisquer meios de transporte da época: trem, navio, liteira, cavalo ou a pé – nada o impedia de cruzar fronteiras nacionais e internacionais em busca de conhecimento e contatos humanos importantes à sua formação pessoal. Tal fato pode ser percebido neste fragmento de carta que Pedro II enviou ao conde de Gobineau, diplomata francês e seu grande amigo, em dezembro de 1876, logo após a sua chegada a Jerusalém:

Jerusalém, pela sua posição muito elevada, domina quase toda a Terra Santa e produz o efeito mais surpreendente, qualquer que seja o lado pelo qual se lhe aproxime. Ali cheguei três vezes... Jerusalém, cercada de oliveiras que crescem entre as pedras, parece-me um oásis celeste... Segui o roteiro até chegar à Terra de Canaã, e vi tudo o que havia de mais notável.

Ao longo de sua vida, empreendeu três longas viagens pelo mundo, as quais foram importantes para a extensão do seu conhecimento e para estabelecer novas relações diplomáticas e culturais. Foi assim que, entre novembro e dezembro de 1876, Dom Pedro II visitou a Terra Santa e realizou um antigo sonho: peregrinar pelos lugares sagrados. Visitou Jerusalém, Nazaré, Belém, Acre, Jericó, Haifa, Ramla, Magdala, Cafarnaum, Tiberíades, Genezaré, dentre outros lugares.

Aqui na Terra Santa, este governante brasileiro se encontrou com as autoridades civis e religiosas, estabeleceu relações de diplomacia cultural, pesquisou em arquivos locais, visitou sinagogas, adquiriu livros antigos, comprou dicionários para o seu trabalho de tradução, foi presenteado com peças arqueológicas, traduziu inúmeras passagens bíblicas e também poemas da poesia hebraica da época. Enfim, causou um verdadeiro impacto positivo que foi testemunhado pela imprensa e pelos observadores locais, confirmando o seu prestígio internacional de imperador letrado e esclarecido. Em seu *Diário* pessoal, temos o seguinte registro feito no dia 29 de novembro de 1876:

Às 3 ¼ já via Jerusalém, subia sempre mais ou menos atravessando diversas vezes o Cedron ou seguindo para dentro de Jerusalém. Deixei à direita o vale de Siloeh com a aldeia deste nome na encosta da montanha e costeando à esquerda aquela sobre a qual se veem os restos de um

edifício que se acha no campo de Haceldama e uma escada de um túmulo, onde disse-me Fr. Lievin existir uma inscrição grega. Aproximei-me dos muros de Jerusalém onde está a torre de Mariana com seu topo de forma de tiara e a porta de Jafa, defronte da qual acampam peregrinos. [...] Antes que me esqueça de todo falarei do costume que há de reservarem em todas estas povoações, mesmo aldeias, uma casa que chamam Medafé para abrigo dos viajantes.

É perceptível, senhoras e senhores, a riqueza dos detalhes históricos e geográficos registrados pelo imperador viajante, que em diversas ocasiões também exerceu a função de um arqueólogo ávido por descobertas e conhecimentos, sempre no sentido de corroborar o que, previamente, aprendera em seus livros e em suas pesquisas pessoais. Desta forma, não é exagerado afirmar que Pedro II queria ver tudo, descobrir tudo, saber de tudo, interrogar sobre tudo. Nada lhe passava despercebido: uma antiga ruína, uma velha estrada, moradias locais, sinagogas, a flora e a fauna de cada local visitado, os costumes, a culinária, etc., em tudo via uma oportunidade de aprender e se edificar intelectualmente. E já que estava na Terra Santa, a viagem também se enriqueceu com as diversas peregrinações aos locais sagrados do judaísmo e do cristianismo, como se pode perceber na seguinte afirmação feita no seu *Diário* pessoal, em 27 de novembro de 1876:

Antes de tudo preciso de exprimir a beleza da planície de Jericó ao pôr do sol. [...] Por detrás da minha tenda levantam-se as montanhas áridas mas verdadeiramente pitorescas, por cujos desfiladeiros cheguei até aqui. A mais alta é a que dizem ser a da tentação de Cristo pelo demônio, chamada Djebel-Kerontul (Monte de Quarentena). Tem no cume algumas ruínas de capela e em suas paredes numerosas cavernas em uma das quais vejo um muro com janela e é habitada por frades gregos. Quando olho para as montanhas de Moab não posso deixar de lembrar de Ruth (amiga) e dos bons tempos em que traduzi esse idílio hebraico.

Dentre os inúmeros monumentos importantes à fé cristã presentes em Jerusalém, Pedro II do Brasil sentiu uma forte e verdadeira emoção pela Igreja do Santo Sepulcro, a qual visitou duas vezes, nela rezando e participando de

várias missas em diferentes idiomas. Sua emoção junto a este templo foi tão grande que nele demorou mais tempo do que nos outros templos visitados, orando por seus amigos, seus familiares e especialmente por sua filha, a princesa Dona Isabel, que permaneceu no Brasil como regente daquele vasto império, governando-o em nome do seu pai.

Um registro desta visita do imperador do Brasil à Igreja do Santo Sepulcro foi feito pelo sacerdote franciscano frei Mameto Ezquiú, um dos religiosos que trabalhava naquele templo, que anotou no seu diário:

Ouvi dizer esta tarde que o imperador do Brasil deve comungar no Santíssimo Sepulcro, que ontem pela manhã assistiu missa no Calvário e à tarde acompanhou a procissão da visita aos santuários. Os que o viram, dizem que ele se comportou com grande devoção e recolhimento<sup>2</sup>.

Assim, podemos afirmar que as viagens causaram um forte impacto psicológico no imaginário pessoal de Pedro II, provocando-lhe um imenso enriquecimento cultural e humanístico. Mas estas viagens também foram uma importante estratégia de diplomacia cultural, com o estreitamento de laços bilaterais entre o Brasil e as nações amigas, particularmente, com a Terra Santa e os territórios que a constituíam naquele momento, em 1876.

## 2. O aprendiz da Língua Hebraica

Podemos afirmar, sem medo do exagero, que o soberano do Brasil era um intelectual apaixonado pelas línguas, especialmente as mais antigas e simbólicas, como a língua hebraica. Ao longo de sua vida, Pedro II teve quatro professores de hebraico, cujos nomes são: Leonahard Akerbloom, Ferdinand Koch, Christian Fredrich Seybold e Karl Henning – este último acompanhou o imperador em toda a viagem imperial à Terra Santa, em 1876, sobre a qual tratamos aqui nesta conferência.

As aulas eram semanais, no gabinete particular do monarca, localizado no Palácio Imperial de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Segundo os relatos, o gabinete pessoal do imperador era um verdadeiro laboratório de investigação histórica e linguística, com inúmeros alfabetos registrados em quadros

---

<sup>2</sup> Retirado de LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. – Volume 2, Fastígio 1870-1880. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

dependurados nas paredes. Pedro II iniciou os seus estudos de hebraico diretamente numa Torá que fazia parte da sua biblioteca pessoal. Não sabemos exatamente como esta Torá chegou até o Palácio Imperial do Rio de Janeiro, mas trata-se de um exemplar antigo, com mais de mil anos e que era um verdadeiro orgulho deste monarca-intelectual.

Seus professores, já que eram especialistas neste antigo idioma dos tempos bíblicos, traziam dicionários e gramáticas adquiridos na Europa, uma vez que no Brasil não existia este tipo de bibliografia especializada. Comentando e analisando o seu processo de aprendizagem do hebraico e o papel fundamental dos seus mestres, assim o próprio Pedro II afirmou:

Quanto ao histórico de meus estudos hebraicos empreendidos com o fito de melhor conhecer a história e literatura dos judeus, principalmente a poesia e os profetas, assim como as origens do Cristianismo, tais estudos remontam aos anos que antecederam à Guerra do Paraguai, em 1865. Encetei-os durante as minhas permanências em Petrópolis com o Sr. Akerbloom, judeu sueco. Mais tarde, retomei-os com o Sr. Koch, ministro protestante alemão. Após a morte súbita deste, prossegui-os com o doutor Karl Henning e, desde 1886, com meu sábio colaborador e professor de línguas orientais, Christian F. Seybold.

Como se percebe, Pedro II ampliou o nosso conhecimento e afirmou que também estudava a língua hebraica no Palácio Imperial de Petrópolis, sua residência de verão, situada na região serrana do Rio de Janeiro, um pouco distante da então capital do Império Brasileiro. Em ambos os palácios, o imperador do Brasil reservava espaço e tempo para o estudo e a pesquisa a respeito das mais diversas línguas antigas e modernas e, como podemos perceber, com especial atenção à língua hebraica.

### **3. O imperador polígrafo e tradutor**

Na verdade, o segundo imperador do Brasil foi um verdadeiro polímata, cujos interesses intelectuais se dirigiam a diversas áreas do conhecimento: antropologia, geografia, geologia, medicina, direito, teologia, filosofia, pintura, escultura, teatro, música, astronomia, química, física, literatura e tradução. Em termos linguísticos, foi fluente em mais de dez idiomas, dentre os quais:

português, latim, francês, alemão, inglês, holandês, italiano, espanhol, grego, egípcio, árabe, hebraico, sânscrito, chinês, provençal e tupi.

Este monarca tinha um verdadeiro fascínio pela arte da tradução, e podemos afirmar que ele foi um tradutor contumaz e comprometido, pois traduzia tudo que lhe era possível. Para o imperador brasileiro, traduzir não era apenas fazer uma prática de versão linguística entre duas ou mais línguas, mas um verdadeiro exercício de transmissão de valores culturais e idiomáticos entre os idiomas traduzidos. Assim, tentava captar o sentido único de um determinado termo e pensava como adaptar este mesmo vocábulo para a língua traduzida. Na verdade, para Pedro II, traduzir era um ato cultural cheio de amor e devoção pela língua e pela cultura traduzida, numa postura de respeito e dedicação a uma tarefa que, na sua compreensão, era uma boa e frutífera ação de diplomacia cultural.

Neste sentido, durante os seus dias na Terra Santa, o imperador Pedro II traduziu inúmeras passagens do texto bíblico, especialmente dos livros que compõem o Antigo Testamento. Tinha uma predileção pessoal pelos livros do Gênesis, Salmos, Provérbios, Rute, Ester e o Livro de Jó. Em relação aos livros que compõem o Novo Testamento, teve grande apreço pelos Atos dos Apóstolos. Durante os seus dias na Terra Santa, entre a estadia de uma cidade e outra, traduziu o Salmo 122, seu preferido, sempre afirmando aos seus amigos próximos que os versos iniciais:

*Alegrei-me quando me disseram:  
Vamos à casa de Iahweh!  
Nossos passos já se detêm  
Às tuas portas, Jerusalém!*

Eram um verdadeiro canto de aclamação e louvor a Deus e à cidade santa de Jerusalém, e por isso deveriam ser traduzidos em todos os idiomas conhecidos! Em seu *Diário* pessoal, assim Pedro II registrou, no dia 26 de novembro de 1876:

Acampei às 4h 25' do lado do Norte de Jerusalém e vendo por cima das muralhas da Idade Média o Monte das Oliveiras. Às 4 achava-me no Santo Sepulcro onde orei por minha filha, netos, irmãos, e todas as pessoas que estimo. [...] Que bela noite de luar! Acabo de traduzir do hebraico o salmo 122 que pode exprimir os sentimentos dos que chegam a Jerusalém. Amanhã tenho de ir por

Jericó até o Jordão e Mar Morto, porém já tive a felicidade de beijar o sepulcro de Cristo e 29 estarei de volta a esta cidade. Depois de Skopus vi restos da calçada romana e para a direita de Gabaa e bastante longe.

Não apenas os textos bíblicos foram traduzidos pelo imperador do Brasil, mas também belos textos da literatura judaica, especialmente de poetas e escritores judeus do século 19, tais como: Nachman Krochmal, Solomon Judah Loeb Rapoport, Isaac Erter e Meir Halevy Letteris. Este último foi responsável pela tradução do *Fausto*, de Goethe, para a língua hebraica. Na verdade, em sua primeira passagem pela Alemanha, em 1871, o imperador foi presenteado com um exemplar do *Fausto* traduzido para o hebraico, oferecido pelo rabino-chefe da sinagoga de Berlim.

Traduzir, traduzir e sempre traduzir – esta prática se tornou uma espécie de obsessão pelo imperador-intelectual do Brasil, que não dispensava nenhum minuto livre dos seus momentos de descanso, entre um lugar e outro visitado no território da Terra Santa. Desta forma, comparava os nomes de lugares e pessoas citados nos textos bíblicos com outras possíveis versões e traduções feitas ao longo do tempo. Geralmente, o soberano brasileiro traduzia nos minutos de descanso após o almoço e principalmente à noite, após o jantar, dentro de sua barraca. No seu *Diário* pessoal, fez o seguinte registro no dia 19 de novembro de 1876:

Traduzi os *Atos dos Apóstolos*.

A tarde está de um tom tão límpido e suave que arrebatava. Os frios do Hermon condensando a umidade encobrem-no muito ligeiramente num véu luminoso. Apareceram muitos rebanhos de carneiros durante o trajeto depois do caminho ruim. [...] Amanhã saímos às 6 e de tarde estaremos às margens do Jordão e entrar na Terra Santa.

Quando passou pela planície de Jericó, avistando os campos de Moab, o soberano brasileiro sentiu uma forte emoção, pois se lembrou da tradução que fizera do *Livro de Rute*, confirmando *in lócus* os nomes locais com a toponímia bíblica.

Assim, podemos dizer que esta emoção sentida em sua passagem por Jericó se repetiu em toda a Terra Santa, já que sua viagem não era pensada numa perspectiva simplesmente turística, mas uma formação histórico-cultural para o seu próprio engrandecimento humano e intelectual.

Senhoras e senhores, esta conferência e todo este programa cultural, que tem o decisivo apoio do governo brasileiro através da Embaixada do Brasil em Tel Aviv, revelam ao público alguns detalhes da viagem de Dom Pedro II pela Terra Santa, em 1876, prestando a devida homenagem à memória deste valoroso brasileiro que, em vida, foi chamado de “cidadão do mundo”. De fato, foi na sua passagem por este belo país, que Dom Pedro II registrou algumas das passagens mais emocionadas do seu diário pessoal e nas inúmeras cartas que daqui escreveu e enviou aos seus amigos e familiares, registrando nestes documentos não apenas os locais visitados nesta nação israelita, mas principalmente as fortes emoções despertadas por conhecer este território, sua história, seu idioma, sua religião e o seu povo.

Pessoalmente, quero manifestar o meu pedido de agradecimento ao senhor Gerson Menandro Garcia de Freitas, atual embaixador do Brasil em Tel Aviv; bem como toda a sua equipe de diplomatas que compõem os mais diferentes setores da nossa embaixada. Agradeço igualmente à equipe do Centro Cultural do Brasil em Israel, cujo belo trabalho ajuda na divulgação da cultura do Brasil nesta terra tão querida por nós brasileiros. Agradeço também à Universidade Hebraica, que desde os primeiros contatos se mostrou aberta e otimista em sediar este nosso evento, bem como iniciou um protocolo de cooperação científica e internacional com a minha instituição de origem, a Universidade Federal de Minas Gerais. Não posso me esquecer da equipe do Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro, de forma particular àqueles que compõem a Área de Pesquisa daquela instituição: lembro que o Museu Imperial salvaguarda uma imensa documentação do arquivo pessoal de Dom Pedro II, bem como de outros membros da Família Imperial brasileira, o que sempre nos ajuda em nossas investigações e especulações sobre a história brasileira, particularmente durante o nosso oitocentos.

Enfim, lembro de todos que, de uma forma ou de outra, possibilitaram a minha vinda a este país para compartilhar convosco um pouco dos meus conhecimentos históricos e culturais que interligam e unem os nossos dois países.

De fato, estamos nós aqui – 146 anos depois – fazendo memória e prestando homenagem a este grande brasileiro, cognominado o Magnânimo e sempre lembrado como um dos homens mais inteligentes do seu tempo, que soube fazer da diplomacia uma chance para a construção de pontes humanísticas entre nações e povos, entre culturas e identidades, unindo aqueles que estão distantes pela geografia, mas que se aproximam através da história, da cultura, das línguas e do sentimento único de união e respeito mútuos.

Senhoras e senhores, muito obrigado.

## Os bastidores da conferência<sup>3</sup>...

Preparar uma conferência é tarefa complexa e quase sempre marcada por indefinições e dúvidas: o que abordar? Quais fontes escolher? Como atingir o público presente? Estas foram algumas das dúvidas que tive ao preparar este texto apresentado na Universidade Hebraica de Jerusalém, em 12 de dezembro de 2022, com o título “Dom Pedro II na Terra Santa”. Este seminário fez parte do conjunto de eventos que marcaram o bicentenário da Independência brasileira, comemorado àquele ano, tendo o nosso Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) exercido um importante papel de organizador e divulgador de tal efeméride nos postos diplomáticos da diplomacia brasileira espalhados pelo mundo. Assim, fui convidado pela Embaixada do Brasil em Tel Aviv (Israel) para, em comunhão com a diretoria de Relações Internacionais da Universidade Hebraica de Jerusalém, proferir esta conferência que ora compartilho com os leitores e amigos do *Anuário do Museu Imperial*. Para escrevê-la, foram-me preciosos os documentos consultados em três instituições:

### 1. Arquivo Histórico do Itamaraty

Localizado no Rio de Janeiro, esta instituição salvaguarda um rico acervo que ajuda a contar a história da diplomacia brasileira. A viagem de Dom Pedro II à Terra Santa, à época chamada por ele próprio de “Viagem à Palestina” (pois sabemos que ainda não existia o Estado de Israel como ele está politicamente configurado atualmente), deu-se em 1876. Para tal, foram meses de preparação – inclusive diplomática – pois os lugares visitados pelo imperador faziam parte do antigo Império Otomano, que tinha representação diplomática junto ao governo do Império Brasileiro.

Desta forma, o fundo documental daquela representação foi de extrema importância, pois nele encontrei os documentos da própria diplomacia otomana

---

<sup>3</sup> Conferência apresentada em língua inglesa, de título homônimo, na Universidade Hebraica de Jerusalém, no dia 12 de dezembro de 2022. Tal iniciativa foi parte de um conjunto de eventos e ações organizados pela Embaixada do Brasil em Tel Aviv, no âmbito do bicentenário da Independência do Brasil. Além de proferir esta conferência, também fui curador de uma exposição homônima, na mesma universidade e responsável pela assinatura de um protocolo de cooperação científica entre a Universidade Hebraica de Jerusalém e a Universidade Federal de Minas Gerais, sob a minha supervisão. OBS.: por tratar-se de uma conferência que foi transmitida oralmente em evento acadêmico, é importante lembrar que o texto não seguiu as diretrizes metodológicas de um artigo ou ensaio.

relativos à viagem do imperador: atas de reuniões, mapas, exigências, cuidados com as questões culturais locais (religião, locais sagrados do Islamismo, etc.) e, especialmente, a imensa satisfação do governo otomano com a decisão de D. Pedro II em visitar aquela região. Lembro que o nosso imperador foi o primeiro chefe de Estado latino-americano a viajar àquelas terras.

## 2. Biblioteca Nacional

A grande Casa do livro brasileiro foi de uma imensa relevância para os eventos que realizei em Jerusalém, no final de 2022. Por uma grande razão: nela, se encontra a famosa *Coleção Dona Theresa Christina Maria*, que salvaguarda inúmeras fotografias da coleção pessoal de Dom Pedro II. Deste grande acervo, tive acesso ao álbum de título “Viagem a Palestina”, que contém as imagens dos lugares por onde o monarca brasileiro passou aquando de sua visita à Terra Santa.

A pedido da Embaixada do Brasil em Tel Aviv, a Biblioteca Nacional enviou essas fotografias em formato digitalizado, o que nos possibilitou a montar uma exposição no *hall* de entrada da Universidade Hebraica, que ficou em exposição durante três meses, tendo recebido mais de 10 mil espectadores, segundo o controle feito pela própria universidade.

## 3. Museu Imperial

A pesquisa no Museu Imperial foi assaz decisiva para a realização desta conferência e de outras providências relativas às aulas e à exposição que organizei na Universidade Hebraica de Jerusalém. Os documentos acessados foram:

- o diário pessoal do imperador;
- seus cadernos de estudo da Língua Hebraica;
- as cartas recebidas do Fr. Lievin de Himme (à época, foi o guia do imperador durante toda a sua permanência na Terra Santa) e
- as cartas recebidas de Christian Seybold (professor de Hebraico do imperador).

Com este material, mais algumas publicações sobre a mesma temática, foi inteiramente possível concluir o texto final que apresentei naquele evento e que, agora, compartilho nesta edição do *Anuário de Museu Imperial*.

Comecei esta introdução afirmando que “preparar uma conferência é tarefa complexa e quase sempre marcada por indefinições e dúvidas”; termino reafirmando essa mesma dificuldade, pois não se trata apenas de uma recolha de material, mas uma seleção sistematizada com a intenção de produzir um novo conhecimento a partir das fontes pesquisadas.

Ou seja: os bastidores de uma conferência são também os bastidores da investigação científica e da divulgação dos seus respectivos resultados, o que o leitor do nosso *Anuário* ora tem em suas mãos.



## **IV – Memória institucional**



## Exposição *Retratos de Dona Leopoldina*<sup>1</sup>

Maurício Vicente Ferreira Jr<sup>2</sup>

*Ao escrever vidas, haveria espaço para tratar tanto a esfera privada quanto a pública, para escrever a personalidade individual através de pequenas pistas.*

Peter Burke

A presente contribuição visa registrar um movimento de articulação institucional no âmbito das relações Brasil-Colômbia. O Museu Imperial iniciou uma importante parceria com o Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (Ibraco), instituição sediada em Bogotá, dedicada ao oferecimento de cursos de Cultura Brasileira e de Língua Portuguesa e à aplicação de exames de proficiência em Língua Portuguesa para cidadãos colombianos interessados em estudar no Brasil. Em atendimento ao convite de sua diretora, a professora Beatriz Miranda Côrtes, a equipe técnica do Museu Imperial preparou uma exposição itinerante com reproduções de obras de suas coleções históricas e artísticas, a mostra *Retratos de Dona Leopoldina*, instalada na sede do Ibraco como parte das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, na Colômbia, em setembro de 2022.

Leopoldina Carolina Josefa<sup>3</sup> (1797-1826), quinta filha do imperador da Áustria Francisco I e da imperatriz Maria Teresa de Nápoles e Sicília, recebeu diferentes títulos ao longo de sua brevíssima existência, seja por nascença ou em função do casamento com o então príncipe real português D. Pedro de Alcântara

---

<sup>1</sup> O tema foi visitado anteriormente, durante o *Simpósio Leopoldina de Habsburgo, 1817-2017*, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, em 2017.

<sup>2</sup> Diretor do Museu Imperial/Ibram/MinC, sócio titular do IHGB, representante do Brasil no Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo da UNESCO (MoWLAC) e curador da exposição *Retratos de Dona Leopoldina*.

<sup>3</sup> A historiografia registra muita controvérsia em torno da identificação precisa do prenome completo da primeira imperatriz do Brasil. A última contribuição, embora ainda inconclusiva, é: CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes. “Considerações em torno do(s) nome(s) da imperatriz d. Leopoldina”. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, Museu Imperial, vol. 2, 2021, pp. 87-102.

(1798-1834). Uma vida marcada por intensas transformações políticas ocorridas nos dois lados do Atlântico.

Arquiduquesa da Áustria, nascida em Viena, em 1797, a jovem Leopoldina empreendeu uma jornada de 84 dias, com longos períodos de espera provocados por turbulências políticas e pela travessia do outrora “Mar Tenebroso”, a bordo do navio *D. João VI* para, enfim, conhecer seu marido, em 1817, o futuro imperador do Brasil; aclamado, coroado e sagrado com o título de D. Pedro I. Nove anos antes, este, ainda garoto, já havia realizado uma viagem de proporções ainda mais épicas, quando a corte lisboeta transferiu-se para o continente americano frente à iminente invasão de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte, que intentava bloquear o acesso de sua inimiga Inglaterra aos portos europeus, bem como capturar os navios da esquadra portuguesa. Como amplamente evidenciado pela historiografia, a transmigração da corte deu início ao processo que culminaria com a criação de um novo Estado nacional independente sob a forma de uma jovem Monarquia Constitucional chamada Brasil, em 1822.

Assim, vemos que, ao longo de 13 anos, pinturas, gravuras, litografias, desenhos, medalhas e esculturas retratam Leopoldina Carolina Josefa como arquiduquesa da Áustria, princesa do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, duquesa de Bragança e imperatriz do Brasil.

Durante o recorte temporal acima descrito, os retratos de membros das famílias reais pretendiam, antes de mais nada, eternizar a imagem do retratado e, principalmente, comunicar essa mesma imagem com o tempo presente. As pinturas, notadamente os óleos sobre tela e/ou madeira, eram executadas por pintores oficiais das cortes e/ou artistas patrocinados pela realeza, nobreza ou quadros da estrutura governamental e da *entourage* palaciana. Das pinturas, vemos derivações geradas na mesma relação material-suporte ou, mais recorrentemente, nas diversas tipologias de obras de arte seriadas, como gravuras, litografias, estampas e medalhas. Uma vez produzidas e encaminhadas para diferentes lugares, passavam a servir de modelos para outras obras de arte igualmente únicas e/ou reproduzíveis, incluindo aqui as já referidas tipologias seriadas, multiplicando de forma considerável as imagens dos retratados.

Os retratos podiam ser de grande ou de pequeno formato. Os primeiros tinham quase sempre um destino palaciano, pois eram pensados para grandes espaços, como as residências reais e as edificações de uso institucional. Aqui, vemos reis e rainhas ostentando os atributos majestáticos, como vestes, mantos, coroas, cetros e as placas dos graus mais elevados das insígnias honoríficas civis e militares. São imagens que exerciam uma função presencial dos monarcas,

especialmente quando eram enviadas para locais distantes dos endereços reais. Já as obras de pequeno formato, notadamente as miniaturas, que podiam ser incrustadas em camafeus e tabaqueiras ou acondicionadas em estojos, tinham a grande vantagem da portabilidade. Assim, eram levadas com os viajantes para qualquer lugar e, não raro, se transformavam em importantes elementos simbólicos da relação entre monarca e seus súditos, ampliando de forma significativa os objetos de culto da imagem real. A dimensão da importância simbólica da imagem do rei podia ser ainda mais emblemática se levarmos em consideração o costume das mulheres das famílias reais da península ibérica portarem um colar contendo camafeu com o retrato do pai, quando solteiras, e do marido, quando casadas<sup>4</sup>.

Mais acessíveis em termos de custo, as obras de arte seriadas concorriam para uma, ainda maior, difusão das imagens dos integrantes da família real. Medalhas eram cunhadas para associar o retratado a eventos que se queriam celebrar, como casamentos, viagens, vitórias em campanhas militares, etc. E gravuras, litografias e estampas eram impressas com inscrições que ajudavam na identificação do retratado, indicando seus títulos de forma precisa e cerimoniosa. Cabe ressaltar que D. Leopoldina ingressou na família real portuguesa quando esta se encontrava no Brasil. Portanto, a produção de retratos da agora princesa real de Portugal, Brasil e Algarves tinha a função de apresentar a mais nova integrante da Casa real lusitana aos súditos europeus, que ainda não a haviam visto ao vivo e a cores<sup>5</sup>. Como veremos mais adiante (Figuras 3, 4 e 7), são retratos produzidos em Lisboa e em Paris durante o período de permanência da família real no Rio de Janeiro.

A exposição *Retratos de Dona Leopoldina* propôs um exercício de sistematização dos retratos produzidos entre 1813 e 1825 preservados no Museu Imperial de forma a buscar, por meio das “pequenas pistas”, conhecer melhor a nossa biografada.<sup>6</sup> O recorte temporal sugere um arranjo ou a distribuição das obras em contextos históricos que explicitam as já referidas transformações

---

<sup>4</sup> Uma tradição que seria adotada posteriormente pela casa reinante no Brasil, como veremos mais adiante, na figura 6.

<sup>5</sup> Por circunstâncias impostas pela história, só os residentes da Ilha da Madeira puderam vê-la, quando da curta estadia passada naquela ilha durante a viagem ao Brasil, em 1817. Dona Leopoldina morreria em 1826, como primeira imperatriz do Brasil, sem nunca ter visitado Lisboa.

<sup>6</sup> Para citar apenas três estudos biográficos de Dona Leopoldina, indicamos uma obra já clássica: OBERACKER Jr. Carlos H. *A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época. Ensaio de uma biografia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973; a obra mais recente: REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil; e a obra que reproduz 315 cartas da biografada*: KANN, Betina; LIMA, Patrícia Souza. *D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

políticas ocorridas no Brasil, a saber: 1) O período das negociações do casamento com o príncipe real D. Pedro; 2) A conjuntura do Reino de Portugal, Brasil e Algarves; 3) O período da formação do novo Estado; 4) Os derradeiros meses da primeira imperatriz do Brasil.

### **Conjuntura 1: O período das negociações do casamento com o príncipe real D. Pedro de Alcântara**



Figura 1: Anônimo. Retrato de Leopoldina ainda adolescente. Guache sobre marfim, c. 1813. Museu Imperial/Ibram/MinC.

O retrato em miniatura (Figura 1) obedece aos cânones tradicionais, apresentando a jovem arqui-duquesa com uma tardia gola rufada que contrasta com o movimento quase que romântico da representação dos cabelos. Para efeito de cronologia, constitui o mais antigo retrato da futura imperatriz do Brasil nas

coleções do Museu Imperial e, muito provavelmente, em coleções de outras instituições brasileiras, tendo sido produzido por volta de 1813, quando a retratada contava com apenas 16 anos. Informações contidas no processo de aquisição informam que o retrato foi oferecido ao senhor Bernardino Antonio Gomes, médico destacado para acompanhar a já esposa do príncipe D. Pedro durante sua longa viagem ao Brasil.<sup>7</sup>

No contexto do Congresso de Viena, o poderoso chanceler austríaco Klemens Wenzel von Metternich, elevado à condição de príncipe de Metternich por ato do imperador Francisco I, viu no casamento do príncipe herdeiro bragantino com a arquiduquesa habsburga uma excelente oportunidade para fortalecer a posição da Áustria no Novo Mundo. Para Portugal, a situação também era interessante, pois o casamento selaria uma aliança com uma das mais longevas e influentes casas reinantes da Europa, além de amenizar a dependência que o país sofria com relação à Inglaterra.

O contrato de casamento foi assinado em Viena, a 29 de novembro de 1816, por Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, 6º marquês de Marialva, o príncipe de Metternich e Fernando, arquiduque herdeiro do trono austríaco e irmão de Leopoldina. O casamento por procuração foi realizado na Igreja de Santo Agostinho, na mesma capital, em 13 de maio de 1817, aniversário do então príncipe regente D. João. O noivo foi representado pelo tio de Leopoldina, o arquiduque Carlos, duque de Teschen. A comitiva, composta por políticos, diplomatas, militares, artistas e cientistas, deixou Viena em 3 de junho de 1817, chegando ao Rio de Janeiro em 5 de novembro do mesmo ano. Com o casamento, registrou-se uma interessante ironia do destino, pois D. Pedro acabaria se tornando concunhado de Napoleão Bonaparte, casado, desde 1810, com a arquiduquesa Maria Luísa, irmã de Leopoldina. O mesmo Napoleão Bonaparte cujas tropas invadiram Portugal, em 1807, provocando a fuga da família real portuguesa para o Brasil.

Antes de partir para o Novo Mundo, no dia da assinatura do contrato de seu casamento, dia 29 de novembro de 1816, Leopoldina registra em carta endereçada à irmã Maria Luísa um verdadeiro indício de predestinação ao afirmar: “Não espero desempenhar um grande papel, como tu, minha boa irmã, mas viver tranquila e feliz, contudo, se for necessário, empenharei toda a minha força intelectual para fazer felizes as criaturas sobre as quais reinarei [...]” (Kann; Lima, 2006, p. 270).

---

<sup>7</sup> Informação contida na ficha técnica da peça preservada no Museu Imperial/Ibram/MinC.

## Conjuntura 2: O Reino de Portugal, Brasil e Algarves



Figura 2: Natale Schiavoni. Leopoldina, arquiduquesa de Áustria, princesa real de Portugal, Brasil e Algarves, duquesa de Bragança. Gravura. Viena, c. 1817. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Entre o período dos acordos epistolares prévios até o contexto da chegada da noiva ao Brasil, foram produzidos inúmeros retratos de D. Leopoldina. Natale Schiavoni, pintor oficial da corte dos Habsburgo, produziu, em Viena, uma gravura na qual aparece, pela primeira vez, a inscrição que registra D. Leopoldina com três títulos definidos por nascimento e casamento: “*Archiduchesse d’Autriche, princesse royale de Portugal, du Brésil et des Algarves, duchesse de Bragançe*” (Figura 2). O olhar doce, os grandes

olhos azuis, o desenho do maxilar com prognatismo, característico dos integrantes de sua família, e o traje formal de mangas altas e o colo definido pelas rendas do vestido azul-cobalto sugerem uma derivação de representações presentes em pinturas, gravuras e litografias da galeria de retratos dos Habsburgo preservados na Biblioteca Nacional da Áustria. Aqui, vemos D. Leopoldina portando o colar de pérolas que recorrentemente aparece na iconografia produzida no período e seria herdado posteriormente por sua filha, a princesa D. Maria da Glória, futura rainha de Portugal com o título de D. Maria II.



Figura 3: Manuel Antonio de Castro. D. Carolina Josefa Leopoldina, arquiduquesa de Áustria, princesa real de Portugal, Brasil e Algarves. Gravura a buril, 1819. Museu Imperial/Ibram/MinC.

A composição seria transposta para outras mídias (Figura 3), como a gravura a buril de Manuel Antonio de Castro, gravador com oficina sediada em Lisboa, uma encomenda feita por D. Fernando Maria de Sousa Coutinho, 2º marquês de Borba, em 1819. Como atesta a inscrição, o retrato da princesa real de Portugal, Brasil e Algarves foi concebido como uma homenagem ao Reino português, ao mesmo tempo que visava registrar aquela que poderia vir a ser a futura rainha. Vale repetir que a corte se encontrava no Brasil e era necessário divulgar a imagem da esposa do herdeiro da coroa aos portugueses residentes na Europa. O 2º marquês de Borba foi tenente-coronel do Exército, comendador da Ordem de Cristo, grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e presidente do Real Erário; foi, ainda, protetor de diversos artistas, como Domingos António de Sequeira, pintor da corte de D. Maria I e de D. João VI. Vemos, portanto, um nobre e alto funcionário palaciano encomendando a produção de retratos com o objetivo de comemorar a continuidade da dinastia, representada pelo casamento principesco.



Figura 4: Jules Antoine Vautier (del.) & Jean-François Badoureau (grav.). D. Carolina Josefa Leopoldina, arquiduquesa de Áustria, princesa real de Portugal, Brasil e Algarves. Gravura, Lisboa, c.1818. Museu Imperial/Ibram/MinC.

A disseminação dessa composição recebeu grande incremento com a fatura de Jules Antoine Vautier e Jean-François Badoureau (Figura 4). A julgar pela quantidade de exemplares preservados em coleções particulares e instituições públicas e privadas no Brasil e em Portugal, a gravura produzida em Lisboa teve numerosa tiragem, seja a cores ou monocromática. Nela, a retratada porta os mesmos traje e joias presentes na imagem anterior. Por outro lado, vemos uma ligeira atenuação do prognatismo e uma inversão da posição. A imagem faz par com outra, igualmente colorida, retratando D. Pedro, razão pela qual as gravuras acabaram assumindo um *status* especial da representação dos príncipes reais de Portugal, Brasil e Algarves por ocasião de seu casamento.



Figura 5: Anônimo (lith.). Maria Leopoldina, princesa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Litografia, s/d. Museu Imperial/Ibram/MinC.

O Museu Imperial abriga um raro e intrigante retrato (Figura 5) produzido por um artista anônimo aparentemente ainda durante o reinado de D.

João VI. A inscrição afirma ser o autor um “litógrafo em Paris por Imperial Vassalo de Sua Majestade Fidelíssima” e identifica a retratada pelo prenome que foi mais utilizado em período posterior: Maria Leopoldina<sup>8</sup>. Na representação, vemos D. Leopoldina vestindo trajas inspirados na Antiguidade Clássica, inserida em um oval encimado por coroa real e raiações, isso e a inspiração neoclássica podem constituir características típicas do período joanino tardio. Há ainda a expressão “Imperial Vassalo de Sua Majestade Fidelíssima” e o emprego do prenome Maria que sugerem uma data posterior a 1822, referente ao Brasil Império. Nesse caso, a presença da coroa real portuguesa constituiria um equívoco. Tais imprecisões eram comuns em períodos de transição, especialmente quando as imagens eram produzidas em outro país ou mesmo em outro continente, como vem a ser o caso.



Figura 6: J[oseph]. Lang F. (grav.). Medalha comemorativa da chegada de d. Leopoldina ao Brasil. Prata, c. 1818. Museu Imperial/Ibram/MinC.

A inscrição “FELICITAS”, gravada na vela do navio que aparece no reverso da medalha comemorativa da chegada da princesa real ao Brasil (Figura 6), sugere um desejo expresso pela união das duas Monarquias ou mesmo uma expectativa de ordem pessoal para uma princesa educada numa corte europeia e que, agora, se aventurava em uma difícil viagem rumo à América. Interessante notar que o anverso traz a primeira representação de D. Leopoldina portando o presente que recebeu por meio de emissários do noivo ainda em Viena, o colar

---

<sup>8</sup> Ver nota 3.

com “miniatura sobre esmalte, numa cercadura de brilhantes, rematada com a coroa, e pendente de um fúlgido fio de pedras”. Como uma prática já referida, o retrato contido no camafeu é de D. Pedro, seu marido. A inscrição a identifica pelo nome Leopoldina Carolina Josefa e o título de nascença, arquiduquesa de Áustria, enfatizando sua posição como representante da realeza europeia no Novo Mundo.



Figura 7: Jean-Baptiste Debret (del.) & Simon Pradier (grav.). Desembarque de Carolina Josefa Leopoldina, arquiduquesa de Áustria, princesa real de Portugal, Brasil e Algarves. Gravura a buril, 1820. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Para registrar o apogeu das representações do casamento de D. Leopoldina, temos a cena do desembarque da arquiduquesa, documentada na belíssima gravura a buril de Charles Simon Pradier (Figura 7), baseada na pintura de Jean-Baptiste Debret<sup>9</sup>, hoje, preservada no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. A imagem busca captar o fausto da cerimônia que

concorre como a maior celebração ocorrida no Rio de Janeiro até então. Após reunir vários esboços e anotações, Pradier reconheceu a dificuldade de executar a obra no Brasil e solicitou permissão para concluir a encomenda em Paris. Assim o fez, exibindo-a no Salão de 1820.

No primeiro plano, vemos, à esquerda e à direita, remadores da galeota real com seus uniformes encimados por barretes que ostentam placas de prata com as armas reais em baixo-relevo. Ao centro, vê-se o casal de noivos vestindo trajes de grande gala, observado pelo séquito de personalidades de corte, igualmente vestidos com trajes apropriados para a cerimônia, com destaque para a família real: D. Carlota Joaquina e D. João, que sobe ao coche, e seus filhos, os príncipes D. Miguel, D. Maria Teresa, D. Maria Francisca, D. Isabel Maria e D. Maria da Assunção, à direita. Trata-se da primeira representação de D. Leopoldina vestindo traje de grande gala, vestimenta para ocasiões cerimoniais<sup>10</sup>. O local é o Arsenal Real da Marinha, ou Arsenal da Corte, tendo, ao alto, o Mosteiro de São Bento tomado pela população do Rio de Janeiro. Os protagonistas da cena estão protegidos por estrutura sustentada por colunas à guisa de um baldaquino, cuja construção daria início à prática da monumentalidade efêmera, exemplificada, posteriormente, na construção da varanda da cerimônia da aclamação de D. João VI como rei de Portugal, Brasil e Algarves, em 6 de fevereiro de 1818. O cerimonial parece ter se inspirado na procissão da cerimônia de casamento de Anne de Batarnay de Joyeuse, o preferido do rei francês Henrique III, com Margarida de Lorena, sobrinha do rei, em 1581, descrita com precisão por Balthazar de Beaujoyeux<sup>11</sup>. A obra consolidou-se como referência para os cerimoniais de corte já a partir do início do século XVIII.

---

<sup>9</sup> Jean-Baptiste Debret integrou a missão artística francesa que atuou na fundação da Academia Real de Belas (posteriormente Academia Imperial de Belas Artes). Permaneceu no Brasil entre 1816 e 1831. Ao retornar à Europa, publicou a obra clássica *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839, um documento visual da natureza, dos povos e da vida da corte dos períodos joanino e I Reinado.

<sup>10</sup> Sobre os trajes cerimoniais usados por D. Leopoldina no Brasil, ver: VOLPI, Maria Cristina. “A roupa nova do imperador: Dom Pedro I e Dona Leopoldina em trajes de grande gala”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 176 (467):257-274, abr./jun., 2015.

<sup>11</sup> BEAUJOYEULX, Balthazar de. *Balet comique de La Roynne: faict aux nopces de Monsieur Le Duc de Joyeuse & Madamoyselle de Vaudemont sa souer*. Paris: Adrian Le Roy, Robert Ballard & Mamert Patiffon, 1582. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1110737/f1.item>



Figura 8: Anônimo. Retrato de d. Leopoldina, princesa do Reino de Portugal, Brasil e Algarves. Guache sobre marfim montado em tabaqueira, s/d. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Na Figura 8, a miniatura, uma pintura a guache sobre marfim de autor anônimo, montada em tabaqueira traz um retrato de D. Leopoldina com as faixas correspondentes às ordens portuguesas que a identificam como princesa do Reino de Portugal, Brasil e Algarves. Ao mesmo tempo, vemos a coroa real sobre almofada vermelha à direita da retratada, em respeito ao cerimonial dispensado aos monarcas portugueses. Afinal, trata-se da então futura rainha consorte de Portugal. E, uma vez mais, a retratada porta o já descrito colar de pérolas.



Figura 9: Jean-Baptiste Debret (del.) & Thierry Frères (lith.). Cortejo do batismo da princesa real D. Maria da Glória. Litografia sobre papel, 1834-39. Museu Imperial/Ibram/MinC.

A litografia colorida que documenta o cortejo do batismo da princesa real D. Maria da Glória (Figura 9), filha primogênita de D. Leopoldina e de D. Pedro, ocorrido em 1819, é derivada de uma aquarela monocromática do mesmo Jean-Baptiste Debret, hoje, no acervo dos Museus Castro Maya, no Rio de Janeiro. A cena recupera o momento em que D. Leopoldina caminha com D. Pedro e D. Miguel, seu cunhado, ao lado do Paço Real, em direção à Capela Real, no Largo do Paço, no Rio de Janeiro, para a cerimônia. O percurso é guarnecido de tecido carmesim, contribuindo para a formalidade do cerimonial de batismo da princesa da Beira, título de D. Maria da Glória Joanna Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isadora Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga. Nome que homenageia, simultaneamente, a rainha D. Maria I, sua bisavó paterna, que falecera recentemente; D. João VI e D. Carlota Joaquina, seus avós paternos; D. Leopoldina, sua mãe; e Nossa Senhora da Glória, igreja na qual D. Maria da Glória foi consagrada em 27 de julho do mesmo ano, inaugurando uma tradição dos Bragança, em terras brasileiras, que perdura até os dias de hoje. A litografia foi publicada na obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret, e representa o início da produção de registros imagéticos da única princesa herdeira do trono português nascida em solo americano

### Conjuntura 3: O período da formação do novo Estado



Figura 10: Jean-Baptiste Debret (del.) & Thierry Frères (lith.) Aclamação de d. Pedro I como imperador do Brasil. Litografia, 1834-1839. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Em meados de 1822, já mãe de duas filhas, as princesas D. Maria da Glória e D. Januária, D. Leopoldina viria a ser uma das protagonistas do processo da Independência do Brasil. Sua atuação fica evidente se observarmos o conteúdo da carta enviada a D. Pedro juntamente com os despachos do Conselho de Estado e as demais correspondências de José Bonifácio, principal conselheiro político do príncipe regente, e de Henry Chamberlain, diplomata inglês em serviço no Rio de Janeiro, após a decisiva reunião de 2 de setembro, quando o Conselho de Estado, presidido pela própria D. Leopoldina, analisou as inexecutáveis ordens vindas de Lisboa. Disse D. Leopoldina ao marido, na carta infelizmente desaparecida:

[...] O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso ou sem o vosso apoio ele fará a separação. O pomo está maduro, colhei-o

já, senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que, além de vosso ministro fiel, é o maior de vossos amigos [José Bonifácio]. Ouvi o conselho do vosso ministro, se não quiserdes ouvir o de vossa amiga [a própria D. Leopoldina]. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer. Leopoldina<sup>12</sup>.

Com o advento da proclamação da Independência e a conseqüente organização do novo Estado sob a forma monárquica, abre-se um período de representações do cerimonial da corte correspondente. E, mais uma vez, Jean-Baptiste Debret é o documentarista preferencial do registro da cerimônia de aclamação de D. Pedro I como imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, evento ocorrido no dia 12 de outubro de 1822, aniversário natalício do monarca. O local é o Campo de Santana, atual Praça da República, no centro do Rio de Janeiro. E assim o autor descreve a prancha (Figura 10) publicada na obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*:

Escolheu-se para a cerimônia da aclamação do imperador o palacete situado no meio do Campo de Sant'Ana, erguido por ocasião das festas da aclamação de D. João VI [em 1818]. Foi ele reconstituído solidamente e dentro de um melhor estilo arquitetônico, conservando-se apenas uma varanda para o lado sul<sup>13</sup>.

Nesta, aparecem em destaque: o imperador, D. Leopoldina e a princesa D. Maria da Glória, no colo do capitão João Maria da Gama Freitas Berquó, futuro marquês de Cantagalo, para ouvirem os vivas do presidente da Câmara que foram repetidos com entusiasmo pela multidão:

---

<sup>12</sup> OBERACKER JR., Carlos H. "O grito do Ipiranga: problema que desafia os historiadores: certezas e dúvidas acerca de um acontecimento histórico". *Revista de História*. São Paulo, n. 92, 1972, p. 447.

<sup>13</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, vol. 2, p. 83.

Viva nossa santa religião; viva o senhor D. Pedro, primeiro Imperador constitucional do Brasil, e seu defensor perpétuo; viva a Imperatriz constitucional do Brasil e a dinastia de Bragança imperante no Brasil; viva a Independência do Brasil; viva a Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil; viva o povo constitucional do Brasil<sup>14</sup>.

Interessante observar a ordem dos vivas, pois salientam as presenças imperiais: o imperador, a imperatriz e a princesa herdeira, representando a continuidade da dinastia. Todos retratados com o uso do verde e do amarelo, as escolhidas cores nacionais que fazem referência às dinastias que se juntaram nesta parte do mundo: os Bragança e os Habsburgo, respectivamente.



Figura 11: Jean-Baptiste Debret (del.) & Thierry Frères (lith.) Cerimônia de Sagração de D. Pedro I como imperador do Brasil. Litografia, 1834-1839. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Uma vez aclamado, o imperador precisava ainda ser sagrado e coroadado para completar o ritual das três cerimônias consagradas pela Monarquia brasileira. E, no dia 1º de dezembro do mesmo ano, as duas cerimônias restantes tiveram lugar na Capela Imperial, no Largo do Paço, atual Praça XV de Novembro. Na Figura 11, vemos o momento em que D. Pedro I, já coroadado, é sagrado imperador. Interessante notar que o imperador veste traje de grande gala,

<sup>14</sup> *Op. cit.*, p. 84.

com coroa, cetro e manto, contrastando com as botas altas, típicas de montaria. A historiografia tem buscado explicações na personalidade do jovem monarca de apenas 24 anos, sensível ao ímpeto voluntarioso das lideranças políticas latino-americanas do período (Volpi, p. 262). E, ao alto, na tribuna da Capela Imperial, vemos a imperatriz ao lado da filha, a princesa D. Maria da Glória, observando a cerimônia. Em respeito à importância do evento, mãe e filha vestem trajes de grande gala. Em verdade, a vestimenta já aparece na figura anterior (Figura 10) e irá marcar a representação de D. Leopoldina como imperatriz do Brasil.



Figura 12: Jean-Baptiste Debret (del.) & Thierry Frères (lith.) Trajes de Corte. Litografia, 1834-1839. Museu Imperial/Ibram/MinC.

A Figura 12, prancha contida na já referida obra de Jean-Baptiste Debret, apresenta D. Leopoldina, lado a lado com D. Carlota Joaquina e D. Amélia, vestindo seus trajes de gala ou “trajes de corte”, como o próprio autor intitulou o retrato coletivo. De forma que o artista produziu uma verdadeira galeria da representação formal da rainha de Portugal e das imperatrizes brasileiras, cobrindo o período compreendido entre 1818 e 1831. Mas, pelo fato da obra ter

sido publicada entre 1834 e 1839, Debret optou por estender as informações de caráter biográfico para além do período correspondente ao da caracterização das imagens. Assim, vemos que as descrições que acompanham as imagens alcançam o período posterior, provocando uma espécie de descompasso entre a caracterização visual e o conteúdo descritivo.



Figura 13: Anônimo. Retrato da imperatriz D. Leopoldina. Óleo sobre marfim, 1823-1825. Museu Imperial/Ibram/MinC.

No contexto do reconhecimento da Independência do Brasil, em 1825, observamos uma profusão de imagens oficiais da imperatriz em miniaturas instaladas em porta-retratos e tabaqueiras. Na figura 13, o caráter cerimonial do retrato da imperatriz brasileira fica evidenciado pelas ordens honoríficas, como a brasileira Imperial Ordem do Cruzeiro, a nacionalizada Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e a estrangeira Ordem da Cruz Estrelada,

acompanhadas das faixas correspondentes. Por outro lado, passamos a observar a presença do turbante e do rufo tardio que vão ajudar a compor uma peculiar representação dos retratos de D. Leopoldina na fase em questão.



Figura 14: Manoel Dias Oliveira. “O Brasiliense”. Retratos de D. Leopoldina e D. Pedro I. Guache sobre marfim montado em tabaqueira de tartaruga com incrustações de ouro, 8,4 cm (diâmetro). c. 1823-1825. Museu Imperial/Ibram/MinC.

A composição aparece igualmente em retratos do casal imperial, como a montagem de placa de marfim em tabaqueira de tartaruga com incrustações de ouro (Figura 14). Podemos identificar o turbante e o rufo, presentes na imagem anterior, e a faixa azul corresponde à Imperial Ordem do Cruzeiro que está escondida sob a figura do imperador. Os olhares desencontrados dos retratados

parecem indicar a situação do casamento. Para além dos inúmeros casos extraconjugais de D. Pedro, a relação de sete anos com a mais famosa de suas amantes, Domitila de Castro Canto e Melo, impôs uma série de humilhações a sua esposa, como o fato de a amante ter sido conduzida para o interior do Palácio Imperial, nomeada para o cargo de dama da própria imperatriz. A esta, restou tristeza e resignação.

#### Conjuntura 4: Os derradeiros meses da primeira imperatriz do Brasil



Figura 15: Armand Julien Pallière. Retrato da imperatriz D. Leopoldina. Aquarela sobre cartão, 22 x 15cm. 1825. Museu Imperial/Ibram/MinC.

A aquarela de Armand Julien Pallière (Figura 15), mesmo concebida como um estudo, retrata D. Leopoldina com certa informalidade, pois, apesar de vestir o traje de gala que inclui a tiara e o já referido adereço de cabelo, a imperatriz porta uma versão simplificada das faixas correspondentes às ordens honoríficas e não ostenta a totalidade de suas joias. Uma caracterização, digamos, despojada

de D. Leopoldina grávida do príncipe D. Pedro de Alcântara, futuro imperador D. Pedro II, e que pode ter sido sua última representação em vida. Como sabemos, a primeira imperatriz do Brasil viria a falecer em 11 de dezembro de 1826, aos 29 anos.

Uma imagem que registra a dualidade que a acompanhou durante quase toda a sua permanência no Brasil: a formalidade inerente à sua condição de princesa e a altivez com que se destacou para se tornar imperatriz; em contraste com o olhar melancólico que revela os sofrimentos que passou.

Interessante observarmos como a sociedade do primeiro reinado avaliou o desempenho de D. Pedro I e D. Leopoldina. Se no início do reinado, o casal era visto com exaltação:

Imperatriz do Brasil  
Quíz o povo Te eleger,  
Pois dizes com Teu Esposo  
Independência ou Morrer<sup>15</sup>.

Ao término, vemos um imperador destronado, cuja abdicação, ocorrida em 7 de abril de 1831, pavimentou o acesso de seu filho caçula ao trono, como o imperador D. Pedro II. Já D. Leopoldina, falecida em 1826, permaneceu na memória dos súditos: “O povo amava a imperatriz e por toda a parte aonde ela ia era recebida com júbilo. Sim! O amor de seus súditos fiéis é a mais alta felicidade de um soberano”<sup>16</sup>.

Assim, vemos que, por meio das “pequenas pistas”, como muito bem pontuou o historiador Peter Burke, podemos buscar conhecer melhor D. Leopoldina, a primeira imperatriz brasileira. Sua história de vida nos surpreende por sua determinação e, ao mesmo tempo, sua resignação frente às vicissitudes que enfrentou. Uma experiência de vida que configura um verdadeiro estudo de caso sobre a condição feminina em um mundo em transformações políticas, sociais e culturais nesta parte do mundo.

---

<sup>15</sup> Hino publicado na Typographia do Diário por uma senhora recolhida ao Convento da Ajuda, em 1822. In: Suplemento do Museu Paulista – USP. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, p. 3.

<sup>16</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, vol. 2, p. 88.

## Referências

BEAUJOYEULX, Balthazar de. *Balet comique de La Royne: faict aux nopces de Monsieur Le Duc de Joyeuse & Madamoyselle de Vaudemont sa souer*. Paris: Adrian Le Roy, Robert Ballard & Mamert Patiffon, 1582. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1110737/fl.item>

CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes. “Considerações em torno do(s) nome(s) da imperatriz d. Leopoldina”. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, Museu Imperial, vol. 2, 2021.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

KANN, Betina; LIMA, Patrícia Souza. *D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

OBERACKER Jr. Carlos H. *A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Ensaio de uma biografia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

OBERACKER Jr., Carlos H. “O grito do Ipiranga: problema que desafia os historiadores: certezas e dúvidas acerca de um acontecimento histórico”. *Revista de História*. São Paulo, n. 92, 1972.

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

VOLPI, Maria Cristina. “A roupa nova do imperador: Dom Pedro I e Dona Leopoldina em trajes de grande gala”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a. 176 (467), abr./jun., 2015.



## **V – Tecnologias e acessibilidade**



## Fortalecimento da Política de Acessibilidade Cultural do DF – relato e análise de um processo de trabalho participativo

### *Strengthening the Federal District-Brazil Cultural Accessibility Policy – report and analysis of a participatory work process*

Viviane Panelli Sarraf<sup>1</sup>

Laís Alves Valente<sup>2</sup>

#### Resumo

O presente artigo apresenta o processo de trabalho, os princípios teóricos, a metodologia e os resultados da consultoria para fortalecimento da política cultural de acessibilidade do Distrito Federal, viabilizada por meio de parceria entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal e a UNESCO. Esse processo, realizado durante o ano de 2022, foi desenvolvido pela professora e pesquisadora Viviane Panelli Sarraf, sob supervisão da então coordenadora da Assessoria Jurídico-Legislativa da SECEC-DF, Laís Alves Valente, que compartilham a autoria deste texto. O relato, escrito de forma colaborativa entre as autoras, se caracteriza pela argumentação crítica e fundamentada de todas as etapas de trabalho realizadas e pelos produtos resultantes delas. Por fim, são apresentadas as considerações que correspondem à avaliação de todo o processo de trabalho, concluído em dezembro de 2022.

Palavras-chave: Acessibilidade cultural; política cultural; SECEC-DF; UNESCO.

---

<sup>1</sup> Professora visitante do PPGMUSEU e Departamento de Museologia da UFBA, consultora do IBRAM para o Programa de Acessibilidade e Inclusão em Museus do Ibram, professora colaboradora do PPGMus-USP, fundadora da empresa Museus Acessíveis Treinamento e Desenvolvimento de Acessibilidade. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e Pós-Doutora em Museologia pela USP.

<sup>2</sup> Coordenadora-geral de Instrumentos Técnicos e Jurídicos, da Diretoria de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios da Secretaria dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura. Ex-chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Advogada pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Ex-integrante da Comissão de Direitos Fundamentais Luís Gama (OAB-Taguatinga).

## Abstract

This article presents the work process, theoretical principles, methodology and results of the consultancy to strengthen the cultural policy of accessibility in the Federal District of Brazil, made possible through a partnership between the Secretariat of Culture and Creative Economy of the Federal District (SECEC-DF) and UNESCO. This process, carried out during the year 2022, was developed by professor and researcher Viviane Panelli Sarraf, under the supervision of the coordinator of the SECEC-DF Legislative Legal Office, Laís Alves Valente, who share the authorship of this text. This report, written in a collaborative way between the authors, is characterized by the critical and reasoned argumentation of all the stages of work carried out and the products resulting from them. Finally, the final considerations that correspond to the evaluation of the entire work process completed in December 2022 are presented. Keywords: Cultural accessibility; cultural politics; SECEC-DF; UNESCO.

### 1. Apresentação: antecedentes da criação do PRODOC e contratação da consultora

A cultura é concebida como um direito a ser preservado desde a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* de 1948, momento no qual, pela primeira vez no plano internacional, os direitos culturais foram formalmente reconhecidos ao lado dos direitos sociais e econômicos no âmbito do Estado de Bem-Estar Social (Drumond; Neumayr, 2011, p. 26).

A referida *Declaração Internacional de Direitos Humanos* de 1948 dispõe, em seu artigo 27, que: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”, ou seja, todos os indivíduos, independentemente de sua origem, classe social, experiência prévia, deficiência ou quaisquer outros fatores socioeconômicos que os identifiquem como minorias, têm o direito de usufruir das manifestações e dos bens culturais. Já em âmbito nacional, o tratamento à cultura, como marco mais expressivo, se deu com a inclusão de uma seção específica na Constituição Federal de 1988, que, pela primeira vez, reconheceu os direitos culturais como categoria apta a legitimar e a nortear as políticas públicas culturais setorializadas.

Contudo, apesar das normativas nacionais e internacionais que instituíram a cultura como direito humano, passados mais de trinta anos, após a sua inserção na Constituição Federal, há muito o que avançar na implementação

dos direitos culturais a grupos minoritários, em especial para pessoas com deficiência. Nesse sentido, destaca-se que os aspectos de cidadania cultural e de democratização do acesso à cultura não se concretizam apenas com a fruição de bens e de serviços culturais acessíveis, mas também com a valorização e o fomento à cultura produzidos por pessoas com deficiência.

Partindo dessa perspectiva, é necessário analisar o papel do Estado na garantia dos direitos culturais. Quem produz cultura é a sociedade, o papel do Estado é outro, no caso, o de estabelecer mecanismos de preservação e de incentivo cultural, dispondo de recursos e de instrumentos criados com a participação da sociedade como um todo (Botelho, 2001). Com vistas a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania, foi publicada a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O artigo 42 da lei supracitada dispõe que a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. O artigo 43 também estabelece que o poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas a seu protagonismo, de forma a assegurar a igualdade de oportunidades, o acesso aos bens e serviços, bem como a participação efetiva em todas as atividades culturais promovidas pelo poder público. Portanto, em consonância com a Constituição Federal, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e com as demais normas nacionais correlatas, estabeleceu-se a garantia de acessibilidade cultural como um dever do Estado.

No âmbito distrital, o comando constitucional ganhou novos contornos a partir da publicação da Lei Complementar n.º 934, de 7 de dezembro de 2017, que instituiu a Lei Orgânica da Cultura, popularmente conhecida como “LOC”. Em síntese, a Lei Orgânica da Cultura regulamentou e estabeleceu diretrizes aos mais importantes programas e políticas de fomento cultural já existentes no Distrito Federal, bem como instituiu o Sistema de Arte e Cultura (SAC-DF), que tem como objetivos principais a formulação, o financiamento e a gestão das políticas públicas de cultura no Distrito Federal.

Entre os princípios do Sistema de Arte e Cultura (SAC-DF), instituído pela LOC, verifica-se que a acessibilidade ganha significativa relevância como instrumento de democratização, participação, inclusão e fortalecimento da política pública de cultura do Distrito Federal. Assim, em atendimento aos princípios e objetivos listados na LOC, foi publicada a Portaria n.º 100, de 11 de

abril de 2018, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, que instituiu a Política Cultural de Acessibilidade no âmbito da gestão pública cultural do Distrito Federal, cujo objetivo era fortalecer, valorizar e fomentar ações que promoviam a acessibilidade e asseguravam o pleno exercício das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na criação e a fruição cultural.

Em que pese o importante avanço normativo promovido pela Portaria n.º 100, de 2018, no ano de 2021, a Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa percebeu que, na prática, os importantes dispositivos constantes na Portaria e demais legislações vigentes não eram implementados nos editais de fomento e nos projetos culturais apoiados ou fomentados pelo órgão, que verificou não haver nenhum setor ou profissional especializado em acessibilidade cultural na secretaria, razão pela qual se optou por contratar um consultor especializado, por meio de parceria desenvolvida com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no âmbito do projeto “Fortalecimento e modernização das políticas públicas de Cultura no DF”.

O escopo do edital consistia na contratação de consultoria de pessoa física, na modalidade “Consultor Individual”, para realização de um estudo técnico sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência no âmbito das políticas públicas de cultura fomentadas pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. A contratação tinha como objetivo mapear, documentar e elaborar diagnóstico preliminar acerca do estágio em que se encontrava a secretaria em relação às medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência, tanto para o público consumidor, quanto para os agentes culturais que pretendiam apresentar projetos a serem fomentados com recursos da secretaria.

A consultoria deveria ainda, após a realização do mapeamento e do diagnóstico inicial, elaborar diretrizes sobre como promover e melhorar as medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiência, considerando os seguintes eixos: i) acessibilidade em relação aos equipamentos públicos de cultura sob gestão da SECEC-DF, inclusive com capacitação dos colaboradores que trabalham diretamente com atendimento ao público; ii) acessibilidade em relação às plataformas digitais de informação, como site oficial e redes sociais; iii) medidas de acessibilidade com foco na inclusão de agentes culturais com deficiência nos projetos e demais linhas de apoio cultural fomentadas pela SECEC-DF; iv) acessibilidade em relação aos projetos e eventos culturais fomentados e realizados diretamente pela SECEC-DF, com foco no público consumidor com deficiência. Assim, em 17 de fevereiro de 2022, foi publicado, no

Diário Oficial da União, o Edital n.º 04/2022. Finalizado o processo seletivo, em 13 de maio de 2022 foi contratada a consultora.

A consultoria contemplou a entrega de cinco produtos, assim descritos: Produto 1 – Levantamento sobre acessibilidade relacionada às políticas culturais e melhores práticas; Produto 2 – Mapeamento da situação de acessibilidade dos equipamentos públicos de cultura sob a gestão da SECEC-DF; Produto 3 – Mapeamento e diagnóstico das dificuldades enfrentadas pelos agentes culturais e público consumidor com deficiência em relação a ações e projetos fomentados e realizados diretamente pela SECEC-DF; Produto 4 – Manual/Cartilha de Acessibilidade; Produto 5 – Relatório de Atividades de Capacitação.

O último produto foi entregue pela consultora em 19 de dezembro de 2022, finalizando assim a primeira grande etapa de implementação da política cultural de acessibilidade no Distrito Federal, conforme estará detalhada adiante.

## **2. Produtos integrantes da consultoria, metodologia e desenvolvimento do trabalho**

Conforme o item anterior, a consultoria para Fortalecimento da Política Cultural de Acessibilidade do Distrito Federal, realizada por meio de parceria entre a UNESCO e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, contemplou a entrega de cinco produtos, cada um deles será brevemente descrito, bem como a metodologia para elaboração dos mesmos.

O Produto 1 consistiu no levantamento sobre acessibilidade relacionada às políticas culturais e melhores práticas no Brasil e em outros países. Como resultado, apresentamos um relatório técnico de 72 páginas e anexos, com levantamento sobre acessibilidade relacionada às políticas culturais e melhores práticas para promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência no âmbito cultural internacional, contendo:

- Apresentação e fundamentação sobre o conceito de acessibilidade cultural atualizadas; análise e compilação de legislação nacional e distrital relacionadas às políticas públicas de acessibilidade cultural e de garantia dos direitos das pessoas com deficiência no acesso aos bens, serviços e ações culturais;
- Apresentação e análise das principais pesquisas científicas que embasam a elaboração de projetos voltados à garantia do direito de acesso à cultura para pessoas com deficiência, com ênfase no acesso à informação produzida por órgãos e instituições culturais;

- Identificação, descrição e problematização das barreiras e das dificuldades de pessoas com deficiência – especificamente relacionadas às barreiras de informação –, no acesso a bens, serviços e ações culturais, comumente encontradas pelo público;
- Levantamento, apresentação e descrição das melhores práticas internacionais e nacionais relativas à acessibilidade na promoção, na difusão e no acesso à informação de bens e serviços culturais e das políticas de fomento à produção cultural para artistas, pesquisadores, educadores e produtores culturais com deficiência.

Durante o processo de pesquisa que resultou no primeiro produto, constatamos que, no Brasil, as áreas de conhecimento que produzem mais pesquisas relacionadas ao acesso à informação para pessoas com deficiência são a Ciência da Informação, o Serviço Social e a Educação Especial. Em relação ao acesso à cultura e ao patrimônio por meio de estratégias de comunicação acessíveis, encontramos pesquisas nas áreas de Ciência da Comunicação, Ciência da Informação, Museologia, Arte, Educação, Arquitetura e *Design*.

Nos países europeus, a área de Estudos da Deficiência, sobretudo no Reino Unido, e as áreas de Educação, Estudos Culturais e Comunicação têm sido responsáveis pelo desenvolvimento de boa parte das pesquisas de interesse deste trabalho. Já nos Estados Unidos da América e Canadá, verificamos haver pesquisas, principalmente nas áreas de Direitos Humanos, Estudos Culturais, *Design*, Arquitetura e Ciência da Informação.

Nas últimas duas décadas, o Brasil vem se destacando no campo da legislação e das ações empíricas acerca da promoção de acessibilidade universal, sobretudo no acesso à cultura, acessibilidade comunicacional e acesso à informação, por essa razão, no levantamento aqui proposto, será atribuída ênfase à produção científica nacional, com o objetivo de visibilizar e valorizar as investigações e as publicações técnicas que têm como objeto de estudo e de aplicação a nossa realidade específica.

Para além das pesquisas científicas, realizadas em programas de pós-graduação de universidades brasileiras e estrangeiras com temáticas correlatas ao acesso à informação para pessoas com deficiência, podemos destacar a produção de manuais práticos que orientam profissionais de diferentes áreas a respeito do direito de acesso à informação e do desenvolvimento das capacidades de protagonismo e autodefensoria lançados nos últimos oito anos pela UNESCO. Ao realizar busca pela temática na biblioteca digital da organização, foram encontradas quatro publicações, em PDF, em língua inglesa e uma traduzida para a língua portuguesa:

- “Model Policy for Inclusive ICTs in Education for Persons with Disabilities” (2014) apresenta estudos e diretrizes para desenvolvimento de políticas de TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação Inclusivas na Educação de Pessoas com Deficiência;
- “Tornar a informação da sua organização acessível a todos – implementar as linhas de orientação para informação acessível” (2015) apresenta parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas e institucionais para criação de metodologias de produção de informação acessível no âmbito educacional e corporativo, fornecendo, inclusive, modelos de instrumentos de monitoramento das ações desenvolvidas com base nas diretrizes da publicação;
- “Digital Empowerment Access to Information and Knowledge using ICTs for Persons with Disabilities” (2016) apresenta parâmetros gerais de acessibilidade digital e ações de promoção de acesso à informação e à comunicação realizados em países do continente africano e asiático;
- “Delivering Together for Inclusive Development: Digital Access to Information and Knowledge for Persons with Disabilities” (2019) apresenta informações e parâmetros internacionais para o desenvolvimento de ações de acessibilidade digital para informação e conhecimento para pessoas com deficiência, com base nas metas 9 (Infraestrutura, Inovação e Indústria) e 16 (Paz, Justiça e Fortalecimento das Instituições), das Metas da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- “Accessible Digital Documentary Heritage Guidelines for the preparation of documentary heritage in accessible formats for persons with disabilities” (2020) consiste em um manual de acessibilidade digital para o *website* do projeto “Memory of the World”.

Consideramos essas publicações, baseadas em pesquisas científicas e experiências empíricas, de grande relevância para o desenvolvimento de políticas públicas de acesso à informação para pessoas com deficiência, pois, em seus textos, corroboram enfaticamente os atuais conceitos de autodefensoria, protagonismo, representatividade e participação, que vêm alterando a percepção de que os recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência consistem apenas na aplicação técnica de adequações físicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais.

No Produto 2, foi realizado o mapeamento das condições de acessibilidade dos dezesseis espaços culturais da SECEC-DF, que estavam em funcionamento

e abertos ao público durante o período da consultoria (maio a dezembro de 2022). As etapas para elaboração desse produto consistiram em:

- Realização de visitas técnicas presenciais, acompanhadas por colaboradores dos espaços culturais e servidores técnicos da Divisão de Patrimônio Cultural da SECEC-DF;
- Adoção de modelos de avaliação em acessibilidade para espaços culturais, constantemente atualizados e desenvolvidos pela consultora para o *Guia de Acessibilidade Cultural da Cidade de São Paulo* (2012-2014), da tradução e adequação do questionário proposto pela publicação do *Australian Museum* e do *National Museum of Australia* “Many Voices Making Choices” (2005) e da ferramenta de autoavaliação para museus e espaços culturais ofertada pelo instituto IBERMUSEUS (2021);
- Registro fotográfico das visitas;
- Levantamento e indicação das principais adequações de acessibilidade necessárias, com base nos critérios constantes no Termo de Referência e no detalhamento das principais adaptações e serviços a serem implementados a partir da experiência de mais de 20 anos em pesquisas acadêmicas na área, em projetos culturais acessíveis desenvolvidos e no constante diálogo com consultores e pesquisadores com pessoas com deficiência.

Esse produto resultou em um relatório com a apreciação geral das condições de acessibilidade universal dos espaços culturais visitados, além de um relatório pormenorizado e ilustrado com fotografias de cada um dos espaços. Para os equipamentos culturais com necessidade de adequações maiores, foram apresentadas soluções pautadas em boas práticas já existentes no Brasil e em outros países.

No Produto 3, foi realizado o diagnóstico das principais barreiras enfrentadas pelo público, artistas, educadores, produtores culturais e pesquisadores com deficiência nos espaços culturais da SECEC-DF. O resultado dessa etapa foi composto pela realização de oitavas públicas *on-line* para escuta do público-alvo da consultoria sobre as barreiras enfrentadas nos acessos aos espaços, programações culturais e oportunidades de financiamento de projetos culturais, foram ouvidos: servidores da SECEC-DF, agentes de cultura, profissionais de áreas correlatas à cultura, educadores, pesquisadores, artistas, ativistas e agentes culturais com e sem deficiência do Distrito Federal.

Para possibilitar que os resultados das oitivas fossem, de fato, abrangentes, foram elaborados roteiros com questões abertas e pontos de reflexão para condução dos encontros com diferentes públicos. Além disso, para garantir a participação daqueles que não tiveram oportunidade de participar dos encontros de escutas públicas, elaboramos um questionário usando a ferramenta *Google Forms*, com questões de múltipla escolha e abertas, similares às que compuseram o roteiro das oitivas.

Logo após a realização das escutas, gravadas por servidores da Assessoria de Comunicação (ASCOM) da secretaria, e da análise dos formulários recebidos, foi realizado o cruzamento dos dados provenientes das participações com os relatórios de acessibilidade universal dos espaços culturais da secretaria, realizados para o Produto 2. O produto resultante dessa etapa foi um relatório com informações e análises sobre os processos realizados, as conclusões obtidas a partir da avaliação das etapas, acima detalhadas, e sugestões de melhorias nas ações que perfazem a Política de Acessibilidade Cultural do DF, baseadas nas sugestões dos públicos participantes das escutas e do preenchimento do formulário *on-line*.

Importante ressaltar que a participação das pessoas com deficiência e dos militantes pela acessibilidade cultural e pela inclusão social são fundamentais na elaboração de qualquer ação em benefício de seus pares. Essa é uma das principais demandas do movimento pelos direitos dessa população. Sendo que o lema do movimento, em âmbito internacional, é a frase do sul-africano William Rowland (1986) “Nada sobre nós, sem nós”.

O quarto Produto da consultoria foi composto pelo diagnóstico de acessibilidade dos canais de comunicação e informação *on-line* da SECEC-DF e pelo conteúdo textual de duas cartilhas sobre acessibilidade cultural destinadas aos servidores dos espaços culturais, das áreas administrativas da secretaria, aos produtores culturais, ao público de pessoas com deficiência e à comunidade em geral.

A avaliação dos recursos de acessibilidade do *website* e das redes sociais da SECEC-DF foi realizada junto ao Produto 4, uma vez que, durante a realização dos Produtos 2 e 3, esses canais estavam com restrições de publicação devido ao período eleitoral. Importante ressaltar que, no período em que foi realizada essa avaliação, as equipes técnicas dos espaços culturais da SECEC-DF já haviam recebido o diagnóstico de acessibilidade de seus *websites* e/ou páginas no site da secretaria. E a equipe da ASCOM já havia realizado uma reunião de orientação com a pessoa responsável pela consultoria em questão.

Os textos das duas cartilhas elaboradas tiveram como características:

- Estruturação do material com um sumário objetivo, pautado em temas práticos e propositivos;
- Uso de linguagem acessível para benefício de pessoas com formações diversas;
- Redação pautada nos resultados dos Produtos 1, 2 e 3, que compuseram a consultoria, com ênfase nos depoimentos e nas considerações colhidas no processo de escuta do público e de agentes culturais com deficiência;
- Considerar os parâmetros atuais dos estudos da deficiência, o processo de escuta e a realidade do DF.

Por fim, o Produto 5 consistiu no relatório sobre as capacitações presenciais e *on-line* oferecidas aos servidores SECEC-DF para os produtores culturais, artistas, ativistas e pessoas com deficiência no último mês de vigência do contrato com a UNESCO. As capacitações constituíram a última etapa da consultoria PRODOC para o fortalecimento e a modernização das medidas de acessibilidade para a promoção do direito da cultura às pessoas com deficiência pela secretaria.

Entre novembro e dezembro de 2022, foram realizadas duas ações para públicos diferentes. As presenciais, ocorridas no auditório da Biblioteca Nacional de Brasília, foram ofertadas para servidores da administração e dos espaços culturais da SECEC-DF e as capacitações, em formato *on-line*, foram destinadas a agentes, produtores culturais, artistas e comunidade em geral. As capacitações *on-line* foram gravadas e estão disponíveis no canal do *YouTube* da SECEC-DF, com interpretação em Libras e estenotipia (legendas para surdos realizadas em tempo real). Tanto essa etapa, quanto a produção do conteúdo textual das cartilhas, entregue com o Produto 4, perfizeram um conjunto de ações de divulgação da informação e de formação acerca das temáticas de acessibilidade cultural, comunicação acessível e acesso à informação para pessoas com deficiência, que permearam todo o processo de trabalho desenvolvido entre maio e dezembro de 2022.

Diferente de outras etapas da consultoria, sobretudo o conteúdo dos Produtos de 1 a 3, destinados ao levantamento de informações, legislação, pesquisas e boas práticas, mapeamento e diagnóstico de acessibilidade dos espaços e ações da SECEC-DF, esses dois últimos produtos objetivaram multiplicar os resultados da consultoria e contribuir com o posicionamento da

secretaria em relação à cultura acessível, produzida com e para benefício das pessoas com deficiência.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desses conteúdos e a didática das capacitações contaram com a experiência da consultora Viviane Sarraf, que realiza treinamentos em parceria com organizações culturais e universidades na modalidade *in-company* para instituições culturais. Os conteúdos dos cursos foram pautados em pesquisas científicas, atualizações constantes e pesquisa de campo com exemplos reais de boas práticas de acessibilidade em espaços e projetos culturais.

Após a conclusão dessa etapa, foram compartilhadas, com as supervisoras da Assessoria Jurídico-Legislativa da SECEC-DF, as apresentações utilizadas durante as aulas e materiais para aprofundamento nas temáticas de acessibilidade cultural e comunicação acessível: guias, manuais, cartilhas, publicações de legislações comentadas e artigos disponíveis para distribuição gratuita e *on-line*. Esse material foi enviado a todos os participantes inscritos nas capacitações.

### **3. Princípios teóricos e empíricos da consultoria**

#### **3.1. Acessibilidade cultural: conceituação e discussões atuais**

O público das instituições culturais é constituído por PESSOAS, que, por sua vez, apresentam diferenças e diversidades neurológicas, físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, linguísticas, culturais, de faixa etária, de condições de saúde, financeiras, entre tantas outras que caracterizam o ser humano e o conceito de comunidade. Conforme preconizam Ruiz e Lledó sobre o público dos museus:

Algo que caracteriza a la sociedad es precisamente su diversidad, que es la norma y no la excepción de la dimensión humana... por tanto, no se trata de integrar en el museo a los que son diferentes, sino de partir del hecho de que todos los somos, todos tenemos capacidades y necesidades diferentes y aportamos a la sociedad experiencias únicas derivadas de los valores individuales” (Ruiz; Lledó, 2013 p. 19).

No Brasil, segundo a Pesquisa de Desigualdades Sociais, realizada pelo IBGE em 2022, aproximadamente 9% da população têm alguma deficiência, e, nesse número, não estão considerados: idosos, gestantes, pessoas com obesidade

e pessoas com outras limitações de mobilidade, de comunicação, de percepção, sejam permanentes ou temporárias, pessoas com limitações transitórias, que sofreram algum acidente ou enfrentam sequelas de quadros de doenças, crianças pequenas e famílias com crianças pequenas, o que resulta em um quantitativo populacional maior do que os dados revelam.

Também se faz necessário considerar que, a essas pessoas, se somam os seus parentes, colegas de trabalho e estudo e amigos, uma vez que as visitas a espaços culturais e turísticos são atividades geralmente realizadas em grupos de família, amigos, escola e universidade. Dessa forma, o conceito de “minorias”, bastante utilizado como escusas a não implementação de programas, ações e adequações de acessibilidade pelas instituições culturais, não corresponde à realidade. De acordo com Camila Araújo Alves, psicóloga, educadora de museus e pesquisadora com deficiência visual:

As minorias são multidões cuja organização desestabiliza o consenso das maiorias e sua ordem política. Nesse caso, minoria não representa apenas a expressão numérica daqueles grupos que não se enquadram no padrão estabelecido pelo senso comum da maioria, mas, intensivamente, minorias são a respiração vital da maioria, ou seja, elas formam um “devir minoritário” que diz respeito a todos, até mesmo aqueles indivíduos que parecem encarnar o modelo de Alguém para a maioria e constroem sua variação em torno do padrão vigente (Alves, 2020, p. 50).

O conceito de acessibilidade cultural, pautado na definição de acessibilidade universal e nos princípios do Desenho Universal, tem como premissa a extensão dos benefícios, das adequações e das concepções para outras parcelas da população além do público de pessoas com deficiência e neurodiversidades. A definição de acessibilidade cultural, apresentada desde 2013 pela fundadora da Museus Acessíveis, pesquisadora e professora Viviane Sarraf, em aulas, conferências e textos, afirma se tratar de: “Um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para pessoas com deficiência, beneficiando públicos diversos”.

A extensão dos benefícios conquistados, com base nas necessidades e na escuta das pessoas com deficiência e neurodiversidades, para outros públicos é um aspecto crucial em ações, programas e práticas pautados pelo conceito de acessibilidade cultural. Dessa forma, para que os equipamentos culturais afirmem sua função social e sejam, de fato, inclusivos, é necessário ir além da

recepção desse público em ações educativas, é fundamental garantir sua plena participação e representatividade nos processos de gestão das instituições, prioritariamente no desenho das políticas institucionais, nas ações de curadoria e na difusão do patrimônio, seja ele material ou imaterial. Também se faz necessário garantir a escuta e o protagonismo de representantes dessa população, e de outras, como LGBTQIAPN+, negros, indígenas, refugiados, apátridas, de baixa renda e baixa escolaridade, que não são considerados na gestão da cultura e do patrimônio, e na criação de políticas culturais inclusivas pautadas na democratização do patrimônio científico.

O compromisso com a democratização da cultura deve considerar a acessibilidade em uma abordagem multidisciplinar, isto é, assegurar o direito de todos os públicos, especialmente das pessoas com deficiência, considerando todo o processo histórico de exclusão dessa população nos ambientes culturais pelas mais diversas razões e o não reconhecimento e acolhimento de suas diferenças físicas, sensoriais e intelectuais. Trata-se de uma nova concepção acerca da ação cultural, que admite que é possível elaborar estratégias de comunicação e de pertencimento pautadas no acesso livre de barreiras; na percepção multissensorial por meio da visão, da audição, do tato, do olfato, do paladar; da compreensão por meio de diferentes graus de cognição e da fruição despretensiva que não pressupõe nenhum tipo de repertório ou conhecimento científico prévio.

A garantia da acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência ao patrimônio tem amparo legal em grande parte dos países do mundo, uma vez que, ao assinarem o protocolo facultativo da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, se comprometeram a fazer com que os direitos ali deliberados ganhassem força constitucional. Sobre o poder compulsório das legislações nacionais, Ruiz e Lledó afirmam que:

El acceso al patrimonio natural y cultural es un derecho amparado por las leyes, aunque raramente las personas con discapacidad y con riesgo de exclusión social lo pueden ejercer en los museos y exposiciones, a pesar de que la puesta en valor del patrimonio también se paga a través de sus impuestos y los de sus familias. La museología y la museografía que no son accesibles e inclusivas, por tanto, no solo son injustas, sino que contravienen la legalidad (Ruiz; Lledó, 2013, p. 19).

No Brasil, presenciamos um movimento intenso de museus e de espaços culturais para adequarem seus espaços físicos, exposições, ações educativas e programas públicos para atendimento à população com deficiência, seja para atender ao Decreto da LBI n.º 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão, com um capítulo dedicado exclusivamente ao acesso à cultura, seja para afirmar seu compromisso social frente às demandas do público que, por meio de figuras representativas, como formadores de opinião e influenciadores digitais, milita por mais recursos de acessibilidade, por participação e por representatividade nas coleções museológicas, nas exposições, espetáculos e programações culturais, em geral.

### 3.2 Barreiras de acesso à cultura – princípios empíricos da consultoria

As barreiras encontradas pelo público de pessoas com deficiência no acesso à informação de bens, serviços e ações culturais mais comuns refletem a falta de acessibilidade geral enfrentada por essa população, em outras esferas quotidianas e áreas de atuação e, por sua vez, representam impedimentos severos para a fruição dos conteúdos culturais. Entretanto, em relação ao acesso aos bens, serviços e ações culturais, se somam barreiras de participação e de representatividade, sobretudo nas oportunidades de protagonismo em ações culturais, advindas da falta de conhecimento acerca da produção cultural e artística de agentes culturais, artistas, produtores culturais e artistas<sup>3</sup> com deficiência.

De fato, o direito de acesso à informação é fundamental para garantia da participação das pessoas com deficiência nas oportunidades advindas do setor cultural, como editais públicos e privados de financiamento de projetos culturais; textos de leis de incentivo à cultura; cursos e formações na área cultural; residências artísticas; oportunidades de trabalho em espaços e projetos culturais, participação em conselhos; comissões e comitês de cultura, entre outros. Mas existem outras barreiras que comprometem o acesso das pessoas com deficiência

---

<sup>3</sup> Artivismo é o nome dado a ações sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, que se valem de estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas para amplificar, sensibilizar e problematizar, para a sociedade, causas e reivindicações sociais. O artista encontra na arte um convite à participação, expressando através de inúmeras linguagens, como a arte de rua, o vídeo, a música, a *performance* e a intervenção, os seus pontos de vista e leituras sobre a vida e o mundo, problematizando sua realidade. Fonte: Artivismo: criações estéticas para ações políticas. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/blog/artivismo-criacoes-esteticas-para-acoes-politicas/#:~:text=O%20artista%20encontra%20na%20arte,o%20mundo%2C%20problematizando%20sua%20realidade>>

à plena participação, conforme consta na legislação vigente, analisada na seção 3 deste levantamento.

A seguir, descreveremos de forma propositiva essas barreiras e os contingentes de pessoas com deficiência que elas atingem:

- **Barreiras Físicas:** falta de acessibilidade nas edificações onde se encontram as instituições e/ou equipamentos culturais em seu entorno, no transporte público que dá acesso às áreas/regiões culturais, no meio urbano adjacente. Essas barreiras comprometem o acesso de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, pessoas com deficiência visual, pessoas com surdocegueira<sup>4</sup>.
- **Barreiras Atitudinais:** atitudes dos colaboradores e prestadores de serviços dos espaços culturais, órgãos públicos e privados de cultura e de empresas que prestam serviços culturais pautados no capacitismo e na falta de conhecimento sobre a realidade social das pessoas com deficiência na atualidade e sobre as necessidades físicas, comunicacionais, informacionais e outras, que impedem o pleno acesso e o desenvolvimento dessa população.

Essas barreiras comprometem o acesso e a participação de pessoas com diferentes deficiências, neurodiversidades e transtornos psíquicos aos bens, serviços e ações culturais.

- **Barreiras comunicacionais:** ausência de recursos de comunicação acessíveis e alternativas para pessoas com deficiências sensoriais, intelectuais e mentais nas ofertas culturais presenciais ou em modalidade *on-line*. Por exemplo:
  - Textos transcritos em Braille, caracteres ampliados e gravações em versão auditiva; interpretação em Libras e legenda para surdos e ensurdecidos, com versão em Escrita Simples e comunicação alternativa;
  - Vídeos e exibição de filmes com audiodescrição, interpretação em Libras, legendas para surdos e ensurdecidos; correspondentes textuais constantes na

---

<sup>4</sup> Segundo o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Volp), versão 2023-2024, da Academia Brasileira de Letras, que faz o registro oficial das palavras da Língua Portuguesa e é continuamente atualizado por especialistas do idioma com base no uso extensivo de *corpora* e nos avanços da análise e processamento de informações, grafa-se oficialmente “surdo-cegueira” (s.f.; pl.: surdo-cegueiras). Contudo, pesquisadores e estudiosos optam pela grafia “surdocegueira” (s.f.; pl.: surdocegueiras), por entenderem que a pessoa surdocega não é uma pessoa surda que não pode ver e nem um cego que não pode ouvir. “Não se trata de simples somatória de surdez e cegueira, nem é só um problema de comunicação e percepção, ainda que englobe todos esses fatores e alguns mais” (McInnes & Treffy, 1991 *apud* Nascimento, 2006, p.11). Ver: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>; <http://portal.mec.gov.br/scesp/arquivos/pdf/surdosegueira.pdf> (N. do R).

descrição dos vídeos quando disponibilizados no *YouTube*, *VIMEO* e outras plataformas de vídeo *on-line*;

- Peças de teatro, espetáculos de dança, *performances* e *shows* de música erudita ou popular com audiodescrição, interpretação em Libras e legendas para surdos e ensurdecidos;

- Recursos táteis: maquetes táteis das edificações/construções históricas, monumentos e sítios arqueológicos, mapas táteis dos espaços internos do equipamento cultural, pranchas táteis de obras e imagens bidimensionais, sinalização de espaços e identificação dos recursos acessíveis em Braille e com caracteres ampliados;

Essas barreiras comprometem a comunicação, a percepção e a experiência de fruição cultural principalmente para pessoas com deficiência visual, pessoas surdas, pessoas com surdocegueira, pessoas com deficiência intelectual, pessoas com neurodiversidades, pessoas com deficiência psicossocial e pessoas com dificuldade de fala (paralisia cerebral, afasia, deficiência intelectual, surdos não oralizados).

• Barreiras informacionais: ausência ou imposição de dificuldades de acesso à informação disponibilizada em meio impresso, televisivo ou virtual (em *websites*, redes sociais, repositórios *on-line*) em formatos acessíveis, considerando as pessoas com deficiências sensoriais, intelectuais, mentais e neurodiversidades. Por exemplo:

- Textos de divulgação, livros, revistas, jornais, informativos, folhetos e qualquer tipo de material ofertado de forma impressa ou virtual com transcrição em Braille e caracteres ampliados, gravados em versão auditiva, com interpretação em Libras e legenda para surdos e ensurdecidos, com versão em Escrita Simples e comunicação alternativa;

- Vídeos de divulgação, informativos com conteúdos culturais, minidocumentários, programas de TV e outros materiais audiovisuais com audiodescrição, interpretação em Libras, legendas para surdos e ensurdecidos e com os correspondentes textuais constantes na descrição do vídeo quando disponibilizado no *YouTube*, *VIMEO* e outras plataformas de vídeo *on-line*;

- *Websites*, redes sociais e aplicativos institucionais desenvolvidos segundo as diretrizes internacionais de acessibilidade na *Web WCAG*, que integram o consórcio internacional W3C, imagens com descrição em texto alternativo e/ou em legendas com uso de *hashtags* educativas (*#pratodosveres*, *#pratodosverem*, *#pracegover*, *#descrevepramim*, etc...); vídeos com

interpretação em Libras e legendas para surdos e ensurdecidos, *links* localizados na página principal dos *websites* e/ou no *Linktree*, vinculados ao perfil institucional no *Instagram*, de fácil acesso e localização para disponibilização de publicações, materiais educativos, documentos institucionais e editais em formatos acessíveis (PDF acessível, formato auditivo, vídeo em Libras, Escrita Simples);

- Informação destacada de endereço de *e-mail*, telefone, *WhatsApp* e aplicativos de mensagens, nos perfis das redes sociais, para atendimento a solicitações especiais de acesso à informação e impressão em Braille, caracteres ampliados e envio de outras mídias sob demanda.

As barreiras informacionais comprometem o acesso à informação produzida pelos órgãos, instituições e equipamentos de cultura, principalmente para pessoas com deficiência visual, pessoas surdas, pessoas com surdocegueira, pessoas com deficiência intelectual, pessoas com neurodiversidade, pessoas com deficiência psicossocial e pessoas com dificuldade de fala (paralisia cerebral, afasia, deficiência intelectual, surdos não oralizados).

- Barreiras de inclusão profissional: descumprimento da Lei de Cotas n.º 8.213/91, da Convenção da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e da LBI n.º 13.146/2015 associada às atitudes capacitistas e discriminatórias aplicadas em textos e informações sobre ofertas de emprego e concursos públicos. As barreiras de inclusão profissional comprometem o direito ao trabalho de todo contingente populacional de pessoas com deficiência.

- Barreiras de participação (em ações culturais): ausência ou imposição de dificuldade de acesso às oportunidades de participação, colaboração e representação em comissões, conselhos, comitês; concorrências em editais públicos e privados de fomento à cultura; residências artísticas, culturais e educativas e outras oportunidades de participação ativa ocasionadas por falta de informação acessível – barreiras informacionais e comunicacionais, atitudes capacitistas e discriminatórias presentes na constituição dos documentos informativos, normativos e nos sistemas de inscrições.

As barreiras de inclusão profissional comprometem o direito à participação em ações culturais para artistas, produtores culturais e artistas com todas as deficiências e aos seus parceiros de trabalho.

- Barreiras de representatividade: omissão da participação e da contribuição social das pessoas com deficiência nos processos históricos e no desenvolvimento da

sociedade atual nas mais diversas esferas da vida, das atividades humanas e da cultura na mídia, na educação formal e informal, nas manifestações artísticas e culturais, nas representações sociais, no desenvolvimento científico e tecnológico, na publicidade, nos referenciais teóricos e empíricos no meio acadêmico e outros.

Essa barreira é resultante de atitudes capacitistas e discriminatórias presentes na sociedade como um todo. Ela compromete o respeito, a autonomia e o reconhecimento da participação social de todas as pessoas com deficiência, causando impactos severos em seu desenvolvimento global. É muito importante abordar, problematizar, debater e propor novas abordagens acerca das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência por meio de instrumentos de pesquisas populacionais, de mercado e trabalhos científicos que se proponham a conhecer em profundidade a realidade social dessa população.

#### **4. Acompanhamento da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e avaliação dos resultados**

Conforme apresentado anteriormente, o escopo da contratação da consultoria especializada em acessibilidade cultural consistia na realização de um estudo técnico sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência no âmbito das políticas públicas de cultura fomentadas pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. Contudo, para a real implementação dos direitos culturais das pessoas com deficiência, foi necessário transformar os cinco produtos entregues pela consultora em atos normativos e documentos técnicos propositivos voltados tanto para os agentes públicos que trabalham na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, quanto para os agentes culturais que possuem projetos fomentados pela secretaria.

Assim, foi publicada a Portaria n.º 220, de 3 de outubro de 2022, que instituiu o Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano de Ação de Acessibilidade Cultural à Pessoa com Deficiência, no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. O objetivo do Grupo de Trabalho era estabelecer um documento técnico, com metas e indicadores, que possibilite o acompanhamento e a avaliação dos resultados. Esse Plano de Ação teve como objetivos principais: a) identificar as ações a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa com vistas à implementação dos recursos de acessibilidade e das medidas de inclusão, de integração e de protagonismo das pessoas com deficiência nas políticas públicas culturais; b) identificar os servidores públicos responsáveis por cada uma das ações descritas

no item “a”; c) elaborar projetos de pequeno, médio e longo prazos, considerando o prazo despendido para cada uma das ações.

Uma das primeiras propostas do Grupo de Trabalho consistiu na elevação do “*status*” da política cultural de acessibilidade do Distrito Federal, que, até então, era estabelecida por meio da Portaria n.º 100, de 2018. Logo, em 6 de outubro de 2022, foi publicado o Decreto Distrital n.º 43.811, de 5 de outubro de 2022, que instituiu a Política Cultural de Acessibilidade no âmbito da gestão pública cultural do Distrito Federal e regulamentou a Lei Distrital n.º 4.142, de 5 de maio de 2008, que dispõe sobre a reserva de cota para apresentação de artistas locais com deficiência na programação de eventos culturais promovidos pelo governo do Distrito Federal.

O referido ato normativo trouxe conceitos, princípios, objetivos e ações da política pública, bem como reforçou obrigatoriedades legais, e regulamentou leis distritais, até então não regulamentadas, tal como a Lei Distrital n.º 4.142. Outro importante ato normativo, originário dos produtos entregues pela consultora, foi a Portaria n.º 9, de 20 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a execução da Política Cultural de Acessibilidade no âmbito da gestão pública cultural do Distrito Federal, instituída pelo Decreto n.º 43.811, de 5 de outubro de 2022.

A Portaria n.º 9, de 2023, revogou a Portaria n.º 100, de 2018, e foi dividida em nove capítulos. Em um primeiro momento, são listadas as principais normas nacionais e distritais que tratam de acessibilidade cultural. O segundo capítulo é destinado às necessárias intervenções físicas nos equipamentos públicos de cultura e à necessidade de adequação arquitetônica, inclusive nos espaços culturais tombados. O Capítulo III se destina às normas de divulgação e comunicação nos equipamentos públicos de cultura e o Capítulo VI é voltado à comunicação acessível. Ambos refletem a preocupação de tornar a comunicação acessível, inclusive nos sítios eletrônicos e redes sociais da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

O Capítulo IV é voltado aos projetos culturais financiados pela Secretaria. Neste capítulo, é estipulada a obrigatoriedade de inclusão de recursos de acessibilidade em projetos culturais fomentados pela secretaria. Também foi estipulada a periodicidade mínima dos recursos de audiodescrição e Libras, obrigatoriedade de legendagem em festivais de cinema, entre outras normas.

Quanto às ações afirmativas, foi estipulado que os editais devem prever, sempre que possível, cotas para pessoas com deficiência, linha exclusiva para agentes culturais com deficiência; pontuação extra para projetos propostos por pessoas com deficiência; pontuação extra para projetos que empregam pessoas com deficiência; e prioridade à produção e à difusão artístico-cultural da pessoa

com deficiência mediante critério de desempate em editais de chamamento público. No que tange aos editais de fomento à cultura, estes devem ser publicados em formato PDF acessível e, sempre que possível, em linguagem simples. A comunicação com o público dos projetos também deve contar com recursos de acessibilidade e, nos editais de premiação para pessoas com deficiência, as inscrições podem ser realizadas em vídeos, áudios, entre outros formatos alternativos.

O Capítulo V estabelece um percentual mínimo de 5% do total de contratações artísticas de pessoas com deficiência nos eventos culturais promovidos pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, sendo garantida ao menos uma contratação de artista local com deficiência.

O Capítulo VII dispõe sobre o estímulo à formação e à capacitação de servidores da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, de agentes culturais e da sociedade civil em acessibilidade em ambientes culturais que podem ocorrer por meio de palestras, oficinas, cursos, e outros meios. A portaria dispõe ainda que a capacitação dos servidores deve ocorrer de forma contínua, com especial atenção aos servidores que realizam atendimento ao público e aos servidores que elaboram editais de fomento. O Capítulo VIII institui a Comissão de Acessibilidade Cultural, que deve ser composta por no mínimo três servidores de áreas afins à temática de acessibilidade cultural. A principal atribuição da referida comissão é a elaboração do Plano de Ação de Acessibilidade Cultural, documento técnico elaborado anualmente e instituído pela Portaria n.º 9, de 2023, com vistas a elencar ações concretas para execução da Política Cultural de Acessibilidade. A execução do Plano de Ação de Acessibilidade Cultural também deve ser acompanhada pela Comissão de Acessibilidade Cultural durante todo o exercício financeiro e o documento pode ser revisto a qualquer tempo.

Por fim, diante das dificuldades do poder público em implementar de forma imediata todas as ações necessárias à fiel execução da política pública ora proposta, a Portaria n.º 9, de 2023, também dispõe que as adequações necessárias à execução da Política Cultural de Acessibilidade serão realizadas de forma gradual, em atendimento às normas orçamentárias e ao princípio da reserva do possível.

No mais, constituem anexos da portaria dois importantes documentos elaborados a partir dos produtos entregues pela consultora: i) Acessibilidade Cultural – Guia Prático para agentes públicos da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal; ii) Acessibilidade Cultural – Guia Prático para agentes culturais e para o público dos equipamentos culturais da

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. Ambos os documentos podem ser localizados na página da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. Todo esse arcabouço normativo tem sido implementado, na prática, aos poucos pelas equipes técnicas, mediante constante diálogo e recomendações da Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal.

Ainda, a partir dos produtos entregues pela consultora, a Comissão de Acessibilidade Cultural finalizou o Plano de Ação de Acessibilidade Cultural em 14 de março de 2023, elencando as ações prioritárias, dividindo-as em seis eixos temáticos: 1) acessibilidade física; 2) acessibilidade comunicacional; 3) experiência acessível; 4) acesso à informação; 5) acessibilidade atitudinal; 6) inclusão e representatividade. As demandas foram ainda divididas em graus de complexidade, conforme a seguinte definição: 1) baixa complexidade; 2) média complexidade; 3) alta complexidade; 4) altíssima complexidade.

Por fim, estima-se que, ao longo dos próximos quatro anos, as medidas descritas no Plano de Ação de Acessibilidade Cultural sejam implementadas, garantindo que pessoas com deficiência, de fato, sejam integradas tanto na produção quanto na fruição de produtos e ações culturais desenvolvidos no Distrito Federal.

## **5. Considerações Finais**

Durante a consultoria, que durou aproximadamente sete meses, verificou-se que, além da legislação nacional, o Distrito Federal possui uma legislação própria que garante diversos direitos às pessoas com deficiência, bem como possui algumas leis esparsas que trazem regras mais específicas sobre acessibilidade cultural.

Os produtos entregues pela consultora subsidiaram a publicação do Decreto n.º 43.811, de 2022, e da Portaria n.º 9, de 2023, que constituem atos normativos voltados especificamente para a implementação da política cultural de acessibilidade do Distrito Federal. Ambos os documentos trazem informações mais específicas que auxiliam tanto o gestor público, no momento de elaboração, execução e avaliação das políticas culturais, quanto os agentes culturais, que utilizam recursos públicos em suas produções.

No mais, o importante trabalho de escuta pública permitiu que pessoas com deficiência do Distrito Federal expusessem suas dificuldades e suas necessidades na fruição e na produção cultural. Ainda, produtores culturais sem

deficiência puderam aprender sobre formas adequadas de inclusão de pessoas com deficiência em seus projetos culturais.

Os servidores da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal participaram de um processo de formação e sensibilização que permitiu compreender a importância e a urgência da alteração de condutas, visando erradicar ações capacitistas. Ainda, foram instados a modificar os procedimentos de elaboração e publicação de editais de fomento e demais projetos, de forma a abarcar as especificidades das pessoas com deficiência.

Servidores, agentes culturais e demais participantes dos processos de escuta, capacitação e consulta pública demonstraram-se satisfeitos com os resultados da consultoria e motivados com a possibilidade de implementação de novas normas na Administração Pública distrital. Conclui-se, portanto, que as importantes mudanças implementadas após a consultoria contribuíram para o fortalecimento e a modernização da política cultural de acessibilidade do Distrito Federal. Espera-se que a iniciativa se multiplique em âmbito nacional, para que o direito constitucional à cultura seja alcançado por meio da implementação de políticas públicas culturais que visem a inclusão, integração e protagonismo das pessoas com deficiência tanto na fruição quanto na produção cultural brasileira.

## Referências

ALVES, Camila Araújo. *E se experimentássemos mais?*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Appris, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA *Plano Nacional de Cultura*, 2010. Disponível em <<http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/29/>>

A CONVENÇÃO sobre direitos das pessoas com deficiência comentada/Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2008.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da Cultura e Políticas Públicas*. São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011 & script=sci\\_arttext & tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011 & script=sci_arttext & tlng=es)>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

CAMBIAGHI, Silvana; CARLETTTO, Ana Claudia. *Desenho Universal: um conceito para todos*. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2007.

CARDOSO, Eduardo. *Design para Experiência Multissensorial em Museus: fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual* / Eduardo Cardoso. (2016). 533 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em *Design*, Porto Alegre, 2016.

CARDOSO, Eduardo; KOLTERMANN, Tânia Luisa da Silva. “Recursos para Acessibilidade em Sistemas de Comunicação para Usuários com Deficiência”. *Design & Tecnologia* – 02 - 2010. Revista do Programa de Pós-Graduação em *Design* e Expressão Gráfica. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

COHEN, Regina. DUARTE, Cristina. BRASILEIRO, Alice. “Acessibilidade a Museus”. *Cadernos Museológicos*, vol. 2, Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, 2012.

DRUMMOND, Alessandra; NEUMAYR, Rafael. *Direito e cultura: aspectos jurídicos da gestão e produção cultural*. Belo Horizonte: AM artmanagers, 2011.

LANDMAN, Peta; FISHBURN, Kierstein; KELLY, Lynda; TONKIN, Susan. *Many Voices Making Choices: museum audiences with disabilities*. Museum – National Museum of Australia, Sydney: Australian, 2005.

RUIZ, A. E. LLEDÓ, C. B. (org). *Manual de accesibilidad e inclusión em museos y lugares del patrimonio cultural y natural*. Asturias: Ediciones Trea, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>.

SARRAF, Viviane Panelli. “Direito e acesso ao patrimônio cultural: reflexões sobre humanidades digitais no contexto dos museus e os novos desafios da Pandemia do Covid-19”. In: *Museologia e Interdisciplinaridade*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília: Dossiê Museologia e Cultura Digital. Brasília: Universidade de Brasília, 2021. p. 123-132.

SARRAF, Viviane Panelli. *Acessibilidade em Espaços Culturais: mediação comunicação acessível*. São Paulo: EDUC, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. “Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação”. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SETUBAL, Joyce Marquezini; FAYAN, Regiane Alves Costa (orgs.) *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Comentada*. Campinas: Fundação FEAC, 2016.



## **VI – Espaço discente**



## Revisitando a Petrópolis oitocentista: as casas como documentos históricos

### *Revisiting Nineteenth-Century Petrópolis: houses as historical documents*

Beatriz Ferreira Ponte<sup>1</sup>

#### Resumo

O presente trabalho é parte da pesquisa de iniciação científica realizada no projeto “A Casa Senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café”, orientado pela arquiteta e pesquisadora Ana Pessoa, na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). O objetivo é revisitarmos a Petrópolis oitocentista a partir das moradias urbanas, portanto, analisarmos as residências como documentos históricos. Dessa forma, defendemos a hipótese de que podemos compreender contextos políticos, econômicos, sociais e culturais da Petrópolis do século XIX a partir da arquitetura e do paisagismo local.

Palavras-chave: arquitetura brasileira; Petrópolis; século XIX.

#### Abstract

The following paper is a part of the “A Casa Senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café” research project, guided by the architect and researcher Ana Pessoa in the Casa de Rui Barbosa Foundation. The main goal is to revisit the Petrópolis from the 1800s from the urban and rural livings, therefore analyzing the residences as historical documents. From that perspective, the

---

<sup>1</sup> Graduanda em História no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ). Foi bolsista CNPq na Fundação Casa de Rui Barbosa, vinculada ao projeto “A Casa Senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café” (2022-2023), premiada com destaque na 18ª Jornada de Iniciação Científica (JIC/FCRB). Foi estagiária no Arquivo Histórico do Museu Imperial/Ibram/MinC. (2019-2021). É integrante do Laboratório de História Antiga (Lhia-UFRJ). Atua na área de História Antiga, com ênfase nos estudos de recepção da Antiguidade na literatura e na arquitetura do Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX, e no Ensino de História, em Educação Patrimonial.

hypothesis that the political, economic, social and cultural context of the city of Petrópolis from the 19th century can be comprehended from the architecture and local landscaping is defended.

Keywords: brazilian architecture; Petropolis; 19th century.

## Introdução

As fases Imperial e Republicana produziram expressões arquitetônicas residenciais representativas da evolução intelectual, comercial e industrial do nosso país. Desse modo, casas e palacetes resultaram de modos de vida únicos, retratando, ainda hoje, a posição social e cultural de seus proprietários que são, ou foram, personagens famosos e anônimos habitantes da serra fluminense (Guimaraens, Cêça *et al.*, 2013, p. 150).

Para compreensão de um contexto histórico, devemos nos atentar às características que o permeiam, por exemplo, as vestimentas, a comunicação, a alimentação, as formas de moradia. A partir de uma habitação, é possível desenvolver interpretações acerca das relações sociais, da economia, da política e da estética de uma época.

O projeto “A Casa Senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café”, orientado pela arquiteta e pesquisadora Ana Pessoa (FCRB), objetiva explorar as formas de habitação da elite oitocentista em Petrópolis, bem como sua representação social. Para a realização da pesquisa, são investigadas residências urbanas e rurais, considerando os aspectos arquitetônicos, decorativos, históricos e sociais do período. Durante os encontros, tivemos a oportunidade de realizar visitas técnicas e desenvolver consultas individuais, resultantes na produção de apresentações e pesquisas, como este trabalho.

Dialogar sobre os patrimônios é essencial para a promoção de ações voltadas à compreensão da comunidade local quanto à memória da cidade, para que esses agentes sociais sejam reconhecidos como sujeitos ativos da história, contribuindo para a “valorização da identidade cultural” (Ferreira; Góes, 2020, p. 8). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) destaca que “[...] é preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para

potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos” (IPHAN, 2014, p. 27).

Este artigo revisita a Petrópolis oitocentista através das moradias urbanas e analisa as residências como documentos históricos. Desta forma, defendemos a hipótese de que podemos compreender os contextos políticos, econômicos, sociais e culturais da cidade serrana, no século XIX, a partir da arquitetura e do paisagismo local.

Como base argumentativa utilizaremos a Teoria da Semiótica<sup>2</sup>, descrita pelo cientista e filósofo Charles Sanders Peirce (2005). Inicialmente, comentaremos sobre o referencial teórico a ser utilizado como base do artigo, apontando o vínculo entre a arquitetura e a Teoria da Semiótica de Peirce. Após, apresentaremos a relação entre a Casa do Colono Alemão, o planejamento urbanístico inicial de Petrópolis – elaborado pelo engenheiro Júlio Frederico Koeler – e o desenvolvimento econômico e cultural da cidade. Em seguida, identificaremos a influência do Neoclassicismo na arquitetura do palacete do visconde de Mauá e do palacete do visconde de Silva e barão do Catete. Depois, abordaremos a atuação do Movimento Abolicionista em Petrópolis e a utilização dos jardins como ferramenta política. Encerraremos com algumas considerações sobre o trabalho.

## 1. O diálogo entre a arquitetura e a semiótica de Peirce

*A arquitetura somente é  
arquitetura quando a ela se atribui  
um significado. Sem significado  
não há arquitetura.<sup>3</sup>*

A semiótica (de origem grega, *semeiotiké*) foi inserida na Filosofia por John Locke (1632-1704), em 1690, na obra *Essay on Human Understanding*, sendo utilizada para designar o estudo geral dos signos. No início do século XX, o pesquisador dedicado às Ciências e à Filosofia, Charles Sanders Peirce (1839-

---

<sup>2</sup> A opção teórica se relaciona às atividades de análise patrimonial desenvolvidas na disciplina “A cidade dos deuses: o Rio de Janeiro dos Séculos XIX e XX”, cursada no segundo semestre de 2023, no IH/UFRJ, lecionada pelos professores doutores Deivid Gaia e Regina Bustamante.

<sup>3</sup> MONTEIRO, Marcos Rafael. *Notas para a construção de um diálogo entre a arquitetura e a semiótica*. 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 11.

1914), retomou o conceito para desenvolver a Ciência dos Signos e investigar o mundo das representações a partir da linguagem e dos símbolos.

[...] qualquer palavra comum, como “dar”, “pássaro”, “casamento”, é um exemplo de símbolo. Ele é aplicável a tudo aquilo que possa concretizar a ideia relacionada à palavra. O símbolo não é capaz de identificar, por si próprio, as coisas às quais se refere ou se aplica. Ele não mostra um pássaro, nem nos faz ver um casamento, mas supõe que somos capazes de imaginar tais coisas, associando a elas a palavra. Assim, como no caso do retrato e da pétala seca representando uma pessoa especial, o símbolo constrói uma relação com seu objeto por meio de uma ideia na mente do intérprete (Peirce, 1958, CP, 2.298 *apud* Ribeiro, 2010, p. 50).

Peirce identifica o signo a partir da tríade composta pelo *representamen* (uma representação), o *objeto* ou *referente* (uma lembrança) e o *interpretante* (uma relação ou associação).

Tanto quanto o próprio signo, o objeto do signo também pode ser qualquer coisa de qualquer espécie. Essa ‘coisa’ qualquer está na posição de objeto porque é representada pelo signo. O que define signo, objeto e interpretante, portanto, é a posição lógica que cada um desses três elementos ocupa no processo representativo (Santaella, 2005, p. 8).

No decorrer do tempo, a concepção de semiótica foi incorporada a diferentes análises.

Santaella (1992) analisa as questões lógicas implícitas nesse conceito peirceano, aprofunda as considerações de Peirce, e define o conceito de engendramento lógico, como a função primordial do complexo de relações que existe entre os três elementos da tricotomia sógnica. De acordo com Brier (2003), a Semiótica começa com o processo de conhecimento, perguntando como a significação está ocorrendo em sistemas vivos e tornando possível a percepção e a cognição. Já por outro lado, Greimas,

fundador da escola de Semiótica de Paris, assume que o termo é empregado em múltiplos sentidos, ora como objeto, ora como teoria, ora como sistema, alterando-se de um para outro a relação englobante/englobado em relação à linguística (Camargo, 2018, p. 112).

Observamos a relação entre a semiótica e a arquitetura a partir da linguagem não verbal existente nas construções, visto que “a arquitetura apresenta uma maneira própria de expressão e de representação, que é vivida e interpretada pelas pessoas diante das obras” (Matos *et al.*, 2010, p. 120). Para os autores, “essas obras expressam-se de maneira diferente, compondo estilos diversificados, de acordo com o tempo histórico, o espaço geográfico e a finalidade para que foram construídas” (Matos *et al.*, 2010, p. 121). Portanto, os símbolos presentes nas edificações, como a utilização de elementos decorativos, que fazem alusão a aspectos culturais ou políticos de uma determinada época, representam diferentes grupos e “podem ser responsáveis por conduzir o comportamento de seus usuários e, muitas vezes, da sociedade” (Matos *et al.*, 2010, p. 123). “Os bens culturais são portadores de um significado atribuído por uma interpretante e a sociedade” (Florenzano *et al.*, 2020, p. 5), portanto, recebem influência das estruturas sociais e do contexto de um período, como nas casas utilizadas como objeto nas seções seguintes deste trabalho.

## 2. A Casa do Colono: uma leitura possível para o projeto Koeler

Situada no bairro Castelânea<sup>4</sup>, a Casa do Colono foi construída em 1847, por Johan Gottlieb Kaiser, colono germânico e ex-militar do Exército Imperial Brasileiro. A estrutura do imóvel dispõe de paredes de pau a pique com barro e teto de zinco. Na arquitetura, observamos o estilo minimalista que inclui: a técnica enxaimel acima da janela – montagem das paredes com hastes de madeira encaixadas – e o telhado inclinado, características presentes nas moradias tradicionais da Alemanha. Em 1976, a residência foi transformada em um museu e, atualmente, abriga um acervo com mais de 300 peças doadas por descendentes de colonos.

---

<sup>4</sup> O nome deriva de “Kastellaum”, cidade localizada na região de Hunsruck, na Alemanha. Com o intuito de ambientar os colonos germânicos, Koeler nomeou os quarteirões a partir dos locais de imigração das famílias. Outros exemplos são os bairros Siméria (Simmern) e Mosela (Mosel).

A Casa do Colono é um dos poucos exemplos arquitetônicos da presença germânica em Petrópolis, em contrapartida, a partir dela, podemos constatar a relação dos imigrantes com o desenvolvimento econômico e cultural da cidade desde a planta inicial, elaborada pelo engenheiro Júlio Frederico Koeler em 1846.



Figura 1: A Casa do Colono em Petrópolis/RJ.  
Museu Casa do Colono/Instituto Municipal de Cultura/Prefeitura de Petrópolis.

Durante a visita de D. Pedro I, em 1822, a região serrana era composta por oito propriedades, entre elas, a fazenda do Padre Corrêa (Pessoa; Santos; Paz, 2023), que serviu de inspiração para a criação de um palácio de verão na serra fluminense – construído apenas no Segundo Reinado –, e a fazenda do Córrego Seco, propriedade ao lado, que estava disponível para a compra. Esta foi adquirida pelo primeiro imperador e retomada no Segundo Reinado para a instalação progressiva da Povoação-Palácio de Petrópolis (Fróes, 2006).

Para a realização das melhorias na estrada da serra da Estrella, requeridas em Decreto de 1818 (Brasil, 1818, p. 18-19 *apud* Laeta *et al.*, 2021, p. 168), o engenheiro responsável, major Júlio Frederico Koeler, indicou a utilização da mão de obra dos imigrantes germânicos que haviam desembarcado no porto do Rio de Janeiro. A decisão resultou na subida de famílias que, mais

tarde, precisariam ser alocadas nos entornos da estrada. Por falta de verba, as obras foram interrompidas e retomadas apenas em 1842 no Segundo Reinado (Pedroso, 2007).

No ano seguinte, Koeler arrendou a fazenda do Córrego Seco, renomeada como fazenda da Concórdia. No Decreto n.º 155, de 16 de março de 1843, D. Pedro II estabeleceu os critérios para a criação da Povoação-Palácio de Petrópolis, que incluíam a construção do Palácio Imperial e um cemitério, assim como a edificação de uma igreja em louvor a São Pedro de Alcântara. O restante das terras seria dividido em quarteirões e estes em lotes, que seriam designados aos colonos.

“A topografia da Fazenda do Córrego Seco determinou o desenho inicial da cidade” (Winter, 2019, p. 29). No plano desenvolvido por Koeler, a cidade foi organizada em três partes: a primeira era a Vila Imperial, formada pelo palácio e outras residências nobres; a segunda era voltada para os colonos germânicos; a terceira seria destinada à produção agrícola que retornaria o cultivo para as repartições iniciais.

No ano de 1847, o engenheiro Koeler faleceu em um acidente e quem deu continuidade ao trabalho foi o engenheiro Otto Reimarus. Contudo, ao assumir o plano, Reimarus realizou algumas alterações. Como citado, inicialmente, foram contratados imigrantes germânicos para o trabalho na estrada, entretanto, mais de 2000 alemães subiram a serra, superando o número pensado. Por consequência, a padronização dos lotes não funcionaria mais. A proposta de estabelecer uma colônia agrícola também não seria alcançada devido às condições geográficas. O solo e o clima do local não eram propícios para o cultivo de alimentos e se somaram à falta de técnica, pois os contratados não eram agricultores, mas trabalhadores industriais e produtores artesanais. Por outro lado, por conta da economia local ser apartada da agricultura, uma gama de atividades manuais foi desenvolvida pelos colonos, como a carpintaria, as produções têxteis, as cervejarias e os alimentos, os quais permanecem como símbolo local e movimentam o turismo na cidade.

A partir da Casa do Colono, podemos compreender a participação e a presença dos imigrantes germânicos desde o início da construção da cidade e no desenvolvimento econômico e cultural de Petrópolis, reforçando que “as ideias de Koeler foram certamente produto de diversas influências da época” (Winter, 2019, p. 31). Do mesmo modo, pensando na arquitetura urbana da Petrópolis do século XIX, destacamos diferentes estilos que remetem ao contexto estético/artístico e de construção/habitação dos imóveis, entre eles, aspectos do Neoclassicismo.



Figura 2: Ferramenta de carpintaria em exposição no Museu Casa do Colono. Museu Casa do Colono/Instituto Municipal de Cultura/Prefeitura de Petrópolis.



Figura 3: Traçador - ferramenta manual utilizada para serrar grandes troncos de madeira – em exposição no Museu Casa do Colono. Museu Casa do Colono/Instituto Municipal de Cultura/Prefeitura de Petrópolis.

## 2. O palacete do visconde de Silva e barão do Catete e o palacete do visconde de Mauá: a presença do neoclássico na arquitetura

O Neoclassicismo é um movimento político, artístico e cultural que surgiu na Europa, no final do século XVIII, com o intuito de resgatar os valores da Antiguidade greco-romana. Em reação ao Barroco e ao Rococó – estilos vigentes no período – e, diferente da Europa, onde emergiu como crítica à nobreza, o Neoclassicismo brasileiro foi incorporado ao Império. Constatamos a presença do neoclássico em edificações anteriores à chegada da família real em 1808<sup>5</sup>, entretanto, o estilo foi propagado, principalmente, após a Missão Artística Francesa, em 1816, integrada por Grandjean de Montigny, prestigiado arquiteto francês (Gurgel, 2019, p. 193).

---

<sup>5</sup> Por exemplo, a Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro -RJ e a Casa de Câmara e Cadeia, em Ouro Preto-MG (Gurgel, 2019, p. 193).

Na arquitetura, a influência do movimento pode ser observada na relação entre a monumentalidade das construções e a sobriedade decorativa, a partir da adição de outros elementos que compõem a estética, entre eles: as colunas de ordem greco-romana, principalmente, dóricas, jônicas, coríntias e compósitas; a platibanda, faixa situada na parte superior do imóvel, utilizada para esconder o telhado; as alegorias; os balaústres; os frontões; as crateras, etc.

Com a criação da Academia Imperial de Belas Artes, em 1826, o Neoclassicismo foi incorporado como a arquitetura oficial do Império. Portanto, sob influência dos países europeus, “[...] os novos edifícios deveriam transpirar dignidade, imponência, austeridade, verdadeiros símbolos de uma nova forma de poder” (Gurgel, 2019, p. 193). Observamos a utilização do estilo nas principais obras públicas executadas por Grandjean de Montigny no Rio de Janeiro, por exemplo, a praça do Comércio, o edifício da antiga Alfândega (atual Fundação Casa França-Brasil) e a própria Academia Imperial de Belas Artes<sup>6</sup>. Em paralelo, as elites ocuparam uma nova moradia: o palacete.

[...] inspirado nos pequenos palácios franceses construídos para a burguesia no século XVIII, porém com pequenas adaptações e alterações no tocante às técnicas construtivas e muitas vezes edificadas por meio de reformas de edifícios coloniais (Gurgel, 2019, p. 193).

Em Petrópolis, estão presentes diferentes formas de habitação da elite oitocentista. Tradicionalmente, nos referimos ao Palácio Imperial e ao Palácio da princesa Isabel ao tratarmos sobre o Neoclassicismo. Entretanto, neste trabalho, destacamos também a casa do visconde de Mauá (atual Casa da Educação Visconde de Mauá) e o palacete do visconde de Silva e barão do Catete (atual Palácio Sérgio Fadel) com o mesmo estilo.

Irineu Evangelista de Souza, popularmente conhecido pelos títulos de nobreza de “barão” e “visconde com grandeza” de Mauá, foi uma referência empresarial no cenário industrial e comercial brasileiro.

[...] o barão geria bancos no Brasil, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e França; estaleiros no Brasil e no Uruguai; três estradas de ferro no interior do Brasil; a maior fábrica do país, uma fundição que ocupava

---

<sup>6</sup> Originalmente, denominada *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*.

setecentos operários; uma grande companhia de navegação; empresas de comércio exterior; mineradoras; usinas de gás; fazendas de criação de gado; fábricas variadas (Caldeira, 1995, p. 17).

A residência do visconde de Mauá, situada na avenida Barão do Rio Branco, datada de 1854, foi projetada pelo engenheiro Otto Reimarus e serviu ao proprietário como moradia durante os períodos de viliégatura na cidade. Dentre os elementos neoclássicos presentes na construção, observamos: a simetria entre as janelas e as portas; as pilastras de ordem jônica com fuste canelado no entorno do andar; a fachada principal, originalmente decorada com colunas de ordem jônica e um frontão triangular; a platibanda na parte superior; na área externa, gradis decorados com crateras. A casa sofreu diversas alterações devido às diferentes aquisições e, desde 2014, abriga a Casa da Educação Visconde de Mauá, a qual atende os alunos da rede pública de Petrópolis para a realização de atividades educativas no contraturno das aulas.



Figura 4: Desenho do engenheiro da imperial colônia de Petrópolis, Otto Reimarus, mostrando, em primeiro plano, a ponte de madeira sobre o rio Piabanha e, ao fundo, a casa do visconde de Mauá. Museu Imperial/Ibram/MinC.



Figura 5: Casa do visconde de Mauá. Museu Imperial/Ibram/MinC.

Joaquim Antônio de Araújo e Silva, médico e presidente da Sociedade Mantenedora do Hospital Santa Teresa, também conhecido como visconde de Silva e barão do Catete, construiu o palacete na década de 1870 (Pessoa; Baptista, 2023). Da arquitetura, destacamos: a simetria entre as janelas e as portas; as crateras nos corrimãos da escada e na cerca externa; as silherias no porão; no primeiro pavimento, as colunas centralizadas de ordem jônica e fuste liso; no segundo pavimento –

acrescentado em 1903 <sup>7</sup>, as colunas centralizadas de ordem coríntia e fuste liso, as pilastras de ordem coríntia e fuste liso distribuídas no entorno do andar, os frontões triangulares nas janelas e o peitoril em balaustrada vazada; na parte superior do imóvel, a platibanda, originalmente decorada com duas alegorias, crateras e o brasão de armas do proprietário, agora, é combinada com trechos sólidos e outros vazados com balaustrada; elementos que compõem a estética do Neoclassicismo. Desde o governo do prefeito Sérgio Fadel (1993-1996), o imóvel, localizado na avenida Koeler, abriga a Prefeitura Municipal de Petrópolis.



Figura 6: Klumb, Revert Henrique. Palacete do visconde de Silva e barão do Catete, 1870. Instituto Moreira Salles.<sup>8</sup>

Os exemplos citados são apenas dois de muitos outros imóveis da cidade de Petrópolis que possuem elementos do neoclássico. Inspirados pela semiótica, arquitetos como Geoffrey Broadbent afirmam que “os edifícios podem ser símbolos no sentido de Peirce” (Broadbent, 2008, p. 157). Portanto, caso não houvesse registros textuais sobre tais residências, poderíamos desenvolver a hipótese de que foram construídas e/ou habitadas no século XIX devido à influência do Neoclassicismo na arquitetura. Do mesmo modo, a partir do paisagismo de uma habitação, podemos compreender a relação dos proprietários com o contexto político de uma época e as formas de atuação.

---

<sup>7</sup> Edificado pelo arquiteto italiano Antonio Januzzi, contratado pelo proprietário posterior, o empresário Cândido Gafreé (1856-1919) (Pessoa; Baptista, 2023).

<sup>8</sup> Revert Henrique Klumb/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/6959>. Acesso em: 5 mar. 2024.

### 3. A Casa da Princesa Isabel, o Palácio Imperial e o uso dos jardins: o paisagismo como ferramenta política

No século XIX, a relação entre a sociedade imperial e o movimento abolicionista era complexa. As estratégias utilizadas pela elite não a tornaram menos abolicionistas, entretanto, é fundamental destacar que ser abolicionista, na lógica das elites imperiais, envolvia estratégias que permitissem o acúmulo de capital social e, sobretudo, político, com vistas a um Terceiro Reinado (Silva, 2022, p. 212). Conforme registrou Silva Jardim, a princesa Isabel “acoutava pretos no seu palácio em Petrópolis”, e, como princesa, “podia, pelo seu poder pessoal, libertá-los a todos de uma só vez” (Silva Jardim *apud* Silva, 2003, p. 30).

A partir do Quilombo do Leblon<sup>9</sup>, com o auxílio de escravizados fugidos, o cultivo de camélias passou a ter um novo significado. Mais tarde, viria a se tornar o símbolo do movimento abolicionista. A princesa Isabel recebia as flores no Palácio de Laranjeiras e as utilizava como decoração das mesas e adorno para os vestidos, vide o conhecido retrato da princesa (Figura 7). Com isso, crescia a influência da utilização dessas flores como ato político; as camélias enviadas para Petrópolis enfeitavam os jardins das residências, como podemos observar no Palácio da Princesa Isabel (Pessoa; Rezende, 2023) e no Palácio Imperial (Santos; Pessoa, 2023).



Figura 7: Retrato da princesa D. Isabel utilizando a flor de camélia como adereço. Arquivo Grão Pará. In: Argon, 2006.



Figura 8: Camélias no jardim do Museu Imperial. Fotografia: Bruno Resende. Museu Imperial/Ibram/MinC.

---

<sup>9</sup> Localizado em uma chácara no Leblon – na época, um subúrbio à beira-mar do Rio de Janeiro – chefiado pelo português José de Seixas Magalhães, foi um espaço de resistência e serviu como esconderijo para escravizados fugidos. O Quilombo do Leblon foi palco para importantes negociações políticas do período e foi considerado um “ícone do movimento abolicionista” (Silva, 2003, p. 11-17).

Na Petrópolis oitocentista, a Comissão Emancipadora, organização formada por membros da elite que coordenavam dinâmicas em defesa da abolição da escravidão, promovia eventos onde angariava fundos para a compra de títulos de liberdade para os escravizados (Silva, 2022, p. 219). Ainda que a política estivesse voltada às reformas, as relações entre a elite e o movimento abolicionista eram pautadas pela troca de benefícios, seja pelo objetivo da princesa de receber apoio para se tornar imperatriz no Terceiro Reinado, seja pelo desejo dos aliados de serem agraciados com títulos e ordens honoríficas. Ser nobre no Brasil era um privilégio voltado para poucos (Silva, 2022, p. 219).

Diferente da Europa, onde os títulos nobiliárquicos são concedidos por conexões familiares, a política brasileira seguia o parâmetro do mérito, ou seja, para ser nobre no Brasil era preciso ser reconhecido por suas ações. A aparição pública da princesa com as camélias desagradava parte do público e, naquele período, havia um debate acerca da figura de D. Isabel como imperatriz. Contudo, depois da maior de todas as batalhas das flores, na entrega dos títulos de liberdade, em 1º de abril de 1888, “ser abolicionista, que até então era uma posição de sacrifício, virou uma espécie de coqueluche de moda” (Silva, 2003, p. 30). Portanto, estar aliado ao movimento abolicionista resultaria em alguma notoriedade para os membros da elite imperial e no acúmulo de capital político-social para o Terceiro Reinado.

O uso das camélias como adornos ou nos canteiros dos jardins era interpretado como um símbolo para a identificação dos abolicionistas. Portanto, ao analisarmos o Palácio da Princesa Isabel e o Palácio Imperial, a partir do paisagismo, seria possível desenvolver hipóteses sobre o contexto político, a atuação e o posicionamento de seus proprietários nesse cenário.

### **Considerações finais**

O presente artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida no projeto “A Casa Senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café”, orientado pela arquiteta e pesquisadora Ana Pessoa, na Fundação Casa de Rui Barbosa, intitulada “O Palácio da Princesa Isabel em Petrópolis/RJ: uma análise sobre influências artísticas e políticas na arquitetura do século XIX”, premiada com destaque na 18ª Jornada de Iniciação Científica (JIC/FCRB), o que resultou na publicação de um artigo nos anais do evento.

De maneira concisa, o objetivo deste trabalho foi revisitar a Petrópolis do século XIX a partir de moradias que revelam aspectos do urbanismo, da

arquitetura e do paisagismo local. Baseado no diálogo entre a arquitetura e a semiótica de Peirce, a partir de uma discussão bibliográfica, o estudo tratou sobre a relação dos colonos germânicos com a diversidade cultural e o desenvolvimento econômico da cidade, analisando a Casa do Colono em contraponto ao projeto urbanístico de Koeler. Depois, explorando a influência do Neoclassicismo na arquitetura, citamos o palacete do visconde de Mauá e o palacete do visconde de Silva e barão do Catete. Por fim, pensando no contexto político, utilizamos o Palácio Imperial e o Palácio da Princesa Isabel.

Destacamos os estudos de caso e as fichas técnicas sobre algumas das residências situadas no núcleo histórico de Petrópolis, produzidos para a publicação no site “A Casa Senhorial: Portugal, Brasil e Goa - Anatomia de Interiores”, também produtos do projeto “A Casa Senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café”, os quais foram utilizados como referência neste artigo.

A continuidade da pesquisa é de suma importância, visto que contribui com o desenvolvimento de trabalhos sobre a arquitetura e a representação social do século XIX no Rio de Janeiro e, em especial, no contexto petropolitano. Evidenciamos a riqueza arquitetônica de Petrópolis e enfatizamos a necessidade de políticas direcionadas à preservação do patrimônio para que a cidade continue servindo como objeto de novas produções científicas e a história seja perpetuada.

## Referências

ARGON, Maria de Fátima (org.). *Princesa Isabel: retratos fotográficos nas coleções Museu Imperial e Arquivo Grão Pará* [arquivo de computador]. Textos de Pedro Karp Vasquez, Maria de Fátima Moraes Argon. Petrópolis: Museu Imperial/IPHAN/Ministério da Cultura, [2006]. Cd-Rom: mudo, color.; 12cm

BROADBENT, Geoffrey. “Um guia pessoal descomplicado da teoria dos signos na arquitetura (1977)”. In: NESBITT, Kate (org). *Uma nova agenda para arquitetura*. Antologia Teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMARGO, Maria Carolina Guilhem de. “Arquitetura da Santa Casa de Caraguatatuba/SP”. *Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano*. UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 11, n. 1, edição 20, p. 111-117, jun., 2018.

FERREIRA, Maria das Graças; GÓES, Alexia Cantreva de. “Educação Patrimonial - Palacetes e Casarões do Centro Histórico e Paisagístico da Cidade de Petrópolis – RJ”.

*Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte*, vol. 14, n. 2, ago./dez., de 2020.

FLORENÇIO, Sônia Regina Rampim *et al.* *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan; DAF; COGEDIP; Ceduc, 2014. Disponível em: <<http://www.IPHAN.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

FLORENZANO, Luciana da Silva; FREIXO, Gisele Montalvão; SANTANA, Ethel Pinheiro. “Entre semiótica e estética no patrimônio edificado”. *PosFAUUSP*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 53, p. e168871, 2021.

FRÓES, Carlos Oliveira. “Petrópolis, A Saga de um Caminho – Gênese e Evolução do Território Petropolitano”. *Série de vinte ensaios, divididos em 21 capítulos*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 2006.

GUIMARAENS, Cêça *et al.* “A arquitetura dos lugares de memória da cidade de Petrópolis”. *Museologia, Patrimônio, Interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural*. MAST e PPGMP-UNIRIO. Rio de Janeiro, 2013. p. 150.

GURGEL, Ana Paula Campos. “O neoclássico em sua variável espacial: estudo de três residências no Rio de Janeiro”. In: PESSOA, Ana; PEREIRA, Margareth da Silva; KOPPKE, Karolyna. *Gosto neoclássico: atores e práticas artísticas no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

MACENA, Carlos Alberto Pereira de; LEITE, Maria de Jesus de Britto. “Compreendendo a linguagem da arquitetura por meio da semiologia: discussões teóricas e práticas sobre a teoria do espaço de Teixeira Coelho”. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.12, dez., 2021.

MATOS, Luana Marinho; SOUZA, Richard Perassi Luiz de; AFONSO, Sonia; GOMEZ, Luiz Salomão Ribas. “Semiótica peirciana aplicada à leitura da representação arquitetônica”. *arq.urb, [S. l.]*, n. 4, 2010.

MONTEIRO, Marcos Rafael. *Notas para a construção de um diálogo entre a arquitetura e a semiótica*. 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

NICOLAU, Marcos *et al.* “Comunicação e Semiótica: visão geral e introdutória à Semiótica de Peirce”. *Revista eletrônica Temática*, v. 6, n. 8, 2010.

PEDROSO, Margarida Maria Mendes. “Petrópolis: de fazenda a núcleo urbano, a Cidade Imperial em sua formação”. Instituto Histórico de Petrópolis. Petrópolis, 2007.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

PESSOA, Ana; BAPTISTA, Andreza. “Palacete do Visconde de Silva”. In: *A Casa Senhorial: Portugal, Brasil e Goa - Anatomia de Interiores*, 2023. Disponível em: <<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/fotografia/759-palacete-do-visconde-de-silva>>. Acesso em: 6 mar. 2024.

PESSOA, Ana; PEREIRA, Margareth da Silva; KOPPKE, Karolyna de Paula. *Gosto neoclássico: atores e práticas artísticas no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

PESSOA, Ana; REZENDE, Clara Albani. “Palácio da Princesa Isabel – Petrópolis”. In: *A Casa Senhorial: Portugal, Brasil e Goa - Anatomia de Interiores*, 2023. Disponível em: <<http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casos-de-estudo/casosdeestudo/740-palacio-da-princesa-isabel>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos; PAZ, Sália Pontes. “Casa do Padre Corrêa”. In: *A Casa Senhorial: Portugal, Brasil e Goa - Anatomia de Interiores*, 2023. Disponível em: <<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casos-de-estudo/casosdeestudo/744-casa-do-padre-correa>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

RIBEIRO, Emílio Soares. Um estudo sobre o símbolo, com base na semiótica de Peirce. *Estudos Semióticos*, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 46–53, 2010.

SANTAELLA, L. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Thomson, 2005.

SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos; PESSOA, Ana. “Palácio Imperial”. In: *A Casa Senhorial: Portugal, Brasil e Goa - Anatomia de Interiores*. Disponível em: <<https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/bgeral/172-palacio-imperial>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Lucas Ventura da. “Sociabilidade intraelite imperial na Petrópolis abolicionista: estratégias políticas e o ‘horizonte de expectativa’ para o Terceiro Reinado”. In: *Anuário do Museu Imperial-nova fase*, v. 3, Petrópolis: Museu Imperial, 2022, p. 209-229.

WINTER, Valério. “Petrópolis: a natureza planejada - um estudo sobre nobres, imigrantes e Mata Atlântica”. *Revista GEOMAE*, v. 10, n. 1, 2019, p. 13-38.

## **VII – Resenha bibliográfica**



MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023. 312 p.

## A liberdade e a festa: celebrações em torno da abolição entre o epílogo do Império e o prólogo da República

Lucas Ventura da Silva<sup>1</sup>

[...]  
*Brasil, o teu nome é Dandara*  
*E a tua cara é de cariri*  
*Não veio do céu*  
*Nem das mãos de Isabel*  
*A liberdade é um dragão no mar*  
*de Aracati*  
[...]<sup>2</sup>

*Viva a princesa e o tambor que*  
*não se cala*  
*É o canto do povo mais fiel.*  
*Ecoa meu samba no alto da serra*  
*Na passarela, os herdeiros de Isabel*  
[...]<sup>3</sup>

Caso tente recapitular em suas lembranças o que aprendeu na escola sobre a abolição no Brasil, possivelmente se recordará da narrativa hegemônica de que uma princesa assinou a lei que acabava com a escravidão no país com uma pena de ouro, em 13 de maio de 1888. Em alguns casos, também se lembrará que foi um dia de festa. A depender do lugar onde está ou das relações

---

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em História do Brasil pelo Centro Universitário INTA (UNINTA), em História e Cultura Afro-Brasileira e em Gestão de Museus com Ênfase em Cultura, pela União Brasileira de Faculdades (UniBF). Licenciado em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Associado Titular do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP). Membro da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) e da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO).

<sup>2</sup> DOMENICO, Deivid *et.al.* *Histórias para ninar gente grande*. GRES Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: 2019.

<sup>3</sup> DINIZ, André *et. al.* *Em nome do Pai, do Filho e dos Santos, a Vila canta a Cidade de Pedro*. GRES Unidos de Vila Isabel. Rio de Janeiro: 2019.

que possui, pode entender a abolição como um símbolo de resistência e, principalmente, se lembrar do 20 de Novembro e de Zumbi, o guerreiro de Palmares que desafiou a ordem escravista no Brasil do século XVII. Em verdade, a memória da abolição é motivo de disputa até na contemporaneidade e esse embate remonta todo o processo abolicionista.

A abolição no Brasil é representada de formas distintas a partir das diferentes referências e experiências de sujeitos e suas perspectivas de liberdade. Eu, por exemplo, conheci Zumbi muito antes de saber quem era a princesa Isabel. Em Sapucaia (RJ), cidade onde cresci, desde muito pequeno, frequentava as reuniões da Pastoral do Negro<sup>4</sup> com minhas tias Silvia e Rutiléa, e em todos os encontros tinha o estandarte de Zumbi dos Palmares. A princípio, não sabia ao certo de quem se tratava, mas tinha ciência que era alguém importante na luta pela população negra. Essa era a minha privilegiada realidade, onde fui apresentado, desde muito jovem, a figuras como Zumbi e Dandara.

Não precisamos ir muito longe para ver como a memória da abolição continua em disputa. O carnaval carioca de 2019, sobretudo quando olhamos para os enredos da Estação Primeira de Mangueira e da Unidos de Vila Isabel, mostrou-nos como o tema permanece vivo. Enquanto a Mangueira, campeã de 2019, trouxe uma letra potente e direta defendendo “Brasil, o teu nome é Dandara”, guerreira de Palmares, e que “não veio nem do céu, nem das mãos de Isabel / A liberdade é um dragão do mar de Aracati”, marcando a abolição a partir de perspectivas afrodiaspóricas, com base em um dos maiores símbolos da luta contra a escravidão no Ceará, Francisco José no Nascimento, o Dragão do Mar; a Unidos de Vila Isabel veio com texto laudatório, rendendo louros à princesa: “viva a princesa e o tambor que não se cala / É o canto do povo mais fiel [...] Na passarela, os herdeiros de Isabel”. Aqui, há a defesa quase que irrestrita da família imperial, ligando a abolição às ações da elite política.<sup>5</sup> Esses são exemplos de como a memória do 13 Maio de 1888, bem como os festejos em torno dele, se manifestam atualmente no debate público.

---

<sup>4</sup> A Pastoral do Negro ou Pastoral Afro-Brasileira é um movimento social católico que ganhou força no contexto do centenário da abolição no Brasil.

<sup>5</sup> No carnaval carioca de 1988, ano do centenário da abolição, ambas as escolas, cada uma a seu modo, trouxeram textos questionadores sobre a liberdade da lei de 1888. A Vila Isabel, campeã naquele ano, veio com *Kizomba, Festa da Raça*, com “Valeu Zumbi! / O grito forte dos Palmares / Que correu terras, céus e mares / Influenciando a abolição [...]”; e a Mangueira, vice-campeã, com o enredo *100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão?*, que defendia “Será que já raiou a liberdade / Ou se foi tudo ilusão / Será, oh, será / Que a Lei Áurea tão sonhada / Há tanto tempo assinada / Não foi o fim da escravidão [...]”.

Foi a partir da complexidade que paira sobre esse momento que a historiadora Renata Figueiredo Moraes<sup>6</sup> publicou em 2023, com a editora da Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), o texto *As festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)*, tratando sobre as comemorações em torno do 13 de Maio a partir dos diferentes grupos, refletindo sobre os diversos sentidos e lógicas vinculados à data, do momento da abolição até 1908. A obra de Moraes, portanto, não pretende ser sobre a escravidão ou sobre o processo abolicionista no Brasil, e, sim, um texto que se insere nos debates do pós-abolição, tratando sobre a memória em torno do fato a partir de uma análise cuidadosa com base em festas e comemorações do 13 de Maio, entre o epílogo do Império e prólogo da República.

Renata Moraes iniciou suas pesquisas sobre a abolição ainda na graduação em História, perpassando o mestrado, ambos na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da professora Dr.<sup>a</sup> Martha Abreu; chegando ao doutorado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sob a orientação do professor Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira. O livro é resultado de sua tese defendida em 2012, no Departamento de História da PUC-Rio, intitulada *As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Os mais de dez anos que separam a tese da publicação do livro fizeram com que o texto fosse relido e reescrito inúmeras vezes, como destaca a autora.

Sutilmente, o livro marca o posicionamento da historiadora a partir de suas capas. A primeira é composta por três imagens potentes: no canto inferior direito, há uma fotografia de Antônio Luiz Ferreira<sup>7</sup>, do carro da imprensa no desfile em comemoração à abolição, ocorrido em 20 de maio de 1888, organizado pela Comissão da Imprensa Fluminense; na parte inferior esquerda, há uma reprodução, em panfleto colorido, do poema *13 de Maio*, de Machado de Assis, um dos textos poéticos distribuídos pela cidade nos dias de festa;<sup>8</sup> e, na parte superior, há um recorte da clássica fotografia, também de Antônio Luiz

---

<sup>6</sup> Atualmente é professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFCH-UERJ).

<sup>7</sup> Antônio Luiz Ferreira foi um fotógrafo importante nos registros de parte das comemorações do 13 de maio, chegando a presentear a princesa Isabel com 13 fotos dos acontecimentos em torno da abolição. Ver: *Antonio Luiz Ferreira (18?-19?)*, *fotógrafo das celebrações pela abolição da escravatura em 1888*. Disponível em: <<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=16763>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

<sup>8</sup> Os fac-símiles foram publicados pelo Arquivo Público Mineiro, em 2007. Ver: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). *Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007.

Ferreira, da *Missa campal celebrada no campo de São Cristóvão em ação de graças pela abolição da escravidura no Brasil*, realizada em 17 de maio de 1888, o detalhe escolhido evidencia o povo presente no evento. Na lombada e na quarta capa, há a continuidade do fundo cor-de-rosa do poema de Machado de Assis, agora, sob uma ilustração de Angelo Agostini sobre as comemorações nas fazendas, publicada em 2 de junho de 1888, na *Revista Illustrada*; e, na parte superior, em outro recorte da imagem da missa campal, agora, quem aparece é a princesa Isabel. Se a capa do livro destaca a população e um texto de Machado de Assis, e a quarta capa apresenta a princesa, essa composição quer nos comunicar algo.

Para pensar as festas como eventos particulares na vida social da cidade, ressaltando seu caráter de complexidade, onde a comemoração por ser figurada e representada de diferentes maneiras pelos sujeitos, a depender do lugar que ocupam e de suas experiências, a historiadora se vale de importantes referenciais teóricos. Inspirada nas propostas do historiador britânico Edward Palmer Thompson – que discutiu sobre a *rough music*<sup>9</sup>, entendendo a manifestação como um dispositivo de comunicação e de embate social, regulado pela própria comunidade, marcando vínculos de solidariedade e conflito – em seu livro *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (1998), as ideias de polifonia e de polissemia acompanham todo o texto de Moraes. Defende a autora:

A polifonia e polissemia enxergadas por Thompson em uma prática festiva como a *rough music* pode servir como parâmetro para o estudo das festas da Abolição, uma vez que existem variados sentidos para sua realização, que dependem da experiência de cada participante em relação ao que está sendo celebrado. Ao serem compartilhadas por diferentes grupos sociais, as comemorações pela Abolição em 1888 aparecem como um campo fértil de reflexão tanto sobre as experiências dessa variedade de sujeitos, quanto dos diálogos entre eles estabelecidos a partir de símbolos compartilhados a respeito do fim da escravidão, por exemplo (Moraes, 2023, p. 28-29).

---

<sup>9</sup> “*Rough music* é o termo que tem sido comumente usado na Inglaterra, desde o fim do século XVII, para denotar uma cacofonia rude, com ou sem ritual mais elaborado, empregado em geral para dirigir zombarias ou hostilidades contra indivíduos que desrespeitam certas normas da comunidade”. Ver: THOMPSON, E. P. “*Rough Music*”. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 353-397.

Outros referenciais importantes são: Natalie Zemon Davis, em *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna* (1990); Maria Clementina Pereira da Cunha, em *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920* (2001) e em *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura* (2002), onde foi organizadora; e Martha Abreu, em *O império do divino: festas religiosas e cultura popular do Rio de Janeiro, 1830-1900* (1999), em *Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930* (2017), entre outros textos da historiadora.

Com base em fontes de tipologias diversas, – como documentos da imprensa, manuscritos, fotografias, textos poéticos e literários, entre outros – o livro está dividido em três partes, totalizando treze capítulos, mais os anexos.<sup>10</sup>

A Parte I tem por título *Uma festa cívica para a Abolição* e é dividida em seis capítulos: 1 - *A imprensa e a festa da Abolição*; 2 - *O ato inaugural: uma festa sagrada*; 3 - *Celebrações no esporte*; 4 - *A Abolição em desfile*; 5 - *Liberdade em verso e prosa*; 6 - *Uma imprensa fluminense unificada*. Aqui, a historiadora discute as festas do 13 de Maio a partir das elites políticas e intelectuais, quando houve todo um esforço na construção do que a autora chamou de memória unívoca, ou caráter unívoco da abolição. Nesse momento da obra, é destacado um cronograma de eventos capitaneados, principalmente, por integrantes da imprensa, a partir da chamada Comissão da Imprensa Fluminense, que investia numa memória para a abolição ligada à família imperial – principalmente à princesa Isabel – e aos grupos de intelectuais, marcando o abolicionismo como um movimento ilustrado.

Quando olhamos para Petrópolis, a partir das festas do 13 de Maio na Corte, vemos que o alto da serra fluminense foi laboratório para o ensaio de tudo e elevado à última potência. Digo isso em função das festas que ocorreram para emancipação dos “últimos” escravizados na cidade, de fevereiro a abril de 1888. Em Petrópolis, os esforços na construção da memória sobre a abolição local, guardadas as devidas proporções, têm diálogo direto com as comemorações cívicas do 13 de Maio na Corte, onde a família imperial e grupos ilustrados, isto é, as elites políticas e intelectuais, foram exaltados como os grandes mobilizadores do processo. Quando digo que foi elevado à última potência, é porque a tônica defendida na emancipação em Petrópolis não foi a

---

<sup>10</sup> Além dos 13 capítulos, divididos em três partes, Renata Moraes traz também alguns anexos: 1 - *Cronologia da assinatura da lei e das celebrações*; 2 - *Ordem do préstito da imprensa no dia 20 de maio de 1888*; 3 - *Prestação de contas feita pelos tesoureiros da Comissão da Imprensa Fluminense, Henrique Villeneuve e Artur Azevedo*.

alforria a título gratuito, mas por meio da indenização – o que não era mais o padrão nesse período, década de 1880.<sup>11</sup>

Com base nas experiências petropolitanas e nas reflexões de Renata Moraes sobre a Corte, temos que ser cuidadosos na análise das elites no que diz respeito à abolição. Isso porque, quando olhamos para as pautas defendidas por esses grupos, na maioria das vezes, eles estavam interessados em questões muito particulares, deixando em segundo, terceiro, ou até quarto plano o que deveria estar em destaque no discurso: a liberdade, os direitos e a cidadania para aqueles que foram atravessados diretamente pela escravidão. Defendo isso, porque, a partir de minhas pesquisas, identifiquei que havia um horizonte de expectativa em parte das elites que se envolveram com as discussões abolicionistas: eles apostavam na abolição como o passaporte para a continuidade da Monarquia, tendo a princesa Isabel como imperatriz do possível Terceiro Reinado. Como estamos no futuro daquele passado, sabemos que a República aconteceu um ano após a lei da abolição e não houve o Terceiro Reinado.<sup>12</sup>

A Parte II, intitulada *A Abolição no plural*, foi dividida em quatro capítulos: 7 - “*Todos querem contribuir*”: *uma subscrição popular*; 8 - *Os festejos longe da Corte*; 9 - *Trabalhadores em festa*; 10 - *As outras festas*. Aqui, os títulos e os capítulos já denunciam seus objetivos; Renata Moraes faz um contraponto direto entre as comemorações cívicas oficiais, ressaltando a diversidade de sujeitos, as festas e os vários significados atribuídos às celebrações em torno da abolição. Nesse momento da discussão, fica destacado que a ideia de um sentido único ou limitado para o 13 de Maio, inscrito por certa memória, não ocorreu do ponto de vista da experiência, quando olhamos para as festas promovidas por trabalhadores, para as fazendas, para os subúrbios e arrabaldes da Corte.

No início da Parte II, um ponto tocado pela historiadora oferece subsídio para relacionarmos e discutirmos diretamente com o Museu Imperial: a pena de ouro utilizada pela princesa Isabel na assinatura da lei da abolição, hoje acervo

---

<sup>11</sup> Ver: SILVA, Lucas Ventura da. *Movimentando a abolição: sociabilidades, emancipação e liberdade na Petrópolis imperial (1884-1888)*. 2023. 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

<sup>12</sup> Ver: SILVA, Lucas Ventura da. “Sociabilidade intraelite imperial na Petrópolis abolicionista: estratégias políticas e o ‘horizonte de expectativa’ para o Terceiro Reinado”. *Anuário do Museu Imperial*, v. 3, p. 209-229, 2022.

da instituição.<sup>13</sup> Moraes marca todo o processo que iniciou a subscrição para a compra da pena – capitaneado pelo professor de Matemática Dr. Luiz Pedro Drago, com o apoio da imprensa – como um movimento de caráter popular. De acordo com *O Paiz*, em 15 de maio de 1888, e também destacado por Moraes, foi possível reunir cerca de três mil assinaturas, arrecadando um total de 2:174\$300 (dois contos, cento e setenta e quatro mil e trezentos réis). A historiadora defende que, além dos interesses de Drago, a pena de ouro extrapolou o que seria uma simples homenagem à família imperial, representando uma população que não estava necessariamente envolvida com o debate legislativo. Quando discute sobre o tema, a professora defende que:

Ela [a pena] representava a participação de categorias sociais distantes da ambiência do parlamento ou do palácio Imperial, mas que tentavam, do seu modo, explicitar os sentidos que atribuíam ao ato a ser celebrado. Desse modo, a pena simbolizava os sonhos e aspirações de sujeitos diversos, assumindo para os participantes da subscrição inúmeros significados: a igualdade, a glória, a liberdade da pátria, a redenção e o fim do cativeiro (Moraes, 2023, p. 169).

A pena da lei da abolição está frequentemente ligada à figura da princesa Isabel no circuito expositivo do Museu Imperial. A partir da opção teórica, do olhar que o curador lança sobre os acervos, é possível transformar itens considerados “cristalizados” como objetos de elite, como peças ligadas a esforços coletivos com sujeitos diversos em prol de uma causa. Devolvendo-lhe, dessa forma, o seu real sentido.

No momento seguinte do livro, a Parte III, *As festas da memória*, foi dividida em mais três capítulos: 11 - *Do grande sol a um dia nublado*; 12 - *As comemorações de uma conquista*; 13 - *Memórias de uma alegria pública*. A partir daqui, a chave é pensar as comemorações do 13 de Maio ao longo dos primeiros 20 anos da lei, enfatizando as celebrações mobilizadas por diversos grupos sociais. Nessa perspectiva, foi identificado que, com o passar do tempo, o afastamento entre as comemorações foi ficando mais intenso, escancarando uma

---

<sup>13</sup> RG 133.838. *Pena usada na assinatura da lei da abolição em 13 de maio de 1888*. Museu Imperial/Ibram/MinC.

efeméride em constante disputa. Havia, nesses embates pela memória, a presença de grupos onde a figura da princesa Isabel e do “aboliconismo ilustrado” eram centrais e outros cuja tônica era de resistência e de luta por direitos, numa República que insistia em invisibilizar pessoas negras.

A disputa pela memória da abolição foi tão intensa que a imagem da princesa Isabel recorrentemente se manteve estampada como “a redentora”. Até que, na década de 1970, os movimentos sociais – principalmente, o Movimento Negro Unificado (MNU), a partir de 1978 – começam a repelir o 13 de Maio como a efeméride da liberdade e estabelecem o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, como o Dia da Consciência Negra. Portanto, do ponto de vista da experiência negra, houve o afastamento do 13 de Maio, vinculado às elites por certa memória, e a aproximação do 20 de Novembro, símbolo da resistência e de afirmação afrodiaspórica com Palmares.

Com isso, como apontado nas epígrafes e no momento inicial deste texto, os embates da memória pela liberdade seguem acontecendo no tempo presente. Certamente, não poderia ser diferente, uma vez que ainda vivenciamos o pós-abolição. Os cento e trinta e seis anos que nos separam da lei da abolição denunciam com veemência que muito pouco foi feito e que as elites brasileiras foram criando estratégias sofisticadas de invisibilização e de racismo. As instituições, sobretudo as de memória, precisam tomar posição frente ao passado escravista do Brasil e do trabalho e intelectualidade de africanos que para cá vieram.

Apesar de ainda haver embates intensos entre o 13 de Maio e o 20 de Novembro, penso que é preciso aproximar as duas efemérides, uma vez que a lei da abolição – por mais que tenha contemplado, comparado a períodos anteriores, um número reduzido de escravizados<sup>14</sup> – tem uma importância singular. Em 13 de maio de 1888, há, no Brasil, uma mudança no ordenamento jurídico e, institucionalmente, a escravidão deixa de existir, isto é, pessoas deixaram a condição de escravos e passaram a cidadãos. No entanto, esse processo se apresentou tão perverso que, a partir dessa “igualdade” de condições jurídicas, novos marcadores da diferença foram instituídos pela branquitude.

Após a leitura do livro de Renata Moraes, a questão que pairou no ar foi: o que é, de fato, a liberdade? Digo isso, porque todo o debate empreendido pela

---

<sup>14</sup> Em *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*, o historiador Robert Conrad (1978) trouxe uma tabela sobre os anos entre 1864 e 1887, importante para pensarmos esse processo de diminuição do número de escravizados no Brasil. O autor marca também, com base nos Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que, no ano de 1864, a população escravizada era de 1.715.000; em 1874, 1.540.829; em 1884, 1.240.806; e em 1887, 723.419.

historiadora sobre as festas da abolição e seus desdobramentos significava, em verdade, a materialidade das diversas visões de liberdade e horizonte de expectativa de sujeitos e de seus respectivos lugares ocupados no universo social. Nesse pós-abolição que ainda vivemos, a pergunta segue latente e necessária. O que falta para alçarmos essa tal liberdade?

[...]

*Brasil, chegou a vez  
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês.*<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> DOMENICO, Deivid *et.al.* *Histórias para ninar gente grande*. GRES Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: 2019.



## **VIII – Noticiário**



O início do ano de 2022 foi intensamente marcado pelas fortes chuvas que atingiram a cidade de Petrópolis. A catástrofe, ocorrida primeiramente no dia 15 de fevereiro e com uma segunda tempestade no dia 20 de março, desencadeou uma série de deslizamentos em diversas localidades, sendo considerada a maior tragédia da história de Petrópolis, deixando centenas de mortos e desabrigados. Entre as vítimas, servidores e funcionários do Museu Imperial e seus familiares.

O Museu Imperial permaneceu fechado durante todo o período de início da recuperação da cidade e retornou sua abertura para visitação após 28 março de 2022. Apesar de danos expressivos por toda a cidade, a instituição manteve o Palácio e seu acervo preservados. No entanto, os jardins do Complexo foram atingidos por muita lama, mas não houve quedas de árvores ou das peças externas, como estátuas e postes. As equipes de jardinagem, limpeza e manutenção iniciaram os reparos necessários. O Pavilhão das Viaturas também deteve suas peças preservadas e, na Casa de Casa Claudio de Souza, subunidade localizada na praça da Liberdade, não houve danos.

A instituição declarou seu apoio à população, que enfrentou difíceis momentos de dor e recomeço.

## 1. Eventos

### 1.1 *Fale-me de Petrópolis*

Em 2022, o Museu Imperial retornou com o projeto *Fale-me de Petrópolis*. O evento ocorreu no mês de setembro e trouxe a convidada Carolina Freitas, com o tema “Petrópolis sob as lentes de seu comércio: um passeio por fachadas, histórias e memórias”. Em novembro, ocorreu mais uma edição com o convidado Lucas Ventura da Silva, que apresentou o tema “Petrópolis, cidade de Pedro ou cidade de preto? – memória, abolição e resistências negras no Oitocentos”.



Fale-me de Petrópolis – apresentação de Carolina Freitas. Museu Imperial/Ibram/MinC.



Fale-me de Petrópolis – apresentação de Lucas Ventura. Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 1.2 Feira de Troca de Livros

Promovida pela Biblioteca do Museu Imperial, a Feira de Troca de Livros é uma atividade, cujo objetivo é o intercâmbio de publicações entre o público frequentador deste espaço. Em 2022, o projeto foi realizado nos meses de maio, julho, agosto e setembro.

## 1.3 Biblioteca Rocamble

Com foco no público infantojuvenil, a Biblioteca Rocamble, vinculada ao Setor de Educação, visa promover atividades educativas e culturais, como “hora do conto”, oficinas criativas, lançamento de livros, exibição de filmes e comemoração de datas significativas. Durante o ano de 2022, recebeu cerca de 21 mil visitantes.

## 1.4 20ª Semana Nacional de Museus

Entre os dias 16 e 20 de maio, o Museu Imperial participou da 20ª Semana Nacional de Museus. Discutindo a temática “O Poder dos Museus”, trouxe a importância do reconhecimento do papel dos museus na construção do futuro, em ações de pesquisa, preservação, conservação, educação, comunicação, ação cultural, gestão, inovação tecnológica, cumprimento de suas funções sociais e criação de repertórios.

Para abertura, a programação da semana contou com a palestra “O Poder dos Museus – o exemplo da Casa de Petrópolis”, com Raquel Wider, historiadora responsável pela Casa de Petrópolis, além do tradicional “Curso de Guias”, oferecido anualmente pelo Museu Imperial.

O público pôde participar também da Oficina de Aquarela, “Detalhes de Teresa Cristina”, com Bia Penna, realizada na Casa de Claudio de Souza. Para o público infantil, foram realizadas atividades educativas com contação de histórias e oficinas criativas. Foi oferecido o projeto “O museu que não se vê”, apresentando os bastidores do museu com visita aos Setores Técnicos.

## 1.5 Espetáculo *A Música da Independência* no Museu Imperial

No dia 7 de setembro, o Museu Imperial iniciou a programação em comemoração ao Bicentenário da Independência do Brasil. A atração foi um

espetáculo cênico-musical que faz parte da turnê “A Música da Independência”, realizado pelo Música Brasilis. Obras de d. Pedro I e de compositores de seu tempo foram apresentadas por Rosana Lanzelotte (pianoforte), idealizadora do roteiro e autora do texto, que esteve caracterizada como d. Leopoldina para a apresentação. Além de Rosana, participaram do espetáculo os músicos Tomaz Soares (violino) e Marcus Ribeiro (violoncelo). As peças musicais foram contextualizadas por roteiro narrado por Adam Lee, que interpretou d. Pedro I. A apresentação no Museu Imperial foi a primeira de quatro espetáculos do projeto, patrocinado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.



Apresentação *A Música da Independência*.  
Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 1.6 Primavera dos Museus

Entre os dias 19 e 25 de setembro, o Museu Imperial participou da 16ª Primavera dos Museus. Na edição, o evento trouxe o tema “Independências e museus: outros 200, outras histórias”.

No ano em que o Brasil relembrou seu processo de Independência, imagens e vestígios, muitos dos quais preservados em museus, nos permitiram conhecer o passado e ter outras perspectivas sobre esse marco histórico. Através da diversidade cultural e da pluralidade de experiências do tema, também foi possível identificar e resgatar memórias, contextos e histórias não contadas que merecem ser conhecidas.

O evento teve a palestra de abertura “Independências e museus: outros 200, outras histórias”, com o diretor do Museu Imperial, Maurício Vicente Ferreira Júnior. E, na sequência, a palestra “Desvendando Moreaux”, com Bia

Penna. Composto as atividades, a Biblioteca Rocambole ofereceu contações de histórias e oficinas criativas para crianças e, na Casa de Cláudio de Souza, houve a realização de mais uma Oficina de Aquarela, desta vez com o tema “Moreaux: cores e tons”, com Bia Penna, tendo como referência o quadro “Proclamação da Independência”, de François-René Moreaux. Foi realizada também uma edição do projeto “O Museu que não se vê” e, para encerrar, o espetáculo musical “Sarau Café e Música”, da Escola de Música da UCP.

### **1.7 Conferência *Proclamação da Independência, de François-René Moreaux: entre o 7 de Setembro e o 12 de Outubro***

No dia 14 de setembro, foi oferecida a conferência “Proclamação da Independência, de François-René Moreaux: entre o 7 de Setembro e o 12 de Outubro”, ministrada por Carlos Lima Júnior, doutor em Estética e História da Arte pelo MAC-USP e Lúcia Klück Stumpf, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). Os palestrantes são autores do livro “O sequestro da Independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro”, juntamente com Lília Schwarcz.



Conferência *Proclamação da Independência, de François-René Moreaux: entre o 7 de Setembro e o 12 de Outubro*, ministrada por Carlos Lima Júnior e Lúcia Klück Stumpf. Museu Imperial/Ibram/MinC.

### 1.8 Lançamento do *Anuário do Museu Imperial-nova fase*

O Museu Imperial, em parceria com a Universidade Católica de Petrópolis (UCP), realizou um evento acadêmico para marcar o lançamento do *Anuário do Museu Imperial – nova fase*, edição 2021.

O lançamento ocorreu no dia 31 de agosto, no salão nobre da Universidade Católica de Petrópolis, *campus* Dom Veloso e foi resultado da cooperação entre o Museu Imperial, representado pelo diretor Maurício Vicente Ferreira Júnior, e a UCP, representada por Maurício Guedes, coordenador do curso de Direito. Durante o evento, foi apresentada a palestra “Governo misto e liberdade política no projeto de constituição monárquica de frei Sampaio”, realizada pelos professores Daniel Machado e Tiago Cicilio, autores de um dos textos do anuário.



Lançamento do *Anuário do Museu Imperial – nova fase*, edição 2021, realizado na Universidade Católica de Petrópolis, *campus* Dom Veloso. Museu Imperial/Ibram/MinC.

### 1.9 Lançamento do livro *O Olhar Germânico na Gênese do Brasil*

No dia 16 de dezembro, o Museu Imperial lançou o livro “O Olhar Germânico na Gênese do Brasil”. A publicação acompanha o projeto da exposição homônima, que esteve em cartaz. Maurício Vicente Ferreira Júnior, diretor do Museu Imperial, e Rafael Cardoso, historiador de arte, foram os organizadores do livro e também os responsáveis pela curadoria da mostra. Eles dividem a autoria dos textos com Lucile Magnin, Fábio D’Almeida, Fabriccio Miguel Novelli Duro e Amanda Tavares Vitor Gomes.

A edição bilíngue, em português e inglês, conta com 282 páginas ilustradas e tem o patrocínio da Unipar, através da Lei de Incentivo à Cultura, e produção da Artepadilla.



Livro *O Olhar Germânico na Gênese do Brasil*.  
Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 2 Ações diversas

### 2.1 Bicentenário de nascimento da imperatriz d. Thereza Christina

Em celebração ao bicentenário de nascimento da imperatriz d. Theresa Christina, terceira imperatriz do Brasil, o Museu Imperial apresentou a marca de comemoração da data e promoveu a mostra “D. Teresa Cristina: as faces da terceira imperatriz do Brasil”, que compartilhou com o público uma parte do cotidiano, gostos, gestos, crenças e interesses da imperatriz. Totens e placas da mostra foram incluídos no circuito de visitação, indicando a exibição das peças. A homenagem à imperatriz d. Teresa Cristina apresentou uma reflexão sobre o lugar das mulheres nas sociedades de ontem, de hoje e do porvir. Atualmente, o Museu Imperial é o acervo brasileiro que reúne o maior conjunto documental e iconográfico sobre d. Theresa Christina.



Marca de comemoração do *Bicentenário de nascimento da imperatriz d. Thereza Christina*. Museu Imperial/Ibram/MinC

## 2.2 Exposição *O Olhar Germânico na Gênese do Brasil*

No dia 22 de maio, o Museu Imperial inaugurou a exposição “O Olhar Germânico na Gênese do Brasil” Coleção Geyer — Museu Imperial, resultado de um esforço coletivo iniciado com o generoso gesto do casal Maria Cecília e Paulo Geyer, que, em 1999, doou ao Museu Imperial, sua coleção de arte e a casa que a abriga, localizada no bairro carioca do Cosme Velho. Em 2014, a Coleção Geyer foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tornando-se Patrimônio Cultural do Brasil.

A partir desta preciosa coleção, composta por 4.255 itens divididos em pinturas, gravuras, desenhos, mapas, livros de viagem e objetos, os curadores Maurício Vicente Ferreira Júnior, diretor do Museu Imperial, e Rafael Cardoso, o historiador de arte, selecionaram 200 obras para reconstituir parte da contribuição germânica [alemães, austríacos e suíços] no processo de formação cultural do Brasil do século XIX.

O Olhar Germânico na Gênese do Brasil dividiu-se em cinco núcleos que contemplaram os temas: Rio de Janeiro à vista — pinturas de paisagem com temática do RJ; retratos da vida da corte — retratos de notáveis do Império; olhar a gente brasileira — obras com figuras anônimas, a maioria aquarelas e desenhos; imaginar o Brasil — livros e estampas litográficas relacionadas a vistas e viagens pelo país; o olhar do colecionador — imagens e objetos da Casa Geyer.



Vista de uma das salas da exposição *Olhar Germânico na Gênese do Brasil*.  
Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 2.3 Comemoração do aniversário de d. Pedro II com atividades para crianças

A Biblioteca Rocambole realizou atividades para o público infantil em comemoração ao aniversário de d. Pedro II. No dia 3 de dezembro, crianças de 6

a 8 anos participaram da contação de história do livro “Nome, sobrenome, apelido”, de Renata Bueno. Também foi oferecida a atividade “Um Verão no Palácio Imperial”, um teatro de fantoches que apresenta personagens da família imperial e algumas de suas atividades no Palácio Imperial durante os verões em Petrópolis.

## **2.4 Reabertura da Sala do Primeiro Reinado**

Com ações voltadas ao Bicentenário da Independência do Brasil, no dia 6 de setembro, a ala direita do Palácio retornou com a visita à Sala do Primeiro Reinado, dedicada à exibição de peças relacionadas ao período governado por d. Pedro I. No local, está exposto o quadro “A proclamação da Independência”, de François-René Moreaux.

## **2.5 Vídeo Restauração - *Youtube***

A equipe do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial produziu um vídeo que apresenta parte do processo de restauração de uma obra pertencente ao acervo de obras raras da Biblioteca do Museu Imperial: o “Livro de Horas da imperatriz D. Teresa Cristina”. Na produção, Dom Gregório Paixão (OSB), então bispo da Diocese de Petrópolis, foi um dos convidados. O processo de restauração foi descrito pelos participantes do projeto: Edmar Moraes Gonçalves, restaurador responsável pelo trabalho, Beatriz Penna, responsável pelo Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial, Aline Esteves e Janaína Braga, integrantes da equipe do Laboratório, e Natascha Scagliusi, *designer* de produtos e bolsista FAPERJ na LAFF 3D, pelo Programa de Inserção de Pesquisadores em Empresas, responsável pela confecção do calço faltante.

## **3 Visitas ao Museu Imperial**

### **3.1 Solidariedade**

Após as fortes chuvas que atingiram a cidade de Petrópolis nos meses de fevereiro e março de 2022, em solidariedade ao Museu Imperial, a direção do Arquivo Nacional, com apoio logístico do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Polícia Rodoviária Federal, realizou uma visita para doação de grande quantidade de itens de limpeza. Também em colaboração com a

recuperação da cidade, a Marinha do Brasil enviou equipes ao Museu Imperial. Os serviços foram direcionados para recuperação dos espaços externos do Complexo. A equipe de fuzileiros navais iniciou as atividades no dia 27 de fevereiro e permaneceu até o dia 1º de março. O trabalho de limpeza e manutenção ocorreu principalmente na parte inferior do jardim.

### 3.2 Visita da embaixadora

No mês de julho, o Museu Imperial recebeu a visita da embaixadora Márcia Maro, chefe da Representação do Itamaraty no Rio de Janeiro.



Embaixadora Márcia Maro ao lado do diretor do Museu Imperial, Maurício Vicente Ferreira Júnior. Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 4 Missões no Exterior

### 4.1 Colóquio

Em fevereiro, o diretor do Museu Imperial, professor Maurício Vicente Ferreira Jr., participou do colóquio “Dom Pedro de Alcântara: The Monarch Composer”, na sede da UNESCO, em Paris/França, apresentando palestra sobre a documentação musical produzida pelo primeiro imperador do Brasil, preservada no Museu Imperial.



Colóquio “Dom Pedro de Alcântara: The Monarch Composer”, na sede da UNESCO, em Paris/França. Maurício Vicente Ferreira Jr./Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 4.2 Exposição

O diretor do Museu Imperial, professor Maurício Vicente Ferreira Jr., organizou a montagem da exposição “Retratos de Dona Leopoldina no Museu Imperial”, a convite da professora Beatriz Miranda Cortês, diretora do Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (IBRACO), em Bogotá/Colômbia. No período compreendido entre os dias 16 e 22 de agosto, o servidor participou da montagem e da inauguração da exposição, e ainda ministrou palestra com o título homônimo na sede do IBRACO.



Texto de apresentação da exposição “Retratos de Dona Leopoldina no Museu Imperial”, na sede do Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (IBRACO), Bogotá/Colômbia. Maurício Vicente Ferreira Jr./Museu Imperial/Ibram/MinC.

### 4.3 MoWLAC

O servidor Maurício Vicente Ferreira Jr. representou o Brasil na XXII Reunião Ordinária do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo da UNESCO (MoWLAC), em Oranjestad/Aruba. Durante os dias 14 e 20 de novembro, o diretor do Museu Imperial participou da análise e do julgamento das 22 (vinte e duas) candidaturas submetidas ao Registro Regional do Programa MoWLAC; da elaboração do Novo Regulamento e do Código de Ética do MoWLAC, e da mesa interativa “MoWLAC e instituições de Memória”.



Na fotografia, o professor Maurício Vicente Ferreira Jr. com os outros integrantes do MoWLAC durante recepção com a Exm.ª. Sr.ª. Xiomara Maduro, Ministra da Economia e Cultura de Aruba, na sede do Ministério da Cultura, Oranjestad/Aruba. Maurício Vicente Ferreira Jr./Museu Imperial/Ibram/MinC.

## 5 Aquisições

### 5.1 Núcleo de Acervo Arquivístico

Em junho de 2022, o Arquivo Histórico recebeu uma doação de Jorge José Bitar. Entre os itens doados, estão: o “Diário de Guerra”, de d. Luiz Orléans e Bragança, segundo filho da princesa Isabel, referente à Primeira Guerra Mundial; o opúsculo “*Sir John French's Despatches*”, London [datilografado]; separata da Revista do livro “*Journal de Guerre*” [frençês], de d. Luiz Orléans e Bragança, com dedicatória de seu filho, d. Pedro Henrique, para d. Albertina; cinco pastas de transcrições do “*Journal de Guerre*” [frençês].

## 5.2 Núcleo de Acervo Museológico

Novas peças foram doadas para compor o acervo museológico do Museu Imperial. Luciano Cavalcanti, realizou a doação de um prato raso brasonado do serviço do barão de Vera Cruz, Manuel Joaquim Carneiro da Cunha. André Cahn doou um prato raso do serviço real do rei Luís Felipe. Fabiana Libonatti doou uma travessa com uma estampa ao centro da Fazenda da Mandioca, segundo desenho de Thomas Ender. Ana Luísa Alonso de Camargo fez a doação de um *botton* da Campanha de Preservação de Petrópolis – 1988.

## 5.3 Núcleo de Acervo Bibliográfico

Ao longo de 2022, a Biblioteca do Museu Imperial incluiu 298 novas obras em diversas coleções de seu catálogo. Dentre as quais se destacam: 55 periódicos, 6 audiolivros, 5 livros em braille, 74 títulos infantojuvenis, 9 partituras e 1 trabalho acadêmico.

# 6 Casa Geyer

## 6.1 Ação Educativa

Desenvolvimento de ação educativa com os alunos do 7º ano da *Escola Municipal José de Alencar* (RJ), realizada nos dias 4 e 18 de novembro, sob mediação de duas educadoras, que pesquisaram e produziram a atividade com *folder* educativo elaborado com atividades sobre o acervo da Casa Geyer.

## 6.2 Palestra para alunos e professores

Realização de palestra com as equipes da MT Arquitetura e do MIMP para alunos e professores de cursos de arquitetura e patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizada em 25 de novembro, com duas horas de duração. Na ocasião, foi apresentado um pouco da história e do acervo da Casa Geyer, o projeto executivo e seus processos, etapas e resultados.

### **6.3 Participação na exposição *Cores da Paisagem***

A exposição *Cores da Paisagem – Nápoles-Rio no olhar de artistas italianos do século XIX* foi uma iniciativa do Instituto Italiano de Cultura do Rio de Janeiro, inaugurada no dia 23 de novembro de 2022, no Paço Imperial, e teve participação da Casa Geyer através do empréstimo de obras.

## FICHA INSTITUCIONAL MUSEU IMPERIAL

### **Direção**

Maurício Vicente Ferreira Júnior

### **Filial Museu Casa Geyer**

Patrícia Brígida Pimentel

### **Núcleo de Comunicação**

Natália Tavares Calzavara

### **Seccional Casa de Cláudio de Souza**

Claudia Maria Souza Costa

### **Núcleo de Relações Institucionais**

Isabela Maria Verleun

### **Divisão Administrativa**

Carolina Moreira da Silva Knibel

### **Divisão Técnica**

Claudia Maria Souza Costa

### **Área Orçamentária Financeira**

Giovana Fonseca da Silva Santos

### **Área de Pesquisa**

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

Fabiano Cataldo de Azevedo

### **Área de Patrimônio**

Luana Hamid Saikali

### **Área de Atividades Educativas e Culturais**

Flávia Maria Franchini Ribeiro

Isabela Maria Verleun

### **Área de Manutenção**

Marcelo Moreira

### **Núcleo de Acervo Arquivístico**

Claudia Maria Souza Costa

Lucas Vieira Teixeira (estagiário)

Luiza Loubak de Souza (estagiária)

### **Área de Segurança**

Alicio de Carvalho Azevedo

Wilson de Oliveira

### **Núcleo de Arquivo Administrativo**

Francisco Leal de Alcântara

Osni Lima Costa

### **Núcleo de Acervo Bibliográfico**

Fernando Ribeiro Damasceno

Marcio Cardoso Miquelino Filho

Júlia de Andrade Souza (estagiária)

### **Núcleo de Protocolo**

Francisco Leal de Alcântara

### **Núcleo de Acervo Museológico**

Aline Maller Ribeiro

Ana Luísa Alonso de Camargo

Maria Helena de Azevedo Esteves da Costa

### **Núcleo de Compras**

Fabricio Von Seehausen

### **Núcleo de Gestão de Contratos**

Flenis Cleiton de Souza

### **Núcleo de Conservação e Restauração**

Beatriz Penna Camacho de Moraes Carvalho

### **Núcleo de Recursos Humanos**

Fabricio Von Seehausen

### **Digitalização do Acervo do Museu Imperial**

**(Dami)**

Dayane Araujo da Silva

George Milek

Luis Fernando de Oliveira de Azevedo

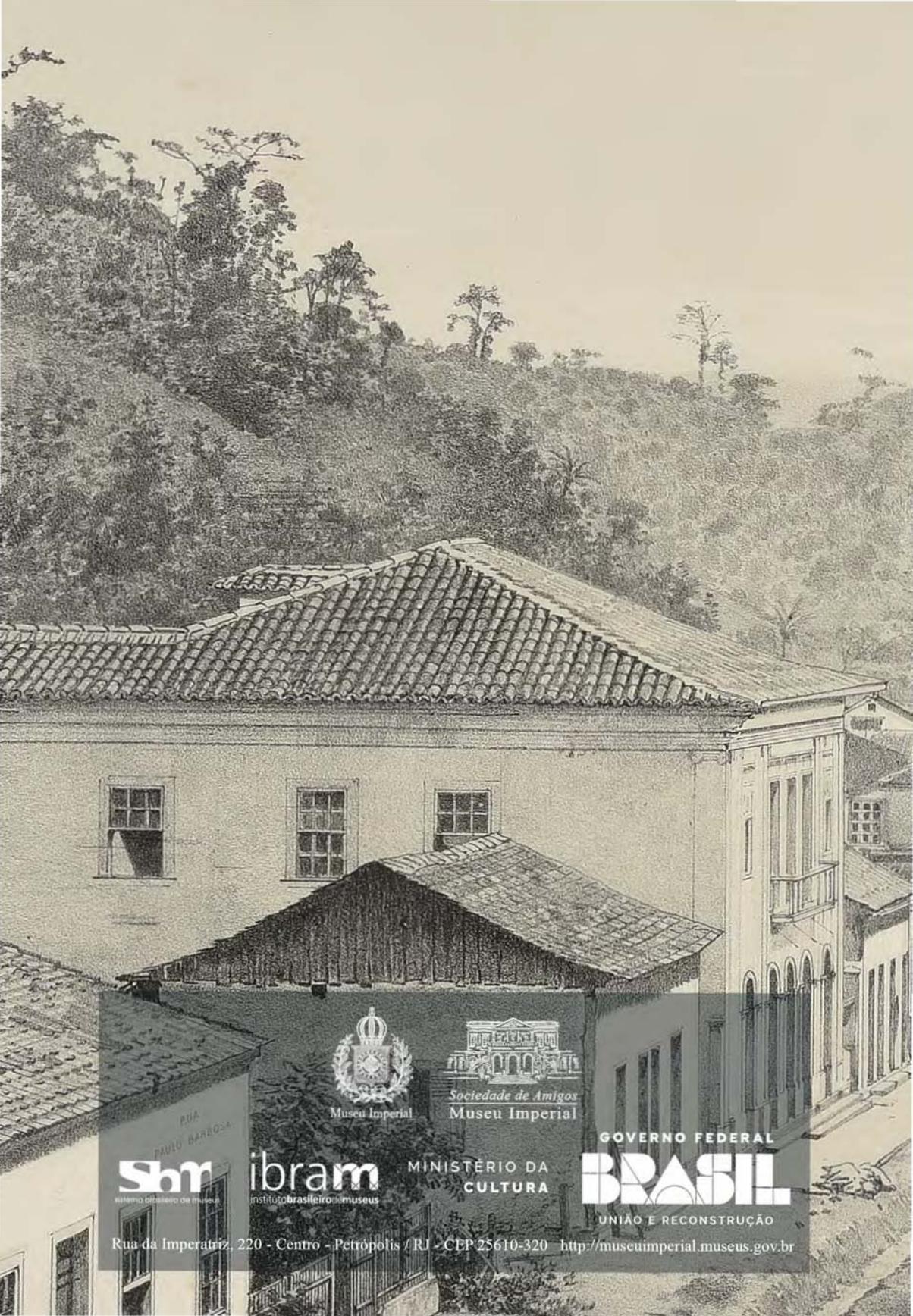
### **Núcleo de Almoxarifado**

Roberto da Cruz Pereira Junior

## Colaboradores

Adalberto Lei da Silva, Adriana dos Santos Marcelino, Ailton Vieira, Alan Silveira dos Santos, Alcione Martins de Almeida, Alessandra Cristina da Silva Vieira, Alessandro Severino de Souza Freitas, Alex Gonçalves da Silva Cunha, Alex Sandro de Oliveira, Aline Calixto de Freitas, Aline de Araujo Martins Esteves, Alinc Possato, Ana Cristina de Barros, André Clemente de Oliveira, Andressa dos Santos Neves Cunha, Andrew Dutra Tenorio, Ângelo Teixeira Gomes, Arilson Marçal Gomes Junior, Atila Avellar Queiroz, Ayres Ramos Vicente Filho, Ayrton Fernandes Ferreira de Barros, Brenda Dandara Paulino Francisco, Brendo Hilário Paulino, Bruno dos Santos Resende, Bruno Henrique de Oliveira, Bruno Raposo Tepedino, Carlos Antônio de Oliveira Avelino, Carlos Antônio Tosoli, Carlos Eduardo Ferreira, Carlos Eduardo Rodrigues Fecher, Carlos Eduardo Silvestre, Carlos Henrique Ferreira da Silva, Carlos Henrique Rodrigues da Silva, Carlos José da Silva, Carlos José dos Santos, Célio Alves Bahia, Celso Luiz Aarão de Carvalho, Charles de Jesus Francisco, Claudia Maria da Silva, Claudio Francisco da Silva, Cláudio Leal, Cleyton Marques Santos, Creuza Matias, Cristian da Silva Marques Pereira, Cristiane Gomes de Souza, Cristiane Soares da Silva, Daltir da Cruz Filho, Daniele de Oliveira Pencinato, David Costa Santana, Deborah Oliveira Lins de Barros, Denilson Neto de Carvalho, Diego Oliveira Pereira, Diego dos Reis Marques Correia, Douglas da Silva Barbosa, Edson Sgrancio Pereira, Edson Souza Roque, Eduardo Vargas Dutra Profirio, Elias Fernando Ferreira, Elias Olímpio de Oliveira, Elisângela de Souza França dos Anjos, Erivelto Martins Gonçalves, Fabiana Libonatti de Oliveira, Fabiano da Silva Tavares, Fabiano Rodrigues da Veiga, Fábio Eduardo Fraga Guayanaz, Fabio Gomes Vicente, Fausto Vieira da Silva, Fernanda Anastácia Gomes, Finkla Holzer Velihovetchi, Flávia de Almeida Dias, Gabriel Amorim Marques, Gilblainer do Nascimento Tomaz, Giovanni Henrique Barbosa da Silva, Graziela Kling Wersing, Guilherme da Silva Aguiar, Handerson Mariano Pires, Henderson da Silva Rosa, Hermes Soares Ferreira, Igor Cesar Luizeto de Souza, Igor de Souza Alves, Ingrid Beatriz Guiraldello, Ironildo Marques da Silva, Jair da Silva Nogueira, Janderson Domingos, Jean Vitor da Silva Oliveira, Jeferson da Silva Rodrigues, Jeferson José Ladeira dos Santos, Jéssica Maria Costa de Araújo, João Carlos da Silva Filho, João Pedro Bernardes da Silva, João Pedro Pereira Souza, João Victor Silva Gonçalves dos Santos, Joelson Eurico Pereira, Jorge Luiz Felipe, José Flávio Moreira Maestrini, José Helder Cordeiro da Silva, Jucimar de Oliveira Barbosa, Júlio Cesar Jovêncio da Conceição, Júlio dos Santos Silva, Larissa Aarão da Costa, Leandro Carius de Mello, Leandro da Silva, Leandro Lucinda da Costa, Leandro Pereira Soares, Lenilson de Almeida, Leonardo Marques da Cruz, Leone Zusman Evangelista, Liliam Machado Gomes, Liliane Cardilo, Lilissane Alves de Lima Costa, Lorena Borges Moreira, Lorena Vasconcellos Rossi, Lucas Rossi da Silveira, Luciana da Silva Dias Barcelos, Luciano Vieira Granja, Luiz Alberto Gomes da Conceição, Luiz Carlos Estevam da Silva Xavier, Luiz Danilo Borges Soares, Luiz Rogério Pereira da Paz, Marcelo Cardoso Barbosa, Marcelo Duarte Ferreira, Marcelo Lopes de Souza, Marcelo Probst, Marcio Antônio Lopes Gonçalves, Marcos de Souza Santos, Marcos Paulo de Souza Eurico, Marcos Paulo Ribeiro, Maria Alice Bernardina Julio, Maria de Lurdes Fialho de Oliveira, Maria Eduarda Garcia Dias, Maria Marcelino, Maria Nazaré Calixto de Freitas, Marilene Paulino, Marlon Sinclair Soares Mattos, Matheus da Silva Francisco, Matheus Renan de Almeida Alves, Matheus Rufino dos Santos, Mauricio Silva Barcellos, Michel Damião Silva dos Santos, Monica Mendonça Gosling, Nelson dos Santos Souza, Pedro Henrique Dias, Paulo Roberto de Souza Leite, Paulo Roberto Rodrigues, Paulo Sergio Coelho de Sá, Paulo Sergio da Silva Vieira Machado, Paulo Sergio Franca de Santana, Paulo Vitor E. F. da S. Cardoso, Pedro

de Oliveira Aguiar, Pedro Henrique Dias, Rafael Costa Gonçalves, Rafael de Lima Fayde Vaz, Rafael Gomes de Souza, Rafael Rodrigues Evangelista, Raiane Ferrarez Marçal, Raquel Guedes Campos da Silva, Raul Ferreira Quirino, Reinaldo Julião Doria, Renata da Rosa Ferreira, Renata de Oliveira Sucupira, Renata Ferreira de Alcântara, Renato Lins Junior, Rinaldo Arlindo Lima Birck, Rodrigo José da Silva Heinen, Rodrigo Statzner, Rogerio Alves Freitas, Rômulo de Oliveira Machado, Rosane Barroso Zainotte, Salete D'Assumpção Lima, Sandro Vieira de Souza, Sara Lepsch Fernandes, Sarajane Damasceno Bertordo, Samanta Bernardina Guimaraes, Sebastião Gabriel da Silva, Silvana da Silva, Sueli Ribeiro de Oliveira, Tatiane Correa Neto da Silva, Thaís Bernardina Julio de Almeida, Thiago Martins Leite, Valdemir Neves de Oliveira, Vilson Ricardo de Souza Leite, Vitor Luiz Marques de Souza, Wellington de Assis Silva, Wellington do Carmo Monteiro, William Ferreira de Carvalho, William Jesus Motta, Willian Bernardo dos Santos, Zuleica Thomaz Robisson.



Museu Imperial



Sociedade de Amigos  
Museu Imperial

RUA  
PAULO BARBOSA

**Sbm**  
sistema brasileiro de museus

**ibram**  
instituto brasileiro de museus

MINISTÉRIO DA  
CULTURA

GOVERNO FEDERAL

**BRASIL**

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Rua da Imperatriz, 220 - Centro - Petrópolis / RJ - CEP 25610-320 <http://museuimperial.museus.gov.br>